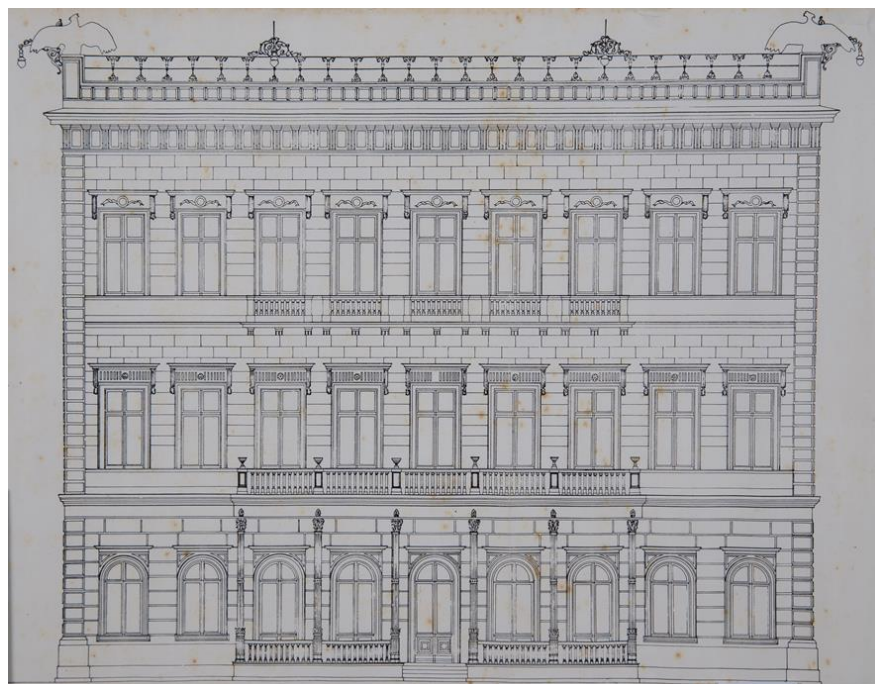




**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

**VERA LUCIA MANGAS DA SILVA**

**MUSEU DA REPÚBLICA: UM PALÁCIO DE MEMÓRIAS**



**RIO DE JANEIRO  
2019**

**VERA LUCIA MANGAS DA SILVA**

**MUSEU DA REPÚBLICA: UM PALÁCIO DE MEMÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Memória Social.

**Orientadora:** Prof. Dra. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu

**RIO DE JANEIRO**

**2019**

S587 Silva, Vera Lucia Mangas da  
Museu da República: Um Palácio de Memórias / Vera  
Lucia Mangas da Silva. -- Rio de Janeiro, 2019.  
244

Orientador: Regina Maria do Rego Monteiro de  
Abreu.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Memória Social, 2019.

1. Museu. 2. Memória Institucional. 3. República.  
4. Patrimônio. 5. Acervo. I. Abreu, Regina Maria do  
Rego Monteiro de , orient. II. Título.

# **VERA LUCIA MANGAS DA SILVA**

## **MUSEU DA REPÚBLICA: UM PALÁCIO DE MEMÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Memória Social.

Defendida em 17/12/2019

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu – UNIRIO

---

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá - UNIRIO

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Amália S. A. de Oliveira - UNIRIO

---

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça - UFF

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Rosane Maria Rocha de Carvalho - UCAM

A minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), por tudo que me ensinaram e pelo que sou hoje.

Ao Luiz Levy, cúmplice da vida e do amor, e aos meus filhos Luiz e Guilherme, fonte de inspiração, admiração e fé.

A todos aqueles que se dedicam a pensar, trabalhar e lutar pelos museus, esses espaços mágicos de encontros, de prazer e de conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

Os museus são lugares de encontros, de descobertas, de lutas e de conhecimento. O compromisso com essas casas de memórias me trouxe até aqui. Uma estrada árdua e prazerosa. Dividir uma jornada de trabalho diária com o doutorado foi um desafio e um grande aprendizado. Esse caminho não seria possível sem o apoio e a compreensão daqueles que me acompanharam nesta caminhada.

A minha orientadora Profa. Regina Abreu pela sua generosidade em partilhar conhecimento, pela sua orientação ao longo desses anos e pela sua amizade serena e acolhedora. Minha eterna gratidão e admiração pela sua trajetória e pelo seu compromisso com a educação.

Aos professores e colegas do PPGMS, a quem devo a dedicação e o compromisso em gerar crescimento acadêmico, além de estabelecer laços de amizade.

A minha querida amiga Thais Almeida, exemplo de dedicação, companheirismo e de cumplicidade. Sou eternamente grata por todos os momentos de alegria e desespero. Não teria conseguido sem o seu apoio.

Aos funcionários do PPGMS, que fazem do nosso espaço acadêmico um lugar mais acolhedor e de troca de gentilezas.

Aos meus colegas do Museu da República, generosos em todos os momentos, onde tudo começou e guardo um enorme carinho. Agradeço em especial a Silvia Pinho, extensivo a todos os servidores do Arquivo Histórico, pelo apoio, carinho e ajuda nas pesquisas e nas palavras de incentivo. A vocês, reservo um carinho especial.

Aos meus amigos e colegas de trabalho do Escritório de Representação do IBRAM-RJ por dividirem comigo, em dias e dias de trabalhos intensos, as dificuldades e angústias decorrentes da realização desta tese. Bravos companheiros.

A minha querida amiga e incentivadora Carol Pontim, a quem não mediu esforços para me ajudar até o último minuto, se revelando ainda mais em uma pessoa que guardo profunda admiração e respeito.

Aos meus colegas do IBRAM, companheiros de luta pelos museus e amigos da vida, um aceno de gratidão e de carinho eterno.

Aos meus colegas do IPHAN pelo apoio nas pesquisas e pelo carinho.

Aos colegas do MHN, em especial a Bianca Dias Mendes, pela sua generosidade em me apoiar nas pesquisas.

A Fernanda Mello, pelo carinho em me ajudar na finalização deste trabalho, mesmo estando tão longe.

A todos aqueles, protagonistas desta tese, que plantaram em mim um sentimento de amor pelos museus e me fizeram acreditar que tudo vale a pena, quando trabalhamos com ética, comprometimento e em busca do conhecimento.

A todos que me inspiraram e me inspiram diariamente nessa jornada pelos museus, fonte de conhecimento e de força no percurso deste trabalho.

A minha família e amigos mais próximos, pelo apoio e compreensão pelos momentos de angústia e ausência.

Todos a quem não citei por um lapso de memória, minha eterna gratidão.

Tenho vocês para sempre em meu coração.

## **Resumo**

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a construção da memória institucional do Museu da República, um dos museus nacionais, ligados ao IBRAM. O tema é o projeto de conceituação do Museu da República, elaborado por uma geração de pesquisadores e técnicos. A investigação procurou pontuar e refletir se as mudanças empreendidas por esse grupo de pesquisadores/técnicos geraram impacto e/ou novos direcionamentos ao Museu da República e outros museus vinculados à FNpM. Objetiva investigar e construir a memória institucional do Museu da República, sob a ótica do trabalho realizado por uma equipe de profissionais, que elaborou uma nova proposta conceitual de narrativa histórica para a exposição museológica e de definições para os programas, projetos e comunicação com os públicos. O recorte cronológico é o período entre 1983 e 1989, momento de definição conceitual que norteou o Plano de Trabalho do museu. Utilizamos como fonte documental os acervos do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República, Museu Histórico Nacional, do Arquivo Central do Iphan, Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e entrevistas realizadas com profissionais ligados ao museu. A pesquisa contribui para a ampliação do universo de questões em torno da construção de memórias institucionais dos museus e da importância de afirmar estes espaços enquanto locais de produção de conhecimento.



## **Abstract**

The object of this research is the construction of the institutional memory of the Museum of the Republic, one of the national museums linked to IBRAM (Brazilian Institute of Museums). The theme is the conceptualization project of the Museum of the Republic, prepared by a generation of researchers and technicians. The research ponders whether the changes undertaken by this group of researchers/technicians generated impact and/or new directions to the Museum of the Republic and other museums linked to the FNpM. Furthermore, this study aims to investigate and build the institutional memory of the Museum of the Republic, from the point of view of the work carried out by a team of professionals who developed a new conceptual approach to the historical narrative into the museum exhibition and the programs, projects, and communication with the public. The chronological framework is the period between 1983 and 1989, the moment of conceptual definition that guided the museum's Work Plan. The collections of the historical and institutional archives of the Museum of the Republic, the National Historical Museum, the Iphan Central Archive, The National Library, the General Archives of the city of Rio de Janeiro and interviews with professionals connected to the museum were used as documental sources. The research contributes to the expansion of the universe of themes around the construction of institutional memories of museums and the importance of affirming these spaces as places of knowledge production.

## Lista de Figuras

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1: Detalhe do edifício. Museu da República. Foto: Vera Mangas .....  | 37  |
| Figura 2: Retrato em óleo sobre tela, Emil Baunch, 1867. Retrata a Baronesa (Laura Clementina da Silva Pinto) e o Barão (Antônio Clemente Pinto) e seus principais feitos que são: A Fazenda Gavião, a estrada de ferro do Cantagalo e o Palácio do Catete. ....  | 39  |
| Figura 3: Recibo de compra de materiais para a construção do Palácio Nova Friburgo. Fonte: Coleção Palácio do Catete. Arquivo Histórico, Museu da República. ....   | 41  |
| Figura 4: Jornal O Correio Mercantil. 27/03/1860 Fonte: BN Digital. Disponível em <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&amp;pasta=ano%20186&amp;pesq=bar%C3%A3o%20de%20nova%20friburgo">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&amp;pasta=ano%20186&amp;pesq=bar%C3%A3o%20de%20nova%20friburgo</a> ..... | 43  |
| Figura 5: Bairro do Catete.....   | 45  |
| Figura 6: No dia 24 de fevereiro. Ilustração de Angelo Agostine. Fonte: Dom Quixote, nº81, 06/03/1897. Biblioteca Nacional Digital .....  | 48  |
| Figura 7: MUSSO, Luiz. Palacio da Presidencia. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [191-]. 1 foto, papel albuminado. Disponível em: <a href="http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon206338/icon206338_04.jpg">http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon206338/icon206338_04.jpg</a> . ....                              | 50  |
| Figura 8: PALÁCIO do Catete. [S.l.: s.n.], [entre 1911 e 1922]. 1 foto, gelatina, pb, 23,4 x 17,2cm. Disponível em: <a href="http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_011.jpg">http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_011.jpg</a> .....                 | 50  |
| Figura 9: Preparativos da mudança para Brasília. Fonte: Acervo Museu da República .....   | 52  |
| Figura 10: Ato de inauguração do Museu da República. Fonte: Arquivo Histórico. Museu da República. ....   | 53  |
| Figura 11: Cartaz do Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas. 1988 Fonte: Arquivo Histórico. Museu da República. ....   | 97  |
| Figura 12: Cartaz do Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas, 1988. Fonte: Arquivo Central do Iphan. Seção RJ .....   | 114 |
| Figura 13: Fachada do Museu Nacional após o incêndio. Foto: Vera Mangas. ....   | 115 |
| Figura 14: Vez da Cultura. Jornal do Brasil, 17/08/1981, p.10. Disponível em: <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/28821?pesq=%20cultura">http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/28821?pesq=%20cultura</a> .....   | 119 |
| Figura 15: Para Refletir. Programa Nacional de Museus. Fonte: Acervo Fundação Nacional pró-Memória. Arquivo Central do Iphan.....   | 121 |
| Figura 16: Ofício do diretor do MHN solicitando a desvinculação do MR do MHN. Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República .....  | 125 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 17: Comunicação sobre fechamento do Museu da República .....  | 130 |
| Figura 18: Projeto de edição da pesquisa Sistemas Construtivos em meados do século XIX.<br>.....   | 140 |
| Figura 19: Capa da obra A Deformação da História ou para não esquecer. J. L. Werneck da<br>Silva, 1985.....  | 142 |
| Figura 20: Capas de publicações com ilustração de Ivan Wasth Rodrigues. Fonte:<br><a href="http://museudosgibis.blogspot.com/2010/08/ivan-wasth-rodrigues-historia-do-brasil.html">http://museudosgibis.blogspot.com/2010/08/ivan-wasth-rodrigues-historia-do-brasil.html</a> .. | 143 |
| Figura 21: Antonio Conselheiro. Aquarela de Ivan Wasth Rodrigues. Estudo a partir de acervo<br>do MR. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República.....  | 144 |
| Figura 22: Desenhos de Ivan Wasth Rodrigues. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da<br>República.....  | 145 |
| Figura 23: Batalha das Flores. Coleção Augusto Malta. Acervo Arquivo Histórico do Museu<br>da República .....  | 146 |
| Figura 24: Ilustração de Ivan Wasth Rodrigues, a partir de estudos do acervo do MR. ....   | 146 |
| Figura 25: Cartazes das parcerias do MR com a Fundação Calouste Gulbenkian e Aliança<br>Francesa do Rio de Janeiro, respectivamente. ....  | 150 |
| Figura 26: Detalhes da publicação “Flagrantes do Passado.” .....   | 151 |
| Figura 27: Detalhes das estruturas danificadas do Museu da República e do canteiro de obra,<br>que compõe o dossiê do Iphan de revitalização do edifício. Fonte: Arquivo Central do Iphan.<br>.....  | 154 |
| Figura 28: Carta circular do Museu da República para a comunidade. ....  | 159 |
| Figura 29: Vitrine da Sala das Pratas, com objetos que decoraram os ambientes ou serviram<br>aos presidentes. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República.....  | 161 |
| Figura 30: Carta Revista Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.<br>.....  | 169 |
| Figura 31: Parcerias estabelecidas pelo CEHR .....   | 170 |
| Figura 32: Projeto esquemático para as salas do Museu da República. ....   | 173 |
| Figura 33: Convite para evento em benefício das obras de restauração do MR. ....   | 183 |
| Figura 34: Museu da República fechado às vésperas do Centenário da República.....  | 184 |
| Figura 35 Museu da Maré.....   | 186 |

## **Lista de Tabelas**

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1: Peças segundo a categoria de acervo .....   | 60  |
| Tabela 2: Visitantes durante o ano, segundo a categoria dos museus. ....                                      | 61  |
| Tabela 3: Recursos liberados pelo MEC para as obras do Museu da República.....                                | 65  |
| Tabela 4: Visitação do Museu Histórico Nacional e Museu da República(1961-1966) .....                         | 67  |
| Tabela 5: Criação de museus e frequência de visitantes. ....  | 87  |
| Tabela 6: Museus segundo temática. ....   | 108 |
| Tabela 7: Relação dos funcionários do Museu da República (1983) .....   | 126 |
| Tabela 8: Pessoal ocupado nos museus, por tipo de atividade, segundo as Unidades da<br>Federação (1984) ..... | 165 |

## **Lista de Quadros**

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1: Trabalhos técnicos atribuídos aos profissionais do Museu da República. ....                                | 73  |
| Quadro 2: Resoluções, Cartas e Declarações sobre Patrimônio e Museus.....  | 85  |
| Quadro 3: Participantes da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. ....  | 89  |
| Quadro 4: Relação das universidades e ano de criação dos cursos de Museologia no Brasil, de 1979 a 2019. ....        | 93  |
| Quadro 5: Equipe de avaliação do Museu da República no Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas, 1988. .... | 100 |
| Quadro 6: Funcionários do Museu da República em 1984. ....   | 131 |
| Quadro 7: Linhas de Pesquisa do CEHR (1984). ....  | 133 |
| Quadro 8: Estrutura Organizacional do Museu da República (1983). ....  | 156 |
| Quadro 9: Divisões da área técnica do Museu da República e seus objetivos. ....                                      | 157 |
| Quadro 10: Projeto de exposição museológica, baseado em Conjunturas Históricas. ....                                 | 163 |
| Quadro 11: Lacunas existentes nas conjunturas propostas pela equipe do MR. ....                                      | 174 |
| Quadro 12: Levantamento dos objetos para aquisição, empréstimo e/ou doação. ....                                     | 176 |

## **Lista de Gráficos**

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1: Número de museus por ano de fundação, segundo o Cadastro Nacional de Museus. Fonte: Cadastro Nacional de Museus. IBRAM, 2010.....  | 24  |
| Gráfico 2: Número de museus por ano de fundação, segundo o Cadastro Nacional de Museus. Fonte: Cadastro Nacional de Museus. IBRAM, 2010 ..... | 96  |
| Gráfico 3: Porcentagem de museus por tipologia de acervo. Fonte: Cadastro Nacional de Museus .....  | 104 |

## **Lista de Abreviaturas**

AN Arquivo Nacional

BN Biblioteca Nacional

CNM Cadastro Nacional de Museus

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRC Centro Nacional de Referência Cultural

CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea

DEMU Departamento de Museus e Centros Culturais

FUNARTE Fundação Nacional de Arte

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FGV Fundação Getúlio Vargas

FNPM Fundação Nacional pró-Memória

IBRAM Instituto Brasileiro de Museus

IBPC Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOM Conselho Internacional de Museus

ICOMOS Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHN Museu Histórico Nacional

MEC Ministério da Educação e Cultura

MINOM Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MR Museu da República

PNM Programa Nacional de Museus

SBM Sistema Brasileiro de Museus

SEC Secretaria Especial da Cultura

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 166 |
| 2 UMA CASA, UM PALÁCIO, UM MUSEU .....   | 37  |
| 2.1 O PALÁCIO DO CATETE SE TRANSFORMA EM MUSEU DA REPÚBLICA.....                                     | 37  |
| 2.3 UM MUSEU PARA REPRESENTAR A REPÚBLICA .....  | 60  |
| 3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: UM PASSEIO PELOS CONCEITOS.....                                   | 75  |
| 3.1 OS MUSEUS E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO .....   | 86  |
| 3.2 O CAMPO ACADEMICO E A AMPLIAÇÃO DOS CURSOS DE MUSEOLOGIA .....                                   | 93  |
| 3.3 MUSEUS NACIONAIS PARA QUEM? .....  | 977 |
| 3.4 MUSEU HISTÓRICO OU MUSEU DE HISTÓRIA .....   | 103 |
| 4 UM TEMPO DE MEMÓRIAS: OS ANOS 80 E A IDEIA DE SE “RESTAURAR A REPÚBLICA” .....                     | 113 |
| 4.1 UMA POLÍTICA PARA OS MUSEUS.....   | 116 |
| 4.2 AUTONOMIA ADMINISTRATIVA: O MUSEU DA REPÚBLICA RENASCE .....                                     | 124 |
| 4.3 PROPOSTAS E CONCEITOS PARA UM MUSEU “DA E DE REPÚBLICA” .....                                    | 152 |
| 4.4 O DESAFIO DE TRANSFORMAR O CONCEITO EM PRÁTICA: A NOVA EXPOSIÇÃO PARA O MUSEU DA REPÚBLICA ..... | 171 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 186 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 193 |
| ANEXO 1 Para refletir .....  | 209 |
| ANEXO 2 Programa de Trabalho Museu da República .....  | 211 |
| ANEXO 3 Desdobramento de Conjunturas .....   | 229 |

## 1 Introdução

“Diferentemente dos que não gostam ou simplesmente não se encantam com os museus, e que os veem como resíduos do passado, eu gosto dos museus. De todo e qualquer museu. E tenho especial apreço por aqueles que têm cheiro de vida e querem, por decisão de quem os alimenta, inundar a vida de mais vida; gosto dos museus que seguem se fazendo e se refazendo”.<sup>1</sup>

Em processo de finalização desta tese, nos deparamos com a seguinte matéria veiculada no Jornal O Globo, no dia 18 de maio de 2019, data de comemoração do Dia Internacional de Museus, e intitulada “*Mais da metade dos brasileiros acha os museus monótonos. Artistas e curadores dão ideias para ‘espanar o pó das instituições’*”. (O GLOBO..., Cultura, p.1, 2019).

A reportagem retrata a pesquisa “Museus: Narrativas para o futuro”, realizada pelo Instituto Oi Futuro, a partir de pesquisa qualitativa com trinta e seis (36) frequentadores e não frequentadores de museus nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém e Porto Alegre; e pesquisa quantitativa com 600 pessoas, das quais metade frequentam museus pelo menos uma vez ao ano, e metade vai a museus a cada dois anos ou menos. E a matéria segue sugerindo que os museus ainda são espaços ligados a “coisas velhas”.

A pesquisa apresenta cinco pontos de percepção do público pelos museus.

1. São de história e servem para guardar o que é antigo;
2. São prédios históricos;
3. São lugares para aprender história;
4. São elitizados e não têm novidade;
5. São lugares para ver artefatos antigos, ossadas, esqueletos e quadros.

Ao refletirmos sobre o objetivo principal que norteou a pesquisa, que trata do estudo de dinâmicas comportamentais de diferentes públicos de museus (presenciais ou digitais), percebemos a importância de aprofundarmos as discussões quanto as práticas e formas de gestão desses espaços, levando-se em consideração os desafios frente aos impactos de um mundo mutante, globalizado e de inovação tecnológica, que nos faz ver e [re]ver nossas ações.

Percorremos os dados apresentados em formato de quadros, de fácil leitura e diagnóstico objetivo; e, mais uma vez, percebemos o quanto ainda precisamos descobrir os

---

<sup>1</sup> Gilberto Gil. In: Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006 / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [Brasília]: MinC/IPHAN/DEMU, 2006, p 6-7.



museus e suas possibilidades, provocar o interesse por parte da sociedade que não se apropria do seu patrimônio museal. Não pretendemos fazer aqui nenhuma crítica à pesquisa ou mesmo à sua metodologia, mas destacamos a necessidade de uma melhor análise quanto à forma que se propõe a interpretação e resultado dos dados apurados. Será que os museus são “monótonos”, “previsíveis”, “elitizados” e pouco visitados, como sugere a reportagem?

Ainda que a pesquisa aponte que a maioria do público percebe que “museu é de história e de guardar o antigo”, os museus se modernizaram, cresceram em número, formas e conceitos. Ganham sentido e se reinventam diante de cada obstáculo.

Dias antes dessa matéria, em 13 de maio de 2019, comemoramos os 13 anos do Museu da Maré, primeiro museu de favela no Rio de Janeiro, criado a partir da percepção e do desejo dos moradores em construir as suas memórias e atuar na sua comunidade.

Tantos outros museus vieram a partir dessa experiência de uma comunidade que desejou e construiu as suas memórias, criou referências, identidades e que, após treze anos, comemora tantas conquistas sociais por meio da prática museológica.

Este fato contribuiu significativamente para refletir sobre a ideia do “velho” apontado na pesquisa divulgada pelo jornal e o quanto o conceito de museu se ampliou nas últimas décadas. Mudou vidas no sentido de despertar novos interesses nos indivíduos. Despertou sentimento de pertencimento do patrimônio cultural e das memórias ali referenciadas. Promoveu encontros. Criou redes de afetos. Criou engajamentos. Ampliou seu campo de estudos e nos levou a compreender o poder dessas instituições para derrubar as barreiras para a compreensão da nossa diversidade cultural.

Voltando à pesquisa desenvolvida pelo Instituto Oi Futuro, com um novo olhar, percebemos que estamos diante de um desafio de análise e de compreensão dos dados e informações ali contidos.

Nos últimos dez anos, com base em dados disponíveis nos portais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), podemos afirmar que os museus ganharam protagonismo no campo da cultura. Ganhamos musculatura teórica, jurídica e de comunicação. Derrubamos paredes, preconceitos, medos e olhamos para essas casas de memória como locais de encontros, de preservação e memória das nossas culturas e de produção de conhecimento.

Seguimos adiante, nos ajustes finais desta tese, com o sentimento de que precisamos avançar ainda mais, levar à compreensão de que o museu não significa um espaço sacralizado de guarda do “velho”, mas sim de possibilidades e de uma dimensão criadora, que se constrói e reconstrói, em um jogo de sedução com o seu público.

Os museus não são definitivamente locais monótonos. Eles possuem histórias, memórias de profissionais que pensaram, agiram e transformaram essas instituições e que hoje representam uma rede de mais de 3.700 museus em todo o Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Museus.<sup>2</sup>

E que museus são esses? Museus “tradicionais”, museus de território, museu de favela, museu virtual, museu de ocupação e tantos outros que refletem identidades múltiplas.

Olhar, portanto, para um museu é compreender o sentido de colecionar, de guardar e preservar, de buscar sentidos e conhecimento, de duvidar, de compreender a nossa diversidade e de reconhecer o patrimônio cultural ali inserido e se entregar aos segredos, sonhos e memórias ali depositadas.

O museu é um ato do pensar, como nos aponta Brulon (2019), um espaço de apropriação de pensamentos e objetos, que nos faz olhar para a realidade e para nós mesmos, ao fazer as coisas delirarem para que possamos pensar sobre elas.

E, ao iniciar este projeto de investigação, procuramos, como exercício de reflexão, o argumento de que os museus, esses lugares de memórias, precisam conhecer e se reconhecer nas suas próprias histórias. Vamos entrar nos museus, essas casas de memória que, por vezes, esquecem da sua própria história. Compreender o trabalho de inúmeros profissionais que se dedicam a construir o conceito de patrimônio histórico cultural.

O sentido amplo e plural de patrimônio como expressão de valor e significado a bens e práticas culturais tem se revelado importante campo de pesquisa sobre práticas museais onde a construção de memórias e a busca por novas narrativas tornam-se condições importantes para a relação passado/ presente/ futuro.

Iniciamos esta pesquisa lançando um olhar sobre os princípios fundamentais que devem alicerçar o trabalho dos museus. E tomo como referência a definição de museu, estabelecida pelo Conselho Internacional de Museus-ICOM.

O **museu** é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite: promoção da cidadania, sua função social, preservação do património cultural, acesso e inclusão social, pertencimento, memória e valorização da diversidade cultural.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Dados coletados na plataforma Museusbr. Criado pela Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017, o Portal Museusbr é o sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros.

<sup>3</sup> Definição de museu segundo o ICOM (International Council of Museums). Cabe ressaltar que o ICOM está em processo de consulta quanto a mudança na conceituação de museu. A partir de uma consulta pública, chegou-se à proposta de nova definição: *Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos para um diálogo crítico sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e enfrentando os conflitos e desafios do presente, eles guardam artefatos e espécimes para a sociedade, salvaguardam diversas memórias para as futuras gerações e*

O papel que os museus vêm desempenhando nos campos social e cultural, e sua relação com os seus públicos tem mudado significativamente nos últimos anos, refletindo nas suas práticas, formas de atuação e representação.

Se tomarmos como exemplo o período de tempo que compreende a virada do século XX para o século XXI até os dias atuais, podemos identificar um avanço nas múltiplas formas de olhar e conceituar um museu, somado a um movimento de construção de políticas públicas que resultou em um conjunto de documentos, regulamentos que se traduz em uma legislação que norteia o campo de atuação dos museus e se revela em uma das formas mais bem-sucedidas de institucionalização do setor da cultura na contemporaneidade.

No campo específico das políticas públicas, podemos afirmar, com base em dados oficiais divulgados por meio da publicação “Museus em Números”, editado pelo Instituto Brasileiro de Museus<sup>4</sup>, autarquia do Ministério da Cidadania, que os avanços e as conquistas no campo dos museus foram construídos com a participação democrática de vários setores e atores da sociedade civil, profissionais e especialistas, professores, educadores e servidores do Instituto e de organizações governamentais. Essa mobilização obteve como resultado novos mecanismos de regulação, financiamento, formação, capacitação e a aprovação de uma legislação específica que garantiu marcos significativos no panorama das políticas públicas na área da cultura.<sup>5</sup>

A institucionalização do Instituto Brasileiro de Museus, autarquia criada por meio da Lei nº 11.906, de 20/01/2009, que sucedeu o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), vinculado ao Iphan, é resultado desses avanços e conquistas do que representam o setor museal.

Esse conjunto de fatores pode ser apresentado por meio de uma linha do tempo, permitindo visualizar o avanço do campo dos museus e da museologia:

---

*garantem direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todos os povos. Os museus não são lucrativos. Eles são participativos e transparentes, e trabalham em colaboração ativa com e para várias comunidades, a fim de coletar, preservar, investigar, interpretar, expor e expandir os entendimentos do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e justiça social, para igualdade mundial e bem-estar planetário.*

Entretanto, foi aprovado em Assembleia durante a 25ª Conferência do ICOM, realizada entre os dias 1 e 7 de setembro de 2019, na cidade de Kyoto, Japão, o adiamento da votação da nova proposta, pelo motivo de necessidade de se ampliarem os debates.

<sup>4</sup> O Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM é uma autarquia do Ministério do Turismo, criado por meio da Lei de nº 11.906, de 20/01/2009.

<sup>5</sup> Dentre os documentos criados e marcos regulatórios no campo dos museus, citamos: Política Nacional de Museus (2003), Sistema Brasileiro de Museus (2004), Cadastro Nacional de Museus (2006), Estatuto dos Museus (2009), Plano Nacional Setorial de Museus (2010).

**2003 - Política Nacional de Museus**

Construída juntamente com o setor museológico brasileiro. Estabelece as diretrizes teórico-conceitual do papel dos museus e da “vontade de patrimônio e de memória” e os sete (7) eixos programáticos orientador da atuação dos gestores.

**2004 - Sistema Brasileiro de Museus e organização dos Sistemas Estaduais e Municipais de Museus**

Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004(atualizado em 2013 pelo Decreto 8.124/13).

**2006 - Cadastro Nacional de Museus**

Desde sua criação, o Cadastro Nacional de Museus mapeou mais de 3.700 instituições museológicas no país e foi fonte para a publicação de das obras: Museus em Números e Guia dos Museus Brasileiros.

Desde 2015, com o intuito de promover maior transparência na gestão pública, garantir a contribuição da sociedade e apurar a qualidade dos dados, o Cadastro adotou a plataforma Museusbr.

**2007 - Declaração de Salvador**

Criação do Programa Ibermuseus

**2009 - Estatuto dos Museus**

Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Marco regulatório que estabelece diretrizes de segurança, preservação, conservação e restauração dos bens culturais, além do dever do poder público no estabelecimento de mecanismos de fomento e incentivo do setor. Também estabelece diretrizes para criação, fusão e extinção de museus e a caracterização de museus públicos.

Enquadram-se nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

**2009 - Criação do Instituto Brasileiro de Museu**

Lei nº11.906, de 20 de janeiro de 2009.

Autarquia federal que tem como missão “Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados”.

### **2013 - Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013.**

Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

No campo da teoria e dos conceitos, a forma de pensar e definir os museus extrapolou o edifício e seus objetos, passando a se considerar novas formas de olhar os acervos e de se estabelecer relações com os seus públicos.

Temos, atualmente, um múltiplo de tipologias e formas de se pensar em categorizar os museus: museus tradicionais, de território, comunitários, ecomuseus, virtuais, museus sem acervos e tantas outras iniciativas museológicas que nos leva à referência da expressão “museu é vida”, apresentada pelo museólogo Mário Chagas no 18º Congresso do MINOM, realizado em 2017, em Córdoba, Argentina.

E, como a vida, aprendemos que sempre estamos em movimento, gerando fluxos e expectativas, criando formas e experimentando novos sentidos.

Avançamos no campo de estudos da museologia que percebe o museu em seu sentido integral, trazendo para a sua gestão a afirmação de um local de reflexão, inclusão, criação e debate social.<sup>6</sup>

No sentido de ilustrar esse entendimento quanto aos museus, citamos o poeta e museólogo Mário Chagas que se refere à museologia social e à nova forma de olhar os museus como

uma prática que está especialmente comprometida com a vida. Ela não está colocada apenas a favor da conservação de bens culturais ou de objetos museológicos, mas especialmente interessada na dignidade humana. Ela mobiliza suas energias a favor das comunidades populares, utilizando o patrimônio e a memória.

---

<sup>6</sup> Ao nos referirmos a expressão “museu integral”, fazemos uma referência a Mesa Redonda de Santiago do Chile realizada pela UNESCO em 1972, considerada um marco de profundas transformações ocorridas no campo da museologia com repercussões sobre o papel dos museus como agentes de inclusão cultural, de afirmação da identidade de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico.

### Chagas ainda completa que

tudo é museável, pelo menos em tese, tudo pode ser incluído no campo de possibilidades do museu. Essa capacidade inclusiva tem relação direta com o seu poder de produzir metamorfoses de significados e funções, com a sua aptidão para a adaptação aos condicionamentos históricos e sociais e a sua vocação para a mediação cultural.<sup>7</sup>

Esse olhar para os museus parte do entendimento e da conceituação da museologia social, dando ao Brasil um destaque nas ações e nos projetos que vêm desenvolvendo, transformando os museus em atores do desenvolvimento, da inclusão social, da igualdade de gênero, do respeito pelas diversidades, do amor pela vida.

Exemplos concretos também podem ser observados nas ações do então Ministério da Cultura, atualmente transformado em Secretaria Especial da Cultura, por meio do projeto Pontos de Memória que reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social protagonizado por comunidades e grupos sociais, utilizando metodologia de identificação, pesquisa e comunicação do seu patrimônio material e imaterial.

O Programa Pontos de Memória tem por princípios a diversidade cultural e a universalidade do acesso à cultura; o respeito aos direitos humanos; a promoção da cidadania e reconhecimento do direito de todos os cidadãos à memória, às tradições, à arte e à cultura; a valorização da memória, do patrimônio cultural e ambiental como vetores do desenvolvimento sustentável; o protagonismo social e a participação democrática na valorização da memória social, como nos assinala a museóloga Marcele Pereira em seu estudo sobre o campo da museologia social (2018, p.90).

A partir dessas experiências, sublinhamos o esforço em se construir políticas públicas que garantam o comprometimento dos museus enquanto espaços de inclusão, de novas linguagens e narrativas, incorporando novas propostas e novas formas de gestão e de interação junto aos seus públicos.

Entretanto, não podemos esquecer de mencionar que ainda há muito a fazer no que se refere a proteção e segurança dos acervos no que se refere a roubos e furtos, entre outros riscos ao patrimônio cultural.

Para reconhecer nosso protagonismo no campo dos museus e da museologia, o Brasil liderou o encaminhamento e aprovação da última recomendação da Unesco, Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu papel na Sociedade, aprovada na 38ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 2015,

---

<sup>7</sup> CHAGAS, Mário. Museu: antropofagia da memória e do patrimônio. Disponível em: [http://www.museologia-portugal.net/files/museus\\_antropofagia\\_da\\_memoria\\_e\\_do\\_patrimonio.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/museus_antropofagia_da_memoria_e_do_patrimonio.pdf)

resultado de uma articulação do Instituto Brasileiro de Museus. A recomendação trata da proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade, fato que representou um avanço na consolidação de temas que estão no centro da discussão da museologia e dos museus em escala mundial, estes que se reconhecem como atores do desenvolvimento e da inclusão social, do respeito pelas diversidades, e tantos outros princípios e valores já apontados na Declaração de Santiago do Chile, de 1972.<sup>8</sup>

Ilustrativo, o último documento da UNESCO sobre museus datava de 1960, a “Recomendação Relativa aos Meios Mais Efetivos de Tornar os Museus Acessíveis a Todos”, nada menos que 55 anos de espaço de tempo entre ambas, o que significou um período de profundas transformações para os museus.

O campo dos museus reúne hoje, portanto, uma base consolidada de documentos, ideias, práticas e documentos regulatórios, que foram elaboradas com a participação de diversos segmentos da sociedade e representantes do setor museal.

No campo acadêmico, tomando ainda como base temporal de análise o período que se inicia no ano de 2.000 até os dias atuais, houve um avanço que pode ser percebido pelo incremento na criação de cursos de graduação em museologia no país, que passou de duas escolas de graduação, registrados no ano de 2000, para o número de dezesseis, até 2018; além de cursos de pós-graduação, especialização e técnicos, como também uma produção científica que se consolida e se amplia a passos largos.

Identificamos, ainda, por meio de uma breve consulta a 12 museus no Rio de Janeiro<sup>9</sup>, a ampliação na inserção de profissionais de diversas formações acadêmicas e de profissionais de vários setores da indústria cultural, formando uma força de trabalho relevante para a economia criativa e ocasionando integração entre as áreas e um discurso interdisciplinar.

Os dados coletados no Cadastro Nacional de Museus (CNM)<sup>10</sup>, fonte de informações sobre os museus do país, e que apresenta o número aproximado de 3.700 museus espalhados pelo Brasil, representa um número doze vezes maior do que havia na década de 1970, e quase cinco vezes mais que no início da década de 1990.

---

<sup>8</sup> UNESCO. *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*. Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela 38ª Conferência Geral da UNESCO. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>>

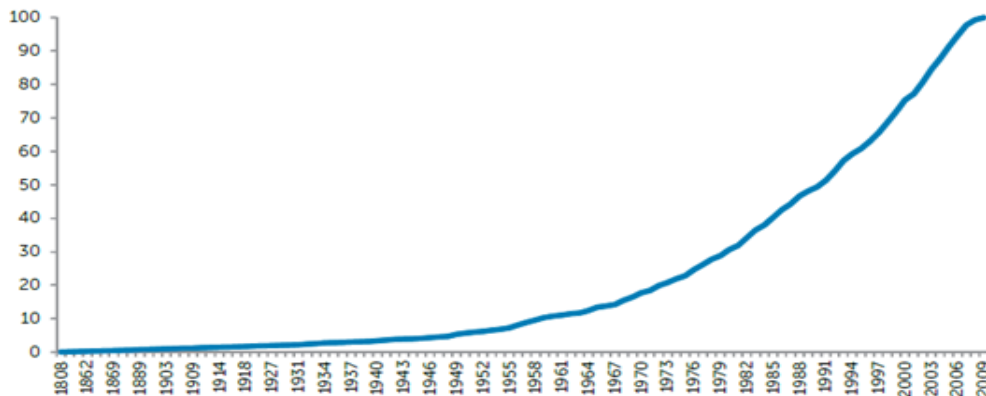
<sup>9</sup> Foram consultados os Museu Nacional de Belas Artes, Museu da República, Museu do Amanhã, Museu da Maré, Museu Casa do Pontal, Museu do Ingá, Museu Aeroespacial, Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Museu Chácara do Céu, Museu Bispo do Rosário, Museu Villa Lobos, Museu de Arte do Rio

<sup>10</sup> O Cadastro Nacional de Museus se constitui como uma fonte ampla de informações atualizadas sobre os museus do país. Objetiva produzir conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico em toda a sua diversidade.

Em pesquisa à base de dados dos censos realizados pelo IBGE, registramos a seguinte série histórica referente aos museus. Em 1958, tínhamos 174 museus no Brasil, em 1972, 344 museus, em 1982, 571 museus e, em 1988, 1225 museus, representando um crescimento significativo do número de instituições museológicas, e, conseqüentemente, em número de visitantes.

No Gráfico 1 abaixo (2010) podemos observar uma curva acentuada de criação de novas instituições, o que demonstra um avanço nas políticas públicas para o setor e o interesse da sociedade brasileira nos temas que envolvem o ato de preservação do patrimônio histórico nacional.

**Gráfico 1: Linha temporal do ano de fundação dos museus brasileiros. Brasil 2010.**



**Fonte: Cadastro Nacional de Museus. IBRAM, 2010.**

A partir desses dados preliminares, e com a certeza de que os museus são fontes de estudos inesgotáveis, uma vez que representam espaços em constante mudança, apresentamos nosso objeto de investigação e os motivos que levaram à escolha do tema.

Os museus são, também, espaços de guarda e preservação de objetos, coleções e memórias. Tomamos aqui a liberdade poética do autor Antonio Cícero, para expressar o sentido de guardar, preservar e comunicar. O poeta nos desperta para uma compreensão do sentido de que guardar é colocar em evidência e zelar, assim, pela sua existência. Trata-se de um exercício de exposição de significados e sentimentos.

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.  
 Em cofre não se guarda coisa alguma.  
 Em cofre perde-se a coisa à vista.  
 Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.



Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.<sup>11</sup>

Não limitamos ao sentido de guarda e vigília dos acervos. Temos muito a fazer. Os trágicos acidentes com museus e acervos nos aponta uma série de ações estruturantes que precisam ser elaboradas e colocadas em práticas, evitando perdas inestimáveis como o incêndio do Museu Nacional, em 2018, ano em comemorávamos os 200 anos de museus no Brasil.

Na expectativa de “guardar e iluminar” essas casas de memória, iniciamos a pesquisa tendo como objeto a construção da história da memória institucional do Museu da República. Reunimos histórias, fatos, documentos, registros, imagens, evidências e tal como um experiente contador de história, mas com o compromisso científico da pesquisa, percorremos os argumentos de uma geração de pesquisadores e técnicos que ao “mirar” o Museu da República, compreendeu a sua missão em transformar este museu em um espaço de construção de laços de pertencimento com a comunidade e de compromisso com a reflexão do conceito de república junto aos seus públicos. Pensar sobre a instituição é pensar sobre seus quadros, seus sujeitos que nela se constituem, como também nos seus feitos e no alcance de seus pensamentos e práticas.

O Museu da República, também conhecido como Palácio do Catete, foi criado por meio de decreto presidencial, no ano de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), quando da transferência da Capital Federal para Brasília, se transformando, assim, em uma unidade administrativa do Museu Histórico Nacional (MHN).

Seu acervo foi constituído por meio de transferência de peças do MHN e doações de particulares e personalidades ligadas ao governo, o que lhe rendeu, durante muito tempo, um circuito expositivo marcado por fatos e personagens.

O diretor do MHN, Josué Montelo, elaborou um Programa de Trabalho que incluía a criação de uma biblioteca e sala de cinema para o museu, o que nunca foi colocado em prática, por restrição orçamentária e falta de políticas públicas voltadas para o campo dos museus.

Em 1983, após um processo de inúmeras tentativas junto ao governo, o Museu da República se desvincula do MHN e se torna uma unidade administrativa autônoma, ganhando status de “museu nacional”, vinculado à Fundação Nacional pró-Memória (FNPM).

---

<sup>11</sup> CICERO, Antonio. *Guardar – Poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996, p. 337

Dava-se início, assim, a uma etapa de redefinição do seu papel institucional, reafirmando sua relevância como patrimônio cultural e, mais especificamente, com a tarefa de construir sua missão, rever seus conteúdos e sua interação com os seus públicos. A partir de então, e já se pensando nas comemorações do centenário da República, o Museu da República passa por um conjunto de ações, que vão desde a restauração arquitetônica do edifício, monumento significativo de vários tempos históricos, como também o estudo e a definição de uma construção de narrativa museológica, tendo por base as discussões em torno do conceito de República.

Naquela ocasião, com o sopro dos ventos da redemocratização no país, vivíamos um período de retomada da liberdade do pensamento e de reconstrução das instituições de cultura, até então tomadas pelo silêncio.

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, de investigar e construir a história da memória institucional do Museu da República, sob a ótica do trabalho realizado por uma equipe de profissionais, que elaborou um Plano de Trabalho em que se pretendia resgatar as diversas óticas e os diferentes registros sobre a república brasileira, a partir de um Conceito de Conjunturas Históricas, e que seria, portanto, base conceitual para a exposição museológica e definições dos programas, projetos e comunicação com os públicos. Apresentar e analisar este contexto também é um dos objetivos da pesquisa, o representou um tempo de ruptura no processo de se pensar e propor os museus enquanto espaços de memória, guarda e preservação de acervos e de produção de conhecimento.

Outro objetivo a ser alcançado neste estudo é de identificar e elencar as narrativas apresentadas para a exposição museológica de um museu de história, tendo a república como objeto, que se reconstrói a cada dia, suas formas de construção de diálogo com os públicos e de interação com os demais projetos institucionais.

Na expectativa de se compreender e investigar o significado do conjunto de conceitos e propostas elaboradas naquela ocasião, seus desdobramentos nos programas e ações, suas realizações, e extensão de seu legado para os demais museus vinculados à FNPM, as análises desta pesquisa se concentram nos registros produzidos pelo conjunto de pesquisadores que levaram a cabo a definição conceitual que norteou o Plano de Trabalho do Museu da República entre o período de 1983 a 1989.

Inicialmente, a ideia era de trabalhar apenas com o conceito de república definido no Programa de Trabalho de 1984, que atravessava as ações técnicas e finalizava na forma de construção de uma narrativa para a exposição de longa duração a ser idealizada. No entanto, no decorrer da pesquisa, a partir da análise das fontes pesquisadas, percebemos a importância

de reunir todos os registros e memórias capazes de responder à pergunta de que as mudanças empreendidas por esse grupo de pesquisadores/técnicos geraram impacto e/ou novos direcionamentos ao Museu da República e outros museus vinculados à FNPM.

Por outro lado, não se trata aqui de traçar um estudo sobre a importância dos arquivos de memória institucional, mas sim de comprovar a importância dos movimentos e fluxos de tempo em que as instituições constroem ao longo de sua trajetória, e que estes são fontes para inúmeras ações do presente e do futuro. E mais do que isso, das pessoas que ali desenvolvem seus trabalhos, carregados de paixões, apresentando talentos, construção de conhecimento e história institucional.

Cabe ressaltar que muitos argumentos desenvolvidos ao longo desta tese resultaram do diálogo com a documentação pesquisada, onde destacamos o arquivo institucional, ainda em fase de organização e praticamente inédito, da Fundação Nacional pró-Memória, depositada no Arquivo Central do Iphan, que se revelou em fonte de pesquisa e de análise do pensamento e políticas desenvolvidas no campo do patrimônio histórico, onde se encontram os museus.

Não pretendemos compreender o pensamento e a atuação dos pesquisadores/técnicos nas suas posições, no processo de construção de um novo conceito para o Museu da República, mas sim de relacioná-los em função das questões apresentadas e no conjunto de resultados alcançados e que serviu como referência a outros museus.

A hipótese desta pesquisa, portanto, é de que o projeto de conceituação construído por uma geração de pesquisadores e técnicos, em que pensava o museu na sua forma integral, a partir de uma ideia – conceituação de república, afirmando o museu não só como espaço de guarda e preservação, mas também de produção de conhecimento - criou um momento de ruptura no pensar os museus, gerando um legado e servindo de parâmetro para os demais museus considerados “nacionais” no âmbito da FNPM.

Muitos foram os motivos que despertaram o interesse pela problemática apresentada nesta tese. Primeiramente, pelo nosso envolvimento profissional, tendo ingressado nos quadros funcionais do Museu da República no ano de 1981, ainda na condição de estagiária, quando o sonho de todos os estudantes do curso de História era de se tornar uma pesquisadora. O museu, embora não tivesse qualquer setor dedicado à pesquisa, se apresentou como um mundo a ser explorado. Percorrer as salas daquele museu tentando aprender e decifrar as histórias ali representadas era prática diária. Nossa formação se deu no campo do patrimônio, na relação com os museus e suas formas de interagir com a sociedade. Esta relação de pertencimento apresenta a vantagem do conhecimento adquirido pela experiência

conforme descrita por Benjamin como “aquele que retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos *outros*” (BENJAMIN, 1986, p. 201).

Naquela ocasião, o quadro funcional do Museu da República reunia apenas um historiador, o Professor Lauryston Guerra<sup>12</sup>, que logo nos colocava frente a uma vasta informação sobre a história do edifício onde se encontra o museu, conhecido como Palácio do Catete, para que pudéssemos acompanhar as visitas guiadas com as escolas. Assim, os museus tomaram o lugar da prática e da nossa trajetória profissional, fazendo-nos ainda hoje refletir sobre as suas possibilidades de significados e seu papel enquanto um local de encontros, de afetos e de memórias.

Naquele ambiente de trabalho, apontamos como relevante a oportunidade de compartilhar e interagir com o vasto conhecimento de historiadores, museólogos e demais profissionais que marcaram e marcam o campo das ciências sociais, o que representou uma etapa de vasto crescimento profissional.

Para além de nossa experiência profissional, podemos afirmar que estudar, compreender, indagar e partilhar as preocupações e desafios comuns aos museus, nos faz sentir como parte integrante e protagonista das nossas histórias e do lugar em que estamos inseridos.

Os museus guardam segredos, sensações, memórias, despertam dúvidas, reflexões e criam relações, redes de interação, cumplicidade e afetos.

Ainda como fator determinante para a escolha do tema, referenciamos o ano de 2009, quando retornamos ao Museu da República e fomos ocupar a chefia do Arquivo Histórico, após ter ficado dezesseis anos afastadas da instituição, por motivo de cessão a outro órgão de governo. Ao chegar, encontramos a equipe do museu em um processo de discussão de definição uma nova proposta conceitual para sua exposição de longa duração, em comemoração aos 50 anos de criação do Museu da República, que seria celebrado em 21 de abril de 2010.

Em pesquisa aos arquivos institucionais, ainda sem organização sob a ótica arquivística, recuperamos, juntamente com a equipe, parte da documentação administrativa do museu referente aos anos da década de 1980, quando do início do processo de sua autonomia administrativa.

---

<sup>12</sup> Historiador. Foi diretor da Escola de Museologia entre os anos de 1971-1974. Professor titular da Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ. Diretor da Faculdade de Ciências Econômica da UERJ e Membro do IHGB e do Instituto de Altos Estudos Históricos e Sociais. Autor de inúmeros livros sobre o período republicano brasileiro.

À medida em que debruçávamos na documentação, folheávamos relatórios, anotações, as lembranças percorriam fatos, sensações, sem a preocupação de uma reconstituição do passado, mas sim uma construção a partir do presente. Recuperamos fios de discussões, técnicas utilizadas nas ações de restauração do edifício, trabalhos de pesquisa inéditos, textos norteadores dos conceitos utilizados nos programas de trabalho.

Assim, percebemos que havia uma fonte inexplorável sobre as memórias da instituição e uma riqueza de registros, revelando ideias, conceitos, planos, discussões sobre o período que representou, de fato, o repensar de um museu.

A historiadora Maria Helena Versiani, responsável pelo Setor de Pesquisa do MR, que estava, no ano de 2009, como coordenadora e curadora do processo de construção de uma nova exposição de longa duração a ser inaugurada como uma das ações de comemoração dos 50 anos do museu da República, recebeu o conjunto de documentos que tratava da proposta conceitual desenvolvida pela equipe da década de 1980. Ao analisar a documentação e decidir, juntamente com a equipe, pela adoção da proposta conceitual daquela geração de profissionais, atualizou conceitos e metodologia, tendo se concretizado na exposição *A res pública brasileira*, inaugurada em 2010, se revelando, então, um legado do trabalho realizado pela equipe de tempos atrás.

“A exposição *A Res publica Brasileira* nasceu do compromisso de realizar, no Museu da República, uma exposição de longa duração sobre a história republicana brasileira. Nessa direção, um projeto anterior já havia sido desenhado, no início dos anos 80, por uma equipe de pesquisadores então coordenada pelos historiadores Maria Aparecida Rezende Mota e José Luiz Werneck da Silva.”<sup>13</sup>

Ao recuperar o projeto das Conjunturas Históricas, percebemos que tínhamos um compromisso com esse passado repleto de memórias, buscando entender as mudanças e transformações pelas quais aquele projeto institucional se deu no Museu da República.

Afetividade foi um dos sentimentos que nos impulsionou ao reconhecimento de um tempo institucional como fonte de pesquisa.

Por fim, gostaríamos também de apontar a pertinência e a contemporaneidade do tema frente aos desafios que o campo do patrimônio cultural vem pautando como agente que propicia a reflexão e a prática da cidadania, transformador da sociedade, onde a comunidade pode exercer seu papel de cidadã e assim compreender o espaço político em que está inserido.

A produção de pesquisas e estudos em que o Museu da República e seu acervo aparecem como objetos de estudo é bastante expressiva. Obras que retratam o edifício como

---

<sup>13</sup> VERSIANI, Maria Helena (org). *A Respublica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010, p. 9.

palco de acontecimentos ou que se referem a personagens históricos que tiveram relação com o Palácio podem ser apontadas no livro intitulado “História de Presidentes”, da historiadora Isabel Lustosa, bem como do museólogo Cícero de Almeida, “Catete: memórias de um palácio”, apenas para citar alguns. Mais recentemente, Marcus Vinicius Macri Rodrigues lançou a obra “Um Palácio quase Romano: o Palácio do Catete e a invenção de uma tradição clássica nos trópicos”, resultado de sua dissertação de mestrado. Muitos outros estudos foram produzidos. O historiador José Murilo de Carvalho também se utilizou do acervo do museu como fonte de pesquisa para sua obra “A formação das almas”. Carvalho (1990) se refere a objetos do acervo como exemplos de representação dos símbolos republicanos, corroborando com o conceito de que os objetos carregam significados para além da sua materialidade.

Embora tenhamos apontado o avanço na ampliação do conceito de museu nas últimas décadas, bem como o estreitamento de laços com políticas públicas que resultaram na consolidação de legislação específica para o campo dos museus, ainda são poucos os estudos sobre os museus sob a ótica da sua história institucional.

Não encontramos nenhum estudo e/ou pesquisa que tivesse como objetivo a construção das memórias da trajetória do Museu da República, dando a dimensão dos trabalhos desenvolvidos e dos conceitos ali elaborados como proposta de sua missão institucional. Um olhar ampliado sobre registros que dessem conta das discussões, conceitos, metodologias de trabalho e narrativas expositivas que os museus elaboram como mediadores culturais.

O ingresso ao Programa de Pós-graduação em Memória Social representa a compreensão de que esta pesquisa toma como base esses lugares de memória que são os museus, espaços de produção de sentidos e de construção de representações do passado e de reflexões do tempo presente.

Dessa maneira esta tese, que apresenta questões conceituais ligadas aos museus, suas formas de representação e práticas institucionais, se insere no campo teórico da Memória Social por se tratar de uma pesquisa que dialoga com diversas áreas das ciências sociais, em que a memória se apresenta como locus permanente de construção de narrativas.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo elegemos trabalhar o edifício, monumento e patrimônio edificado, seus tempos históricos e suas memórias se de ressignificação como acervo integrante da narrativa museológica.

O Palácio do Largo do Valdetaro ou Palácio Nova Friburgo, o Palácio do Catete e o Museu da República abrigam identidades, significados e memórias em cada um dos seus tempos, reunidos em um só edifício, marcas de sua trajetória como residência, sede do poder

executivo e museu. Um edifício, três tempos históricos, muitas memórias. Em cada momento histórico, o patrimônio cultural atravessa diferentes domínios do campo cultural e social. O edifício integra as diferentes memórias que ali se construíram e, dessa forma, é possível perceber que o patrimônio se aproxima da história.

Debruçar sobre um tempo histórico nos leva a criar redes de pensamentos, formas de interpretação, teias de memória. Muitas vezes esquecidas, silenciadas, que guardam sentidos e constroem identidades.

Considerando o museu como um espaço de luta material e simbólica, de construção de memórias e narrativas, sejam estas individuais e/ou coletivas, a discussão entre os conceitos de história e de memória é fundamental. Ao museu não compete produzir e cultivar memórias, mas sim analisá-las. A memória se coloca como construção da história, como demonstra Pierre Nora (1993), um processo vivido, em construção, enquanto a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória passa a ser objeto da história.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...). A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993).

A memória da Casa se constrói entrelaçada à memória da rua e do bairro do Catete e também a memória dos ideais republicanos. Como sede do governo da República Brasileira, guarda a história do poder e do cotidiano dos presidentes que ali residiram.

Mas já como museu, o edifício se incorpora na construção do discurso e da narrativa das memórias que pretende comunicar.

Partimos de uma discussão sobre a dimensão do patrimônio enquanto espaços de memória que guarda significados de diferentes tempos históricos e de agentes sociais, procuramos aqueles autores que desenvolveram pesquisas e estudos no campo da conceituação da relação entre os conceitos de memória, história e patrimônio.

Os estudos de autores como, Pierre Nora, Michael Pollak, Henri Bergson, Maurice Halbwachs nortearam e inspiraram esta pesquisa, permitindo compreender as diferentes camadas de memórias, suas formas de construção e de interação com o patrimônio.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.<sup>14</sup>

No segundo capítulo apresentamos o período e o contexto histórico das políticas públicas voltadas para o campo da cultura e do patrimônio, no período que se estende de meados da década de 70 à década de 80, apontando, também, os avanços no campo acadêmico da museologia. Dessa forma, passamos para a análise das discussões e das ações dos órgãos governamentais e que tipo de contribuição apontamos como importantes marcos de reestruturação administrativa, especialmente para os museus. Como forma de aprofundar o objetivo desta pesquisa, apresentamos as discussões referentes aos Museus Nacionais, com base na realização do Seminário “Museus Nacionais: Perfil e Perspectivas, organizado pela Fundação Nacional pró-Memória, que resultou em uma ampla discussão para o campo dos museus, onde se inclui o Museu da República.

No terceiro capítulo procuramos construir, a partir das fontes documentais pesquisadas e entrevistas realizadas com alguns dos pesquisadores, além de depoimentos gravados para o Programa de História Oral do Arquivo Institucional do MR, uma arqueologia das memórias desse grupo de profissionais que participaram deste projeto do Museu da República. As ideias, os conceitos e os fios de discussões, como se deu essa sinergia e também o papel dos museus de história e suas narrativas. Ao se criar um novo Plano de Trabalho para o Museu da República, partiu-se de uma discussão do que se pretendia comunicar aos públicos. Que República é essa? Era a pergunta que norteava os documentos conceituais.

Para a compreensão dessa nova contextualização proposta pelo Museu da República, procuramos autores que pudessem me apresentar discussões sobre como discorrer a história institucional do MR como um espaço de memória e de construção de narrativas de seus protagonistas.

Os museus são lugares de memória, espaços de reconhecimento e de pertencimento de grupos sociais, como nos apresenta Nora (1993):

---

<sup>14</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1992. v.5, n.10, p.200-215.



Os lugares de memória são antes de tudo restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade. [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p.7 e 9).

Os museus são espaços de memória coletiva e, portanto os estudos de Halbwachs foram de extrema importância na compreensão desse processo. No esquema analítico de Halbwachs, afirmar que a memória tem um caráter coletivo equivale a dizer que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social – ou seja, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. Assim, só é possível ao sujeito construir e acessar lembranças na condição de membro de um conjunto ou totalidade que o ultrapassa, não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos. O indivíduo isolado não forma lembranças, ou pelo menos não é capaz de sustentá-las por muito tempo, pois necessita do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006, p.30).

As reflexões de Halbwachs, referências nos estudos sobre a condição social da memória, nos auxiliaram na construção de uma análise tendo por base a ideia de que a memória deve ser entendida como uma reconstrução do passado, por meio de um processo de seleção entre lembrança e esquecimento. Na maior parte das vezes, sublinha o autor, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, a partir das experiências do passado. A lembrança, portanto, se torna uma imagem construída pelo conjunto de possibilidades que estão a nossa disposição no presente.

As visões construídas sobre o passado revelam laços sociais existentes entre indivíduos constituídos no presente” (SANTOS, 2003, p.21). Ainda para o autor, nossas visões sobre o passado são incompletas, parciais e cambiáveis. Elas podem variar conforme a posição que ocupamos num determinado grupo e conforme mudam as relações desse grupo com outros meios. A participação dos indivíduos em variados grupos faz com que suas memórias se formem de modo fragmentário, como um mosaico. A memória é, portanto, um tipo de relação que se estabelece entre o presente e o passado. O que difere da visão de Bergson, cuja lembrança é a conservação total do passado e sua recuperação só seria possível se o sujeito a mantivesse intacta.

Assim, para enfrentar o entendimento de como construir as memórias do trabalho de uma equipe de profissionais, nos detivemos na compreensão desses autores.

As reflexões de Dominique Poulot (2011) sobre a história dos museus e suas formas de contextualização contribuíram no entendimento do surgimento dos museus de história e a visão dialética que envolve o museu e os seus objetos, que criam e recriam histórias, mudam de contextos, surgem novas configurações, em incessantes recontextualizações, apresentando, assim, diversas leituras, sentimentos e afetos. Para Poulot, a partir do século XVIII até o início da era das nacionalidades, a história dos museus está intimamente ligada à história dos edifícios patrimoniais. Após a Revolução Francesa e a invenção do museu público, aberto à visitação, a ideia dos objetos em museus concebidos para outras utilizações e para outros fins modifica de maneira decisiva a sua a percepção.

Da mesma forma, as ideias do historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, consolidadas em vasta obra, nos conduziram a uma reflexão sobre o papel dos museus de história, contextualizando seus discursos e narrativas, importante no entendimento da proposta conceitual proposta pela equipe do Museu da República.

Destaco os estudos das professoras Regina Abreu e Myrian Sepúlveda dos Santos como pioneiros e de referência na discussão de temas relevantes sob a perspectiva do colecionismo, da categorização de museus nacionais e suas narrativas. Suas teses envolvendo estudos sobre o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial foram de extrema relevância para as reflexões propostas em minha pesquisa.

Mário Chagas trouxe como colaboração as discussões sobre o novo pensar da museologia, os avanços conceituais e um novo olhar para o que entendemos de museu, a partir de movimentos iniciados ainda nos anos de 1970, com a Nova Museologia.

Os estudos de Ivan Coelho de Sá permitiram a compreensão dos avanços do campo da museologia, enquanto campo disciplinar e de conhecimento e prática nos museus. Além de sua produção sobre a historiografia do curso de museologia no Brasil, sua atuação como diretor da Escola de Museologia da UNIRIO nos atualiza frente ao papel do museólogo e da museologia no panorama atual.

É certo que esse olhar ampliado para os museus, na sua forma integral, o campo de estudos da disciplina da museologia se integra a questões de dimensões sociais, filosóficas e políticas, até então negligenciadas, como aponta Poulot (2013). Os avanços nos programas e conteúdo dos cursos acadêmicos, como discorre o Professor Ivan Coelho de Sá, exerceu a função de se constituir a museologia como uma disciplina científica, ao mesmo tempo buscando o entendimento de museu enquanto agente social.

Nas considerações finais, apresentamos os resultados das discussões referentes a essa “Casa da Memória da República”, a partir das questões propostas neste estudo. O tempo de sua “construção conceitual” enquanto museu de história, museu reconhecido como nacional, e ciente da sua missão como agente de transformação social.

Após 36 anos de “independência” administrativa e consolidação de uma política institucional o que podemos apreender disso? De que forma as lembranças, memórias e percepções criadas e recriadas de um tempo podem contribuir para uma reflexão do tempo presente, levando em conta que o MR apresenta como missão “contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, à cidadania, à universalidade do acesso e o respeito à diversidade”?

Destaco como fonte de pesquisa que contribuíram com esta tese os seguintes arquivos: o Arquivo Central do Iphan (Seção Rio de Janeiro), o Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional, os Arquivos Institucionais e Histórico do Museu da República, a Coleção particular do historiador José Luiz Werneck da Silva que se encontra no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo particular de Gustavo Capanema que se encontra no CPDOC/FGV, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, os Arquivos Digitais da Agência Nacional, que se encontram no Arquivo Nacional e o acervo particular da autora desta tese, representando, assim, uma vasta documentação sobre o período. Acrescentamos as entrevistas e depoimentos orais de dirigentes e funcionários que participaram do processo de estruturação conceitual e de gestão do Museu da República. Pesquisamos correspondências, relatórios, anotações avulsas, publicações, inventários do acervo, regulamentos, portarias e artigos de jornais salvaguardados nas instituições citadas.

A opção de realizar entrevistas como ampliação do campo de análise do processo de mudanças no Museu da República se apoia no conceito de representações coletivas da memória, do autor Michael Pollak, em que a memória se apresenta como um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social. Para Pollak (1992), por ser uma construção, a memória envolve um processo de escolha, sendo parcial e seletiva que acaba determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais. Nossa proposta foi de utilizar as memórias dos entrevistados na tentativa de elucidar a memória institucional do Museu da República.

As lembranças de cada um foi se conectando ao todo, dando forma e conteúdo para a memória de um passado que se coloca no presente da instituição como fonte de consulta e de pesquisa.

As entrevistas foram coletadas com o objetivo de enriquecer e somar às fontes documentais, como também em construir uma rede de memórias individuais. Utilizar a memória oral nos leva a compreensão dos sentidos atribuídos pelos entrevistados às suas vivências documentadas em suas narrativas. As entrevistas foram pautadas em perguntas que auxiliaram no enriquecimento das análises a partir da documentação pesquisada.

Uma entrevista de história oral [...] há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência do sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. [...] Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentaram, que opinam, que reagem, que vivem, enfim! É como se pudéssemos obedecer ao nosso impulso de refazer aquele filme, de reviver o passado, através da experiência de nosso interlocutor.<sup>15</sup>

Ao evocarmos a memória de um tempo institucional, trazendo um universo de significações passadas, não esquecemos de que ela se recria, adquire novos significados, novos sentidos.

Este trabalho, portanto, privilegiará a construção da história das memórias de um tempo institucional, onde os relatos individuais se integram à memória do grupo, inseridos em um contexto histórico, tomando como fonte de pesquisa os registros e documentos pertinentes ao museu e seus tempos.

---

<sup>15</sup> ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.p .14.

## 2 UMA CASA, UM PALÁCIO, UM MUSEU

“Ao passar pelo Palácio Nova Friburgo, levantou os olhos para ele com o desejo de costume, uma cobiçada possui-lo, sem prever os altos destinos que o palácio viria a ter na República[...] Para Santos a questão era só possui-lo, dar ali grandes festas únicas, celebradas nas gazetas, narradas na cidade inteira entre amigos e inimigos, cheios de admiração, de rancor ou de inveja.”<sup>16</sup>



**Figura 1: Detalhe do edifício. Museu da República.  
Fonte: Foto Vera Mangas**

### 2.1 O Palácio do Catete se transforma em Museu da República

Nos últimos anos, vivemos um período de extrema necessidade de se preservar os vestígios do passado, uma verdadeira febre de memória como cita Márcia Chuva, em artigo

---

<sup>16</sup> ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. Rio de Janeiro: Garnier, 1988. P.39

publicado em 2011 e que nos faz refletir sobre o papel do patrimônio enquanto agente de identidade.<sup>17</sup>

De acordo com Andreas Huyssen (2000), a partir dos anos 80 o foco de construção de memórias se deslocou do futuro-presente para o passado–presente. A memória como preocupação cultural e política. Vivemos em um mundo de explosão da memória, ligada a novas formas de armazenar registros, traços de memórias, influenciado por novas tecnologias.

Um patrimônio não fala por si, é necessário que se traduza seus signos e seus símbolos e o insira em um contexto narrativo. O patrimônio é um lugar de história, de memórias e de significados.

O patrimônio descortina o passado, seus sinais, cria relações de pertencimento, e suas memórias nos permitem compreender os fatos e acontecimentos, trajetórias, permanências e rupturas. São fontes documentais sujeitas a interpretações, como também testemunhos da nossa pluralidade cultural.

A ampliação do conceito de patrimônio, como nos apresenta Abreu (2003) é resultado não apenas de uma política pública para o setor, mas também do avanço das conquistas sociais, que se enxergaram e se empoderaram dos seus significados, nos garantindo ampliar esse olhar para o patrimônio para além das políticas de salvaguarda.

O atual edifício que abriga o Museu da República, um Palácio de estilo arquitetônico eclético, situado no bairro Catete, local de forte tradição histórica, política e cultural no Rio de Janeiro, já serviu como residência, sede do poder da República e hoje é um museu, apresentando, dessa forma, várias disputas de memórias.

Embora nosso estudo tenha como objetivo principal a construção da trajetória institucional do MR nos anos da década de 1980, optamos por iniciar nossa escrita a partir de um olhar ampliado para o edifício, testemunho das memórias ali construídas e patrimônio histórico que hoje abriga o Museu da República. Essas memórias representam uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvaguardar, como nos aponta Pollak. Assim, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> CHUVA, Marcia. Entre vestígios do passado e interpretações da história: introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra et al.(coord.). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Forum, 2011. P.37-49.

<sup>18</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jun. 1989, p. 9 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 17 Nov. 2017.

Um olhar sobre um museu dentro do museu, instigando à uma reflexão e buscando a construção de narrativas produzidas a partir de um bem material, um edifício, um monumento, capaz de produzir discursos e acontecimentos e servir testemunhos da história.

O Palácio do Catete é o antigo Palácio de Nova Friburgo ou Palácio do Largo do Valdetaro, que serviu de residência ao rico cafeicultor do Norte Fluminense e comerciante Antônio Clemente Pinto, cuja relevância para a elite fluminense, lhe rendeu o título de Barão, se tornando o primeiro Barão de Nova Friburgo.

Latifundiário e escravocrata, que enriqueceu com o cultivo de café no norte fluminense, o Barão de Nova Friburgo demonstrou o seu poder econômico ao construir uma exuberante residência, ricamente decorada com elementos artísticos internos e externos, reproduzindo salões de palácios europeus, como observado na Figura 2, onde o Barão, ao lado da Baronesa de Nova Friburgo, sua esposa, exibe ao fundo da pintura uma maquete do Palácio de Nova Friburgo.



**Figura 2:** Retrato em óleo sobre tela, Emil Baunch, 1867. Retrata a Baronesa (Laura Clementina da Silva Pinto) e o Barão (Antônio Clemente Pinto) e seus principais feitos que são: A Fazenda Gavião, a estrada de ferro do Cantagalo e o Palácio do Catete.

**Fonte:** Acervo Museu da República

A construção da residência, que se estendeu entre os anos de 1858 a 1866, foi encomendada ao arquiteto e engenheiro prussiano Gustav Waehneltdt, que chegou ao Brasil em 1852, em companhia de dois irmãos também engenheiros – Rodolpho Waehneltdt, que foi

cônsul da Prússia no Brasil e Bertholdo Waehneltdt, fundador e coproprietário do Loyde Brasileiro.

Para a realização da obra, o Barão Antonio Clemente Pinto, adquiriu as casas e terrenos da Rua do Catete nº159, de propriedade de D. Violante Ribeiro da Fonseca e de nº161, de propriedade de D. Maria Clara Pereira de Lacerda, conforme registros encontrados em pesquisa no Arquivo Geral do Rio de Janeiro. Ainda nessas anotações consta o registro de que os imóveis da Rua do Catete de nº 153 a 163 encontravam-se em nome do Barão de Nova Friburgo.

O projeto arquitetônico do Palácio foi premiado com condecoração de medalha de prata na XV Exposição Geral da Escola de Belas Artes de 1862, o que significou um reconhecimento do investimento do Barão de Nova Friburgo e do requinte do projeto de Gustav Waehneltdt.

Serviu de moradia aos seus proprietários por um período bem curto de tempo, uma vez que o Barão faleceu em 4 de outubro de 1869, e a Baronesa logo a seguir em 9 de janeiro de 1870.

Regina Maria da Cunha Bustamante, em apresentação redigida ao livro “Um Palácio quase romano” (RODRIGUES, 2017) , destaca o jornalista e escritor teuto-brasileiro, Karl Von Koseritz, que, ao definir em seu relato de viagem a residência urbana, construída pelo Barão de Nova Friburgo no Catete entre os anos de 1858 e 1867, utiliza a expressão “palácio quase romano” e, pelo que apurou, já que não foi possível visitá-la, informa que era sem igual em qualquer outra casa da América do Sul, abrigando “salões encantadoramente belos”.<sup>19</sup>

O Arquivo Histórico do Museu da República possui sob sua guarda a coleção “Palácio do Catete”, documentação referente a construção do edifício, reunindo recibos de pagamento aos escravos, tendo o Barão se utilizado de mão de obra de escravos, além de operários e artesãos, portugueses e brasileiros, compras de materiais que na sua maioria tinha procedência da Europa, anotações, planilhas entre outros.

Esse acervo documental representa uma fonte extremamente relevante de pesquisa para os que se dedicam ao estudo dos sistemas e técnicas construtivos da época, as relações de trabalho estabelecidas ao longo do projeto, conhecimento dos materiais utilizados na construção, como também dos elementos decorativos e de arte. A figuras 3 apresenta alguns dos documentos pertencentes à Coleção Palácio do Catete.

---

<sup>19</sup> BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Apresentação. In: RODRIGUES, Marcus Vinicius Macri. *Um Palácio quase romano: o palácio do Catete e a invenção de uma tradição clássica*.



Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1860

Sr. Antonio Tenis Monteiro *Comprez*

**a JOSÉ LUIZ MENDES DE OLIVEIRA CASTRO & C.<sup>a</sup>**

RUA DA CANDELARIA N. 15.

Armazem de ferro e outros metaes, carvão, etc., etc.

Paguei em moeda corrente ao prazo de \_\_\_\_\_ mezes; excedendo, pagará juros á razão de \_\_\_\_\_ % do anno.

Typ. de Ellis e Braga

| Para as obras de S <sup>ra</sup> e Com <sup>o</sup> S <sup>o</sup> Parat de Nova Friburgo: |                           |                  |         |
|--|---------------------------|------------------|---------|
| 1  | Folha de 300 pelignadas   | R\$              | 60000   |
| 1  | Alvaras                   | R\$              | 34500   |
| 1  | Fenelados de Curvato fene | R\$              | 150000  |
|  | Conetes do mesmo          |                  | 100000  |
| 14   | 6 Vergues de fene Lucina  | 0: 1: 2: 10.500  | 01450   |
|  | Conetes das mesmas        |                  | 12000   |
| 17   | 1 Foga de Arco            | 0: 1: 2: 5: 0000 | 38910   |
| 4  | Vergues de fene pat       | 1: 2: 2: .       | 132337  |
| 24   | 12 Vergues de aço est     | 105: 320         | 591200  |
| 200  | Estopres                  | R\$              | 11200   |
| 1  | 1 Foga de fene patente    | 0: 1: 2: 5: 0000 | 38901   |
| 14   | 5 Ditos dito              | 1: 3: 11: 0.500  | 152605  |
|  |                           | S&C. R\$         | 3291991 |

MUSEU DA REPÚBLICA  
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

- e -

Recebemos o import da conta acima Rio  
14 de Jan<sup>o</sup> 1860

R\$ 3291991

J. Luiz Mendes de Oliveira Castro  
paguim José Tenis Monteiro

Figura 3: Recibo de compra de materiais para a construção do Palácio Nova Friburgo.  
Fonte: Coleção Palácio do Catete. Arquivo Histórico, Museu da República.

A concepção arquitetônica do edifício o incluiu entre as obras com inspiração na Antiguidade Clássica que o Romantismo vai transformando pouco a pouco em Ecletismo, pelo excesso de liberdade, refletido pela litocromia, aponta o relatório elaborado pela equipe de arquitetos do IPHAN que, na década de 1980, era responsável pelo projeto de restauração

do edifício e de seus bens integrados,<sup>20</sup> e representou um dos raros exemplares das mansões erguidas no Rio de Janeiro em plena sociedade imperial e escravocrata.

A construção do Palácio nas esquinas da Rua do Catete e Rua Silveira Jardim é atribuída a uma decisão da Baronesa que gostaria de ter visão para rua devido a sua vida no campo, fato não comprovado. Ferreira da Rosa, na Revista O Rio de Janeiro em 1905 é de opinião, compartilhada mais tarde por Noronha Santos e Escragnolle Doria, de que o prédio, em sua concepção original, constituía apenas um primeiro módulo de uma edificação projetada para ocupar a totalidade do terreno, entre as ruas Silveira Martins e Ferreira Vianna.

Muito se especulou sobre o custo das obras nos jornais da época, onde também se ressaltava a magnificência da construção e, posteriormente, o seu abandono, após a morte do Barão.

O Jornal Correio Mercantil publicou, ao longo dos anos de 1860 a 1867, várias notificações/avisos de importação por parte do Barão de Nova Friburgo, como pedras de cantaria, mobília, gesso e até mesmo sementes, conforme observamos na Figura 4.

---

<sup>20</sup>Relatório “Complementação da Recuperação dos Elementos Artísticos Internos do Prédio Principal do Museu da República. S.d. Arquivo Institucional do Museu da República. Litocromia, de acordo com o documento

| <b>IMPORTAÇÃO.</b>   |   |
|--|---|
| <b>MANIFESTOS.</b>   |   |
| PAQUETE FRANCEZ — NAVARRE — DE BORDÉOS E ESCALAS<br>De Bordós. |   |
| Acidos : 2 caixas a J. A. Ferreira de Almeida.—                |   |
| Agua mineral : 1 caixa a Daenicker.—                           | Aguardente : 2  |
| barris a Lafourcade e 2 a Leterre Ainé.—                       | Ameixas : 100   |
| caixas a Lons d'Ivernois, 40 a Targine José da Cruz,           | 40 a Blanchoud, 25 a Dreyfus, 25 a Decosterd & Pra-     |
| der, 20 a Ballauf, 6 a Leverd, 4 a Kuhnert, 4 a Wal-           | lerstein, 2 a Machado & Mello e 1 a Meuron.—            |
| Apreostos militares : 5 caixas ao ministro da guerra. —        | Armamento : 8 caixas a J. L. V. Ramalho de Castro.—     |
| Azeite : 2 barris a Leverd e 1 Machado & Mello.                |   |
| Batatas : 200 cestós a Leverd, 10 a Lafourcade.—               | Bi-   |
| jouterias : 3 caixas a Naura, 1 a Guenée, 1 a Ruffard,         | 1 a Favre, 1 a Meyrat, 1 a Valais, 1 a Dubrenil, 1 a    |
| Hyvernai, 1 a Boigereau, 1 a Prault. —                         | Brilhantes : 1  |
| caixa a Bernard Lejenne.                                       |   |
| Caçado : 2 caixas a J. A. P. Blanc.—                           | Calçado : 6 caixas                                      |
| a Ribeiro Guimarães, 4 a Agostinho Moreira de Quei-            | roz, 3 a Pinchinel, 2 a F. M. Brand., 2 a Gonçalves     |
| de Castro, 1 a Michel e Comp., 1 a Peixoto da Gama,            | 1 a J. M. Brandon, 1 a F. J. J. Corrêa, 1 a Guilherme   |
| de Castro, 1 a Queiroz e Comp., 1 a Daenicker, 1 a             | Campos e 1 a Fernandes Braga & Araujo. —                |
| Cebollas : 2 barricas a Lafourcade.—                           | Chapéos : 2 caixas a Destas,                            |
| 1 a Oliveira & Sigaud e 1 a Chustee.—                          | Chapéos de pa-  |
| lha : 6 caixas a Naylor e 2 a P. Seurat. —                     | Charutos 1  |
| caixa a Isambert. —  | Cobertores : 3 vols. á ordem. —                         |
| Conservas : 2 caixas a Campos e 1 a Oliveira & Sigaud.         |   |
| —  | Cornas : 1 caixa a Zignago.                             |
| Doces : 2 caixas a Bernardo Ribeiro da Cunha, 1 a              | Oliveira & Sigaud, 1 a Ysambert, 1 a Machado & Mello    |
| e 1 a Castagnier. —  | Drogas : 2 caixas a Oliveira & Sigaud.                  |
| Machinismo : 5 vols. a Kuhnert. —                              | Manteiga : 10   |
| barris a Decosterd & Trudex, 6 a Lafourcade. —                 | Mobili-   |
| lia : 2 vols. ao barão de Nova Friburgo. —                     | Modas :   |
| 3 caixas a Nevière & Herail, 3 a Leverd, 3 a Holagouy,         | 3 a A. Castel, 2 a F. Lacarrière, 2 a Manoel Martins da |
| Silva Vianna, 2 a Berr, 2 a Decap, 2 a P. Seurat, 2 a          | Tracol, 2 a A. Fernandes de Sousa Alves, 1 a Coelho &   |
| Pereira, 1 a Trigit, 1 a Luis Simões da Fonseca, 1 a           | Haseclover, 1 a Lehmann, a J. Carvalho de Miranda,      |
| 1 a Hannier, 1 a Walerstein, 1 a Savelli Moll, 1 a Cra-        | mar, 1 a Lacarrière, 1 a Mills Lambert, 1 a Nepomuce-   |
| no & Carneiro, 1 a Catharina Dason. —                          | Musica impressa :                                       |
| 1 caixa a W. de Lara Tuper.                                    |   |

| <b>IMPORTAÇÃO.</b>  |  |
|---|--|
| <b>Manifestos.</b>  |  |
| BARCA BRASILEIRA — ROCHA — DE LISBOA.                         |  |
| Aguardente : 1 meia pipa a Maciel & Costa.—                   | Alhos : 30 fardos a Antonio Manoel da Costa Ro-  |
| cha. Alpiste : 40 surrões a Aranaga. —                        | Amen-  |
| dos : 20 barricas a José Araujo Coutinho                      | Vianna e 10 a Maciel & Costa. —                  |
| Aréa de moldar : 20 barricas a Alvares & Justino e 12 a Rocha | Lopes & Leite. —                                 |
| Azeite doce : 100 barris de                                   | quinto a Barbosa & Dine, 50 a B. J. Luiz de Sá,  |
| 50 a Rocha Lopes & Leite, 40 a Klingelhoefer. —               | 25 a Manoel Gonçalves Pereira, 20 a Antonio      |
| Manoel da Costa Rocha, 20 a José Antonio Dias                 | Vianna e 20 a Sá Passos.                         |
| Banha : 100 barris a Rocha Lopes & Leite. —                   | Bordados : 1 caixa a José Ribeiro Louzada.       |
| Cal : 6 barricas a João Paulo Cordeiro. —                     | Car-   |
| vão animal : 70 barricas a Rocha Lopes & Leite                | e 16 á ordem. —                                  |
| Cebollas : 150 caixas a Rocha                                 | Lopes & Leite, 1,000 molhos a Silva Couto e      |
| Comp. e 1,000 a Duarte & Menezes. —                           | Cérea em   |
| grume : 7 barricas com 2.013 libras a Luiz José               | Pimenta Bueno. —                                 |
| Cré : 12 barricas a Rocha                                     | Lopes & Leite.                                   |
| Drogas : 15 volumes a Rocha Lopes & Leite.                    | Estopa : 46 massos á Silva Couto e Comp.         |
| Farelo : 100 saccos a Rocha Lopes & Leite                     | e 25 á companhia Gallinocultura. —               |
| Fazendas de   | linho : 1 caixa a Francisco Cardoso. —           |
| Feijão : 50 saccos a Rocha Lopes & Leite. —                   | Frutas : 30                                      |
| caixas a Antonio Francisco Guimarães Pinheiro.                | Livros : 1 caixa a Manoel Joaquim Rocha e        |
| 1 a Antonio Joaquim de Souza Freire.                          | Mostarda : 4 barricas a Rocha Lopes & Leite.     |
| Objectos diversos : 1 caixa ao barão de Nova                  | Friburgo. —                                      |
| Ocre : 11 barricas a Rocha Lopes & Leite. —                   | Oleo : 2 caixas a Rocha Lopes & Leite.           |
| Paizão : 5 saccos a companhia Gallinoculto-                   | ra. —  |
| Peirras de cantarais : 26 ao barão de Nova                    | Friburgo. —                                      |
| Peixe : 9 barris a Antonio Manoel                             | da Costa Rocha, 4 a Rocha Lopes & Leite.         |
| Sal : 50 moios a Rocha Lopes & Leite.                         | Trigo : 5 saccos a companhia Gallinocul-         |
| tora.   | Vellas de composição : 1 caixa a Schaeffer. —    |
| Vinagre tinto : 9 pipas e 50 barris de quinto a               | Sá Passos, 3 pipas e 5 barris de quinto a Maga-  |
| lhães & Lira, 50 barris de quinto a Francisco                 | Teixeira Bastos —                                |
| Vinho branco : 4 barris de                                    | quarto a Maciel & Costa, 1 a Fernandes & Car-    |
| valho, 50 barris de quinto a Rocha Lopes & Lei-               | te, 25 a Magalhães & Lira. —                     |
| Vinho tinto : 14 pi-  | pas, 40 barris de quinto, 60 ancoretas a Klinge- |
| lhorifer, 10 pipas a Rocha Lopes & Leite, 6 pi-               | pas, 20 barris de quinto e 20 ancoretas a Anto-  |
| nio Joaquim Cerqueira, 5 pipas, 25 barris de                  | quinto e 50 ancoretas a Antonio Manoel da        |
| Costa Rocha, 5 pipas, 20 barris de quinto e 25                | ancoretas a Magalhães & Lira, 1 barril de quar-  |
| to a Fernandes & Carvalho.                                    |  |

Figura 4: Comunicação de chegada de material importado pelo barão de Nova Friburgo para a obra de sua residência.

Fonte: IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, p. 4, 21 fev. 1860 e p. 4, 20 nov. 1860

O Palácio de exuberante e imponente riqueza artística, era comentado nas rodas da sociedade imperial. Joaquim Nabuco publicou em *O Globo* de 19 de setembro de 1875:

[...]“O que me faz, ainda que em duas palavras, falar da festa dada no Palácio Nova Friburgo é a magnificência do edifício. Durante horas estive ali um das ilusões mais completas da minha vida; aquela escadaria suspensa de bronze dourado em dois lances sob seus degraus de mármore branca, a galeria aberta do segundo andar, cuja balaustrada cortada por grandes colunas estava carregada de vasos de flores; o vermelho dos vidros e da pintura; os afrescos das muralhas; as portas de pau cetim

embutidas de prata; as paredes forradas em toda a altura de espelhos que multiplicavam as velas sem números dos enormes lustres de cristal; a abundância de flores; os moveis suntuosos, tudo combinava-se para exercer sobre a vista e a imaginação a impressão mais nova e mais agradável.”

Notícias sobre a atuação de apoio ao Império, também são veiculadas no “Jornal do Comercio”, na edição do dia 25 de agosto de 1865, em que se publica com nítida repercussão positiva e de exaltação, um anúncio apontando a ação do Barão de Nova Friburgo como um exemplo a ser seguido por demais cavalheiros da Corte:

O senhor Barão de Nova Friburgo, seus filhos, os Sr. Barão de São Clemente e Dr. Bernardo Clemente Pinto, seu primo, o Sr. Comendador Francisco Clemente Pinto, depois de libertarem seis escravos pardos ofereceram-os, ontem ao governo imperial para sentarem praça no exército e na armada. Não é a primeira oferta do Sr. Barão, já foram entregues avultadas quantias ao tesouro nacional para as urgências do Estado.” (CORREIO..., p.1, 1895)

O Palacete de Nova Friburgo também traduz sua relação com a cidade, que vislumbrava um período de uma nova expansão de ocupação em direção à zona sul, se tornando um território de dominação da burguesia imperial, suas formas construtivas e de contextualização e interação com a sociedade de época.

Desde a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a abertura dos portos brasileiros e a conseqüente entrada de estrangeiros em maior número no país, fez com que novos costumes chegassem à cidade, incluindo o de morar fora do eixo do centro, em propriedades com características de chácaras. O bairro do Catete passa a ser opção de moradia dos nobres, onde as velhas chácaras do Caminho Botafogo iam dando lugar aos novos arruamentos e fracionando as grandes propriedades do início do século XIX, sendo ocupada, ao longo dos anos, por residências e espaços das elites, que tinham como ideologia a “Europa possível” .<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> O termo “Europa possível” foi cunhado por Afonso Carlos Marques dos Santos, no ensaio *Da Colonização à Europa possível*, as dimensões da contradição incluído no livro *O Rio de Janeiro de Grandjean de Montigny*, editado pela PUC-RJ FUNARTE e Fundação Roberto Marinho, em 1979.

Após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, grandes fidalgos, negociantes, estrangeiros e funcionários de Governo se instalaram no Catete. De acordo com Aureliano Restier Gonçalves, em seu livro *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, “os ricos do Catete tinham força política e daí as vantagens dadas a este bairro, favorecendo seu rápido progresso. Em chegando a família real portuguesa, em 1808, o Catete passou a ter ainda maiores cuidados da administração da cidade.” In: GONÇALVES, Aureliano Restier, 1881-1967. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.p.96



**Figura 5: Vista do Bairro do Catete.**

**Fonte: Ilustração de Ivan Wash Rodrigues. Arquivo Histórico do Museu da República**

Naquela ocasião, o caminho do Catete, cuja origem remonta aos tempos anteriores à conquista portuguesa, abrigava chácaras e um pequeno comércio, mas já trazia a importância de ligação entre o Centro e a Zona Sul, local escolhido pelo Barão para construir um imponente palácio, reforçando a ideia de afirmação de uma tradição nacional tendo por base a cultura europeia, além de estar próxima de sua firma comercial Friburgo & Filhos estabelecida no Capital do Império.

[...] A estrada do Catete é larga, e por um outro lado poucas casas tem a frente dela, sendo quase toda bordada de cercas das chácaras, que ocupam o terreno, por onde passa a dita estrada, mas sobre os outeiros até a praia de Botafogo, inclusivamente se vem muitas e boas casas de campo...[...]<sup>22</sup>

Pedro Nava descreve, em seu livro *Baú de Ossos*, o bairro do Catete que seu avô conheceu em 1879, “com lindas casas, térreas ou assobradadas, com suas arandelas, suas luminárias, seus gradis e portões de ferragens caprichosas, estilizando animais e plantas; suas janelas de vidraça desenhadas e bandeirolas de vidro colorido, suas portas de moldura quadrada ou arredondada...”

<sup>22</sup> Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à História do Brasil*. v.1. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 34.

A partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, há um redirecionamento do capital do tráfico para o plantio do café, para o comércio atacadista e para o circuito imobiliário do Rio. Carlos Lessa, em seu livro *O Rio de todos os Brasis*, traça um panorama da cidade e aponta que neste período se multiplicam os loteamentos na cidade. Em 1860 já haviam sido loteadas as regiões de Riachuelo, Rio Comprido, Jardim Botânico e Botafogo.<sup>23</sup>

De acordo com o autor, o Rio de Janeiro Imperial do D. Pedro II não contou com construções oficiais majestosas e gastos com embelezamento urbano, dado ao seu manifesto interesse pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos. Neste cenário se destacariam o Palácio Itamaraty, construído em 1855, no bairro central do Rio de Janeiro, e o então Palácio Nova Friburgo, ambas residências urbanas.

A relevância da documentação sobre a construção do Palácio de Nova Friburgo como fonte de pesquisa, já apontada aqui, resultou em uma linha de pesquisa do Centro de Estudos da História da República, da Divisão de Documentação e Pesquisa, do Museu da República nos anos da década de 1980.

Sob o título “Sistemas Construtivos em meados do século XIX: um estudo de caso – O Palácio do Largo do Valdetaro 1858-1867”, a pesquisa, coordenada pelo então chefe do CEHR, historiador José Luiz Werneck da Silva, com apoio da engenheira Silvia Puccioni, uma das engenheiras responsável pela obra de restauração do MR, tinha como pesquisadora a arquiteta Patricia Pimentel Nitzsche. Embora tenhamos encontrado documentos no arquivo institucional que atesta o avanço da pesquisa e do projeto para sua publicação, não encontramos os textos elaborados pelos pesquisadores.

Nas anotações sobre o projeto identificamos que a pesquisa estava centrada em cada um dos anos da construção do edifício. Assim, a publicação proposta para a pesquisa seria dividida em nove partes, de acordo com o desenvolvimento da obra, por cada ano.

O ano de 1858 se apresentava como o ano da instalação do canteiro de obras, da fundação, do início dos trabalhos de alvenaria, e de trabalhos no piso do térreo. Em 1860, as atividades principais incluem a conclusão da alvenaria, com o esqueleto do prédio praticamente pronto, o revestimento das fachadas, a colocação de soleiras, lajes e ombreiras de cantaria, fixação do taboado, arremates nos vãos e instalações, como condutores de cobre. Já em 1865, aponta o documento, as atividades principais incluíam as obras de estucagem, pinturas decorativas (as de Emilio Bauch), o começo das obras no jardim, a douração e os entalhes, a colocação do papel de parede, cortinas e espelhos.

---

<sup>23</sup> LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 146

Ainda na documentação, o historiador Werneck da Silva ressalta a originalidade da obra editorial e apresenta como um dos dados resultantes da pesquisa o fato do uso em larga escala de trabalhadores livres, de escravos de ganho e a incidência acima do comum de máquinas simples, como por exemplo, bombas e roldanas.

Este primeiro tempo histórico do edifício revela um período de contextualização e compreensão dos modos e costumes da sociedade da época, do tempo do Barão de Nova Friburgo, representante de uma elite escravocrata, rico comerciante do Brasil Imperial, que buscava, por meio do seu prestígio econômico, destaque social na Corte.

Após o falecimento do Barão e da Baronesa, em 1869 e 1870, respectivamente, o Palácio passou a pertencer ao primogênito do casal, Antônio Clemente Pinto, o conde de São Clemente, que residiu ali por alguns anos. Em 1889, o Palácio foi vendido para a Companhia do Grande Hotel Internacional, que pretendia transformá-lo em hotel de luxo. O projeto, porém, por dificuldades financeiras, não se concretizou, pois somente parte do capital lançado em ações foi vendida. Francisco de Paula Mayrink, o Conselheiro Mayrink, um de seus acionistas, comprou as cotas dos demais sócios, tornando-se o único proprietário do imóvel. Rico negociante, Mayrink morou no Palácio por apenas três meses. A partir de então, utilizava-o somente durante os fins de semana ou o cedia a parentes e amigos para banhos de mar, festas e passeios marítimos. Mais tarde, em dificuldades financeiras, teve que hipotecar o prédio por duas vezes; a segunda delas ao Banco da República do Brasil, atual Banco do Brasil. Em 1896, Mayrink e o Banco fizeram um acordo, e o Palácio foi vendido ao governo federal por 3.000 contos de réis, em escritura lavrada a 18 de abril de 1896.

O segundo tempo histórico e de construção de memórias desse patrimônio, aqui definido, corresponde ao período da transformação do Palácio de Nova Friburgo em sede da Presidência da República, passando a ser conhecido como Palácio do Catete.

Em 22 de fevereiro de 1897, o então vice-presidente Manuel Vitorino, no exercício do poder, em razão do licenciamento do presidente Prudente de Moraes (1894-1898) por motivo de saúde, transfere a sede da presidência, até então sediada provisoriamente no Palácio do Itamaraty, à rua Larga de São Joaquim, no centro da cidade para o bairro do Catete, permanecendo até 1960.



Figura 6: No dia 24 de fevereiro. Ilustração de Angelo Agostine.

Fonte: AGOSTINE, Angelo. No dia 24 de fevereiro. *Dom Quixote*. Rio de Janeiro, n.º81, 06 mar. 1897.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714178&PagFis=588&Pesq=pal%c3%a1cio%20do%20catete>>



Manuel Vitorino, tomado pelo poder, promoveu dois dias depois da mudança, em 24 de fevereiro, uma festa oficial em comemoração ao aniversário da primeira Constituição da República. Os jornais de época registraram tamanha ostentação pública, com navios ancorados na Baía de Guanabara com holofotes para o Palácio, convidados de altas patentes militares, banqueiros e representantes da alta sociedade, seguido de jantar com um menu em francês, que levou Artur Azevedo a escrever a quadrinha:

*“Fui ao palácio resplendente,  
Fui; e o que mais me agradou lá,  
Para falar-vos francamente,  
Foi o “jambon du Paraná” ...[...]*

O jornal A Gazeta de Notícias descreveu a festa de inauguração do Palácio do Catete como sede da República Brasileira, dando conta do que representou a noite e o significado que Manuel Vitorino esperava passar para o povo brasileiro como representante da república.

“Uma recepção sem precedentes. Imponente! Tudo aquilo dava a sensação do início de uma era nova, compatível com a dignidade da República, auspiciosa para a nossa reputação de povo, há muito tempo arrancado às doçuras da tanga e do cocar” ( A FESTA..., 1897, p.1)

O Palácio do Catete, cuja expressão foi citada pela primeira vez na edição do *Jornal do Commercio* de 20 de fevereiro de 1897, segundo Almeida (1994)<sup>24</sup>, representa durante seu período como sede do governo executivo um tempo de construção de narrativas relacionado às questões de representatividade de um poder político.

Durante 63 anos, o edifício, também conhecido como Palácio das Águias<sup>25</sup>, como se pode observar nas figuras 7 e 8, adquiriu uma identidade voltada para o exercício dos atos de governo central, suas relações de poder e formas de representação de uma República que se vai construindo a partir de 1889.

---

<sup>24</sup> ALMEIDA, Cícero Antonio Fonseca. Catete: memórias de um Palácio. Museu da República, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>25</sup> As esculturas colocadas na reforma de 1896 na platibanda do Palácio são substituídas, em 1909, por águias, de acordo com o projeto original. O Palácio passa a ser conhecido também como Palácio das Águias.



**Figura 7: MUSSO, Luiz. Palácio da Presidência. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [191-]. 1 foto, papel albuminado.**

**Disponível em:** <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon206338/icon206338\\_04.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon206338/icon206338_04.jpg)>



**Figura 8: PALÁCIO do Catete. [S.l.: s.n.], [entre 1911 e 1922]. 1 foto, gelatina, pb, 23,4 x 17,2cm.**

**Disponível em:**

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon46390/icon46390\\_011.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_011.jpg)>

Um Palácio, residência de um Barão do Café, representante da Império, agora seria a sede do novo sistema de governo, a República.

O imóvel passou, então, por grande reforma, para adaptar o antigo edifício à nova função. A obra foi coordenada pelo engenheiro Aarão Reis e contou com a participação dos pintores Antonio Parreiras e Décio Villares, além do paisagista Paul Villon, discípulo de Glaziou, criando formas paisagísticas em que transformou o antigo pomar em um elegante jardim.

Dezesseis presidentes da República passaram pelo Palácio do Catete, entre os anos de 1897 a 1960, sendo palco de grandes acontecimentos sociais, de intensas articulações políticas e econômicas e de graves crises políticas.

Duas declarações de guerra foram assinadas em suas dependências: em 1917, ao Império Alemão, por Venceslau Brás, e, em 1942, ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), pelo presidente Getúlio Vargas.

As memórias advindas do seu novo papel de representação de sede do poder executivo do governo nos remetem a uma nova identidade e um novo significado para o edifício. Ao mesmo tempo em que a sociedade vai incorporando o Palácio do Catete na sua relação com a cidade e com o bairro, o edifício é palco de acontecimentos e embates gerados pelas disputas de poder e práticas de representação.

Mas a mais memorável crise de sua história e que marcou definitivamente a memória deste monumento, foi o suicídio do presidente Getúlio Vargas, na madrugada de 24 de agosto de 1954. Com um tiro no peito, Vargas se suicidou num quadro de crise política, tendo deixado uma carta uma carta-testamento que se transformaria num dos mais conhecidos documentos históricos brasileiros.

O Presidente Juscelino Kubitschek (1956- 1960) foi o último presidente a ocupar o Palácio do Catete como sede do governo da República. Em 1960, com a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, JK transforma o Palácio do Catete em Museu da República.

A figura 9 ilustra o momento da mudança e os funcionários acompanhando o serviço de embalagem dos móveis e objetos rumo a nova sede do governo em Brasília.



**Figura 9: Preparativos da mudança para Brasília**  
**Fonte: Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional**

No dia 15 de novembro de 1960, às 20h30, o nobre prédio da Rua do Catete deixava para trás o exercício de 63 anos da Presidência da República.

Em seu discurso, Juscelino afirmava que, em sua decisão quanto ao destino a ser dado ao Palácio do Catete, não lhe coube alternativa a não ser transformá-lo em parte da história e integrá-lo ao patrimônio nacional. Sua presença no ato de inauguração pode ser observada na Figura 10, ao lado de Josué Montello, diretor do MHN, eternizando o momento transformador.

Inauguramos no dia de hoje, neste Palácio do Catete, durante tantos anos sede do Governo, um museu de nossa história republicana. (...) Tão grande e tão importante, tão simbolicamente representativo da nossa própria instituição vigente se tornou este Palácio que, mudada a Capital em obediência a uma disposição constitucional e às exigências do novo Brasil, não me foi possível dar outro destino a esta nobre mansão. (KUBITSCHKE, 1960).<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Trecho de discurso do presidente Juscelino Kubitschek no dia de inauguração do Museu da República. In: OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Discursos. Biblioteca da Presidência da República, 1961. p. 389. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/jk/jk-discursos-1960/view> Acesso em 26/08/2018.



**Figura10: Ato de inauguração do Museu da República.**  
**Fonte: Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.**

Chegamos, assim, à terceira camada de memória desse edifício que se recria e se ressignifica ao longo dos anos. O patrimônio se aproxima da história na forma de documento como também na medida que temos aí um exercício peculiar de narrar o tempo passado, permitindo um olhar sobre as suas camadas de memórias, o que nos concede observar contextos, rupturas, permanências e compreensão dos fatos. O patrimônio é um lugar de história e também um lugar de memórias. Neste sentido ao olhar para o patrimônio, buscando entender sua trajetória, usos, permanências e rupturas nos leva a compreender formas de diálogos com o bem cultural e a construção de possíveis narrativas.

Historiar os tempos do edifício, suas camadas de memória, sua experiência e expectativa, o que vai se constituir em uma relação com o tempo, que Koselleck chama de tempo histórico, na relação entre o passado e o futuro, na distinção entre ambos que se constitui o tempo histórico. Os estratos de tempo apontam as narrativas do patrimônio, suas experiências singulares que a história registra identificando que “há estruturas que persistem e há processos que perduram.” (Koselleck, 2004, p. 192).

A teoria dos tempos históricos de Reinhart Koselleck transpõe da geologia para a história a ideia de uma estratificação do tempo, composta, portanto, de diversos planos, com

durações e origens diferentes, e que remetem uns aos outros, atuando simultaneamente, mas que, por fim, independem uns dos outros (Koselleck, 2014, p. 19).

Memória e história, os conceitos se entrelaçam e criam uma relação dialética. A memória serve à história, embora esta seja sempre suspeita para a história, como nos apresenta Nora (1993). Ao se transformar em museu, o Palácio do Catete se revela como parte dessa narrativa, carregando suas memórias e se reinventando como guardião da história republicana brasileira.

Os jornais já anunciavam a transformação do Palácio do Catete em Museu da República, criando na imprensa um clima de surpresa para a abertura dos salões daquele Palácio que por 63 anos serviu como sede da Presidência da República.

Houve também manifestação na imprensa, com opiniões contrárias à reconstituição do quarto em que o presidente Getúlio Vargas teria se suicidado, argumentando ter sido uma tragédia familiar, o que poderia se tratar de desrespeito à vida íntima do presidente.

Mas a sociedade queria mesmo era conhecer os salões, locais de protagonismo das decisões e dos encontros marcados pelo poder, como também o quarto onde o presidente Getúlio Vargas cometera suicídio.

O Jornal do Brasil trazia em sua manchete do dia 12 de fevereiro de 1960: “Palácio do Catete será Museu da República a partir de 15/11” (Palácio..., 1960, p. 8).

O jornal Correio da Manhã, em sua edição do dia 10 de novembro de 1960, já anunciava: “Catete com seus salões soberbos será agora o Museu da República” (Catete..., 1960, p. 12).

E, no dia 16 de novembro, no dia posterior a abertura do museu, o jornal Correio da Manhã traz como manchete: “Palácio do Catete transforma-se em Museu da República do Brasil” (Palácio..., 1960, p.8).

Ao discursar no ato de inauguração do Museu da República, na noite de 15 de novembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek reafirma a importância do museu como espaço da preservação da memória nacional:

Este Museu, que declaro inaugurado, há de contar aos que o visitarem e, sobretudo, à infância e à juventude de nossa Pátria, um pouco da luta que homens de toda natureza travaram em prol dos altos destinos do Brasil. Vultos insignes continuarão presentes aqui — vivificados em nossa lembrança pela gratidão que lhes devemos e iluminados pela glória, a quem já se denominou de sol dos mortos.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Discurso proferido no ato de inauguração do museu da República. 15/11/1960. In: Biblioteca da Presidência da República. P.391 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Discursos. Biblioteca da Presidência da República, 1961. p. 389. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/jk/jk-discursos-1960/view>> Acesso em 26/08/2018.

Estiveram presentes neste ato solene representantes do poder político, personalidades públicas da sociedade e da cultura, além de outros convidados, tendo o presidente selado um ato simbólico ao descer as escadarias do Palácio do Catete rumo à Brasília.

Neste ato, a República tornava-se passado, presente e futuro e um grande desafio em se construir um museu.

Ao criar o Museu da República, o presidente JK, como era chamado, não somente garantia o papel de guardião do passado, como também revelava o caráter modernista de seu pensamento acerca do patrimônio. Juntava-se às ideias daqueles homens que vinham projetando o futuro – materializado na construção de Brasília – mas que também pensavam nas questões relacionadas à memória e ao patrimônio nacional.

Foram principalmente intelectuais de linhagem modernista que criaram e geriram, durante décadas, a política de preservação do patrimônio brasileiro, efetivada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Trata-se de um pensamento que buscava historicizar o tempo, dando significado ao passado com o olhar no futuro. O novo constrói-se de uma tradição cultural.

Não tão entusiasmado, o diretor Josué Montello em seu discurso relata o drama administrativo que precisou enfrentar para transformar o Palácio do Catete em Museu da República.

No período de abril a setembro, antes que Vossa Excelência acudisse ao palácio do Catete com o suprimento que me permitiu transformar esta Casa, só Deus sabe o pequeno drama administrativo que andei vivendo com a obrigação de atender à conservação deste prédio, sem um centavo de verba própria.<sup>28</sup>

Esse terceiro tempo histórico pretende apontar o período em que o edifício, após sediar por 63 anos a sede do governo republicano, se transforma em um museu de história, dos movimentos e processos republicanos. A sua criação, no início da década de 1960, pontuando a transferência da Capital Federal para Brasília, tendo como significado o deslocamento do centro de poder da república, recaiu sobre o edifício uma ressignificação de seu uso e o despertar para as camadas de memórias ali depositadas.

JK cria o Museu da República com a intenção em dar um significado de rompimento com o que considerava “antigo”, conferindo à nova Capital um gesto de construção de novos

---

<sup>28</sup> Jornal do Comercio. 17/11/1960. Arquivo de Recortes de Jornais. Arquivo Institucional MHN.

rumos para o país. Em seu discurso apresenta o Brasil do futuro, de uma nova era. O museu ficaria, assim, encarregado de perpetuar “o que ficou no passado”.

O presidente JK, por ocasião do quarto aniversário de governo, em reunião com seu Ministério no Salão Ministerial do Palácio do Catete, fez uma retrospectiva de seus anos à frente da Presidência da República, apontando Brasília como sua meta síntese. “Brasília foi o primeiro ato dessa revolução, fecundo em consequências, a meta número um, a meta-síntese de um Brasil renovado. Brasília significa, não apenas a mudança de sede de um Governo, mas de todo o rumo de uma grande nação.”<sup>29</sup>

O presidente reivindicava, assim, a posição de um governo arrojado, que havia transformado o Brasil, tirando o país da mesmice e o incluído no mundo de desenvolvimento e de mudança de patamar político.

Em contrapartida, ao transferir a Capital Federal para Brasília, o Rio de Janeiro deixou de ser o centro do poder da República, o que vai acarretar, num primeiro momento, em um esvaziamento da cidade e perda de status político.

RIO DE JANEIRO, 19 DE ABRIL DE 1960.

DESPEDIDA AO POVO CARIOCA, PELA "VOZ DO BRASIL".

Povo Carioca! À tranqüilidade de consciência pelo dever cumprido se reúne a tristeza do adeus a esta encantadora cidade do Rio de Janeiro, que, com incedível generosidade, hospedou o Governo durante quase dois séculos.

A transferência não se faz sem os efeitos de natureza emocional. Confesso que me acho possuído, ao transmitir-vos esta mensagem de afeto e reconhecimento, pela sensação de estar perdendo alguma coisa — o privilégio de viver convosco, altivo, nobre e culto povo que, com o correr do tempo, vim a conhecer melhor e cada vez mais amar.

Estou certo de que, embora de longe, o magnetismo da vossa cidade continuará a imprimir caráter particular a decisões fundamentais para os rumos do Brasil e que os vossos centros de cultura prosseguirão jorrando a luz que dirige a marcha do Brasil para o seu grande destino. Bem sabeis que, ao cumprir o preceito da Constituição que determina a mudança da Capital do país para o planalto central, atendemos a um imperativo de nossa formação republicana federativa. Com esse passo, remontamos às nossas raízes históricas e rendemos, aos varões ilustres que se constituíram patriarcas da Nação brasileira, homenagem das mais grandiosas de quantas lhes foram prestadas.

Deixo a responsabilidade da administração do Estado da Guanabara a um dos meus mais dedicados auxiliares, Embaixador José Sette Câmara Filho, que demonstrou, em todos os momentos, firmeza de caráter, inteligência arguta e excepcional exaço no cumprimento dos deveres. Será ele um digno sucessor dos eminentes Prefeitos, Doutores Sá Lessa, Negrão de Lima e Sá Freire Alvim, que o precederam, aos quais,

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Discursos. Biblioteca da Presidência da República, 1961. p. 390. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1960/31-de-janeiro-de-1960-no-quarto-aniversario-do-governo-perante-o-ministerio-reunido-no-palacio-do-catete-parte-i/view>> em Acesso em 26/08/2018.



de público, manifesto o meu mais sincero e efusivo reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à cidade do Rio de Janeiro, durante o meu Governo. Quero render, aqui, homenagem ao vosso último Prefeito, Doutor Sá Freire Alvim, honrado homem público, administrador dos mais eficientes, realizador de inúmeras obras que em definitivo hão de marcar a sua gestão à frente do executivo municipal. Ao despedir-me, asseguro que, enquanto eu for Presidente da República, há de dar-vos o Governo Federal inteira colaboração, a fim de que o Rio de Janeiro mantenha o título com que o mundo todo o consagra — Cidade Maravilhosa.<sup>30</sup>

Ficamos na expectativa de analisar o contexto em que foi criado o MR, qual seria a sua missão e se houve uma proposta conceitual para a sua transformação em um museu de história da República, que estava surgindo em um momento de mudanças no país.

Que tipo de narrativa histórica seria construída para que o público compreendesse o que chamávamos de República. Uma República dos vitoriosos, das glórias e dos relatos oficiais? Como se constituir um acervo, suas formas de olhar e perceber a república num edifício que viveu carregado de rastros de memórias do período em que serviu de residência de um representante da elite imperial e que sediou o poder republicanos por 63 anos.

Ao estudar a bibliografia referente a formação de museus de história e de memórias institucionais de museus, alguns estudos serão destacados ao longo desta tese.

Entretanto, gostaríamos de destacar um desses estudos sobre a criação e formação do Museu Republicano de Itu, com o objetivo em estabelecer algumas bases de referência com a criação do Museu da República, pelos motivos que seguem abaixo.

O primeiro dos motivos, por se tratar de museus que possuem a mesma temática como projeto, ou seja, a memória do regime republicano.<sup>31</sup>

O segundo motivo, se encontra na contextualização do período em que são criados. Ao analisar os estudos e discursos dos personagens envolvidos no ato de criação de ambos, levanto aqui a hipótese de que o projeto de criação destes museus está atrelado a legitimação de um projeto político.

Mariana Esteves Martins apresenta em sua dissertação de mestrado um estudo sobre a formação do Museu Republicano de Itu, inaugurado em 18 de abril de 1923, nas comemorações de cinquentenário da reunião histórica “Convenção de Itu”.<sup>32</sup> A autora, ao

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. DESPEDIDA AO POVO CARIOCA, PELA "VOZ DO BRASIL. RIO DE JANEIRO, 19 DE ABRIL DE 1960. In: Discursos. Biblioteca da Presidência da República, 1961. p. 389. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/jk/jk-discursos-1960/view>> Acesso em 26/08/2018.

<sup>31</sup> O Museu Republicano de Itu possui como missão apresentar a principal questão histórico papel de São Paulo na implementação da República. O museu da República nasce com a proposta de abordar a história republicana brasileira.

<sup>32</sup> Martins, Mariana Esteves. A formação do Museu Republicano “Convenção de Itu” (1921-1946). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2012.

tratar da criação do museu, observa que o Museu Republicano respondia a uma demanda dos setores dominantes do Partido Republicano Paulista-PRP<sup>33</sup> em celebrar a sua história, representando a legitimação de um projeto político. Washington Luís, que posteriormente, ocuparia o Palácio do Catete, e que na ocasião estava à frente do governo do Estado de São Paulo, se envolveu diretamente na criação do museu, que surge vinculado ao Museu Paulista.

Para Martins, a retomada da Convenção de Itu enquanto símbolo do ideal republicano em São Paulo e sua tradição, “significou, antes de tudo, uma tentativa de legitimar a posição política do grupo que a instituiu, bem como seu projeto de Estado.”<sup>34</sup>

O Museu da República também surgiu como projeto de um político e de uma ação política.

JK discursa se referindo à destinação do Palácio do Catete como “tão significativa e símbolo de tantas experiências republicanas frente ao novo Brasil que despontava”. Esse novo Brasil, segundo o presidente, era resultado do desbravamento do país para o Planalto Central, interiorizando o país e mudando seu centro de poder com a mudança da Capital Federal, somado a um novo rumo econômico.

Embora 37 anos separem a inauguração do Museu da Convenção de Itu do Museu da República, observamos características bem próximas nas formas de condução e conceituação desses locais de memória.

No primeiro, o protagonismo de São Paulo é colocado em um momento em que o PRP perdia poder no cenário nacional. Ao se apropriar do Casarão aonde ocorreu a Convenção de Itu para reforçar o ideário republicano, e fortalecer a posição de um Estado que representava a alternância de poder na república, os conceitos de passado e tradição seriam o elixir que fortificaria os ânimos dos atores da época, segundo Martins.<sup>35</sup>

No caso do Museu da República, na transformação do Palácio do Catete em museu e a transferência da Capital Federal para Brasília, se percebe o discurso do moderno, se inaugurava um novo Brasil, o Planalto Central, terra desbravada, seria agora o centro de poder da República. O velho dava lugar ao novo. “Vamos celebrar o passado e olhar um novo Brasil.” Este era o sentido e a força dos discursos que o governo JK queria passar para a

---

<sup>33</sup> PRP-Partido Republicano Paulista. Partido político paulista fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da 1ª República. Foi extinto por decreto de dezembro de 1937, junto com os demais partidos do país, logo após a decretação do Estado Novo.

<sup>34</sup> Op. Cit. p.34.

<sup>35</sup> Op. Cit p.35.

Nação. “Brasília foi o primeiro ato dessa revolução, fecundo em consequências, a meta número um, a meta-síntese de um Brasil renovado.”<sup>36</sup>

Entretanto, essa dimensão do moderno e de construção do futuro não se verificou como projeto para a formação do Museu da República, que após ser criado precisou fechar suas portas para que pudesse organizar um circuito expositivo e formas de administração a partir de sua vinculação ao MHN. O que JK queria dar como sentido era seu gesto de reconhecer o passado como um gesto de tradição e o início de um novo Brasil. O edifício carregava um sentido de ruptura, se transformando em um monumento à República.

No caso do Museu de Itu, o discurso apresentado por Mario Tavares, deputado pelo PRP na ocasião em que defendia a recuperação do Casarão e sua transformação em museu, apontava para um museu celebrativo, nos moldes de um memorial da República, onde o visitante ao conhecer o passado, saísse com sua fé na República renovada.

Para Martins, “(...) neste sentido, o sobrado da Convenção seria o elemento mais importante do projeto, por ser o local que conectava um passado glorioso ao presente por meio de sua materialidade.”

O Museu Republicano de Itu teve seu acervo composto por meio de compra, doação e transferência, buscando no momento de sua criação a ideia de obter uma configuração material e visualmente apreensível da história da República pelo ponto de vista paulista. Segundo a autora, “os itens adquiridos tinham por finalidade celebrar o passado e proporcionar ao visitante uma imersão naquele tempo pretérito e fazê-lo compreender as raízes históricas que teriam levado aquele grupo de paulistas a participar da instauração do regime republicano em território nacional.”<sup>37</sup>

Essas relações são importantes pelo fato de olharmos para a constituição de ambos os museus que tiveram a República como projeto. Os dois museus guardam muitas similitudes na sua forma de constituição.

No caso do Museu da República, não encontramos nos arquivos institucionais do MHN e do MR documentos que tratassem de um projeto para a instituição, com propostas de circuito expositivo ou mesmo de organização para seu pleno funcionamento.

Não cabe aqui tecer uma análise mais apurada quanto à formação de seus acervos, mas, no caso do Museu da República, foi constituído de parte do acervo pertencente ao Museu Histórico Nacional e doações, conforme veremos mais adiante.

---

<sup>36</sup> Discurso de JK na inauguração de Brasília – Brasília, 21 de abril de 1960. Brasil. Presidente (1956-1961). Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>37</sup> *Ibidem*. p.59.

### 2.3 Um museu para representar a República

No início dos anos de 1960, tínhamos 174 museus no Brasil, segundo o Anuário Estatístico do IBGE<sup>38</sup>.

O Rio de Janeiro (Distrito Federal), somado ao estado da Guanabara, contava com 36 museus; sendo 26 oficiais e 29 especializados. São Paulo aparecia em segundo lugar em números de museus, com 34 museus, 22 oficiais e 26 especializados.

Nos quadros apresentados na publicação, ainda não havia nenhum resultado de categorização de museu por tipologia de acervo.

Na tabela “II- pessoal empregado, bibliotecas, peças e visitantes, segundo vários aspectos”, destacamos o item em que aparece especificado “Peças segundo a espécie”, cujas informações seguem abaixo, na Tabela 1:

**Tabela 1: Peças segundo a categoria de acervo**

|   | Brasil  | Outros países |
|---|---------|---------------|
| <b>De numismática</b>                         | 19.022  | 26.803        |
| <b>De cédulas</b>                             | 7.851   | 1.206         |
| <b>De filatelia</b>                           | 103.341 |               |
| <b>De indumentária</b>                        | 2.136   |               |
| <b>De artes menores</b>                       | 8963    |               |
| <b>De arqueologia</b>                         | 58.272  |               |
| <b>De geologia</b>                            | 31.001  |               |
| <b>De antropologia e etnografia</b>           | 96.733  |               |
| <b>De botânica</b>                            | 437.430 |               |
| <b>De zoologia</b>                            | 770.234 |               |
| <b>De armas e fragmentos de origem bélica</b> | 8.505   |               |
| <b>De amostras de produtos</b>                | 7.846   |               |
| <b>Outras</b>                                 | 205.912 |               |

**Fonte: Anuário estatístico do Brasil. 1968. Rio de Janeiro: IBGE, v.29, 1969. Estatísticas do Século XX. Tabela elaborada pela autora.**

Nesta mesma tabela, aparecem os números referentes a “Visitante durante o ano, segundo a categoria dos museus”, cujos dados organizamos na Tabela 2, abaixo:

<sup>38</sup> FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1968. Rio de Janeiro: IBGE, v.29, 1969.

**Tabela 2: Visitantes durante o ano, segundo a categoria dos museus.**

|  |         |
|--|---------|
| <b>Ciências naturais, zoologia, botânica e mineralogia</b> | 784.658 |
| <b>História, numismática e folclore</b>                    | 755.630 |
| <b>Artes plásticas, música e arte sacra</b>                | 364.550 |
| <b>Outras categorias</b>                                   | 413.995 |

**Fonte:** Fonte: Anuário estatístico do Brasil. 1968. Rio de Janeiro: IBGE, v.29, 1969. Estatísticas do Século XX. Tabela elaborada pela autora.

Com esses dados, podemos concluir a predominância dos museus de ciências e de história natural, seguido dos museus de história. No Brasil, do final do século XIX até meados dos anos de 1920, quando da criação do MHN em 1922, assistimos ao apogeu do museu considerado enciclopédico. Regina Abreu aponta a criação do museu do MHN como um divisor de águas da museologia no país, uma vez que rompe com o modelo de instituições enciclopédicas, em favor da consagração do passado da pátria. O ato de colecionar busca a conservação de objetos evocativos da nossa identidade enquanto uma nação.

O Museu da República foi criado como uma Divisão do Museu Histórico Nacional, por meio do Decreto nº47.883, de 8 de março de 1960, que estabelecia “incluir na estrutura do Museu Histórico Nacional órgãos que construirão o Museu da República e a Divisão de História Artística e Literária.”

O texto legislativo anunciava em seus Artigos 1, 2 e 5:

Art. 1º Ficam incluídos na Estrutura do Museu Histórico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes órgãos:

I - Divisão de História da República (D.H.R.), que terá por sede o Palácio do Catete, constituída de:

- a) Museu da República (M.R.);
- b) Seção de Pesquisa (S.P.);
- c) Zeladoria.

II - Divisão de História Artística e Literária (D.H.L.), constituída de:

- a) Seção de História da Arte (S.H.A.);
- b) Seção de História da Literatura (S.H.L.).

Art. 2º Compete à Divisão de História da República:

I - receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados ou transferidos, ligados, direta ou indiretamente, à História da República Brasileira;

II - realizar pesquisas sobre assuntos de História da República, relacionados com a finalidade do Museu.

Art.5º Ao Ministério da Educação e cultura incumbirá promover as providências indispensáveis à instalação e funcionamento do Museu da República no Palácio do catete a partir de 22 de abril de 1960.

Naquela ocasião, o diretor do Museu Histórico Nacional era o escritor Josué Montello, amigo pessoal do presidente JK, que sucedeu a Gustavo Barroso, quando de sua morte em 1959. Em seu livro “O Juscelino Kubitschek de minhas recordações”, Montello relata que o presidente o consultou sobre a ocupação do Palácio do Catete como Museu da República, no que concordou de imediato. Ainda se refere que recebeu o Palácio bastante alterado nas suas dependências, mas que não tardou “a restaurá-lo para ser abrigo adequado de nossa história republicana”.<sup>39</sup>

E complementa: “Foi meu primeiro cuidado recompor-lhe a imponência. Em seguida, providenciei-lhe o recheio correspondente, graças à colaboração de particulares, entre os quais o presidente Eurico Dutra e o próprio Juscelino.”<sup>40</sup>

O jornal *Correio da Manhã*, em matéria intitulada “Iniciada a operação Museu da República” (INICIADA..., 1960, p. 2), aponta que “A Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura, cumprindo ordens do ministro Clóvis Salgado e atendendo solicitação feita pelo acadêmico Josué Montello, iniciou os trabalhos preliminares de estudo do que tem de ser feito no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, para sua transformação em museu”.<sup>41</sup>

Josué Montello aponta a preocupação em recuperar os elementos artísticos como lustres e mobiliário que pertenciam ao Palácio, de acordo com a matéria.

Este acervo será cuidadosamente tratado, de modo que os visitantes possam ver as peças postas em ordem racional. Neste sentido, o acadêmico Josué Montello já designou um técnico do próprio Museu Histórico Nacional para efetuar a verificação de todas as peças e qual o melhor modo de dispô-las na antiga casa.<sup>42</sup>

Montello, em correspondência, relata a dificuldade em recuperar os lustres e alguns móveis originais que se encontravam guardados no Palácio Laranjeiras.

Embora sua proposta de construção de um museu de história da República, mencionasse ser um espaço múltiplo de cultura, onde o museu funcionaria com o apoio de biblioteca, filmoteca e uma concha acústica nos jardins, não foi o que ocorreu.

Por meio de Ofício endereçado ao Ministro da Educação e Cultura, datado de 2 de outubro de 1961, Josué Montello reforça a solicitação de Cr\$10.000.000,00 para início das obras de adaptação do edifício anexo ao Palácio do Catete onde funcionariam o Arquivo, a Biblioteca, a Filmoteca, o Cinema, a Sala de exposições temporárias e o auditório do Museu da República.

---

<sup>39</sup> Montello, Josué. *O Juscelino Kubitschek de minhas recordações*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. p. 36.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> INICIADA a operação Museu da República. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 2, 21 maio, 1960.

<sup>42</sup> Idem.

Nos documentos administrativos e relatórios elaborados pelo diretor Josué Montello, podemos observar que a constituição do Museu da República enquanto espaço expositivo foi tratado como uma transposição de acervo do Museu Histórico Nacional que apresentava um discurso pautada em uma cronologia histórica, uma narrativa linear, e que representava o que a historiadora Myrian Sepúlveda dos Santos (2006, p.46) chama de museu-memória. A ideia de República estava centrada em um discurso definido por datas e personagens, linear, fragmentado em temas por vezes em acordo com as tipologias de acervo, sem a preocupação de uma narrativa histórica.

Para tratar da transferência de acervo pertencentes ao MHN para o MR, o diretor Josué Montello criou as Portarias de nº 2 e nº 19, de 15/03/1960 e 18/03/1960, respectivamente, constituindo um grupo de servidores para identificar no conjunto de acervo do MHN, aqueles objetos que tivessem representação para a história republicana.

A Comissão era constituída pelos funcionários Octavia Correa dos Santos Oliveira, conservadora, Fortunée Levy, conservadora, depois substituída pela conservadora Sigrid Porto de Barros, Herculano Gomes Mathias, arquivologista e Dirceu Pinho França, auxiliar de museu. Este último com a função de coordenar a transferência dos objetos do MHN para o Palácio do Catete, bem como receber o mobiliário e demais pertences oriundos do Palácio.

Em ata de reunião da Comissão encarregada em coordenar os objetos a serem transferidos para o Palácio do Catete, pertencente ao Arquivo Institucional do MHN, identificamos a referência quanto a elaboração de listas com acervos museológico e arquivístico a serem transferidos e que fariam parte, assim, do novo museu.

As atas da Comissão não apontam qualquer metodologia e/ou discussão na forma de elaborar a listagem de acervo a ser transferido, nos parecendo que não se aplicou nenhum critério técnico e metodológico de escolha, baseado em uma contextualização seja por tema, projeto museográfico ou mesmo em torno de uma reflexão de como seria definido conceitualmente este novo museu. Os objetos foram escolhidos, conforme podemos identificar nos documentos pesquisados, por meio de uma listagem corrida do que estava exposto, sala a sala, selecionando o que “pertencia” ao período republicano.

Embora o MHN possuísse em seus quadros funcionais profissionais experientes, denominados funcionalmente como conservadores, a partir de 1940, coordenasse um curso de formação de profissionais de museus, o “Curso de Museus”, iniciado ainda em 1932<sup>43</sup>, e

---

<sup>43</sup> Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". (...)Art. 2º O curso, a que se refere o artigo, anterior, constará das disciplinas abaixo discriminadas, distribuídas por dois anos letivos, de acordo com a seriação seguinte:

que representou uma força de trabalho especializado por todo o país, fosse o primeiro museu nacional de história e contasse com um intelectual como diretor, a ideia e prática de construção de um museu de história nacional ainda era pautado num discurso elitista, com ênfase nas coleções e composto por objetos representativos de uma história vista sob a ótica dos vencedores, tendo como princípio a construção de uma ideia de nação.

Esse formato de documentar o acervo reflete uma política de acervo pautada apenas na descrição material dos objetos, privilegiando a organização tendo por base personagens, fatos e/ou tipologia, sem a preocupação de contextualização, a partir de um arranjo que garanta extrair novas leituras e formas de comunicar ao público. Naquela ocasião, o mais importante era expor o acervo, na forma de um antiquário, um colecionismo sem a preocupação de uma curadoria que privilegie outras formas de comunicar e valorar as peças.

Esta forma de apresentar o acervo no circuito expositivo do Museu da República já vinha sendo reproduzido pelo Museu Histórico Nacional desde a sua criação.

Para conhecermos a dimensão do acervo museológico do MR nos dias atuais, e que pouco mudou do período de sua criação, o estudo de Versiani (2018) aponta que este reúne 9.448 objetos, tendo sua maior parte incorporada por meio de transferências do MHN. São 6.005 incorporações feitas com a mediação do MHN e 3.396 sem a mediação. Ou seja, quase 2/3 do acervo representam legado do MHN.<sup>44</sup>

Ao todo são 74 coleções museológicas, a maioria identificada por nomes de personalidades da vida nacional, representantes da elite política, econômica e intelectual, sendo as maiores pertencentes ao ex-prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos, e aos ex-presidentes Getúlio Vargas e Ernesto Geisel.

No arquivo institucional do MHN, encontramos uma vasta documentação onde se constata que, especialmente na primeira década de criação MHN, houve um esforço do então diretor Gustavo Barroso, no envio de correspondência endereçada a famílias de ex-presidentes da República e políticos solicitando a doação de acervo para o museu. Sua ideia de museu, a partir da construção de uma narrativa nacionalista, apresentava enfoque nos grandes feitos da

---

1º ano: História política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral).

História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada ao Brasil.

2º ano: História política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. Técnica de museus.

Para situar a importância desse primeiro e pioneiro Curso de Museus, implantado no Rio de Janeiro em 1932, o segundo curso surgiu apenas no ano de 1970, em Salvador. Todos os demais foram criados a partir de 2004, totalizando 11 cursos em 2010, os quais se encontram no Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Brasília, Goiás e Santa Catarina

<sup>44</sup> VERSIANI, Maria Helena. Criar, ver e pensar: um acervo para a República. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018, Parte 2.



elite brasileira e torna-se fácil observar sua participação pessoal na organização e construção do acervo do museu.

Em carta endereçada a Laurinda Santos Lobo, o diretor Gustavo Barroso com o intuito de contextualizar a Sala República, solicita a doação de acervo do Ministro Joaquim Murinho, tio de Laurinda, ratificando, assim, uma museografia e um conceito de construção de circuito expositivo baseado em fatos e personagens. Laurinda Santos Lobo responde a solicitação do diretor e encaminha objeto ofertado pelo Presidente Campos Salles ao seu tio, a ser incorporado ao acervo do museu. Este era o acervo a ser transferido ao Museu da República por ocasião de sua criação.

Entretanto, o surgimento do Museu da República representava uma chance de consolidar a memória da República em uma nova instituição museológica, em um prédio carregado de memórias e com forte identidade com o poder republicano.

Josué Montello, diretor do Museu Histórico Nacional, com uma carreira marcada pela experiência em gestão pública e tendo ocupado cargos no governo, compreendia a importância do ato do presidente ao criar o Museu da República, ao mesmo tempo em que transferia a capital da república para Brasília, criando um novo centro de poder.

De acordo com documentos administrativos, o diretor do MHN, Josué Montello, tão logo foi informado da criação do Museu da República, apresentou ao então Ministro da Educação e Cultura, um plano de obras e despesas necessárias para a que o Palácio do Catete se transformasse em museu.

Foi liberado pelo governo um crédito de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), divididos nas rubricas, conforme Tabela 3 abaixo:

**Tabela 3: Recursos liberados pelo MEC para as obras do Museu da República.**

|                   |   |
|-------------------|---|
| Cr\$ 4.000.000,00 | obras de adaptação, limpeza e restauração do edifício;  |
| Cr\$ 4.500.000,00 | aquisição de equipamentos, como mobiliário técnico;   |
| Cr\$1.500.000,00  | outras despesas, definidas como pessoal, material e eventuais, indispensáveis ao funcionamento do novo museu. |

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Ainda como esforço para a formação do acervo do novo museu, Montello encaminha ofícios ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, ao Senado Federal e Câmara dos Deputados e ao Departamento de Imigração Nacional solicitando “peças de caráter histórico, documentos e tudo quanto pudesse traduzir interesse e tivesse significação na fase republicana do país.”<sup>45</sup>

Podemos observar as práticas de como os museus constituíam os seus acervos. A prática do colecionismo, embora ainda tenhamos muito a estudar, compreender a formação das coleções e como se definiam, identificamos que tanto o MHN como o MR tiveram parte de seus acervos formados a partir de doações de particulares, especialmente aqueles que ocuparam cargos e funções de governo ou como protagonistas de fatos históricos e/ou acontecimentos considerados relevantes. Podemos apontar a ausência de documentos nos arquivos de ambas as instituições que tratassem de discussão ou proposição de aquisição ou políticas de acervo ou mesmo documentação, na sua maioria, que historiasse a formação das coleções.

No relatório anual do MHN do ano de 1960 consta a aquisição de 20 medalhas para o acervo do Museu da República, de propriedade do Sr. Yedo Afonso Moutinho de Solano Barros. As peças com efígie dos presidentes eram de autoria do gravador Girardet e custaram Cr\$ 45.000,00. Também foram adquiridas outras 6 medalhas, pelo valor de Cr\$ 38.000,00.<sup>46</sup>

A Divisão de História da República, a que o Museu da República estava subordinado, funcionava nas dependências do Palácio do Catete, tendo como chefia a conservadora Jenny Dreyfus e os funcionários Terezinha Maria Moraes Sarmiento, conservadora interina, e o guarda Antonio Costa. Os demais que prestavam serviços ao museu eram funcionários requisitados de diversos órgãos para a Presidência da República.

Embora tenha sido inaugurado em 15 de novembro de 1960, somente no dia 3 de dezembro o museu foi aberto ao público, devido ao trabalho de conclusão do envernizamento do assoalho, de acordo com relatórios da direção do museu<sup>47</sup> e se revelou em um sucesso absoluto de visitação.

Foram gastos recursos na ordem de Cr\$ 36.341.200,00, em valores da época, que correspondem aproximadamente R\$ 600.000,00 atuais. As manchetes dos jornais do período apontam uma visitação diária de 1.500 visitantes, sendo ultrapassado apenas pelos Museu Nacional e Museu Imperial.

---

<sup>45</sup> Relatório do Museu Histórico Nacional, 1960. p. 8. Arquivo Institucional do MHN.

<sup>46</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>47</sup> Relatório Anual de Atividades do MHN. Arquivo institucional do MHN.1960.

Houve, desde o início, um grande interesse do público, demonstrado na intensa visitação, que chegou a atingir o número de 15.645 pessoas em apenas 20 dias, em contraste com os 29.137 da visitação anual do Museu Histórico Nacional. “A direção, inclusive, de forma inédita, manteve o Museu aberto, nas quintas-feiras, também no horário da noite, tamanha a demanda do público”, conforme aponta relatórios da instituição.

Um descompasso entre os dois museus, durante a década de 1960, conforme Tabela 4, com registro de visitação:

**Tabela 4: Visitação do Museu Histórico Nacional e Museu da República (1961-1966)**

|            | 1961    | 1962    | 1963    | 1964    | 1965    | 1966    |
|------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>MR</b>  | 156.751 | 141.580 | 144.565 | 106.310 | 102.305 | 125.200 |
| <b>MHN</b> | 23.260  | 19.584  | 27.668  | 33.850  | 25.882  | 38.000  |

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora.

Ainda que os dados fossem bastante favoráveis em termos de divulgação, tanto o MHN quanto o MR, apresentavam problemas graves de funcionamento devido à falta de funcionários. No caso do MHN, o museu chegou a fechar 2/3 de suas salas expositivas por ausência de seguranças. O MR não possuía quadro próprio, e sua força de trabalho era constituída por funcionários cedidos para a Presidência da República, com possibilidade de retorno e/ou redistribuição. O Museu da República foi criado sem a previsão de servidores, o que acarretou um problema na condução dos trabalhos a serem desenvolvidos.

A relação de funcionários que estavam lotados no Museu da República, encaminhada pelo diretor do MHN ao Ministro da Educação e Cultura, consta o nome de 42 servidores, com as seguintes formações/cargos/funções: auxiliar de tesoureiro, auxiliar de portaria, feitor, escriturário, trabalhador, jardineiro, artífice, auxiliar de portaria, auxiliar de administração, tesoureiro auxiliar, oficial de diligência, auxiliar de biblioteca, desenhista sanitaria, mensageiro, postalista, carteiro, fiel de agência, contínuo, servente, estatístico, garçom.

Somado a isso, continuavam a funcionar como repartições públicas, durante o ano de 1961, nas dependências do Museu da República, as seguintes estruturas administrativas da Presidência da República: garagem dos carros presidenciais, estação telegráfica, intendência e serviço de expediente, o que fez que o diretor explicitasse em documento oficial, em fevereiro

de 1961: “A coexistência desses órgãos da presidência com o Museu da República cria para esta repartição problemas de extrema complexidade.”<sup>48</sup>

Montello continuava reforçando a preocupação quanto à questão da segurança do MR, uma vez que os seguranças eram policiais do quadro de funcionários da Chefia de Polícia do Estado da Guanabara, e já haviam sido chamados a retornar para o setor de origem, o que comprometeria a segurança do edifício e do acervo. “O patrimônio do museu, além de altamente valioso, na ordem material, tem valor inestimável, na ordem do patrimônio histórico. São as relíquias da pátria, os objetos de significação histórica no seu passado.”

Observamos nas correspondências trocadas entre o diretor Josue Montello e representantes do governo, uma enorme preocupação quanto ao funcionamento do Museu da República referente às questões de ordem administrativa, como também na gestão e na condução das ações finalísticas. O diretor alerta para a dificuldade de exercer a direção de duas unidades museológicas em diferentes locais da cidade, necessitando de uma organicidade administrativa que contemplasse a ambos os museus.

Por meio de Ofício n° 411, de 26 de junho de 1961, endereçado ao Dr. Quintanilha Ribeiro, chefe de gabinete civil da Presidência da República, o diretor Josue Montello relata suas dificuldades na gestão administrativa resultado da transferência do Palácio do Catete para o MHN e sua transformação em museu. Refere-se à permanência de repartições da Presidência no edifício, nos escassos recursos, na descaracterização do prédio quanto a sua originalidade de detalhes arquitetônicos e de elementos decorativos e na falta de servidores para o quadro do novo museu.<sup>49</sup>

Ao mencionar sua atuação na transformação do Palácio do Catete em museu, discorre:

(...)Resta-me dar a Vossa Excelência algumas informações sobre o acervo atual do Museu da República, que eu tive a honra de organizar. As peças ali existentes, relativas ao nosso passado republicano, foram levadas ao Museu por doação; umas, por iniciativa do meu antecessor, na direção do Museu Histórico; outras, por minha própria iniciativa. Nada que ali se encontra foi comprado. E o patrimônio constituído em grande parte de peças de ouro e brilhante, é altamente valioso, justificando só por si a criação do museu (...).Em silêncio, e na medida dos recursos ao meu alcance, vou batalhando para que se enriqueça o patrimônio do Museu da República, de preferência estimulando as doações dos nossos homens públicos.”

A falta de planejamento administrativo, de interesse por parte do governo em criar condições de pleno funcionamento para os museus, a inexistência de investimentos públicos

<sup>48</sup> Ofício n° 228, de 24/02/1961. Fonte: Arquivo Institucional do MHN.

<sup>49</sup> Ofício n° 411, de 26 de junho de 1961. Fonte: Arquivo Institucional do MHN.

em ações e programas de revitalização desses espaços de cultura revelam um quadro de inexistência de políticas públicas para o campo dos museus e do patrimônio.

No meio de correspondências oficiais, consta o Ofício de nº 154, datado de 8 de fevereiro de 1961, do diretor Josue Montello, endereçado ao Ministro da Educação e Cultura, oferecendo edificações localizadas dentro do terreno onde estava situado o Museu da República para que pudessem servir a rede de escolas do Estado da Guanabara.

Várias vezes, na Imprensa, no rádio e na televisão, o Governador Carlos Lacerda expõe o problema em termos dramáticos, a que não podemos ser indiferentes. (...) Tomo hoje a liberdade de fazer a Vossa excelência uma ligada ao problema do ensino primário e a angustiada situação da rede escolar do Estado da Guanabara. Ao fundo do parque do Palácio do Catete há três casas, um playground e mais uma dependência coberta, que poderiam ser aproveitadas para uma escola primária e um Jardim de Infância, numa zona totalmente desprovida de estabelecimento dessa espécie.<sup>50</sup>

Por outro lado, a visita ao MR, no ano de 1961, havia atingido o número de 156.751 pessoas, sinalizado pela direção como índice bastante elevado para visita de museus da cidade.

A abertura dos jardins ao público também trouxe uma expressiva visita por parte do público, tendo acumulado entre os meses de junho, quando teve início, até dezembro de 1961, um total de 54.571 pessoas, representando um importante espaço de lazer no bairro do Catete e na cidade.

A atividade educativa se dava por meio de visita escolar, o que levou a direção a encaminhar 234 circulares convidando as escolas particulares para visita, tendo alcançado o resultado de 72 escolas, com um total de 2.138 alunos e 82 professores. Não encontramos nos relatórios qualquer registro de visita de escolas públicas nas estatísticas apresentadas, significando o direcionamento de público escolar.

A exposição museológica apresentada no museu, como já mencionamos, não seguia qualquer compromisso com a tema da República Brasileira, como também qualquer cuidado curatorial, de acordo com relato da direção nos relatórios encaminhados ao Ministério:

Devido ao prazo exíguo para a inauguração do Museu, não foi possível apresentar uma exposição dentro da estrita cronologia, razão porque no mês de agosto a chefe do museu, auxiliada pelo conservador Gilda Marina Lopes deu início à reorganização das mostras dentro de uma cronologia histórica, trazendo benefício sobretudo para as visitas escolares.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> Ofício nº 154, de 8/2/1961. Assunto: Apresentando sugestão ligada ao problema do ensino primário. Fonte: Arquivo Institucional do MHN.

<sup>51</sup> Relatório Museu Histórico Nacional-1961. P. 5. Arquivo Institucional do MHN.

O diretor do Museu Histórico Nacional, Josue Montello<sup>52</sup>, juntamente com a equipe técnica, criou um circuito museológico para o Museu da República que compreendia os três andares do Palácio do Catete. O primeiro pavimento ficou denominado como Museu Histórico da República, o segundo pavimento como Museu Artístico, representado pela riqueza dos detalhes da construção e dos elementos artísticos do edifício e, o terceiro pavimento, abrigava o Museu Social, que deveria apresentar dormitórios e objetos particulares dos presidentes.

Ambos os museus, tanto o MHN quanto o MR, que possuem histórias institucionais cruzadas pelo fato de estarem subordinados, administrativamente, a uma mesma direção e enfrentando as mesmas dificuldades, apresentavam, naquela ocasião, de acordo com a documentação pesquisada, um circuito expositivo focado na lógica colecionista de classificação, reunião e apresentação do acervo por temas e/ou períodos históricos, se utilizando de uma linguagem descritiva do objeto, linear, sem qualquer compromisso em despertar nos seus públicos uma reflexão sobre o processo histórico, o que podemos chamar de um museu-memória, como nos assinala a historiadora Myrian Sepúlveda Santos. Segundo a autora, o museu-memória é aquele onde observamos que a história, como reconstrução intelectual, laica e universalizante, submete-se ao poder do afetivo e do mágico, à dialética da lembrança e do esquecimento presente na memória (SANTOS, 2006, p. 46).

As salas expositivas reuniam o maior número de objetos possíveis, dando conta da ideia de um antiquário, um verdadeiro gabinete de curiosidades. Guardando, portanto, as mesmas características adotadas pelo seu primeiro diretor do museu, Gustavo Barroso, que pretendia fundar ali um espaço de construção da ideia de nação, representando seus mitos, suas glórias, conquistas, um culto ao militarismo e a formação de um Estado Nacional, típico dos museus europeus da década de 20.

O circuito expositivo do MHN também adotava a mesma direção quanto a construção de narrativa e formas de expor os objetos, como podemos ver abaixo, a relação descritiva das salas expositivas:

- Sala Barão de Cotegipe
- Sala dos Donatários
- Sala Brasil-Portugal

---

<sup>52</sup> Josué de Sousa Montello nasceu em São Luís do Maranhão, MA, em 21 de agosto de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 2006. Jornalista, professor, romancista, cronista, ensaísta, historiador, teatrólogo e memorialista, foi diretor do MHN entre os anos de

- Sala dos Vice-reis
- Sala da Nobreza Brasileira
- Sala Numismática
- Sala Mendes Campos
- Sala Smith Vasconcelos
- Sala Música Brasileira
- Sala da Imprensa
- Sala Guilhermina Guinle dos Otoni
- Andar Superior
- Sala Miguel Calmon
- Sala das Joias
- Sala da Nobreza Brasileira
- Sala Cardeal Arcoverde
- Sala Frei Henrique de Coimbra
- Sala General Osório
- Sala Duque de Caxias
- Sala D. Pedro II
- Sala Princesa Isabel
- Sala Tereza Cristina
- Sala D. Pedro I
- Sala D. João VI
- Sala da República
- Sala Marechal Deodoro da Fonseca
- Sala Mascarenhas de Moraes
- Sala Conde de Borbadela
- Sala dos Coches
- Sala Barão de Amazonas
- Sala Visconde de Inhaúma
- Sala Barão de Triunfo
- Sala General Sampaio
- Sala Conde de Porto Alegre

- Sala Getúlio Vargas

Essa cadeia de pensamento e olhar para os museus, como um repositório de objetos, resultado da prática colecionista, sem a preocupação dos significados que estes podem adquirir ao longo do seu processo de musealização, predominou nas instituições durante os anos da década de 1960.

Embora tenhamos um incremento na produção de textos e estudos voltados para o campo do patrimônio e dos museus a partir da década de 1960, os museus se encontravam diante de um panorama de abandono pelas políticas públicas e falta de ações quanto a modernização de conceitos e práticas.

Nos relatórios elaborados por Josue Montello e encaminhados ao MEC, a situação era de condições precárias de atendimento ao público e de falta de recursos para os programas e projetos dos museus.

Nos anos que se seguem a década de 1960, de acordo com a documentação pesquisada, verificamos uma curva de queda na visitação do Museu da República, bem como na falta de recursos e de pessoal, revelando descaso do governo nas políticas aplicadas aos museus.

O relatório do ano de 1964, apresenta uma diminuição da visitação do MR, justificada como:

(...) uma série de razões independente da nossa vontade tais como a Revolução de abril, a permanência no mês de outubro do Senhor Presidente da República nesta Casa, que, embora constituísse para nós uma grande honra, trouxe uma redução sensível nas atividades dessa instituição pois manteve suas portas cerradas por motivo de segurança pessoal, funcionando apenas a Secretaria no atendimento a assuntos urgentes e imprescindíveis.<sup>53</sup>

Os trabalhos técnicos do Museu da República são atribuídos aos técnicos, nos anos seguintes, por meio de ato da direção<sup>54</sup> com a finalidade em estabelecer atribuições e responsabilidades nos trabalhos desenvolvidos, sem qualquer preocupação na integração entre as equipes.

As salas de exposição do 1º e do 3º andar ficam divididas em quatro setores, entre os conservadores e auxiliares de conservação, da seguinte forma, conforme apresentado no Quadro 1, abaixo:

---

<sup>53</sup> O relatório se refere ao então Presidente da República Humberto Castelo Branco (1964-1967). É interessante observar que, mesmo que provisoriamente, durante essa estadia, o Palácio do Catete foi, ao mesmo tempo, museu e palácio presidencial. Acervo do Arquivo Institucional do MHN.

<sup>54</sup> Ordem de serviço n°6, de 07/06/1963.



**Quadro 1: Trabalhos técnicos atribuídos aos profissionais do Museu da República.**

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| Gilda Marina de Almeida Lopes       | o setor do 3º pavimento que vai da Sala dos Cristais e porcelanas até a Sala Artur Bernardes, incluindo as duas vitrines referentes a Getúlio Vargas, que se acham no Hall; |
| Terezinha Maria de Moraes Sarmiento | o setor compreendido entre as salas Deodoro e Floriano e a Sala das Pratas, incluindo as duas vitrines do Hall, respectivamente café Filho e Juscelino Kubistchek;          |
| Maria Laura Ribeiro                 | o setor compreende a sala da Fundação da República até o Salão Ministerial;   |
| <b>Luís Alcides Guedes</b>          | o setor que vai da Sala Ministerial até a 4 sala presidencial, incluindo o Hall de entrada do museu.  |

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

No livreto editado em 1966 pelo Museu Histórico Nacional referente ao Museu da República é apresentado um breve histórico sobre o edifício e a criação do museu, seguido de informações sobre a exposição, que se inicia falando que “dentro da técnica moderna o museu oferece circulação perfeita não obrigando o visitante às salas visitadas.”

Embora esteja registrado que a direção técnica havia dividido os seus três andares do edifício histórico em três categorias distintas: o 1º pavimento seria o Museu Histórico da República, propriamente dito; o 2º pavimento o Museu Artístico e 3º pavimento o Museu Social, contendo dormitórios e objetos dos presidentes, ao descrever os andares e seus circuitos, podemos perceber um circuito desconectado de grandes temas e de propostas de conteúdo sobre o processo republicano brasileiro.

A exposição museológica apresentava o seguinte circuito ao visitante:

Primeiro andar: Composto das salas de exposição denominadas como sala da Fundação da república, Consolidação; 1º sala presidencial; 2º sala presidencial; sala rio Branco; Sala Ministerial; Sala do Coche; 3º sala presidencial e 4º sala presidencial.

Segundo andar: Os salões com as ambiências originais do Palácio.

Terceiro andar: Quarto do Getúlio Vargas, Sala Floriano Peixoto, Sala Juscelino Kubitschek, Sala Eptácio Pessoa, Sala do Mobiliário Presidencial, Sala das Pratas, Sala das

Porcelanas, Sala Religiosa, Quarto do Papa, Sala Nilo Peçanha, Gabinete Getúlio Vargas e Sala Arthur Bernardes.

Entretanto, se não encontramos nenhuma grande mudança conceitual aplicada ao Museu da República aos anos que se seguem, podemos afirmar que o foco e as discussões em torno da função de museu começam a se delinear, dando espaço a um conceito de museu mais preocupado com a sua comunicação com o público e com o seu papel social.

A autonomia administrativa do museu, em 1983, deu início a um processo de construção de identidade da instituição, envolvendo inúmeras ações que se estendiam desde a sua estruturação administrativa até aos debates e a conceituação da missão do museu, sua proposta de linguagem expositiva, ação educativa e pesquisa. O Museu da República funcionou, até julho de 1983, como uma unidade do Museu Histórico Nacional, o que, de certa forma, limitava sua ação, pois atuava como um departamento, uma extensão da proposta expositiva do MHN.

O reconhecimento de sua importância histórica, como patrimônio e como instituição cultural de reflexão e comunicação com os seus públicos sobre a República brasileira, motivou sua independência administrativa. O edifício, abalado estruturalmente pelas obras do metrô, passou por obras de recuperação e restauração arquitetônica, envolvendo uma equipe multidisciplinar, capitaneada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Sua estrutura administrativa, dividida por departamentos, não impediu um entrosamento entre os técnicos que formularam uma proposta conceitual inovadora para o museu, que podemos recuperar por meio de documentos e pelo conjunto de entrevistas realizadas por sua equipe e aquelas coletadas para este estudo, dando conta das diversas narrativas, da pluralidade de lembranças e memórias, criando assim um rizoma de percepções diferentes a partir de um ponto comum.

O Museu da República é um lugar de memórias, capaz de reter o maior número de significações e estabelecer um elo entre o passado e o presente, como nos aponta Pierre Nora:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse

deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momento de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.” (NORA,1993)

### **3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: UM PASSEIO PELOS CONCEITOS**

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora. Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliciadoras e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho.

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.

Ulysses Guimarães, 1987.<sup>55</sup>

A década de 1980 representou um período de grandes transformações, especialmente nos campos político e cultural. O período marcado pela chamada Redemocratização representou um processo de conquistas políticas que culminou com as eleições diretas para governador e presidente da República, após 20 anos de ditadura militar.

A lei da anistia, o fim do bipartidarismo e a criação de novos partidos políticos, a eleição para governador por meio do voto popular em 1982, a campanha pelas Diretas Já, envolvendo a sociedade e levando multidões às ruas e a promulgação de uma nova Constituição Brasileira, a chamada Constituição cidadã, mostravam que o Brasil estava mudando em sua forma de representação política. Uma conjuntura de reconquista dos direitos políticos e de intensas conquistas sociais.

Em discurso no Congresso Nacional, por ocasião da promulgação da nova Constituição, o deputado Ulysses Guimarães inicia a cerimônia na Câmara dos Deputados, lembrando trecho de seu discurso de 2 de fevereiro de 1987, quando tomava posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte: “Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar.”

São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte: “Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou.”<sup>56</sup>

O texto constitucional, uma conquista para a democracia do país, despontava como um dos mais avançados textos constitucionais no mundo no que se refere à legislação de preservação do patrimônio, incorporando os temas e propostas de Mário de Andrade sobre patrimônio cultural, que insere proposições pautadas em conceitos como o de cidadania, direito à memória, diversidade cultural.

---

<sup>55</sup> Discurso do deputado Ulysses Guimarães, em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição de 1988. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-\(10-23\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-(10-23).html). Acesso em: 08/08/2017.

<sup>56</sup> Ibidem.

Os artigos 215 e 216 refletem a amplificação do conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937<sup>57</sup>, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por Patrimônio Cultural Brasileiro e definindo os bens passíveis de reconhecimento e sua forma de constituição e identidade. O texto também consagrou a tese da diversidade cultural ao considerar a contribuição de “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

& 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

& 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.<sup>58</sup>

A Constituição de 1988 vem coroar um período de grandes expectativas e mudanças no Brasil iniciadas nos anos de 1970, representando uma fase de reflexões e de redefinição dos parâmetros em torno das políticas públicas para a área de patrimônio. Novos valores e repertórios são considerados, reforçando um intenso debate entre pesquisadores e profissionais de instituições acadêmicas e de cultura, onde destacamos uma forte influência internacional da Unesco, com a elaboração de documentos e protocolos.

No documento intitulado “Recomendação Paris de Obras Públicas e Privadas”, definido como *Recomendação de Paris*, produzido em 19 de novembro de 1968, já se considera o conceito de bens culturais como produto e testemunho das diferentes tradições e realizações do passado, garantindo sua importância histórica e artística, ampliando a ideia de patrimônio para além do monumento arquitetônico, integrando ao território e tudo que representa para construção das identidades locais.

<sup>57</sup> O Decreto-lei nº 25 define em seu artigo 1º o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

<sup>58</sup> Constituição Brasileira. 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08/08/2017

Nesse clima de mobilização e de engajamento político, por parte da sociedade, as discussões acerca da cultura nacional tomavam fôlego.

A retomada plena dos direitos civis e a criação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985<sup>59</sup>, reorganizam os movimentos no campo da cultura e coloca na pauta de discussão o que a sociedade brasileira compreende como cultura.

No campo acadêmico, sublinhamos um movimento que vinha se processando desde os anos de 1970, de incorporação de aspectos sociais e culturais na produção de estudos no campo das ciências sociais, alargando conceitos e práticas. Peter Burke em sua obra *‘O que é história cultural*, apresenta os novos paradigmas e objetos da análise e da escrita da História dando ênfase às tradições culturais e aproximando de outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, permitindo dessa forma o surgimento de um nova História, denominada “Nova História Cultural”.

No bojo dessas transformações, sublinhamos as mudanças na conceituação de patrimônio, que irão refletir na gestão dos órgãos oficiais de governo onde os museus se inserem.

Na Declaração do México, documento resultante da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, promovida pela UNESCO/ICOMOS, em 1982, a definição de patrimônio cultural, reflete um conceito mais amplo daquele que marcou o início do SPHAN, e que fazia uma opção pela arquitetura, se fazendo representar pelos objetos do mundo edificado, testemunhos do passado brasileiro em articulação com o presente, ao Estado Novo.

[...]O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras

---

<sup>59</sup> Na introdução do texto do Decreto n. 91.144, a importância da criação do Ministério da Cultura é justificada por meio de quatro razões:

1. O crescimento econômico e demográfico do país, a expansão da rede escolar e universitária, a complexidade cada vez maior dos problemas ligados à política educacional, nas suas diferentes funções no desenvolvimento nacional, bem como o enriquecimento da cultura nacional, decorrente da integração crescente entre as diversas regiões brasileiras, e da multiplicação das iniciativas de valor cultural, tornavam a estrutura orgânica do Ministério da Educação e Cultura impossibilitada de exercer, concomitantemente, as requisições dos dois campos de sua competência naquele momento;
2. A transformação substancial ocorrida nas últimas décadas, tanto em relação aos assuntos educacionais quanto aos assuntos culturais, suscitava, em relação às duas áreas, a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração, e exigia políticas específicas bem caracterizadas, que reclamavam o desmembramento da atual estrutura unitária em dois ministérios autônomos;
3. Os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, em razão da vastidão da problemática educacional que atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério;
4. A situação atual do Brasil não pode mais prescindir de uma política nacional de cultura, consistente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo país. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D91144.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D91144.htm)>

materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. [...] <sup>60</sup>

Na documentação pesquisada de procedência da Fundação Nacional pró-Memória, e que se encontra no Arquivo Central do Iphan, ainda sem instrumento de pesquisa disponível, o que nos fez percorrer um vasto conjunto documental, encontramos uma série de documentos-textos conceituais que tinham por finalidade repensar as instituições culturais governamentais, e que pudessem sedimentar na construção de uma política pública e na elaboração dos seus Programas de Trabalho.

Nos documentos intitulados “Por uma reflexão sobre o SPHAN” e “A favor do bem cultural” destacamos a importância da discussão e reflexão de novas questões que fossem ao encontro da luta pela valorização dos elementos culturais que caracterizam a identidade cultural brasileira. Buscava-se definir uma política cultural para o patrimônio com base em um ponto de equilíbrio dinâmico entre o bem cultural patrimonial e o bem cultural comunitário.

Nosso objetivo em revisitar a evolução do conceito de patrimônio cultural é de auxiliar na compreensão das discussões e ações dos museus diante de um novo quadro conceitual e, especialmente, o Programa de Trabalho do Museu da República no período compreendido de nosso estudo entre os anos de 1983-1989.

Nas palavras de Gilberto Velho, a ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural e o enriquecimento e flexibilização dos meios e instrumentos de que dispomos fazem parte de um projeto mais amplo, de longo prazo, de democratização da sociedade brasileira. (Velho, 1984).

Falar de patrimônio é também falar de museus e acervos, uma vez que estes carregam os significados e o sentido de tradição e herança da nação. Ao entrarmos em um museu nos damos conta do patrimônio histórico e/ou cultural ali em exposição, por meio dos seus objetos e seus acervos.

Sem pretender realizar um histórico aprofundado sobre a evolução conceitual de patrimônio, desde a criação do SPHAN, no ano de 1937, até os anos de 1980, sob o risco de interpretações simplistas, gostaríamos apenas de sublinhar que a trajetória das políticas públicas no campo da cultura e do patrimônio, movida por um ideário nacionalista e autoritário, possuía como ação estratégica a preservação do passado como força geradora do futuro.

---

<sup>60</sup> Declaração do México - 1985. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>

Muitos estudos, de diferentes áreas do conhecimento, já foram realizados sobre o período do Estado Novo e a institucionalização de uma política no campo do patrimônio e da cultura a partir da criação do SPHAN, destacando o papel dos intelectuais e daqueles que participaram do processo.

A estruturação das políticas públicas no campo do Patrimônio surgiu em 1937, sob a influência de correntes de intelectuais empenhados no esforço de modernização da sociedade brasileira e na proteção dos monumentos que representassem o sentido de nação. Voltava-se para a preservação do monumento.

No mesmo ano, é editado o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamentou o ato de tombamento de bens móveis e imóveis, designando o SPHAN como órgão competente para gerir essa política.<sup>61</sup>

Em seu artigo primeiro estabelece o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

Em entrevista ao programa de História Oral do Iphan, a funcionária Judith Martins, secretária do Dr. Rodrigo de Mello Franco, relata que “foi uma luta tremenda reduzir o projeto de Mário de Andrade a esse Decreto-lei. O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. (...). Os diretores de museus se insurgiram, não quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse Decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar e resumir, reduzir todos os pareceres e reduzi-los à essência.”<sup>62</sup>

Nesta primeira fase, o tombamento foi eleito como o instrumento legal de proteção, que, de acordo com um suposto valor “excepcional” ou a sua “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”, privilegiou-se a salvaguarda do patrimônio arquitetônico e, assim, a construção de uma história nacional através dos monumentos históricos, aplicando-se uma ideia de unidade nacional.

---

<sup>61</sup> REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -SPHAN. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

<sup>62</sup> Entrevista com Judith Martins/[org. Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009. Judith Martins foi uma das primeiras funcionárias do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de responsável pelo Arquivo Central e pela Seção de História e secretária de Rodrigo M. F. de Andrade. Tinha grande conhecimento pessoal da dinâmica da Instituição desde seu início. Desempenhou, por mais de 40 anos, diversos trabalhos relacionados diretamente ao IPHAN, ocupando cargos de direção e publicando resultados de suas pesquisas, como foi o caso do Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, de 1977. Rodrigo Melo Franco de Andrade cchefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968.



Igrejas e edificações do período colonial vinculadas às classes políticas, religiosas e economicamente favorecidas integraram a grande maioria dos bens tombados neste período, conforme nos demonstra Ricardo Oriá:

Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado ou arquitetônico – a chamada “pedra e cal” – em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação (ORÍÁ, 1997, p. 131).

No que se refere aos museus, a historiadora Letícia Julião (2008) aponta que a formação dos museus não estava nos planos do SPHAN pela complexidade de manutenção dos edifícios e a descrença na qualidade dos acervos nacionais. Ainda assim, o órgão deu início à criação dos museus “sphânicos”, que tinha como ideia reunir o caráter estético e representativo da cultura e da arte do passado. Esses museus, de uma certa maneira, representam o início de uma política pública para os museus e para o patrimônio musealizado.

Desde o ano de 1937, tivemos várias mudanças administrativas nos órgãos de patrimônio e, conseqüentemente, das políticas públicas nessa área.<sup>63</sup>

Os anos da década de 1970 foram marcados por alguns avanços gerados pela mobilização popular, impactadas pela crise financeira, gerando algumas mudanças na política de patrimônio.

Em janeiro de 1973, com a finalidade de investir recursos na recuperação do patrimônio cultural urbano com vistas ao turismo como fator de desenvolvimento econômico local e regional, mais precisamente do Nordeste, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH). Mais tarde, a filosofia do Programa Cidades Históricas alterou a sua filosofia em função da avaliação de desempenho do Nordeste, com mudanças qualitativas de conceitos que passaram a ser mais abrangentes e criando novos mecanismos operacionais.

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) no ano de 1975 e que funcionou até o ano de 1979, tendo sob a presidência o designer Aloísio Magalhães, tinha por

---

<sup>63</sup> As mudanças na estrutura organizacional do Iphan ao longo de sua existência: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1979-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional pró- -Memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente (2009 houve o desdobramento entre as áreas de preservação e os museus que integravam o órgão, criando o IBRAM em 2009).

objetivo traçar um sistema referencial básico de preservação dos valores da formação cultural brasileira, especialmente num período de crise econômica pelo qual o país atravessava.

Pautado na ideia de referência e produção cultural, os projetos desenvolvidos pelo CNRC cobriam quatro principais áreas de atuação: 1) Artesanato; 2) Levantamentos Socioculturais; 3) História da Tecnologia e da Ciência no Brasil; 4) Levantamentos de Documentação sobre o Brasil.

Para Aloísio Magalhães, a política de preservação patrimonial não deveria se restringir apenas a identificar, tomar, restaurar e preservar monumento e o CNRC tinha como objetivo a valorização do patrimônio e a ideia de pertencimento pela sociedade.

O ano de 1979 foi um marco na trajetória dos órgãos de patrimônio e de mudanças de rumos no organograma e direção do Iphan, no Programa das Cidades Históricas, criado em 1972, e no CNRC. Uma nova reformulação administrativa se concretizou, criando uma nova estrutura para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, ficando, então, subdividido em dois órgãos, sendo um normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – e o outro executivo – a Fundação Nacional pró Memória (FNPM),<sup>64</sup> que teve sua criação autorizada por meio da Lei nº 6.757, de 17/12/1979 e suas finalidades definidas por meio da Determinação de nº 26, de 28/11/1986<sup>65</sup>.

Dessa maneira, o SPHAN, órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, passava a elaborar as diretrizes de atuação da política de patrimônio e detinha as prerrogativas de acautelamento e proteção, enquanto a Fundação Nacional Pró-Memória, executava as ações de preservação no âmbito operacional, ficando os museus subordinados à sua estrutura administrativa. A ideia de criação de uma Fundação para gerir os museus representava, naquele momento, a solução para uma maior autonomia financeira e administrativa.

---

<sup>64</sup> O artigo 1 da Lei nº 6757, de 17/12/79, definia “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, supervisionada pelo Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Nacional Pró-Memória, com personalidade jurídica de direito privado, destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País.” Era necessário vencer a rigidez administrativa. Ainda como mudanças, era necessário vencer a rigidez administrativa e a escassez de recursos, o que resultou na criação de duas estruturas administrativas: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e a fundação Nacional pró-memória.

<sup>65</sup> Por meio da Determinação de nº. 226, de 28 de novembro de 1986, as finalidades da Fundação foram definidas com base nos princípios que haviam norteado a instituição desde sua criação em 1979: [...] fundamentar-se no estudo e na apreensão de referências básicas da cultura brasileira, orientando-se pelas aspirações e peculiaridades dos contextos sociais, econômicos e políticos do país [e partindo do princípio de que] os bens de valor cultural e natural deverão ser entendidos tanto em sua dinâmica quanto em sua correlação com os contextos em que estão inseridos (MINC. *Determinação nº 226*. 28 de novembro de 1986. Brasília/DF: 1986.).

É neste período que se destaca a importante e significativa contribuição de Aloísio Magalhães<sup>66</sup>, idealizador e um dos criadores da Fundação Nacional pró-Memória. Magalhães introduziu um conceito amplo de bem cultural, além da visão de que o melhor guardião do patrimônio é a comunidade, que com ele mais de perto se relaciona, inaugurando novos caminhos e formas de lidar com a memória nacional.

Para Aloísio Magalhães, os bens culturais que o SPHAN/Pró-Memória deveria preservar eram aqueles capazes de promover a autonomia dos cidadãos brasileiros a partir da tomada da consciência histórica, atentos para as múltiplas manifestações do fazer e do sentir do homem brasileiro. Os museus como conservadores e exibidores desses bens deveriam modificar sua forma de atuação para atender a grande maioria da sociedade brasileira. O foco não poderia estar mais em suas coleções, mas na representação do tempo presente (MAGALHÃES, 1997).

Em nossas pesquisas nas fontes documentais referentes a pró-Memória, destacamos um documento avulso, referente a proposta de comunicação institucional elaborado pela MPM Publicidade em que discute a criação de um “Selo de identidade pró-Memória”, um selo para o Patrimônio Brasileiro, atribuindo valor ao bem cultural. Torna-se claro a ideia de construir uma nova concepção para a área de Patrimônio por parte daqueles que estavam à frente da instituição, sem que trouxesse o saudosismo de uma política estadonovista de exaltação da “brasilidade”, como ressalta o documento.

Destacamos aqui a criação da Fundação Nacional pró-Memória que trouxe protagonismo na construção de políticas e de aporte de recursos voltados para os museus, além de pretender dar mais dinamismo às políticas culturais e formas mais ágeis de captar e administrar os recursos.

As duas instituições, a Fundação Pró-Memória e a SPHAN perduraram até 1990, quando, pela Lei nº 8.029, de 12 de abril, foram extintas. Nesse momento, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que absorveu suas funções.

Como marco no processo de consolidação de uma política cultural no país, citamos o I Encontro Nacional de Política Cultural, iniciativa do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Cultura, realizado no período de 21 a 24 de abril de 1984, nas cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto, tendo como presidente o então Secretário de Cultura do Estado de

---

<sup>66</sup> Aloísio Barbosa Magalhães (Recife, Pernambuco, 1927 - Pádua, Itália 1982). Pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. Forma-se em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1950. Em 1979, é nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro.

Minas Gerais, José Aparecido de Oliveira, que se referia ao evento como “uma contribuição significativa à fixação de uma nova política cultural no Brasil.”

A preservação do nosso patrimônio não pode ser visualizada de um ângulo inerte, ou seja, considerando-o apenas pelos bens que a visão oficial convencionou ser herança histórica e artística. A cultura é fator primordial de identidade do povo brasileiro.<sup>67</sup>

De acordo com registro de jornais da época, cerca de 800 pessoas participaram dos debates, tendo a presença de 16 secretários de cultura e 131 autoridades da área cultural, onde a área de patrimônio estava bem representada na sessão “Preservação do Patrimônio Cultural, Artístico, Arqueológico, Histórico, Artístico e Natural, tendo como coordenador o secretário de Estado de Educação e Cultura da Bahia, Edivaldo Machado Boaventura e debatedores Hugo Eiras Furquim Werneck, Italo Campofiorito, Maria do Carmo Nabuco, Olivia Barradas, Roberto Messias Franco e Ulpiano Bezerra de Meneses. Importante discussão em torno do que caracteriza como um bem cultural, sublinha declaração do secretário de cultura de Minas, José Aparecido de Oliveira:

Quando se fala em bem cultural, podemos estar pensando num campo extremamente vasto, que incluiria todos os produtos de vivência do espírito em suas múltiplas manifestações, ou aquelas de caráter concreto, com existência física definida, como os monumentos e obras de arte.<sup>68</sup>

Destacamos a assinatura do *Compromisso de Brasília*<sup>69</sup>, com o objetivo de convocar os Estados e Municípios brasileiros a atuarem na preservação do patrimônio cultural, cujas recomendações foram complementadas em outubro de 1971 pelo *Compromisso de Salvador*.<sup>70</sup>

A primeira metade da década de 1980 representou um forte movimento em favor da construção de uma política cultural para o país, tendo como uma das metas a criação do Ministério da Cultura.

---

<sup>67</sup> OLIVEIRA, José Aparecido de. I Encontro Nacional de Política Cultural. *Jornal Estado de Minas*, Ouro Preto, MG. s/d. 1984. Recorte de Jornal. Arquivo Institucional do MHN.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Documento assinado em 3 de abril de 1970, resultado do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>

<sup>70</sup> Documento assinado em outubro de 1971, ratificando os compromissos definidos no documento *Compromisso de Brasília*. Dentre as suas recomendações consta a criação do Ministério da Cultura, Secretaria ou Fundações de Cultura no âmbito estadual. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>

Como exemplos das discussões promovidas neste período, destacamos no Quadro 2, abaixo, alguns documentos que apresentam, resumem e sistematizam os resultados das reflexões em torno das áreas de patrimônio, dos museus e da cultura, produzidos a partir da discussão e reflexão de profissionais, técnicos e da sociedade:

**Quadro 2: Resoluções, Cartas e Declarações sobre Patrimônio e Museus.**

|  |   |
|--|---|
| <u>Carta de Florença – Maio de 1981</u>      | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.  |
| <u>Declaração de Nairóbi – Maio de 1982.</u> | Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia.  |
| <u>Declaração Tlaxcala – Outubro de 1982</u> | 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental                                       |
| <u>Declaração do México – 1985</u>           | Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais  |
| <u>Carta de Washington – 1986</u>            | Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas   |
| <u>Carta Petrópolis – 1987.</u>              | 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos                                |
| <u>Carta de Washington – 1987</u>            | Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas   |
| <u>Carta de Cabo Frio – Outubro de 1989</u>  | Encontro de Civilizações nas Américas   |
| <u>Declaração de São Paulo – 1989</u>        | Aprovada durante a Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza                                 |
| <u>Recomendação Paris – Novembro de 1989</u> | 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO – Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular |

**Fonte: Quadro elaborado pela autora.**

Após esse período, já avançando no tempo, seria de grande relevância sublinhar como de grande relevância, a edição do decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Neste ato, definia-se patrimônio imaterial como o conjunto de “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente

recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

Nesse rápido panorama da trajetória das políticas públicas e no alargamento do conceito de patrimônio, tendo como ponto de partida a criação do SPHAN, em 1937, sublinhamos a contribuição e o legado do conjunto de ações e de legislação produzidas pelo Estado Novo que ainda hoje possuem um protagonismo na ação pública.

Mudanças importantes ao longo desse período, com a participação de vários atores e movimentos, trouxeram mudanças significativas na temática do patrimônio. Os avanços teóricos e metodológicos advindos das Ciências Humanas e Sociais, resultado dos estudos e pesquisas no campo da cultura, tanto acadêmicos como decorrentes do desenvolvimento de políticas públicas, cuja produção de conhecimento se sistematiza a partir da década de 1980, também se destacam nessa trajetória.

Não podemos esquecer o papel desempenhado pelos movimentos sociais que foi e continua sendo de extrema importância para a ampliação do conceito de patrimônio cultural, no delineamento de políticas públicas para o setor, e na afirmação de nossa identidade cultural como uma nação plural.

### 3.1 Os museus e o patrimônio histórico

“O Museu pode e deve ser o deflagrador das utopias”  
Waldisa Russio, 1977

E os museus, como se enquadravam nestas discussões?

Os museus acompanham toda essa evolução de conceitos, referenciais teóricos e mudanças da sociedade, assumindo um papel de construção social, de desenvolvimento da cidadania e de incorporação dos direitos culturais da sociedade.

Para melhor compreender e visualizar os resultados das políticas voltadas para o patrimônio cultural e sua implicação no desenvolvimento dos museus, a Tabela 5 apresenta como forma de aferir o movimento de criação dos museus e dos seus visitantes, referente ao número de museus no país, extraídos nos censos produzidos pelo IBGE.<sup>71</sup>

**Tabela 5: Criação de museus e frequência de visitantes.**

| Ano       | 1951       | 1958 | 1968 | 1972 | 1982 | 1988         |
|-----------|------------|------|------|------|------|--------------|
| Nº Museus | <b>115</b> | 174  | 206  | 344  | 571  | <b>1.225</b> |

<sup>71</sup> Estatísticas do Século XX. IBGE. Disponível em [www.seculoxx.ibge.gov.br](http://www.seculoxx.ibge.gov.br). Acesso em agosto/2017.

|            |                  |  |           |  |                  |  |
|------------|------------------|--|-----------|--|------------------|--|
| Nº         | <b>1.624.039</b> |  | 4.014.923 |  | <b>7.859.329</b> |  |
| Visitantes |                  |  |           |  |                  |  |

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Em números absolutos, percebemos que houve um crescimento de mais de 1.000% em museus, em menos de 40 anos; e de frequência de visitantes, o crescimento se aproxima de 500%.

Esses índices positivos para os museus, especialmente após os anos da década de 1970, revelam o início de um período de distensão da ditadura no país, em um processo de retomada de uso dos equipamentos culturais pela sociedade, no avanço de construção de políticas públicas para o setor e nos debates acadêmicos e na produção de conteúdos sobre os museus e a museologia.

A partir dos anos 70, ainda que estivéssemos vivendo um período de ditadura no país, os museus começam a se aproximar do conceito de agentes de transformação social, passando a olhar com mais atenção a comunicação com os seus públicos, tendo como base as discussões no panorama internacional. No Brasil se vivia época de censura, o Conselho Nacional de Cultura não tinha expressão e o patrimônio se inseria num campo mais próximo das políticas de turismo cultural.

Um dos acontecimentos de maior destaque e relevância para o campo dos museus e da museologia foi a realização do evento “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, promovida pela UNESCO, na cidade de Santiago, no ano de 1972, e que representou uma ruptura na forma de abordagem sobre o papel e representação social dos museus.

Terceira Mesa Redonda a ocorrer na América Latina, depois das cidades do Rio de Janeiro e México, a representante da UNESCO, Raymonde Frin, em seu discurso de abertura, afirmou que essa Mesa, ocorrida na cidade de Santiago, no Chile, diferia das demais e possuía “um caráter novo, já que especialistas que não atuam no campo da museologia foram convidados para expor aos especialistas em museologia aqui reunidos seus pontos de vista sobre os grandes problemas enfrentados no mundo contemporâneo: os problemas da agricultura, da cultura e da ciência, do meio ambiente, da tecnologia e da educação permanente.”<sup>72</sup>

Hugues de Varine, então diretor do ICOM, ressalta a importância de unir as duas categorias de especialistas; especialistas em museus e especialistas em desenvolvimento

<sup>72</sup> Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972/ José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos. (Organização). Brasília:Ibram/MinC; programa Ibermuseus, 2012. p.113.

econômico e social, para buscar uma solução para o problema de integração dos museus ao desenvolvimento.

Sob o tema “Papel do Museu na América Latina”, representantes dos países latino-americanos e do Caribe se reuniram para discutir os seguintes tópicos, de acordo com o programa do evento:

1. Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola.
2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico.
3. Os museus e os problemas sociais e culturais.
4. Os museus e a educação permanente.

A representante do Chile, curadora do Museu Nacional de História Natural, Grete Mostny, refere-se ao evento como a “reunião de família” e enfatiza a importância em “definir o tipo de museu relevante para as nossas necessidades – o museu integral -, isto é aquele que participa ativamente da vida nacional e recria os contextos dos objetos que expõe”.

Este documento é reconhecido como a mais importante contribuição da América Latina para o pensamento museológico internacional e sua importância decorre especialmente da inserção, nas discussões, da questão do papel social dos museus representando um dos momentos fundadores da chamada Nova Museologia.<sup>73</sup>

Nas suas recomendações, datadas de 30 de maio de 1972, o documento registra como item primeiro:

A Mesa-redonda considera que uma de suas realizações mais importantes foi a identificação e definição de uma nova abordagem para a ação dos museus, a saber, o museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural, e solicita que a UNESCO utilize os meios de divulgação à sua disposição para promover essa nova tendência.<sup>74</sup>

As recomendações, assim, estavam relacionadas ao conceito de museu integral, à formação profissional, à utilização educativa dos museus e à preservação do patrimônio natural. Destacava o papel ativo dos museus nas questões sociais, econômicas e culturais por meio de suas ações educativas, a partir da noção da função social do museu, e do museu como instrumento de desenvolvimento.

Ao definir o museu como uma “instituição a serviço da sociedade que adquire, conserva, comunica e expõe, sobretudo para fins educacionais, culturais e de estudo, testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem”, se decide que:

---

<sup>73</sup> A Nova Museologia representou um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos são ainda centrais para uma efetiva renovação de todos os museus do século XXI.

<sup>74</sup> Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972/ José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos. (Organização). Brasília: Ibram/ MinC; programa Ibermuseus, 2012. P.115.



Em caráter geral:

1° Que os museus considerem a possibilidade de incorporar novas disciplinas(...).

2° Que os museus intensifiquem seu trabalho de recuperação do patrimônio cultural, conferindo-lhe uma função social (...).

3° Que os museus tornem suas coleções amplamente acessíveis a pesquisadores qualificados e, na medida do possível, a instituições públicas, religiosas e privadas.

4° Que as técnicas museográficas tradicionais sejam atualizadas para melhorar a comunicação entre o objeto e o visitante.

5° Que os museus estabeleçam sistemas de avaliação para comprovar sua eficácia junto à comunidade.

O Quadro 3 apresenta os nomes dos participantes e suas instituições de origem, dando a dimensão da importância da troca de experiências profissionais.

**Quadro 3: Participantes da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972.**

|                                 |                          |   |
|---------------------------------|--------------------------|---|
| <b>Coordenadores de Debates</b> | Enrique Enseñat          | Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá                            |
|                                 | Jorge Hardoy             | Centro de Estudos Urbanos e Regionais do Instituto Di Telia de Buenos Aires |
|                                 | Mario Teruggi            | Museu de La Plata, Argentina  |
|                                 | Cesar Picón Espinoza     | Ministério da Educação. Lima, Peru  |
| <b>Representantes da UNESCO</b> | Raymonde Frin            | Departamento do Patrimônio Cultural   |
|                                 | Hugues Varine-Bohan      | ICOM  |
| <b>Participantes</b>            | Teresa Gisbert de Mesa   | Museu Nacional de Arte, La Paz, Bolívia                                     |
|                                 | Lygia Martins Costa      | IPHAN, Brasil   |
|                                 | Alicia Dussan de Reichel | Instituto Colombiano de Cultura, Bogotá, Colômbia                           |
|                                 | Luis Diego Gomez         | Museu Nacional da Costa Rica  |
|                                 | Hernán Crespo Toral      | Museu do Banco Central do Equador   |
|                                 | Luis Lujan Muñoz         | Instituto de Antropologia e História da Guatemala                           |
|                                 | Mario Vazquez            | Museu de Antropologia do México   |
|                                 | Raúl González Guzman     | Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional do Panamá                        |
|                                 | Frederico Kaufmann Doig  | Diretoria de Conservação do   |

|                     |                             |  |
|---------------------|-----------------------------|--|
|                     |                             | Patrimônio Cultural da Nação, Lima, Peru                   |
|                     | Carlos de Sola              | Diretoria de Cultura de São Salvador, El Salvador          |
| <b>Observadores</b> | Emilia Salas                | Museu Regional, Antofagasta                                |
|                     | Sergio Villa-Señor          | Diretoria de Educação Primária e Normal de Santiago, Chile |
|                     | Sergio Arriagada            | Museu Benjamin Vicuña Mackenna, Santiago, Chile            |
|                     | Margarita Castillo Pinto    | Central Nacional de Museologia de Santiago, Chile          |
|                     | Gabriel MacKellar           | Diretoria Nacional de Turismo de Santiago, Chile           |
|                     | Genoveva Dawson de Teruggi  | Museu de La Plata, Argentina                               |
|                     | Paul Frings                 | Diretoria Nacional de Turismo de Santiago, Chile           |
|                     | Richards Hughes             | Escritório da OEA, Chile                                   |
|                     | Oscar Avello                | Centro Nacional de Museologia, Santiago                    |
|                     | Raraón Villarroel Gatica    | Centro Nacional de Museologia, Santiago                    |
|                     | Rene Vergara                | Museóloga, Chile   |
|                     | Juan Salinas                | Departamento de Recursos Humanos, Chile                    |
|                     | Theodor Fuchs               | Departamento de Diagnóstico e Política, Chile              |
| Jorge Irribarren    | Curador, Museu de La Serena |  |

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Ainda como marco no avanço do campo de estudo da museologia, no que se refere ao conceito de museu e como este se relaciona com a sociedade, apontamos a Declaração de Quebec, de 1984, onde ocorre a criação do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia, que, segundo o museólogo português Mário Moutinho significou a contribuição para o reconhecimento pela Museologia do direito à diferença.<sup>75</sup>

Dela decorre o reconhecimento da necessidade em ampliar a prática museológica e de integrar nessas ações as populações; a convocação ao uso da interdisciplinaridade e de métodos modernos de gestão e comunicação; e a priorização do desenvolvimento social,

<sup>75</sup> MOUTINHO in ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (orgs.). A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 29.

transformando os museus em catalisadores sociais: fóruns de discussão sobre a realidade de cada comunidade na contemporaneidade (DESVALLÉES, 1992).

A chamada Nova Museologia ampliou o debate em torno do papel dos museus, deixando para trás a ideia de museu como espaço de representação das elites, projetando-se, assim, como instituições afinadas com uma sociedade democrática. Esse movimento tinha seu núcleo na França. Uma obra coletiva publicada em 1985, na França, intitulada *Nouvelles Muséologies*, organizada por Alain Nicolas e editada pela Association Muséologie Nouvelle et Experimentation Sociale – MNES expõe, através de entrevistas e artigos de diversos autores sobre os museus e a museologia, algumas ideias e propostas desse movimento.

Segundo Peter van Mensch, o movimento da Nova Museologia representou a segunda revolução no mundo dos museus, quando estas instituições passam a dar mais valor as funções dos museus e não mais as coleções, além da introdução de um novo aparato conceitual, do qual destaca o museu integrado.<sup>76</sup>

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves destaca em seu texto “Os museus e a representação do Brasil” alguns estudos sobre a “Nova Museologia” e como este movimento influenciou na formação dos profissionais de museus. Ele destaca trecho do prefácio escrito por Hughes de Varine, na obra *Nouvelles Muséologies*, em que propõe aos profissionais de museus, ou les gens de musée: “... tomem a palavra fora dos circuitos oficiais; que se expressem como profissionais e pesquisadores de sua própria disciplina, em face dos teóricos de fora, dos críticos e dos funcionários.”<sup>77</sup>

De espaços tradicionais, comprometidos com um discurso oficial, de preservação da cultura das elites, com narrativa expositiva baseada em personagens e fatos memoráveis, os museus passam a serem entendidos como espaços integrados, espaços abertos a novos sentidos, de construção de novas narrativas, e também de tensão, como se refere Mário Chagas. “Tensão entre a mudança e a permanência, entre a mobilidade e a imobilidade, entre

---

<sup>76</sup> DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional, v. 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado / Secretaria de Estado da Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 145. Duarte cita Peter Van Mensch como referência de autor que apresenta dois tempos de revolução para os museus e a museologia. A primeira, no final do século XIX, trouxe, entre outros elementos, a organização profissional, os códigos de ética e notáveis transformações nas exposições, entre outros elementos, com a primazia da quantidade dando lugar à oportunização do diálogo do público com os objetos expostos.

<sup>77</sup> In: Gonçalves, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação do Brasil., Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. Iphan/MinC, N 31, 2005. p.261.

a diferença e a identidade, entre o passado e o futuro, entre a memória e o esquecimento, entre o poder e a resistência.”<sup>78</sup>

Também observamos essa mudança de paradigma e de ampliação do conceito de museus e de pontos de discussão nos documentos do Comitê Internacional de Museus, resultados das Conferências Gerais (ICOM, 1971, 1974, 1977, 1980, 1983, 1986, 1989) que apresentavam diretrizes sobre as funções sociais dos museus que deveriam deixar de estarem voltados às suas coleções para atender às necessidades de representação de sua comunidade.

Ainda que atualmente os museus ocupem um espaço de relevância nas políticas públicas do campo da cultura, incluindo o uso de novos conceitos e práticas museológicas, a partir de meados da década de 1970 e início da década de 1980 temos um período de grande efervescência no desenvolvimento de estudos sobre memória, envolvendo o campo do patrimônio e dos museus.

No Brasil, uma série de estudos é desenvolvida por pesquisadores, professores e profissionais que atuam na área. Podemos citar como trabalhos pioneiros e de importância na etnografia dos museus, a dissertação de mestrado da museóloga Waldisa Russio, “Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento”, o estudo da professora Regina Abreu sobre o MHN e a coleção Miguel Calmon, também como resultado de seu mestrado, e da Professora Myrian Sepúlveda dos Santos sobre as narrativas, a partir dos acervos do Museu Histórico Nacional e Museu Imperial, apenas para nos referirmos a alguns.

Em sua dissertação, Waldisa Rússio, assim como Regina Abreu recorre a uma revisão de pontos fundamentais da trajetória dos museus no mundo para afirmar que “O Museu pode e deve ser o deflagrador das utopias”. (Rússio, 1977: 26). A autora reforça a ideia de que os museus “muito mais do que existirem para os objetos, os museus devem existir para as pessoas”.

O estudo de Regina Abreu examina a prática colecionista do Museu Histórico Nacional e de seu diretor-fundador Gustavo Barroso, a partir do estudo de caso da coleção Miguel Calmon, doada ao museu em 1936. Para a autora, a narrativa histórica apresentada no MHN privilegiava uma evocação da memória nacional, forjando uma consciência cívica. Os objetos das coleções eram reunidos para expressarem uma identidade de construção de nação.

Myrian Sepúlveda dos Santos mergulhou nas narrativas possíveis dos Museu Imperial e Museu Histórico Nacional. Esses trabalhos são referências para tantos outros que invadiram

---

<sup>78</sup> CHAGAS, Mário. *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Brasília. IPHAN/MinC, 2005.N31, p.24.

os museus, na busca de desvendar esses espaços enquanto lugares voltados para a prática colecionista e de interação com os seus públicos.

### 3.2 O CAMPO ACADEMICO E A AMPLIAÇÃO DOS CURSOS DE MUSEOLOGIA

No campo acadêmico, é importante verificarmos o quadro de expansão de novos cursos de museologia no país. Até a segunda metade da década de 1970 só existia o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio, que anteriormente era o Curso de Museus/MHN, criado por Gustavo Barroso, em 1932<sup>79</sup>. Portanto, o segundo curso de museologia no Brasil foi criado em 1979, no estado da Bahia, e o terceiro curso, apenas, no ano de 2004, após 25 anos. Atualmente, temos 15 cursos de museologia espalhados pelo país<sup>80</sup>, além de mestrado, doutorado, cursos de especialização e técnico, conforme demonstra o Quadro 4 abaixo:

**Quadro 4: Relação das universidades e ano de criação dos cursos de Museologia no Brasil, de 1979 a 2019.**

| UNIVERSIDADE                                 | ANO CRIAÇÃO | UF                |
|--|-------------|-------------------|
| Universidade Federal da Bahia                | 1979        | Bahia             |
| Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE | 2004        |                   |
| Universidade Federal de Pelotas              | 2006        | Rio Grande do Sul |
| Universidade Federal do Recôncavo da Bahia   | 2006        | Bahia             |
| Universidade Federal de Sergipe              | 2007        | Sergipe           |
| Universidade Federal do Pará                 | 2010        | Pará              |
| Universidade Federal de Ouro Preto           | 2008        | Minas Gerais      |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul    | 2008        | Rio Grande do Sul |
| Universidade de Brasília                     | 2009        | Distrito Federal  |
| Universidade Federal de Pernambuco           | 2009        | Pernambuco        |

<sup>79</sup> O Curso de Museus estava referendado no Decreto de criação do MHN, Decreto nº15.596, de 02 de agosto de 1922.

<sup>80</sup> De acordo com dados contidos em MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relação das instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>

|   |      |                |
|---|------|----------------|
| Universidade Federal de Goiás                               | 2010 | Goiás          |
| Universidade Federal de Santa Catarina                      | 2010 | Santa Catarina |
| Universidade Federal de Minas Gerais                        | 2010 | Minas Gerasi   |
| Universidade Federal do Pará                                | 2010 | Pará           |
| Universidade do Brasil - Universidade Camilo Castelo Branco | 2014 |                |
| Centro Universitário Claretiano (a distância)               | 2019 |                |
| Universidade Estadual do Paraná                             | 2019 | Paraná         |

**Fonte: Quadro elaborado pela autora.**

Em nível da pós-graduação, existe o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) da UNIRIO/MAST (2006), que oferece os cursos nos níveis de Mestrado e Doutorado, o Programa de Pós-Graduação Interunidades da USP, que oferece formação no nível de Mestrado (2012), o Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA oferece Mestrado (2014), o Programa de Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, que oferece formação no nível de mestrado profissional (2015), O MBA Gestão em Museus, oferecido pela Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABGC) e a Universidade Candido Mendes (UCAM) (2015) e o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que oferece formação no nível de mestrado (2017).

A ampliação de cursos de museologia no Brasil, as mudanças em seus conteúdos programáticos, ocasionando, inclusive, mudanças no perfil da formação dos profissionais que atuavam nos museus, estão todos imbuídos pelo discurso da Nova Museologia, conforme aponta Gonçalves (2005, p.63). Além disso marcos conceituais e práticos estabelecidos pela Política Nacional de Museus e tantos outros avanços na construção de políticas públicas no campo dos museus se mostram determinantes no contexto de criação e expansão dos cursos e de profissionais no campo dos museus.

Na reforma curricular, no ano de 1974, o curso, ainda vinculado ao Museu Histórico Nacional e com a denominação de *Curso de Museus*, apresenta uma renovação no quadro docente e na denominação das disciplinas.<sup>81</sup> De acordo com o professor Ivan Sá Coelho

---

<sup>81</sup> O Curso de Museus estava previsto no Regimento Interno do MHN de 1922, mas só foi instituído dez anos mais tarde, por meio do decreto-lei nº 21.129, de 7/3/32, como departamento do próprio museu. De acordo com SIQUEIRA (2009, p.23) o Curso de Museus do MHN foi o primeiro das Américas e talvez o mais antigo do mundo a capacitar profissionais para lidar e pensar as questões concernentes aos museus e aos seus objetos, uma

(2019, p. 267-268), o exemplo mais marcante se refere à supressão da denominação Técnica de Museus, ampliando-se as disciplinas de Museografia e Museografia, correspondendo à teoria e as práticas museológicas.

De acordo com o Regimento e Currículo do Conselho Federal de Educação, o Curso de Museus tem por finalidade: a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver e incentivar a pesquisa no campo da Museologia; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar seus resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; e) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais (...).<sup>82</sup>

Ainda segundo Sá, a Matriz Curricular discutida ao longo dos anos de 1974 e 1975 representam um grande avanço, considerada a mais importante reforma curricular do Curso de Museus, associando o termo Museologia como campo de conhecimento. A reforma, oficializada por meio de um novo Regimento, traz a ideia de comprometimento social dos museus, além de estabelecer um contexto interdisciplinar, apresentando, assim, um campo específico de conhecimento.

Em 1977, novamente outra mudança, ampliando o Curso para quatro anos, passando a ter uma estrutura universitária, sendo incorporado pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG, depois transformada em Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, e, posteriormente transformada em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Durante o ano de 1979 o Curso de Museologia passa a constituir o Centro de Ciências Humanas – CCH, da UNIRIO, juntamente com os Cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia, oriundos, respectivamente, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional.

Em 1985, o Centro de Ciências Humanas passa por um processo de departamentalização e as disciplinas de seus cursos são distribuídas em Departamentos específicos por áreas de conhecimento. Esta departamentalização favoreceu um processo de discussão e de modernização dos currículos de seus cursos.

---

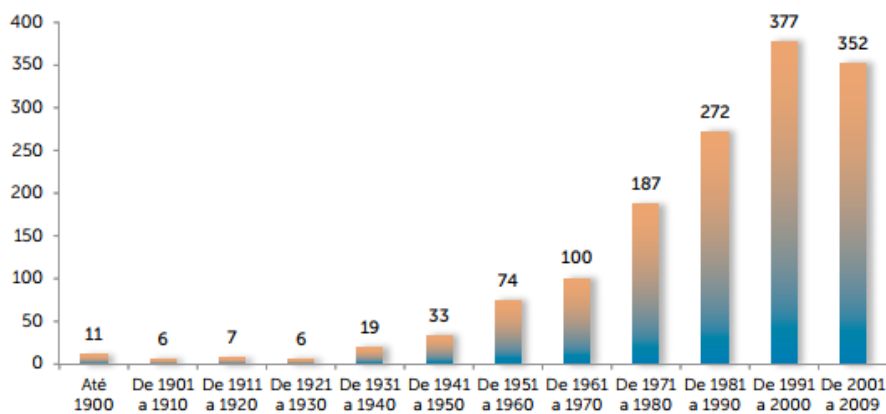
vez que o curso para formação de profissionais da Escola do Louvre tinha uma formação mais voltada para a área arqueológica e, posteriormente, para o campo da História da Arte.

<sup>82</sup> BRASIL, Parecer n.º. 4.127, 06-12-1974. Aprova o Regimento do Curso de Museus. In: ISOLAN, Fiorela Buggatti. A formação em museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sobre a ótica da Museologia. 2017.211f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

Todas essas mudanças levam a um novo olhar sobre os museus, ganhando amplitude na sua forma de conceituação, garantindo novos significados e novas formas de gestão desses espaços.

Corroborando com o panorama apresentado, de mudanças e avanços no campo de Ensino e de práticas nos museus, bem como na formação dos profissionais que atuavam no campo museal, destacamos o Gráfico 2, apresentado na publicação *Museus em Números*, editado pelo Instituto Brasileiro de Museus<sup>83</sup>, onde podemos observar um aumento expressivo, a partir da década de 1970, no que se refere à criação de museus no Brasil.

**Gráfico 2: Número de museus por ano de fundação, segundo o Cadastro Nacional de Museus.**



**Fonte: Cadastro Nacional de Museus. IBRAM, 2010.**

Atualmente temos mais de 3.700 museus espalhados pelo país. Um enorme desafio se coloca frente a questões que envolvem temas como gestão, formas de representação e sustentabilidade. Vivemos um período de tempo em que temos a sensação de que a história se acelera, neste caso pelo avanço da tecnologia. As distâncias encurtaram, a comunicação se processa quase instantaneamente, o que acarreta em novos comportamentos, formas de pensar e agir. Entramos definitivamente na era da informação, do conhecimento, em um mundo marcado pela velocidade na comunicação e na forma de interagir com o outro.

Ao olhar para os museus, temos um desafio pela frente. Precisamos (re)pensar e (re)avaliar novas formas de organizar esses espaços que tem a memória como fonte de

<sup>83</sup> O IBRAM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, criado por meio da Lei de nº 11.906, de 20/01/2009.



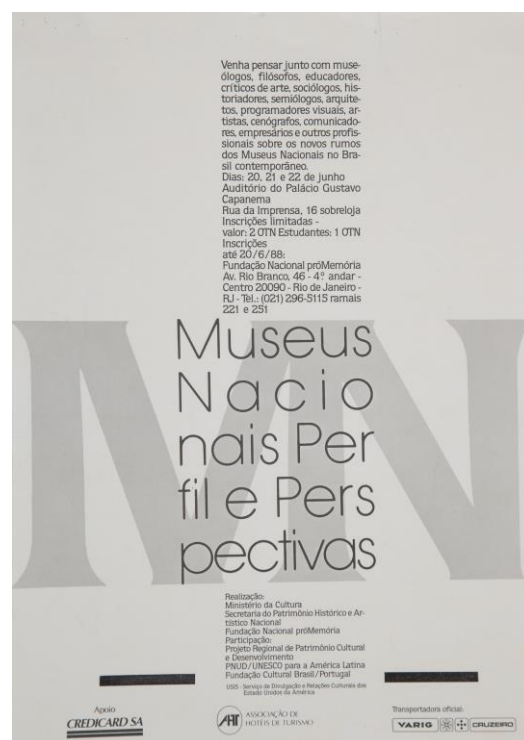
trabalho e inspiração. Estamos vivendo um tempo de rupturas, marcados por um drama, que segundo Walter Benjamin, revelam tempos de rupturas.

### 3.3 Museus Nacionais para quem?

*“A que público fala o museu, a quem estão dirigidos os seus serviços?”*

Antonio Augusto Arantes, antropólogo  
Seminário “Museus Nacionais: perfil e perspectivas”.

Num contexto nacional, assinalamos como evento de grande relevância na discussão do papel dos museus, a realização do Seminário “Museus Nacionais: perfil e perspectivas”, ocorrido no período de 20 a 24 de junho de 1988, no auditório Gilberto Freire, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, organizado pela Fundação Nacional pró-Memória, órgão vinculado ao então Ministério da Cultura, cujo cartaz de divulgação encontra-se reproduzido na Figura 11.



**Figura 11:**  
**Nacionais: perfil e**

**Institucional do Museu da República.**

**Cartaz do Seminário Museus  
perspectivas. 1988**

**Fonte: Arquivo**

Este encontro partia de algumas preocupações referentes aos museus nacionais que estavam sob a responsabilidade do SPHAN/pró-Memória, pautadas nas questões definidas pelo órgão:

[...] Qual o perfil e quais as perspectivas de desenvolvimento dos Museus Nacionais? Como otimizar a modernização dos museus, adequando-os às exigências de um novo público? De que maneira essas instituições estão preenchendo o seu papel específico junto à sociedade do país, na preservação e difusão da sua Memória e Cultura Material?<sup>84</sup>

O Seminário obteve forte repercussão no campo dos museus, e reuniu mais de 600 participantes entre diretores, pesquisadores, profissionais, especialistas, professores e estudantes de diversas áreas de conhecimento, com o objetivo de refletir e debater sobre os chamados museus nacionais, a partir de diagnósticos realizados por historiadores e museólogos.<sup>85</sup>

De acordo com declaração da direção da SPHAN/Fundação Nacional pró-Memória, a intenção em realizar o Seminário foi de ampliar a discussão da temática museológica para uma reflexão junto a outras áreas de conhecimento, extrapolando os limites institucionais, e interpretando o museu como um tema de interesse da sociedade.

Os museus na década de 1980 buscavam o “novo”, precisavam se reinventar, criar novas formas de comunicação e interação com os seus públicos. Os museus precisavam não estar mais focados apenas nos acervos, mas também em criar redes possíveis de interação com o visitante e nos serviços a oferecer para a sociedade.

A crise financeira dos anos 80 deixaram os museus em um período de completa falta de recursos e de perda de identidade. Analisar, discutir e propor. Esta era a proposta da nova gestão do presidente do SPHAN/pró-Memória, Oswaldo de Campos Melo, que olhava para os museus dentro de uma estrutura da indústria cultural.

Na edição do Jornal do Brasil de 17 de janeiro de 1981, a manchete “A volátil memória nacional” traça um panorama bastante desfavorável e preocupante em relação a conservação e segurança nos museus. E, ao decorrer dos anos da década de 80, a preocupação em mudar

---

<sup>84</sup> Ramos, Margarida M. Rodrigues. O Seminário: uma reflexão interdisciplinar. Boletim SPHAN/pró-memória. Nº42. Rio de Janeiro, 1988. P. 9. Margarida Ramos foi a coordenadora do Seminário Museus Nacionais; perfil e perspectivas.

<sup>85</sup> Os Museus Nacionais tratados neste Seminário foram: Museu Histórico Nacional, Museu da República, Museu Nacional de Belas Artes e Museu Imperial. Foram convidados especialistas que produziram diagnósticos sobre os museus, a partir de visitas e conversas com as equipes, e, posteriormente levados em plenária para apresentação.

esse contexto fez com que as discussões no campo dos museus e as ações do poder público em pensar em uma política pública se intensificassem. (COUTINHO..., p. 6, 1981).

O Seminário é resultado desse processo que vinha ocorrendo, especialmente, no âmbito da Fundação Nacional pró-Memória, muito embora contextualizado em um movimento de redemocratização do país e da retomada de uma mobilização em favor de uma política cultural.

Estas foram algumas das ideias/reflexões/questões que se colocaram como destaque no Seminário e que foram reproduzidas e resumidas no Boletim SPHAN/pró-Memória.

A que público fala o museu, a quem estão dirigidos os seus serviços?  
 Uma casa sem público está morta.  
 Os museus precisam ter mais atrativos: uma boa biblioteca, livrarias, lojas, lanchonete, shows.  
 Os museus vivem uma grave crise em termos de recursos, pessoal qualificado, sem projetos.  
 A instituição museu tem a responsabilidade de resgatar identidades, estabelecer vínculos indissolúveis com o passado, fazer conhecer o presente para influir decisivamente no futuro.  
 É necessário e urgente enfrentar as transformações que os novos meios e as novas tecnologias estão trazendo para o ato de criação do artista.  
 Que sobrevivência pode ter um museu se não enfrentar o desafio de repensar a arte e suas formas de produção para além da exclusiva concepção de arte como objeto único?  
 Museus nacionais para quem?  
 O museu é o lugar da representação cultural e não da prática cultural.  
 Há sempre a possibilidade de se ver criativo no trabalho, mesmo em tempos de penúria.  
 O museu não deve integrar a sociedade de consumo de massa.  
 O maior desafio dos museus é o diálogo ente o visitante e o museu.<sup>86</sup>

Esses estudos e debates estão inseridos em um momento de reflexão sobre o papel social dos museus, suas formas de sustentabilidade e quais seriam os caminhos futuros das instituições, temas que até hoje permanecem nas pautas de discussão. Reflexão que o Museu da República estava inserido e foi um dos museus escolhidos para análise por parte dos consultores contratados pela FNpM e serviu de debate em plenária. Achemos importantes o registro e a análise dos resultados deste seminário, uma vez que foi realizada uma avaliação referente a proposta de conceituação do Museu da República, elaborada pela equipe a qual é objeto de estudo nesta tese.

A metodologia aplicada para a realização do seminário consistia em três etapas.

A primeira etapa, anterior à realização do seminário, foi de elaboração de diagnóstico aplicado aos museus considerados nacionais e vinculados à SPHAN/Fundação Nacional pró-

---

<sup>86</sup> Museus Nacionais: perfis e Perspectivas. Boletim SPHAN/pró-memória. N°42. Rio de Janeiro, 1988

Memória: Museu Imperial, Museu da República, Museu Nacional de Belas Artes e Museu Histórico Nacional.

Foram convidados vários especialistas e consultores, entre historiadores, museólogos, antropólogos e outros especialistas para que, junto com a equipe do museu, produzisse um diagnóstico referente ao seu projeto de política de ação e conceituação.

No caso do Museu da República, o Quadro 5 apresenta a equipe de consultores responsáveis pela avaliação/discussão a equipe de avaliação/discussão, que era composta por:

**Quadro 5: Equipe de avaliação do Museu da República no Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas, 1988.**

|                                 |                                  |  |
|---------------------------------|----------------------------------|--|
| <b>Coordenadora</b>             | Lélia de Almeida Gonzalez        | Antropóloga, diretora do Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  |
| <b>Relatores</b>                | Anaildo Bernardo Baraçal         | Museólogo, professor convidado do curso de especialização em Museus da UniRio, responsável pelo Setor de Difusão e Projetos Especiais dos Museus Castro Maya               |
|                                 | Maura Ribeiro Sardinha           | Editora, professora, tradutora, diretora das edições Antares, membro do Núcleo de Editoração da SPHAN/Pró-Memória  |
| <b>Especialistas convidados</b> | Alzira Alves de Abreu            | Historiadora e Socióloga, Professora adjunta da UFRJ, Coordenadora Geral do CPDOC/FGV.   |
|                                 | Circe Navarro Vital Brasil       | Chefe do Departamento de Filosofia da Educação do IASAE (Instituto de Estudos Avançados em Educação) / FGV   |
|                                 | Maria Efigênia Lage de Rezende   | Professora adjunta do Departamento de História do Brasil da UFMG, docente em História do Brasil República e metodologia da História e Chefe do Gabinete do Reitor da UFMG. |
|                                 | Waldisa Russio Camargo Guarnieri | Museóloga, Diretora do Instituto de Museologia de São Paulo.   |

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Foi encaminhado aos especialistas um documento elaborado pela equipe do museu, a partir de uma solicitação feita pelo Chefe de Gabinete da FNPM, Sr. Ruy Afonso, por meio de Comunicado Interno datado de 12 de janeiro de 1988, aos diretores de museus. Cabe

sublinhar que o seminário foi coordenado pela FNpM, em parceria com o Sistema Nacional de Museus e a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos do SPHAN.

Embora tenha sido um seminário considerado de extrema relevância por profissionais que participaram à época, não encontramos uma documentação organizada sobre o evento nos museus que participaram, que pudessem servir como objeto de estudo de sua proposta museológica. No arquivo central do Iphan, pesquisamos na documentação referente a Fundação Nacional pró-Memória, que, por não se encontrar organizada, foi gratificante ter encontrado os relatórios produzidos pelos especialistas.

Vamos destacar alguns apontamentos produzidos pelos profissionais responsáveis pelo Museu da República, em especial da museóloga Waldisa Russo<sup>87</sup>, que contextualizam o campo de estudo da museologia, com forte influência em um conceito ampliado de museu e que muito repercutiu entre a equipe do MR e aqueles que participaram do evento, de acordo com depoimentos coletados.<sup>88</sup>

A museóloga antecede a discussão do projeto de reformulação do MR, abordando a questão do conceito de museu nacional, e assinala que

[...] “Se considerarmos que, nos últimos cinquenta anos, vivemos pelo menos vinte e nove anos em um regime de ditadura e, dos vinte e um restantes, boa parte configurou “transição” ou períodos de tentativa de aprendizagem democrática, poderemos compreender melhor a significação que então se deu à denominação “nacional” dos nossos museus.”<sup>89</sup>

A denominação de “nacionais” parte de uma ideia de estatais, de situados na então Capital da República, retratos da historiografia da época, continua. Embora os documentos apresentem uma forte discussão referente ao papel dos museus nacionais e o que eles representam para a consolidação de uma memória da nação brasileira, todos os profissionais apresentam uma opinião quanto a importância desses espaços e sua categorização.

Ao continuar sua análise, enfatiza que

os museus nacionais são uma necessidade e uma urgência [...] Testemunhos de nossa identidade cultural, repertórios organizados de nossa memória, os museus

---

<sup>87</sup>Waldisa Russo Guarnieri (1935-1990). Museóloga. Considerada uma das figuras mais importantes na construção do pensamento museológico brasileiro e de sua consolidação como campo disciplinar no Brasil. Cunhou o conceito de “fato museal” entendido como a profunda relação entre o homem - ser que os conhece objetos de sua realidade e os resultados de sua ação transformadora. “O objeto da museologia é o fato museal ou o fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem pertence igualmente e sobre a qual ele tem o poder de agir. Essa relação comporta diversos níveis de consciência e o homem pode apreender o objeto por meio dos seus sentidos: visão, audição, tato, etc.” GUARNIERI, 1989.

<sup>88</sup> A referência quanto à amplificação do parecer da Waldisa Russo Guarnieri pode ser comprovada pelo depoimento do museólogo Mário Chagas no Programa de História Oral do Arquivo Institucional do MR.

<sup>89</sup> Parecer da museóloga Waldisa Russo Guarnieri sobre o MR. Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas. Acervo pessoal de Vera Mangas.

nacionais cumprem, ou devem cumprir, cada vez mais, seu destino de resistência a uma invasão que tenta, desde seus inícios, anular as nacionalidades.<sup>90</sup>

Em sua abordagem sobre o Museu da República, Russio destacou a importância de se “agregar sítios, monumentos e locais que complementassem a história republicana, além de articular com outros centros e museus, ou sítios e lugares, essenciais para a compreensão da História e do processo republicano”.

E finaliza seu diagnóstico enfatizando a importância do edifício e o desejo de que fosse a “*Casa da Memória da República*, um espaço democrático e de estímulo à reflexão”.

O conceito de museu utilizado por Russio parte da ideia de museu como processo, que envolve o pensamento de uma dinâmica de interações sociais que extrapolam a guarda e a conservação dos objetos e se apresenta em consonância com as discussões e conceitos apontados pelo movimento da Nova Museologia, desenvolvido ainda na década de 1970 e que influenciou diretamente a geração de museólogos e da museologia dos anos da década de 1980.

A historiadora Maria Efigênia Lage de Resende aponta o projeto do Museu da República como um momento de ruptura e de transformação do museu em centro de referência histórico-cultural da República pela superação das ideias de “depósito” e exposições de caráter cronológico baseado em um modelo positivista. E complementa que o Museu poderá com suas novas propostas, servir de referência para uma revisão pela sociedade de seu conceito sobre as instituições museológicas.

Algumas questões importantes e que se colocam ainda nas discussões atuais são apontadas nesta análise. No que se refere às reflexões em torno das exposições, a historiadora ressalta a importância de se pensar o circuito expositivo a partir de uma narrativa em que esteja inserida a participação popular, por meio das suas manifestações e movimentos, no processo histórico, que ele possa se reconhecer como agente da história, dando-lhes consciência da sua própria historicidade. Torna-se, portanto, um desafio buscar o caminho da reconstrução museográfica dos grupos sociais em nome do direito à identidade. Outra questão colocada foi o papel do museu enquanto centro de pesquisa e investigação e a historiadora aponta, em consonância com o projeto apresentado, a importância do Museu da República em criar “uma rede colaborativa com as universidades e agências financiadoras de bolsas de pesquisas visando articular o papel como Centro de Pesquisa e de Investigação

---

<sup>90</sup> Parecer da museóloga Waldisa Russio Guarnieri sobre o MR. Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas. Acervo pessoal de Vera Mangas.

complementar às instituições universitárias outras instituições que se dedicam à pesquisa na área de ciências humanas e sociais do país.”

Alzira Alves de Abreu levanta questões de igual importância, a relação da proposta museográfica em consonância com uma política de acervos e a necessidade de se pensar formas de representação das ideias propostas no novo circuito baseado em conjunturas históricas e nos níveis: o prédio, o poder, a ideia de república e a dimensão internacional, com o cuidado de não se perder na vastidão dos temas.

A historiadora coloca como ponto de reflexão para a equipe o desafio em dar uma ênfase a proposições gerais de caráter teórico, sem a indicação da concretização dessas proposições, podendo levar a uma dispersão por falta de limites das ideias apresentadas.

E conclui com uma dúvida que consideramos importante no que se refere aos museus de história e que se pauta ainda hoje nos fóruns de discussão:

[...] Uma questão que ainda deveria ser discutida é se um museu e/ou uma exposição museológica são o espaço adequado para a busca de respostas sobre questões colocadas pelos historiadores, cientistas sociais ou pela sociedade, ou o museu deve ser pensado como o espaço que suscita questões e abre possibilidades para várias respostas?<sup>91</sup>

### **3.4 Museu histórico ou museu de história**

Ainda que a definição de museus por tipologia, atualmente, seja uma forma de registro que esteja sendo revista por especialistas e profissionais da área, tomamos o exemplo do Museu da República como referência para discutir o papel dos museus de história a partir do estudo de sua trajetória na década de 1980, quando um grupo de profissionais, de diferentes formações acadêmicas, desenvolve um projeto conceitual para o museu, contextualizando um período de rupturas na forma de pensar e de atuar nos projetos e programas dessas instituições.

Consideramos importante analisar brevemente o papel dos museus de história no mundo contemporâneo para que possamos situar as discussões em nosso objeto de estudo, o Museu da República. Como se processa a escrita histórica nos museus a partir de questões tais como a definição de sua missão, acervo, narrativa e o público. O museu deve ser um espaço de reflexão crítica e formação da consciência histórica.

Dessa forma, entender as possíveis narrativas de um museu de história e como se processa a sua relação com os seus públicos nos embasará e contextualizará o movimento iniciado na década de 1980 no MR.

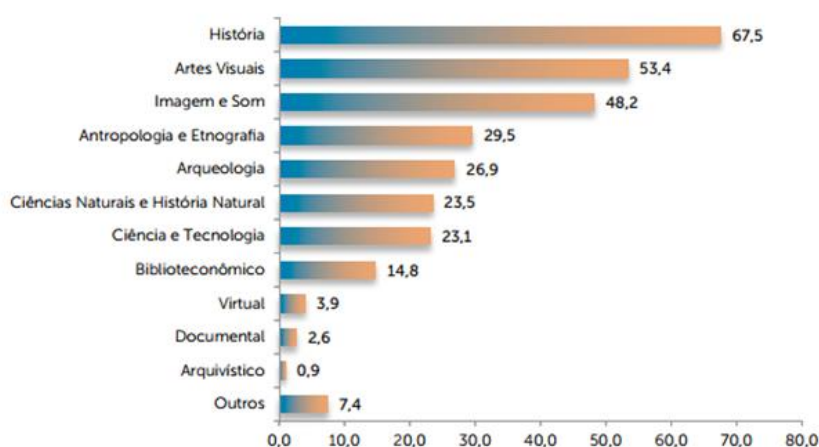
---

<sup>91</sup> Relatório sobre o Seminário Museus Nacionais: perfis e perspectivas. Acervo pessoal Vera Mangas.

Para tomarmos como parâmetro a sua dimensão no campo museal, o Gráfico 3, que segue abaixo, apresenta a porcentagem de museus por tipologia de acervo no Brasil, até o ano de 2010.

Os museus de história lideram o ranking de museu, o que nos aponta a responsabilidade de discutirmos a missão dessas instituições para além da guarda e preservação dos seus acervos. Que narrativa histórica deve apresentar?

**Gráfico 3: Porcentagem de museus por tipologia de acervo.**



**Fonte: Cadastro Nacional de Museus. IBRAM, 2010**

Na documentação referente ao período entre os anos de 1983-1989, pesquisada no Arquivo Institucional do Museu da República, destacamos um documento intitulado “Desdobramentos de conjunturas históricas para a exposição permanente do Museu da República”, elaborado pelo então chefe do Centro de Estudos da História da República, Prof. José Luiz Werneck da Silva, onde se desenvolve a proposta conceitual para o circuito museográfico do Museu. A ideia desenvolvida se baseava na contextualização de objetos e documentos na cena histórica brasileira, uma “arqueologia da memória social”, um “*museu de e da República Brasileira*”. E nos perguntamos o que significaria esta expressão.

Desenvolveremos adiante essa discussão conceitual. Entretanto, é importante sublinhar a importante contribuição que profissionais das mais diversas áreas de conhecimento e atuação, em exercício no Museu da República, nos anos de 1980, deixaram para o estudo e debate no que se refere ao exercício de se pensar, refletir e definir ações, planos e conceitos em museus.



Partimos de uma pergunta da Professora Myrian Sepúlveda dos Santos (2006): “Até que ponto os museus preservam o passado e, além, que narrativas um museu de história deve construir junto aos seus públicos?”.

Retornamos aos estudos de Santos (2006) e fazemos referência a dois tipos de discursos, duas linguagens definidas pela autora, quando de seu estudo a partir de dois museus de história – o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial. Ou seja, o museu-memória e o museu-narrativa.

O museu-memória, em que, por meio dos objetos, é possível uma experiência que mostra continuidade entre passado e passado e ignora a noção de tempo que se volta continuamente para o futuro. (...) museu-narrativa, em que o discurso histórico, racional e moderno substitui a história que se apoia na memória e onde a linguagem das palavras subordina o outro elemento da narrativa museológica, que é o objeto.<sup>92</sup>

No museu-memória, de acordo com a autora, a história é apresentada por uma sequência de objetos e palavras do passado, refletindo uma temporalidade descontínua e pontual. Os objetos estão descaracterizados dos seus tempos, apresentando-se apenas como fragmentos, sem inseri-los em um contexto, sem buscar pelo seu significado e contexto em que se apresenta.

No museu-narrativa, o objeto ganha um discurso simbólico, e está associado de uma nova forma de compreensão dos museus de história, o rompimento com a estrutura de apresentação factual, linear. O acervo não é quem “dita” a exposição, ele aparece como auxiliar à narrativa.

A autora se propôs neste estudo analisar, no âmbito do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial, o discurso histórico veiculado por palavras e objetos tridimensionais, concentrando-se na relação que travam entre si os conceitos de tempo, história e memória.<sup>93</sup>

Muitos historiadores vêm se dedicando ao estudo do papel dos museus de história e suas possíveis narrativas. Ulpiano Bezerra de Meneses, em texto clássico, coloca duas questões para os museus de história: a participação do museu de histórico na produção de conhecimento histórico e como se processa a exposição museológica. A primeira questão, ainda pouco discutida no campo dos museus, não se apresenta de forma estruturada na maioria dos museus de história. Pesquisamos nos Planos Museológicos de alguns museus e não encontramos informação de setor de pesquisa estruturado, pautado em linhas de pesquisa ou mesmo com prioridades definidas. No Plano museológico da Fundação Casa de Rui

---

<sup>92</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro, Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006. P.20

<sup>93</sup> Ibidem. p.19.

Barbosa, encontramos a definição do Programa de Pesquisa do Museu Casa de Rui Barbosa, com objetivo em “desenvolver estudos interdisciplinares que privilegie a biografia cultural dos acervos em seus diversos contextos, que se justifica pelos servidores fazerem parte do Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia, e serem inscritos no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, intitulado Perspectivas Conceituais, memória e Preservação em Museus Casa.

Ainda como exemplo, podemos citar o Grupo de Pesquisadores do IBRAM, que reúne informação de todos os pesquisadores vinculados aos museus, mas não apresentam uma estrutura de organização como também de troca de conhecimento entre as unidades museológicas.

Muito se tem discutido sobre os acervos dos museus, suas práticas de colecionar e de dar sentido aos objetos. A chamada cultura material que vem desenvolvendo um campo de estudo sobre os objetos, o colecionismo e os possíveis “significados dos objetos musealizados.”. Como assinala Meneses (1983), os artefatos são vetores de relações sociais, trata-se de entender o fenômeno da apropriação social e a dimensão material da vida social.

Os objetos ligam mundos emocionais ao espaço mental dos indivíduos, caracterizando-se, entre funções e simbolismos, como verdadeiros predicados da cultura.

Como nos apresenta Marcus Dohmann, em seu texto *Coleções de objetos: memória tangível da cultura material*,<sup>94</sup> o significado de colecionar, “do latim *colligere* — colecionar, escolher e reunir são ações que se distinguem do simples ato da acumulação. Colecionar objetos significa drenar o seu valor de uso, retirando-os da sua usual esfera comercial, porém mantendo suas narrativas.” Examinar, portanto, as biografias dos objetos significam realçar facetas culturais antes ignoradas nos objetos. Para Walter Benjamin, o colecionador é aquele que transfigura as coisas, dando-lhes valor afetivo no lugar do valor de uso. Ele reúne destroços do passado, restos, objetos que representem ou contemplem o universo. O colecionador “sonha não só estar num mundo longínquo ou pretérito, mas também num mundo melhor.”<sup>95</sup>

O que significa uma exposição: uma exibição que oferece ao olhar objetos ou ideias?

Importantes estudos dos autores Manoel Lopes Salgado Guimarães, Myrian Sepúlveda dos Santos, Paulo Knauss, Lília Mortiz Schwarcz, Regina Abreu, Ulpiano Toledo Bezerra de

<sup>94</sup> DOHMANN, Marcus. *Coleções de objetos: memória tangível da cultura material*. In: CAVALCANTI, A.; MALTA, M.; PEREIRA, S. *Coleções de arte: formação, exibição, ensino*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015. p. 81-92. Disponível em <[https://www.academia.edu/14450154/Cole%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_objetos\\_mem%C3%B3ria\\_tang%C3%A9vel\\_da\\_cultura\\_material](https://www.academia.edu/14450154/Cole%C3%A7%C3%B5es_de_objetos_mem%C3%B3ria_tang%C3%A9vel_da_cultura_material)>.

<sup>95</sup> BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (ORG.). *Walter Benjamin*, p. 38.

Meneses, entre outros vem discutindo temas ligados ao campo dos estudos dos museus, suas formas de representação e narrativas. No campo da cultura material, também destacamos Paulo Knauss, Maria Cristina de Oliveira Bruno e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses alguns com especial atenção aos museus de história. Podemos citar também o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves como um dos que se dedicam a estudos antropológicos sobre o valor e significados produzidos pelos objetos materiais, como forma de compreender a dinâmica da vida social e cultural das sociedades, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos.

A criação de museus históricos no Brasil data de 1922, com dois importantes projetos de museu: “a organização da Seção Histórica do Museu Paulista, até então dedicado principalmente à história natural, e o surgimento do Museu Histórico Nacional, ambos inaugurados em 1922, data do centenário da Independência do Brasil. Estes projetos de cunho histórico se somaram ao rol dos museus brasileiros, até aquele momento predominantemente de ciências naturais”.<sup>96</sup>

A ideia da criação de um museu histórico, assinala Julião (2008), deve ser compreendida como parte da preocupação de intelectuais republicanos de se instituir uma pedagogia do cidadão. Produzir uma literatura patriótica, dirigida ao público infantil, ou salvaguardar as relíquias do passado, fomentando o sentimento de pertencimento à pátria.

Surgem ambos como museu-memória, como assinala Ulpiano, utilizando terminologia de Santos (2006). A criação do Museu Histórico Nacional não apenas se constitui num dos suportes materiais da memória coletiva em construção, mas também num apoio para repensar essa mesma memória.

Não pretendemos entrar na discussão quanto a narrativa histórica adotada pelo Museu Histórico Nacional no seu projeto de circuito expositivo, uma vez que o que nos interessa discutir aqui é a forma de como expor em museus de história, em especial o Museu da República. Ou melhor, como transformar o conteúdo histórico em formas de comunicação com o público nos museus. Que tipo de narrativa se constrói e o que pretendemos despertar no público visitante.

Partimos de uma pergunta do historiador Hartmut Boockmann: pode-se expor História em museu?

Esta pergunta, que serviu como título de livro do autor, está inserida no texto “A exposição museológica e o conhecimento histórico, de autoria de Ulpiano Bezerra de

---

<sup>96</sup> MARTINS, Mariana Esteves. A formação do Museu republicano “Convenção de Itu” (1921-1946). Dissertação de Mestrado. USP, 2012.

Meneses<sup>97</sup>, que muito nos inspirou nesta reflexão sobre os museus históricos e suas formas de comunicar. O autor apresenta uma dúvida em torno da possibilidade de haver a participação do museu histórico na produção de conhecimento histórico e, nessa perspectiva, como funciona a exposição museológica? A exposição seria um olhar sobre os objetos ou sobre ideias?

Sabemos que os museus se apresentam nos dias de hoje como um universo de possibilidades lúdicas, afetivas, de comunicação etc. Se os museus têm a responsabilidade na transformação da sociedade, ou seja, de aguçar a consciência crítica, precisamos trabalhar as exposições em museus de história de modo que faça o visitante repensar, propor e até mesmo refletir sobre sua identidade.

De acordo com o Cadastro Nacional de Museus e a Pesquisa Anual de Museus<sup>98</sup>, realizada em 2014, próximo de 60% dos museus participantes se declararam como museus de temática/tipologia histórica, como observado na Tabela 6, abaixo.

**Tabela 6: Museus segundo temática.**

| Temática do Museu                                | Nº de museus | %    |
|--|--------------|------|
| Antropologia e Arqueologia                       | 92           | 9,3  |
| Artes, Arquitetura e Linguística                 | 154          | 15,5 |
| Ciências Exatas, da Terra, Biológicas e da Saúde | 99           | 10,0 |
| Defesa e Segurança Pública                       | 12           | 1,2  |
| Educação, Esporte e Lazer                        | 29           | 2,9  |
| História   | 574          | 57,8 |
| Meios de Comunicação e de Transporte             | 25           | 2,5  |
| Produção de Bens e Serviços                      | 8            | 0,8  |

**Fonte: Cadastro Nacional de Museus, Pesquisa Anual de Museus, IBRAM, 2014.**

A base de dados não dispõe da informação de justificativa para a declaração dos museus, tornando, assim, impossível identificarmos a razão pela qual se declararam como históricos.

<sup>97</sup> MENESES. Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

<sup>98</sup> A Pesquisa Anual de Museus (PAM) foi uma iniciativa do Cadastro Nacional de Museus (CNM), e teve a primeira aplicação em 2014. Por iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus, por meio de consulta pública, a pesquisa contou com a participação de 993 museus, contribuindo para a atualização de informações na base de dados do CNM, e possibilitando o monitoramento das políticas públicas de cultura como o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e o Plano Nacional de Cultura (PNC). Fonte: IBRAM Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/PAM-2014-Resultados-ASCOM.pdf>>

Muitos autores discutem o papel dos museus históricos, sua conceituação, missão e o que representam em termos de conteúdo para o público. Destacamos aqui os estudos e ideias dos autores Ulpiano Meneses, Myrian Sepúlveda dos Santos, Valéria Peixoto Alencar e Letícia Julião, que nos inspiraram e nos ajudaram a refletir sobre o papel dos museus de história.

É importante destacar a disciplina História Dos Objetos: Novas Perspectivas Historiográficas Entre Cultura Material E Cultura Visual, ministrada pelo professor Paulo Knauss no Programa de Pós-graduação em História da UFF, que nos fez refletir sobre os a cultura material e as implicações nos acervos de um museu de história.

Mas voltamos a pergunta, o que significa, de fato, o que chamamos de um museu histórico?

Segundo Meneses (1994, p.16), “o conceito vigente é o de que museu histórico seria aquele que opera com objetos históricos.” E o que seriam objetos históricos?

Ainda tomando Meneses (1994, p.4) como referência, o que define um objeto como histórico é seu contexto de recepção: “objetos artísticos, objetos históricos, objetos tecnológicos, folclóricos, etc., como se as significações fossem geradas pelos próprios objetos e não pela sociedade. Ora, as significações das coisas materiais são sempre atribuídas.”

Assim, os museus vão consagrando os objetos como históricos, definindo com base em fatos e personagens. Como podemos considerar o objeto como histórico?

Os objetos não são livres de significados. Eles contextualizam aspectos da sociedade, carregam narrativas de quem os produziu, os colecionou e usou. Revela saberes, fazeres, sentimentos, valores, interesses. Como se refere Chagas e Santos (2002, p.217), os processos e os procedimentos de musealização dos objetos são múltiplos e não são ingênuos, nem tão pouco absolutos.

Os objetos dos museus, neste caso, adquirem vida, sentimentos, valores sobre determinados processos sociais, criando narrativas, memórias. Compreender o sentido do objeto, no sistema ao qual está inserido e o papel social de seus enunciados num determinado lugar e tempo, buscando sua relevância social e simbólica. Todo objeto conta uma história e, para isso, torna-se fundamental estudar os artefatos a partir das suas interações sociais. Nesse sentido, a trajetória dos objetos introduz uma interessante questão: a biografia dos indivíduos nos objetos. Por trás de cada objeto há uma trajetória, quando compartilhada, pode revelar muito sobre histórias pessoais, costumes e tradições.

A dúvida é, que história queremos contar? Que história os museus apresentam aos seus públicos?

Ainda citando Meneses ao discutir os museus históricos, quase profetiza “rigorosamente, todos os museus são históricos, é claro. Dito de outra forma, o museu tanto pode operar as dimensões de espaço como de tempo. No entanto, do tempo jamais poderá escapar, ao menos na sua ação característica, a exposição. ”

Meneses (1992, p.4) ressalta que “conviria conceber um museu histórico, não como instituição voltada para os objetos históricos, mas para os problemas históricos”, o que nos faz refletir sobre a narrativa proposta na exposição museológica. O museu deve problematizar a história, sendo um museu crítico.

Ramos (2004) propõe uma reflexão em seu livro *A danação do objeto*, sobre o ensino da história em locais não formais de educação e, citando os museus, nos traz a discussão sobre os objetos e a sua possibilidade em revelar significados, se referindo a condição de história-problema.

(...) a possibilidade de negar perguntas tradicionais, as indagações que solicitam dados ou informações sobre datas, fatos ou certas personalidades. Por exemplo: quando foi proclamada a república? Quem proclamou a república? E assim por diante.... No caso dos museus, quais as peças expostas? Qual a data de tal quadro? A quem pertenceu certa cadeira? (...) Quando não há problemáticas historicamente fundamentadas, o resultado da pergunta é uma coleção de datas e fatos, uma linha cronológica pontuada de acontecimentos, sem relação dialética com o presente. A história-problema enxerga o passado como fonte de reflexão acerca do presente, indagando as inúmeras tensões e conflitos que se fazem em mudanças e permanências- (Ramos, p.25).

Trazemos aqui essa discussão, uma vez que olhamos para o Museu da República como um museu de história e não um museu histórico.

E tomamos aqui a argumentação proposta pela autora Valeria Peixoto Alencar em sua reflexão sobre museus históricos e museus de história.<sup>99</sup>

A autora inicia definindo, de acordo com o dicionário Houaiss de língua portuguesa, o que é *histórico*, seguindo com as reflexões de autores como Ulpiano Meneses e Peter Burke.

Os objetos ao serem musealizados perdem suas características originais e adquirem outros valores e significados, representando, assim, a memória que carrega em sua trajetória, mas, ainda mais, buscando novas formas de representação.

Alencar cita ainda como exemplo a Seção Histórica do Museu Paulista, criada por Taunay e, complementamos com a ideia da Seção Histórica criada pelo MHN, quando, em ambos, os objetos eram selecionados de acordo com “os fatos e personagens históricos”.

---

<sup>99</sup> ALENCAR, Valéria Peixoto. Mediação cultural em museus e exposições de história: conversas sobre imagens/histórias e suas interpretações. São Paulo, 2015, p.26-41. Tese apresentada ao Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista-UNESP.

Assim, propomos para o Museu da República a categoria de **museus de história** pelo seu compromisso em analisar e construir uma visão crítica sobre os fatos e personagens apresentados, desnaturalizando conceitos e fatos apresentados.

Embora, atualmente, a taxonomia clássica, herdada do século XIX, que divide os museus em tipologias já não seja mais apropriada diante das diversas formas de compreender esses espaços de memória e diante da diversidade museal, não podemos olhar para o Museu da República como apenas um espaço de narrativa histórica da República brasileira. Mas sim como um museu de história na perspectiva de sua missão em “contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano que conserva.”

Desde 1984, quando se inicia essa nova fase do museu, pode-se constatar pelas fontes estudadas, que o museu procura realizar exposições apresentando reflexões sobre a história republicana brasileira por meio de seus objetos e documentos, aguçando sentidos e percepções, despertando reflexões e discussões, buscando se adequar a um conceito de museu integral, de acordo com os princípios discutidos na Mesa de Santiago. Muito diferente de como os museus eram percebidos no século XIX, quando os objetos faziam parte de um tipo de narrativa enciclopédica nos museus, onde a simples exposição revelava o discurso apresentado. Quanto maior o número de objetos expostos, maior prestígio possuía a instituição, sem a preocupação para a natureza e as funções específicas do simbolismo da vida social. Um museu-memória, como se refere Santos (2009).

Com o avanço nos estudos dos processos históricos a partir dos objetos materiais nos museus, criando, assim, o campo da “cultura material”, podemos observar, a partir destes, as formas de reconstituir sua relevância social e simbólica, caminhamos para uma nova dimensão na forma de comunicação nas exposições em museus.

Outra discussão sobre o papel dos museus de história, abordada por Ulpiano Bezerra de Meneses (2005)<sup>100</sup>, é o seu argumento quanto ao entendimento e o olhar para os museus de história como o que ele define como *Teatro da Memória*, local onde se encena momentos significativos para a construção de um discurso sobre o passado, ou o *Laboratório da História*. Tomamos, assim, a ideia de Laboratório da História, caracterizando-o como um espaço de trabalho sobre a memória, sendo a memória não como objetivo, mas sim como objeto. Um laboratório que permite ao visitante olhar para além da materialidade do acervo

---

<sup>100</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museográfica e o conhecimento histórico. In: MUSEUS: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna/Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras. Belo Horizonte: Argvmentum; Brasília, DF, 2005.

exposto, de experimentar sensações, interpretar sentidos, descobrir sentimentos de pertencimento e de compreensão do seu papel social.

O pensamento sobre o papel de um museu de história, a partir dos documentos produzidos pela equipe do Museu da República no período 1984-1989, nos aproxima da ideia de Laboratório da História, defendida por Ulpiano.

“Enquanto instituição que se debruça sobre a matéria histórica, o Museu da República privilegia a compreensão dos processos de mudança das sociedades, especialmente aqueles que podem ser identificados na sociedade brasileira. A noção de mudança traz em seu interior as imagens do movimento e da transformação, perceptíveis através de certos sinais que cabe ao historiador identificar. Por outro lado, é matéria histórica também, o movimento mais sutil, mais demorado, do próprio terreno sobre o qual se desenvolve a dinâmica das sociedades. Fala-se agora, em contraponto à mudança, da permanência; em contraponto à transformação, da constância; em contraponto à conjuntura, da estrutura.”<sup>101</sup>

E ao se referir aos objetos e sua forma de comunicar com os públicos, o documento aponta a ideia de se olhar para os objetos para além da sua materialidade.

Se cada peça de um museu contém uma parcela da memória da sociedade que a produziu, torna-se necessário identificar não apenas o seu valor material intrínseco ou ainda, seu conteúdo estético, mas, primordialmente seu valor histórico-social, como traço significativo do processo no tempo-espaço. Essa identificação só é possível através de um processo de contextualização no qual o documento (textual e não-textual) é compreendido como parte integrante de uma vasta rede de signos e relações.<sup>102</sup>

Esse grupo de cientistas sociais se debruçou sobre os conceitos que envolviam um museu, de forma aprofundada nos princípios da história e da museologia, construindo um pensamento estruturado, inovador, de vanguarda para os museus conhecidos como museus nacionais. O modelo adotado de sistematizar e construir um discurso para as ações do museu, envolvendo exposições, projeto educativo e demais atividades, se constituiu como exemplo para os demais museus vinculados à FNPM.

Mas, ainda, que tenhamos avançado nos estudos e propostas de olhar para os acervos como parte do processo de historicização e de compreensão do papel destes nos museus de história, ainda é bastante restrito aqueles museus que trabalham suas exposições museográficas atribuindo significados ao objeto, de forma que o visitante perceba sua função simbólica e lhe atribua, assim, valores e significados.

---

<sup>101</sup> Proposta Conceitual do Museu da República. Arquivo Institucional do Museu da República.

<sup>102</sup> Proposta Conceitual do Museu da República. Arquivo Institucional do Museu da República.



#### 4 UM TEMPO DE MEMÓRIAS: OS ANOS 80 E A IDEIA DE SE “RESTAURAR A REPÚBLICA”

“É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada.”

Luis Buñuel

O ano de 2018 representou um ano de comemoração e de luta para os museus no Brasil. No mês de junho comemoramos os 200 anos de criação do Museu Nacional e também os 200 anos de museus no Brasil.

O Museu Nacional, situado no Palácio São Cristóvão, é a mais antiga instituição científica do Brasil. Vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, este museu universitário possui perfil acadêmico e científico, tendo o mais antigo setor educativo em funcionamento em museus.

Sua história remonta aos tempos da fundação do Museu Real por D. João VI, em 1808, com a finalidade de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes” (BRASIL, 1818)<sup>103</sup>.

Esta efeméride, de comemoração dos 200 anos de museus no Brasil, tomou o campo dos museus de euforia e desencadeou uma intensa programação de ações e de reflexões sobre esses dois séculos de presença contínua dos museus em território brasileiro, seja no sentido de sua representação e avanço de conceitos e políticas, como também nas possíveis formas de gestão e sustentabilidade, e, principalmente, para melhor compreender as potencialidades e os desafios que se colocam para o exercício de seu papel de agentes no processo de construção de uma sociedade mais solidária. Foram realizados uma série de seminários, exposições, debates e tantos outros eventos, ratificando o fortalecimento desses espaços no campo do patrimônio e da cultura.

Dentre os eventos programados, destacamos a realização do Seminário “200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas”, organizado pelo IBRAM, e que reuniu vários especialistas, profissionais e pesquisadores do campo dos museus debatendo temas como a

---

<sup>103</sup> BRASIL. Decreto de 06 de junho de 1818. Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Santa’Anna que mande comparar e incorporar aos proprios da Corôa. In: **Collecção das Leis do Brazil de 1818**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. (AAHC-MN)

memória do pensamento museológico brasileiro; o panorama da educação museal no Brasil; os museus de Arte, História, Antropologia, Arqueologia e Ciência, suas especificidades e desafios; a presença das memórias afro-brasileiras nos museus brasileiros; e os desafios e perspectivas para os museus no Brasil contemporâneo. Uma oportunidade de discussão para a área dos museus, como sugere o cartaz do evento, na Figura 12 abaixo:



**Figura 12: Cartaz do Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas, 1988.**  
**Fonte: IBRAM**

Tomados por um período de comemorações, fomos surpreendidos pelo trágico incêndio, ocorrido no dia 2 de setembro de 2018, que atingiu o edifício histórico, sede do Museu Nacional, e grande parte do acervo da instituição, transformando um ano de celebração de tradição e memórias, em um ano de perda significativa para a memória científica e cultural do país. A imagem do Museu Nacional, na Figura 13, após a tragédia, contrasta com a imagem de celebração do evento dos 200 anos.



**Figura 13: Fachada do Museu Nacional após o incêndio.  
Foto: Vera Mangas.**

Imediatamente desencadeou no país um sentimento de perda, com extensões internacionais, que obrigou a todos aqueles comprometidos com o campo dos museus a rever e refletir sobre as ações empreendidas nas práticas de gestão e de construção de políticas públicas nas áreas de segurança e conservação do patrimônio cultural brasileiro.

Foram criadas redes nacionais e internacionais de apoio técnico, ajuda financeira e possibilidades de cessão de acervos de museus internacionais, unindo diversos atores como a direção, o corpo técnico e professores do museu, a comunidade museal e a sociedade civil no desafio de reconstrução da instituição, ratificando a ideia de que os museus são espaços de reconhecimento social e vida, criando a hashtag #museunacionalvive que invadiu as redes sociais e se estabeleceu como referência das ações em favor do museu.

Iniciamos este capítulo nos reportando ao Museu Nacional e ao incêndio que “apagou” os registros de anos de trabalho científico e de dedicação de seus professores e pesquisadores, como forma de pautar a importância de projetos e programas de construção e de preservação das memórias das instituições e dos atores que tornam esses espaços em instituições vivas.

Neste momento de reconstrução do edifício e de resgate de parte do acervo que ainda está sendo retirado dos escombros do edifício, a memória dos pesquisadores tem sido elemento fundamental na recuperação de informações quanto a ocupação dos espaços e também quanto aos inventários dos acervos.

Momentos de crise nos levam a rever conceitos e ações, políticas e programas, permitindo a construção de novos protocolos e paradigmas.

A partir deste trágico acontecimento, ficou ainda mais claro e pertinente o objetivo desta tese que é de tratar da construção das memórias da trajetória institucional do Museu da República, tendo como período de estudo a década de 1980, quando o museu ganha sua autonomia administrativa e passa a trabalhar na construção de uma proposta conceitual sobre o papel do museu, sua missão como museu de história e formas de comunicação de seus conteúdos aos seus públicos, além de fortalecer seu papel enquanto espaço de construção de conhecimento.

Elegemos o período que se estende entre os anos de 1983 a 1989, este último ano se referia a data de comemoração do centenário da República Brasileira, e que tinha o Museu da República como instituição cultural como foco irradiador da programação de comemoração.

#### **4.1 Uma Política para os Museus**

“Seria conveniente encontrar o “ponto doce”, a relação ótima entre centralização e descentralização.”

Aloisio Magalhães

Para compreensão do período estudado, mais uma vez recorremos ao contexto da construção das políticas públicas que tem início na segunda metade da década de 1970 até meados da década de 1980, marcado por um forte movimento de diversos setores culturais em favor de definição de uma política para o campo da cultura e do patrimônio cultural. Os processos de institucionalização e de atuação do setor cultural de governo não se restringiram ao governo federal, quando constatamos o crescimento do número de criação de secretarias e conselhos de cultura de estados e municípios, o que contribuiu e reforçou a ideia de criação do Ministério da Cultura, ocorrida em 1985.

Ao traçarmos uma linha do tempo, destacamos como uma das referências na construção dessa política o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, elaborado em 1973, no governo Médici (1969-74), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1974), que já apresentava em seu texto a definição de “cultura brasileira”

como um conjunto de produções artísticas, costumes, normas, ideias, modos de viver e sentir vivenciado pelos nacionais ao longo de sua trajetória histórica, enumerando três objetivos da política cultural: a “preservação do patrimônio cultural”, o “incentivo à criatividade” e a “difusão das criações e manifestações culturais”. O documento foi retirado de circulação rapidamente, possivelmente por ter sugerido a criação de um Ministério da Cultura, o que teria provocado divergências no interior do Ministério de Educação e Cultura - MEC (COHN, 1984, p. 88).

Em substituição a este, foi elaborado, no mesmo ano, o Programa de Ação Cultural (PAC), ligado ao departamento de Assuntos Culturais do MEC, para o biênio 1973-1974. Seus objetivos estavam relacionados principalmente à “preservação do patrimônio histórico e artístico, ao incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-culturais e à capacitação de recursos humanos” (MICELI, 1984, p. 56).

Em 1975 temos a publicação da Política Nacional de Cultura, onde destacamos do texto uma das diretrizes apresentadas:

[...] 2. a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artístico e ainda dos elementos tradicionais geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, características de nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento da nacionalidade; O primeiro deles teria como função resguardar a memória nacional; seguia-se, então, o investimento na criatividade do brasileiro para que novas produções fossem incorporadas à cultura nacional; finalizava-se com a democratização da cultura, processo responsável pelo acesso da população à produção cultural brasileira.<sup>104</sup>

Frente ao fortalecimento do setor cultural, inicia-se uma grande discussão para a criação do Ministério da Cultura, liderado, especialmente, nos fóruns de secretários de cultura dos estados e municípios.

Entre 1979 e 1985 ocorreu o fortalecimento e a consolidação de algumas instituições, bem como uma definição de linhas de atuação do governo federal no campo da cultura, movimento que vai resultar na criação do Ministério da Cultura, em 1985.

Nosso objetivo aqui é pontuar o início de uma atuação mais efetiva para a construção de uma política nacional para o campo dos museus, que ganha força a partir da realização do I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, ocorrido entre os dias 22 e 26 de agosto de 1976,

---

<sup>104</sup>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Departamento de Documentação e Divulgação Brasília, 1975. p.24

Disponível em:  
<<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7834/1/753%20Politica%20nacional%20de%20cultura%201975.pdf>> Acesso em 16/04/2018.

onde se debateu o panorama de crise nas instituições e a importância de se traçar políticas e ações efetivas no campo dos museus.

A necessidade de modernização da estrutura burocrática de governo e de um olhar para as condições físicas dos espaços vinculados à Secretaria de Estado da Cultura (SEC) do governo federal, num contexto político marcado por um período de redemocratização no país, exigiam mudanças e definições quanto a construção de uma política pública para o setor da cultura.

Os diretores de museus vinculados ao SPHAN enfrentavam inúmeros problemas devido à falta de recursos e às condições precárias dos edifícios, que necessitavam de obras urgentes de infraestrutura, como se comprova nas matérias veiculadas na imprensa, o que desencadeou um movimento dos diretores de museus em favor da definição de uma política nacional de museus.<sup>105</sup>

Essa “crise dos museus” partia de uma crítica por parte de diretores e profissionais da museologia quanto ao abandono dos museus, como também a falta de recursos destinados às instituições, resultado da inexistência de uma política para o campo dos museus.

A criação da Fundação Nacional pró-Memória, cuja finalidade era de contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País, surge nesse bojo de reivindicações do campo da cultura e agregou o Museu Histórico Nacional, o Museu da República, a Biblioteca Nacional, o Museu Imperial, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Villa Lobos e o Instituto Nacional do Livro, por meio de edição da Portaria nº 585, de 29 de outubro de 1981, assinada pelo Ministro da Educação e Cultura.<sup>106</sup>

Em editorial do Jornal do Brasil de 17 de agosto de 1981, sob o título “Vez da Cultura”, reproduzido na Figura 14, já se apontava como extremamente positivo e relevante as mudanças em curso na área cultural destacando que “a reorganização da área cultural em torno de duas fundações – a FUNARTE e a Pró-Memória – que formam os dois lados da atual Secretaria de Assuntos Culturais, permitindo, pela primeira vez, uma visão mais harmônica do setor cultural no Brasil, vítima eterna de uma fragmentação que é inerente ao nosso estágio cultural e social” (VEZ,,,1981, p. 10).

---

<sup>105</sup> Realizamos uma pesquisa no Jornal do Brasil durante os anos 1980-1987 como forma de acompanhar e pontuar os registros sobre os museus, em especial o Museu da República. As referências estão listadas ao final deste trabalho, na parte denominada de Periódicos.

<sup>106</sup> A FNpM foi criada por meio da Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979, como órgão da estrutura da Secretaria Especial de Cultura, e extinta em 1990. Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 84.396 de 16/01/1980, e seu Regimento pela Determinação de nº. 226, de 28 de novembro de 1986.

## Vez da Cultura

A “carta branca” concedida pelo Presidente Figueiredo (até dezembro) ao Ministro Rubem Ludwig para o trabalho insano e patriótico de reformulação administrativa do MEC está produzindo bons frutos tanto na área da educação quanto na da cultura.

Nesta última, tornou-se possível, pela primeira vez, enfocar de maneira conjunta o fenômeno cultural brasileiro, sem conceder-se ênfase exagerada quer à vertente patrimonial quer à de criação do bem cultural.

Manda a verdade que se diga que até agora era esta última a grande beneficiada pelos impulsos periódicos de amor à cultura. Ela é, de fato, a que produz resultados mais rápidos e mais evidentes; e enquanto assim se valorizava, por espasmos eventuais, a parte dinâmica da cultura, a que está voltada para o presente ou para o futuro, grandes acervos como a Biblioteca Nacional, perdidos, como simples apêndices, no caótico arquipélago que era o MEC, mergulhavam cada vez mais numa situação de virtual liquidação material e funcional.

A reorganização da área cultural em torno de duas grandes fundações — a Funarte e a Pró-Memória — que formam os dois lados da atual Secretaria de Assuntos Culturais, permite pela primeira vez uma visão mais harmônica do fato cultural no Brasil, vítima eterna de uma fragmentação que é inerente ao nosso estágio cultural e social.

A Pró-Memória, que engloba o Serviço do Patrimônio Histórico, passa a ter em seu bojo valores patrimoniais como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico, o Museu da República, etc.

Com isto não se livra, apenas, essas instituições da orfandade em que viviam: as duas grandes Fundações — Funarte e Pró-Memória — estão programadas para servirem como pulmões do sistema cultural também sob o aspecto funcional. O Governo não quer novas Fundações, além das já existentes, pela crescente dificuldade que isto acarreta no controle de gastos; mas incorporada à Pró-Memória, a Biblioteca Nacional deixa de estar presa, quanto ao seu quadro de pessoal, ao sistema de administração direta que a fazia dependente do DASP e de todos os percalços da burocracia; e o mesmo vale para as demais instituições da Pró-Memória.

O efeito desta racionalização e dinamização da área cultural já se faz sentir na economia interna do MEC, sobretudo em relação ao orçamento que está sendo preparado para 1982, e em que a área cultural cresce em cerca de 500% se comparada ao quadro do orçamento anterior. Se no quadro antigo a soma das verbas concedidas às instituições culturais resultava em não mais do que 50% da verba total da Capes — que não é senão um dos organismos da parte educacional do MEC — no panorama de hoje o fato cultural começa a receber a dimensão que lhe é inerente, e que estava sufocada, até agora, pela dispersão de recursos e de objetivos. Uma transformação como a que beneficiará a Biblioteca Nacional equivale a anos de avanço em termos administrativos — um progresso que não é senão o reconhecimento do que significam os nossos bens patrimoniais, condenados, pelo sistema antigo, a uma decadência inapelável.

Figura 14: Editorial sobre reorganização da área cultural.

Fonte: VEZ da Cultura. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 10, 17 ago. 1981.

No documento “A favor do bem cultural”, assinado pelo Conselheiro da Fundação Nacional pró-Memória, Joaquim Falcão, observamos uma enfática defesa quanto a criação da FNPM, que destaca “encerrando uma quase solitária ação de um único órgão responsável pelo patrimônio cultural – o IPHAN, esta troca de cenário seria a resposta de uma geração frente a dois desafios: O primeiro desafio seria resolver o dilema entre a necessidade de consolidar uma única identidade cultural nacional, e a contingência de existirmos em contexto socioeconômico, geográfico e étnico essencialmente plural. O segundo desafio seria de resolver o dilema entre a preservação centralizada e descentralizada.”

O arquivo da Fundação Nacional pró-Memória e do SPHAN, que se encontra no Arquivo Central do IPHAN, nos apresenta um conjunto de documentos que eram usados como reflexão, conceituação e norteadores de temas e ações da pasta, apontando a construção

de uma política cultural que privilegiava o fazer comunitário, a pluralidade da nação e sua identidade cultural e a discussão do conceito de bem cultural.

Os museus tinham um papel de protagonismo, tendo sido incorporados à FNPM como forma de melhor gestão administrativa e financeira. Neste cenário vislumbrou-se a autonomia administrativa do Museu da República, que, desencadeou uma linha de ação em busca de sua identidade enquanto um espaço de construção de memórias e de uma narrativa histórica sobre a república brasileira.

Diante da nova proposta norteadora da FNPM e de seus dirigentes que percebiam os museus como catalisadores sociais, a ideia era criar possibilidades de que o público pudesse refletir sobre questões como “ser” e “estar” no mundo.

Aloisio Magalhães, quando então Secretário Especial da Cultura e presidente da FNPM, a partir das declarações do escritor Rui Mourão, tomou como meta estabelecer linhas gerais de administração para os museus.<sup>107</sup>

A partir da realização de inúmeras reuniões com os diretores de museus federais, surge a ideia de criação de um Programa ou Coordenadoria de Museus, que reuniria seis assessorias: Conservação, Museologia, Museografia, Pesquisa e Documentação, Atividades Educacionais, Comunicação Social e Finanças.<sup>108</sup>

O documento “Para refletir”, reproduzido na Figura 15 abaixo, se intitula como os pressupostos filosóficos estabelecidos para a ação do Programa Nacional de Museus. A partir de uma reflexão sobre o papel dos museus como centro dinâmico de difusão cultural, apresenta uma defesa quanto um novo olhar e uma nova proposta de atuação, reflexo das discussões de democratização dos espaços culturais.

---

<sup>107</sup> Ao pesquisar a documentação referente a FNPM, depositado no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, encontramos uma série de textos autorais discutindo o conceito de cultura e avaliações do processo cultural brasileiro que serviam de base de reflexão para a equipe da SEC.

<sup>108</sup> Uma Política para os Museus. Perspectiva Universitária. Fundação MUDES, 1982, n° 166.





**Figura15: Para Refletir. Programa Nacional de Museus.  
Fonte: Acervo Fundação Nacional pró-Memória. Arquivo Central do Iphan.**

O Programa Nacional de Museus (PNM), criado em setembro de 1982, no âmbito da Fundação Nacional pró-Memória, surge com a missão de criar uma filosofia de trabalho para os museus e casas históricas da Secretaria Especial da Cultura, onde o Museu da República estava inserido.

No período de discussão da criação deste Programa Nacional recuperamos, nos documentos pesquisados, várias críticas oriundas dos diretores de museus, quanto ao papel a ser desempenhado pelo novo órgão, com possibilidade de se transformar em um órgão centralizador, além de desencadear uma ação de inibição do papel de protagonista dos museus nas políticas da cultura.

Em ofício de nº 180, datado de 11 de maio de 1982, o diretor do Museu Histórico Nacional afirma ao Secretário Especial da Cultura, Gerardo Britto Raposo da Câmara, “discordar da forma e do conteúdo do documento proposto e por isso da índole e da estrutura ser dada à essa Coordenadoria.” O diretor finaliza o documento, após discorrer sobre sua preocupação do novo órgão subordinar e inibir as ações dos museus, afirmando que “essa Coordenadoria não deverá constituir propriamente um órgão, com definições finais de estrutura, quadro de pessoal e localização física, mas um grupo de trabalho capaz de, sem

maiores ônus e pretensões, tratar do assunto e propor ações integradas que levem à consecução dos objetivos que essa Secretaria tem em vista”<sup>109</sup>

Ainda nas fontes pesquisadas, destacamos o documento assinado pela Comissão de Especialistas, convocada pelo então Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais, com objetivo de realizar estudos de implantação do Sistema Nacional de Museus/Coordenação Nacional de Museus, e verificamos a mesma crítica quanto a preocupação no caráter centralizador da medida de criação do novo órgão, colocando os museus como instituições passivamente receptoras de recursos e ideias, mas proponente de projetos integrados e responsáveis por sua execução. Finalizando o documento, a Comissão propõe reformular a primitiva divisão do país em regiões museológicas, a partir de afinidades e incompatibilidades que pudessem ser percebidas *in loco*.<sup>110</sup>

Trazemos aqui os documentos como prova de uma certa resistência por parte dos dirigentes e representantes dos museus quanto a criação de uma nova estrutura administrativa que retiraria o protagonismo dessas instituições, embora reconhecessem a importância da existência de uma Coordenadoria de Museus que pudesse dar agilidade em algumas ações de ordem técnica e administrativa, especialmente na captação de recursos para as instituições.

Em ata da 6ª Reunião de Diretores de Museus da Fundação Nacional pró- Memória, realizada em 15 de março de 1982, com a presença de diretores e/ou representantes do Museu Nacional de Belas Artes, Museu do Folclore, Museu Histórico Nacional (Museu da República), Museu Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu Villa Lobos, Museus e Casas Históricas da SPHAN, Museu do Homem do Nordeste, Museu Imperial e Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, para tratar da criação da Coordenadoria de Museus, sublinhamos a fala inicial do Secretário da Cultura e Presidente da Fundação Nacional pró-Memória, Aloisio Magalhães, ao abrir a reunião<sup>111</sup>: “Seria conveniente encontrar o “ponto doce”, a relação ótima entre centralização e descentralização.”

Os diretores presentes se posicionaram com preocupação, mais uma vez, ao tratar das atribuições da nova Coordenadoria, mas, ao final do encontro, decidiram por apoiarem o

<sup>109</sup> Ofício nº 180, de 11/05/1982. Assunto: Coordenadoria Nacional de Museus. Fonte: Fundo FNPM. Arquivo Central do IPHAN.

<sup>110</sup> Assinam o documento Edson Motta, diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Ecylla Castanheira Brandão, chefe da Divisão de Atividades Educacionais e Culturais do Museu Histórico Nacional, Aécio Oliveira, chefe do Departamento de Museologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Arnaldo Machado, presidente da Associação Brasileira de Museologistas, Lygia Martins Costa, diretora da Divisão de Estudos, Pesquisa e Tombamento do IPHAN, Gerardo Britto Raposo da Camara, diretor do Museu Histórico Nacional, Joaquim da Costa Pinto Neto, chefe da Coordenação Cultural do DAC. Naquele momento não havia definição quanto a estrutura desse novo órgão, se seria uma Coordenadoria, um Sistema ou um Programa Nacional.

<sup>111</sup> O Museu da República ainda se encontrava vinculado ao MHN.

andamento do anteprojeto de criação do órgão, tendo como presidente o escritor Rui Mourão, então coordenador dos Museus e Casas Históricas do SPHAN.

Assim, por meio da Portaria nº 16, de 22 de setembro de 1982, surgia o Programa Nacional de Museus (PNM), integrando os museus: Museu Histórico Nacional e Museu da República, Museu Imperial, Casa de Rui Barbosa, Museu Nacional de Belas Artes, Museu do Folclore, Museu Villa Lobos, Museus Castro Maya, Museu do Homem do Nordeste e Museu Joaquim Nabuco, Museu da Inconfidência e os demais museus que pertencentes ao setor de Museus e Casas históricas, vinculados à da Fundação Nacional pró-Memória.

Esta Portaria informava que a criação do PNM tinha como argumento:

“[...] considerando a necessidade de uma articulação entre os museus nacionais, visando a melhoria das suas condições de funcionamento e maior racionalidade na utilização de seus acervos, dos recursos materiais disponíveis e da força de trabalho neles envolvida” (SECRETARIA DE CULTURA, 1982),

Ao assumir a liderança do PNM, Rui Mourão destaca seus planos frente ao desafio de dar protagonismo aos museus nas políticas de governo:

“[...] “Numa etapa inicial vamos cuidar principalmente do estabelecimento de uma administração integrada para os museus que atuam na órbita da Secretaria de Cultura do MEC. Será adotada uma filosofia geral de ação e, dentro desses limites, a criatividade de cada instituição, de cada diretor, será respeitada.”<sup>112</sup>

Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura, o PNM foi extinto e dois novos setores são criados, seguindo o processo de reformulação administrativa no campo do Patrimônio Cultural: a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, na Fundação Nacional pró-Memória e a Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus, no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Chamamos atenção aqui para as ações de governo e das políticas empreendidas no período de nosso estudo como forma de ter o olhar ampliado e de conhecer as discussões acerca da responsabilidade do Estado na elaboração de políticas culturais, tanto no âmbito da administração federal como no dos governos locais.

Não podemos deixar de sublinhar o período como um tempo de “explosão” de discussão e de estudos sobre o tempo passado e de construção de memórias, onde o campo dos museus se insere. François Hartog entre outros autores se referem a esse período como a “crise da memória”, especialmente nas duas últimas décadas do século XX, quando alguns

---

<sup>112</sup> Programa Nacional de Museus. Boletim SPHAN/pró-memória. 1982. p.2.

estudos apontam a preocupação em se registrar todas as manifestações, experiências e ideias, uma onda de memorização do passado, estabelecendo uma nova relação com o tempo. (HARTOG,)

Tempo e memória. Os museus estão representados por esses conceitos, revelando em seus acervos e no patrimônio em que se inserem as marcas e os rastros do passado, a memória de um tempo passado, em uma construção do tempo presente.

#### **4.2 Autonomia administrativa: O Museu da República renasce**

[...] “Que a República não se constitua em mero episódio histórico constante dos compêndios, mas sim processo de governo no qual o povo seja personagem principal. [...]

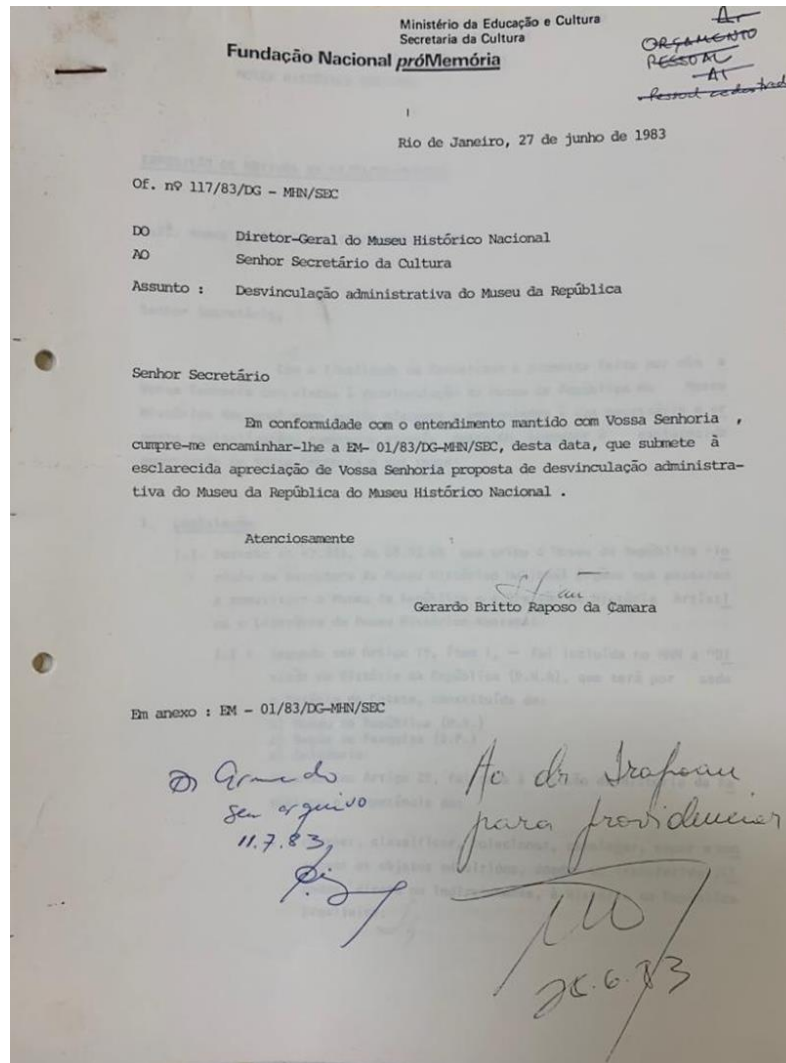
Lilian Barretto. *Jornal do Brasil*. 14/11/1983

Com a criação da Fundação Nacional pró-Memória em 1979, vinculada à Secretaria Especial da Cultura, fica aprovado um novo Regimento para o Museu Histórico Nacional, por meio da Determinação nº 62, de 13/12/1982, ao qual o Museu da República ainda se encontrava subordinado administrativamente. No texto fica definido, como estrutura administrativa para o Museu da República, uma Seção Técnica e uma Seção Administrativa, além de criar o cargo de direção, cujo ocupante deveria ser indicado pelo Diretor-Geral do MHN.

O Regimento estabelecia como competência do órgão “receber, classificar, catalogar, conservar e expor peças e documentos, bem como realizar estudos e pesquisas sobre a História da República Brasileira”.

Entretanto, já havia um forte movimento entre os funcionários e pela própria direção do MHN em favor da autonomia administrativa do Museu da República que já vinha se consolidando e que se efetivou no ano seguinte.

Por meio do Ofício nº117, de 27 de junho de 1983, conforme verificamos na Figura 16, o então Diretor-Geral do MHN, Geraldo Britto Raposo Câmara, encaminhou ao Secretário Especial da Cultura, do Ministério da Educação e Cultura, um documento intitulado “Exposição de Motivos 01/83”, propondo, por meio de ampla justificativa, a desvinculação administrativa do Museu da República em relação ao Museu Histórico Nacional.



**Figura16: Ofício do diretor do MHN solicitando a desvinculação do MR do MHN.  
Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República**

No documento, o diretor apresenta a trajetória administrativa do MR, primeiramente como uma Divisão, passando a ser uma Diretoria, em 1982, vinculada ao MHN, o que sempre impediu a sua plena atuação. Ao final do documento, coloca de forma enfática a necessidade do ato solicitado:

[...] Solicito a Vossa Senhoria acolhera proposta que ora lhe faz esta Diretoria Geral no sentido de que se proceda a desvinculação do Museu da República do Museu Histórico Nacional, acompanhada de medidas complementares necessárias à implantação da nova unidade administrativa, sem prejuízo dos objetivos que presidiram a criação do Museu da República e das atribuições que lhe foram sendo cometidas através dos anos.

Além de historiar a trajetória administrativa do Museu da República, ressaltando as formas de sua vinculação ao MHN ao longo dos anos e seu quadro inadequado e insuficiente

de 37 servidores<sup>113</sup>, conforme mostra a Tabela 7 abaixo, o diretor ressalta como justificativa para sua desvinculação do MHN, a carência de infraestrutura administrativa e técnica, acarretando em uma atuação restrita nos seus projetos. Aponta também, como situação oportuna para o apoio da desvinculação, a presença física do Programa Nacional de Museus em suas dependências, além de todas as vantagens administrativas e técnicas indispensáveis à revitalização desse espaço museal.

**Tabela 7: Relação dos funcionários do Museu da República (1983)**<sup>114</sup>

| <b>Servidor</b>                  | <b>Situação Funcional</b> |
|----------------------------------|---------------------------|
| Anésio Silva                     | Optante FNPM              |
| Alberto Carvalho Pimenta Filho   | CLT/FNPM                  |
| Alfredo Lucas Gonçalves da Silva | Optante FNPM              |
| Antonio Soares de Alencar Filho  | Estatutário               |
| Arlindo de Carvalho              | Estatutário               |
| Aurélio Joaquim de Farias        | CLT/FNPM                  |
| Beatrice Fosca Maria Zelesco     | CLT/FNPM                  |
| Clara Goldfarb Padilha Sodré     | Estatutário               |
| Dázio Ribeiro Neto               | Estatutário               |
| Ecyla Castanheira Brandão        | Optante FNPM              |
| Eleonore Ana Leite               | CLT/FNPM                  |
| Ernani de Mello                  | Optante FNPM              |
| Eugênia Soares da Rocha          | Estatutário               |
| Eunice de Araújo Cezar           | Estatutário               |
| Helio Francisco Canejo           | Estatutário               |
| Izabel Salles Serzedello         | CLT/FNPM                  |
| João Batista da Silva Lacerda    | CLT/FNPM                  |
| Josias Batista dos Santos        | Estatutário               |
| Laerte Teixeira Brandão          | CLT/FNPM                  |
| Lauryston Gomes Pereira Guerra   | Estatutário               |
| Marcos Antonio Renault Supino    | CLT/FNPM                  |

<sup>113</sup> Os 37 servidores estavam assim distribuídos: 1 diretor, 1 chefe da Seção Técnica (museólogo), 1 museólogo, 1 bibliotecário, 1 auxiliar administrativo, 2 técnicos (Arquivo Histórico e Biblioteca), 2 auxiliares (Arquivo Histórico e Biblioteca), 2 técnicos (atividades educacionais), 1 responsável pelo Laboratório de Conservação (vinculado ao MHN), 1 técnico em restauração, 2 auxiliares de restauração, 5 guias de sala ou vigilante, 10 atendentes ou vigilantes, 2 auxiliares de serviços gerais, 2 encarregados de manutenção, 1 chefe da Seção administrativa, 2 auxiliares administrativos.

<sup>114</sup>Relação dos funcionários do Museu da República (1983). Existiam 3 categorias de contratação de funcionários: Estatutário, CLT/FNPM (Contratação direta pela FNPM), Optante FNPM (aqueles que eram estatutários e optaram, quando da criação da FNPM, mudar de regime de contratação pelo governo)

|                                 |              |
|---------------------------------|--------------|
| Maria Olimpia Cordeiro Salvador | Estatutário  |
| Milton Mattos                   | Optante FNPM |
| Neuza Maria Villa               | CLT/FNPM     |
| Orivaldo Severo do Nascimento   | Estatutário  |
| Oswaldo Luiz Ribeiro            | Optante FNPM |
| Paulo Vieira da Silva           | Estatutário  |
| Patrícia Gomes                  | CLT/FNPM     |
| Pedro Sena Araújo Pinto         | Estatutário  |
| Ricardo Correa de Carvalho      | CLT/FNPM     |
| Sebastião Carlos Trindade       | Estatutário  |
| Sergio Guimarães de Lima        | Optante FNPM |
| Solano Santos Moraes            | Optante FNPM |
| Ubirajara Martt                 | Estatutário  |
| Urubação Bernardo Grey          | Estatutário  |
| Vera Monteiro Pereira           | Estatutário  |
| Walter de Araújo                | Estatutário  |
| Wilson Viana de Albuquerque     | Estatutário  |

**Fonte: Tabela elaborada pela autora.**

O documento – “Propostas e Procedimentos em curso para a revitalização do Museu da República” – também anexo ao Ofício nº 117/83 encaminhado pelo diretor do MHN, apresenta as ações desenvolvidas pelo Museu da República, suas limitações administrativas e financeiras e apresenta propostas para uma nova etapa de trabalho, a partir de sua desvinculação administrativa.

Ao se referir ao item “As exposições”, apresentado no documento mencionado acima, o diretor descreve que “o circuito expositivo obedece a um critério cronológico, de reconstituição de ambientes do Palácio, com enfoque nas figuras e fatos marcantes a partir de 1889, assim distribuídos nos seus três pavimentos:

- Ciclo da propaganda Republicana – A República e sua consolidação. As coleções dos Presidentes, do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca a Delfim Moreira;
- Exposição das imponentes dependências oficiais do Palácio;

- Os principais eventos e coleções relativos aos Presidentes.”<sup>115</sup>

Dessa maneira, finalmente foi assinada, pelo então Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Marcos Vilaça, a Determinação de nº 74, em setembro de 1983, que estabelecia a autonomia administrativa do Museu da República e determinava que sua direção fosse exercida, interinamente, pelo Coordenador do Programa Nacional de Museus, Rui Mourão, até a aprovação de novo Regimento.

A autonomia administrativa do Museu da República é resultado de um processo de fortalecimento dos museus frente a ações de políticas públicas para a área da cultura e de preservação do patrimônio. Na documentação referente a FNPM e do SPHAN, encontramos nos documentos oficiais pesquisados, uma preocupação em traçar linhas de atuação e programas de revitalização dos museus e casas de cultura visando restituir à sociedade seu patrimônio cultural. Vários documentos avulsos elaborados pelos técnicos, pesquisadores e gestores apresentam reflexões conceituais sobre os princípios norteadores para uma política de patrimônio cultural, enfatizando o papel do Estado em uma atuação descentralizada e a importância de reconhecer a pluralidade cultural do país.

A partir do ato de desvinculação, criou-se, então, uma comissão para elaborar um Projeto de Revitalização do Museu da República, formada por técnicos da própria instituição e do MHN, em parceria com o Programa Nacional de Museus. Como resultado, a Comissão produziu um documento no qual ficavam estabelecidas as seguintes metas para o ano de 1984, primeiro ano de sua autonomia administrativa:

1. “Elaboração de uma proposta conceitual para o museu, definindo espaço físico, acervos e projeto museográfico;
2. Recuperação de interiores, compreendendo conservação, restauro, compra e confecção de equipamentos para o museu;
3. Compra de acervo indispensável à uma proposta museográfica;
4. Implantação de sistema de alarme;
5. Equipamento para implantação de reserva técnica;
6. Equipamento e edição de audiovisual em multivisão para o museu”.

Por meio de ato administrativo denominado como Ordem de Serviço, o então Coordenador do PNM e diretor interino do Museu da República, Rui Mourão, determina a criação de uma Comissão para proceder, no prazo de 30 dias, ao levantamento do acervo artístico e histórico existente no Museu da República e no Museu Histórico Nacional, referente ao período republicano, acompanhado de suas respectivas informações cadastrais,

---

<sup>115</sup> Documento Propostas e Procedimentos em curso para a revitalização do Museu da República. Anexo à EM 01//83/DG-MHN/SEC. Arquivo Fundação Nacional pró-Memória. Arquivo Central do Iphan.



como também a criação de uma Comissão para proceder ao levantamento do material permanente do Museu, contendo especificação, localização e estado de conservação.<sup>116</sup>

Em relatório administrativo, ao final do ano de 1983, o Museu da República contava com 38 funcionários, sendo 19 funcionários na categoria de estatutários e 19 regidos pela CLT/FNPM.

Em outubro de 1983, a museóloga Lilian Barretto, assessora do Programa Nacional de Museus, assumiu a direção, com a proposta de “desenvolver ações de resgate da história e da memória do bairro do Catete, pela localização da Casa, muito além da própria República.”

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Lilian Barretto sintetiza o conceito e a ação que pretendia desenvolver em seu Plano de Trabalho.

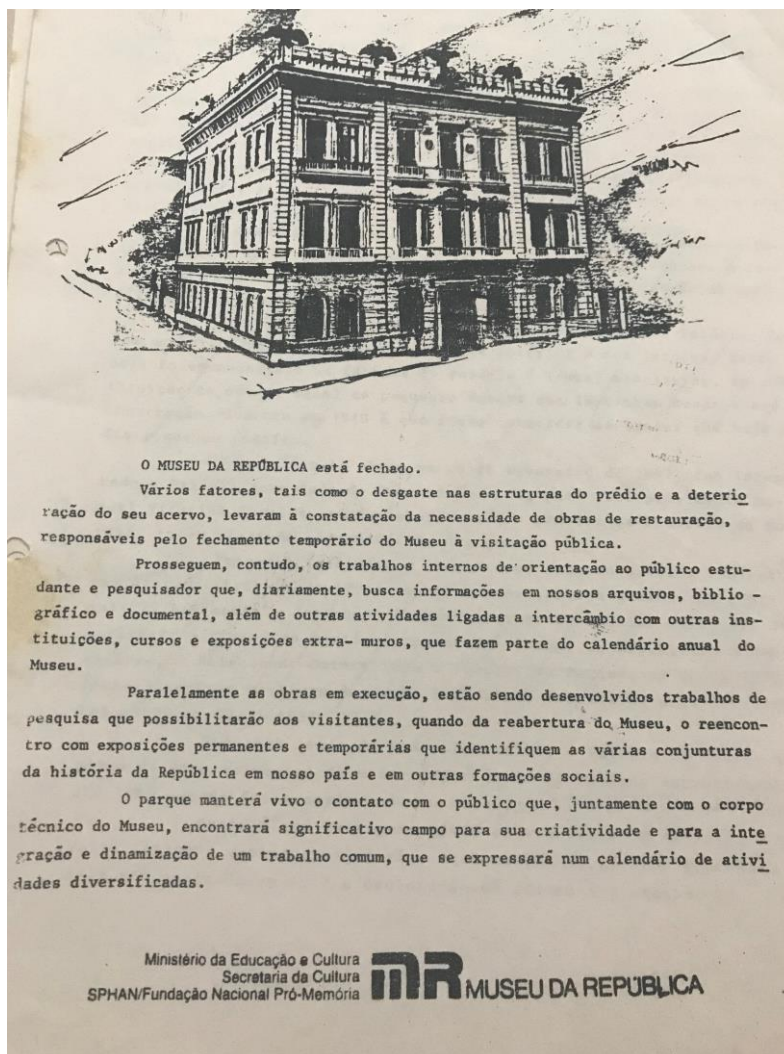
Museu é uma casa de cultura dinâmica onde a educação vai buscar propostas alternativas e a comunidade participa e vivencia as interpretações e elege essas propostas. Nesta casa, a proposta republicana será destacada através da missão educativa de um museu de indivíduos conscientes, membros de uma comunidade participativa. Que a República não se constitua em mero episódio histórico constante dos compêndios, mas sim processo de governo no qual o povo seja personagem principal. Este museu deverá sintetizar, em breve, a política e diretrizes da Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura. Aqui será criado um local onde a memória informa a ação dessa população, possibilitando-lhe viver a história não como processo dirigido por personagens notáveis, mas como membros vivos e participantes. Onde a comunidade vivenciará, aqui, ações que irão desde o resgate da história e memória do bairro do Catete, muito além da própria República. Esse trabalho, elaborado por todos, será precedido pela ação do centro de Estudos e pesquisas, núcleo gerador do conhecimento histórico.<sup>117</sup> (*JORNAL...*, p.6, 1983).

Deu-se início, assim, às obras de restauração do Palácio e anexos devido ao comprometimento da estrutura e fundações do edifício histórico e do mau estado de conservação de seus elementos decorativos devido às obras da galeria do metrô, às novas construções do bairro bem como ao tráfego local. Para que essas intervenções fossem viabilizadas, o Museu precisou ser fechado ao público em junho de 1984, sendo criado posteriormente um programa de visitas às obras, conforme comunicado reproduzido na Figura 17, abaixo:

---

<sup>116</sup> Ordem de Serviço nº 7 e nº 9, ambas de 28 de julho de 1983. Arquivo Institucional do MHN.

<sup>117</sup> *Jornal do Brasil*. 14/11/1983. Caderno B, pag.6. Disponível em



**Figura 17: Comunicação sobre fechamento do Museu da República**  
**Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República**

Lilian Barretto aponta em relatório que:

(...) a tarefa de restauração, em todos os sentidos, do Museu da República, revelou-se extremamente árdua, na medida em que, a obra propriamente dita, agregaram-se obras de outra natureza – a construção de uma filosofia de trabalho, o estabelecimento de metas no âmbito cultural e a estruturação de um órgão que assumia, repentinamente, a maioridade.

Houve uma recomposição de equipe, a partir da contratação de novos profissionais pela Fundação Nacional pró-Memória, e, assim, integrando o quadro funcional do Museu da República.

Embora o ato de autonomia administrativa do Museu da República tenha ocorrido em 11 de julho de 1983, somente em janeiro de 1984, de fato, foi dado início a tarefa de estruturação interna, onde destacamos a contratação de novos servidores e o início de

construção de um novo plano de ação e de uma proposta institucional que definia as estruturas administrativa e técnicas do museu.

Assim, a construção da memória institucional do MR a qual nos debruçamos tem especial atenção para a área técnica, em especial aquela que fazia parte da Divisão de Documentação e Pesquisa (DIDOP), passou a representar ponto importante pelo seu papel decisivo e inovador na conceituação do “novo” Museu da República, conceito este que norteou as ações que vieram a ser executadas pelas demais equipes técnicas.

Em relatório anual do MR, a diretora Lilian Barretto sublinha que “a DIDOP foi criada marcada em um panorama caótico, marcada pela situação precária do acervo, sem tratamento técnico e instalações adequadas para a documentação de grande valor histórico e artístico relacionada ao Palácio do Catete, às conjunturas da história do Brasil republicano e à vida pública e particular dos ex-presidentes da república e outras personalidades ilustres; grande parte do acervo bibliográfico encontrava-se desorganizada, empoeirada e alguns volumes danificados pela ação de cupins e outros insetos; os catálogos existentes estavam desatualizados, dificultando a localização das obras pelos usuários; a falta de estantes para a guarda do acervo e a necessidade de contratação de pessoal especializado para o tratamento técnico e o atendimento aos leitores, também compunham esse quadro precário. Além disso a possibilidade de estudar, refletir e produzir conhecimento, no plano institucional, estava bloqueada pela simples inexistência de técnicos dedicados a esse mister.”<sup>118</sup>

A Divisão de Documentação e Pesquisa era composta pelos setores: Arquivo Histórico, Biblioteca e Centro de Estudos de História da República.

Seu corpo de funcionários era composto pelos seguintes técnicos, conforme dados apresentados em relatório no ano de 1984 e observado no Quadro 6:

**Quadro 6: Funcionários do Museu da República em 1984.**

| <b>Funcionário/Estagiário</b>       | <b>Área de atuação/formação</b> |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| Antonio Manuel Nunes                | Letras                          |
| Beatrice Zelesco                    |                                 |
| Cláudia Maria de Andrade Leopoldino | Biblioteconomia                 |
| Cristiane Figueiredo Pagano de Melo | História                        |
| Eduardo Navarro                     | Ciências Sociais                |
| Isabel Idelzuite Lustosa da Costa   | Ciências Sociais                |

<sup>118</sup> Documento avulso. Arquivo Iphan. S.d.

|                                      |                       |
|--------------------------------------|-----------------------|
| Ivan Wash Rodrigues                  | Ilustrador histórico  |
| Izabel Margato do Prado Valadares    | Letras                |
| José Luiz Werneck da Silva           | História              |
| José Roberto Franco Reis             | Estagiário História   |
| Lauryston Gomes Pereira Guerra       | História              |
| Lili Rose Cruz Oliveira              | Estagiário História   |
| Maria Aparecida Rezende Mota         | História              |
| Marília Rothier Cardoso              | Letras                |
| Marco André Ballousier Ancora da Luz | Estagiário História   |
| Maria Elizabeth Gonçalves Campos     | Secretária            |
| Maria Helena Cabral de Almeida       | História              |
| Maria Inez Turazzi                   | História              |
| Maria Luiza Villela de Andrade       | Biblioteconomia       |
| Maria Olimpia Cordeiro Salvador      | Agente Administrativo |
| Vera Monteiro Pereira                | Bibliotecária         |
| Vera Lucia Mangas da Silva           | História              |
| Vera Beatriz Cordeiro Siqueira       | Estagiária História   |
| Valeria Costa Miranda                | História              |
| Ricardo Arruda Siqueira              | Arquivologia          |
| Regina Lucia de Senna Figueiredo     |                       |
| Regina Célia Alves Batista           | Biblioteconomia       |
| Odette Junqueira de Castro           | Administração         |

**Fonte: Quadro elaborado pela autora**

A DIDOP tinha na sua direção a Professora Maria Aparecida Rezende Motta, historiadora, formada pela Pontifícia Universidade Católica- PUC-RJ. Em sua estrutura existiam o Arquivo Histórico, a Biblioteca e o Centro de Estudos da História da República. Na direção do Arquivo Histórico estava a historiadora Inez Turazzi; na Biblioteca, a bibliotecária Maria Luiza Villela de Andrade e no Centro de Estudos de História da República, o historiador José Luiz Werneck da Silva.

A criação da Divisão de Documentação e Pesquisa, sua proposta e atuação de trabalho, tal como foi concebida, representaram, naquele momento, um avanço na organização administrativa, tornando-se uma referência para os museus, especialmente para aqueles definidos como museus nacionais, vinculados ao SPHAN/pró-Memória.

De acordo com fontes documentais consultadas no Arquivo institucional do Museu da República, suas funções não se restringiam apenas ao recolhimento e guarda de acervos documental e bibliográfico, mas se ampliavam, na medida em que, por meio das linhas de pesquisa implementadas pela equipe, essas funções relacionavam-se também à irradiação e convergência de conhecimento. No documento intitulado Plano de Ação para o MR, sublinhamos a definição de sua atuação:

A Divisão de Documentação e Pesquisa dedica-se não só a ampliação e preservação do acervo, à viabilização do acesso ao pesquisador a essas fontes, inclusive com a organização de um arquivo sonoro, mas , principalmente, através das atividades de pesquisa e elaboração de textos, ao resgate das diversas óticas e dos diversos registros, através dos quais, parte significativa da história da nossa formação social (principalmente, mas não exclusivamente referente ao período republicano) poderá ser recuperada e reinterpretada.<sup>119</sup>

O Centro de Estudos de História da República, dando centralidade nos trabalhos de conceituação e construção da narrativa da exposição museológica e na formalização de linhas de pesquisa, conforme demonstra o Quadro 7, abaixo, trouxe para o museu a sua importância enquanto espaço de pesquisa e de produção de conhecimento. Naquela ocasião, em um tempo de conquista da democracia no país, a criação de um espaço de pesquisa sobre a república brasileira soava como um ato desafiador e de inovação nos museus, de acordo com as entrevistas realizadas com os pesquisadores para esse estudo. Apontado nos documentos como prioridade na sua implementação, o CEHR teve um papel de protagonismo nos trabalhos de reconstrução do Museu da República, tendo sido o primeiro setor de pesquisa estruturado no âmbito dos museus da FNPM.<sup>120</sup>

**Quadro 7: Linhas de Pesquisa do CEHR (1984).**

| Linha de pesquisa                                | Objeto   |
|--|--|
| O Palácio do Catete: História, Vida e Comunidade | A simbologia do poder na idealização da Casa no processo do cotidiano dos segmentos sociais de uma comunidade urbana |

<sup>119</sup> Plano de Ação para o Museu da República. 1984. Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.

<sup>120</sup> Embora o MHN apresentasse em seu Regimento um Setor de Pesquisa, o mesmo tinha por objetivo subsidiar as exposições do museu, conforme fontes consultadas em seu Arquivo Institucional. O CEHR tinha por objetivo, não só o desenvolvimento de pesquisas para atender as exposições, mas a produção de conhecimento por meio de linhas de pesquisas estabelecidas em seu Plano de Trabalho.

|  |   |
|--|---|
| O Circuito no Museu da República: repensando República | A consonância entre a nomenclatura tradicional utilizada nas etapas de circuito em uso até 1984 e as recentes contribuições da historiografia.  |
| Os Discursos sobre República no Brasil                 | A relação entre, de um lado, os discursos enunciados no processo histórico brasileiro sobre república e, de outro lado, o universo simbólico e a posição social de seus interlocutores. |

**Fonte: quadro elaborado pela autora.**

As linhas de pesquisa tiveram desdobramentos em publicações, seminários, exposições e parcerias com outras instituições de pesquisa e cultura.

Como destaque de realização da linha de pesquisa *O Palácio do Catete: História, Vida e Comunidade*, destacamos a realização de seminário “Bairros do Rio: em busca de uma identidade”, no auditório do Museu do Folclore Edison Carneiro, onde estiveram reunidos cientistas políticos, historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores da arte e da literatura, e demais pesquisadores. A importância do evento se dava em um momento de se pensar a urbanização social das cidades e seus problemas, como também a importância da pesquisa social, integrando os resultados em programas do museu na área da educação. Ainda nessa linha de pesquisa, destacamos o projeto de construção de um Banco de Dados sobre o bairro e o Palácio do Catete, como forma de construção da memória social do bairro que sofria um momento de abandono pelas políticas públicas urbanas.

A segunda linha de pesquisa tinha como objetivo promover estudos, pesquisas de acervos no MR e outras instituições, além de ações que tivessem o circuito museológico como tema, buscando superar a visão estática de museu e de república, no qual o antigo circuito expositivo era pensado com base nas presidências. O conceito de Conjunturas trazia a ideia de se pensar a república para além de uma visão factual, como ideia-representação e/ou prática político-institucional, antes ou depois da Proclamação da República.

Ao pensar o museu como um conjunto de ideias e ações que integram todas as áreas da Casa, foi realizado um curso para todos os funcionários, sobre as Conjunturas Históricas, conceito chave para a exposição museológica do MR. O objetivo era de aproximar os funcionários, técnicos e administrativos, ao projeto que estava sendo desenvolvido, de forma que todos pudessem contribuir e conhecer a metodologia que seria utilizada na organização das salas de registro histórico do museu. Ainda nessa linha de estudo, se incluía a pesquisa de fontes textuais e não-textuais, existentes no Museu da República ou em outras instituições, para atender às suas exposições de longa duração e temporária.

A terceira linha de pesquisa, coordenada pelo historiador Eduardo Navarro Stotz, apresentava como projeto de pesquisa o tema *A República de 1950 a 1956: Memória Social e História. Um tempo de Três Repúblicas*, se utilizando de fontes documentais do Arquivo Histórico do MR e de outras instituições.

O Centro de Estudos da História da República também criou um Programa de História Oral, coordenado pela historiadora Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso, cuja metodologia, apontada nos documentos como inovadora, atendia à linha de pesquisa “Os discursos sobre a República no Brasil”, e tinha como objetivo investigar a relação entre os discursos enunciados no processo histórico brasileiro sobre república e o universo simbólico e a posição social de seus interlocutores.

Em pesquisa aos Regimentos e Planos de Trabalho dos museus vinculados a Fundação Nacional pró-Memória, no período de nosso estudo, não encontramos nenhum documento ou mesmo referência que nos apresentasse uma estrutura organizacional tal qual a do Museu da República, especialmente tendo um setor dedicado à pesquisa, com as características de metodologia de trabalho e formas de conceituação de Plano de Trabalho.

O Museu da República, por meio dessa equipe de trabalho, inovou na forma de pensar um museu. Trouxe para os seus quadros funcionais uma composição multidisciplinar, de vários saberes e fazeres, estabeleceu linhas de pesquisa que nortearam as ações do museu, formas de colaboração na produção de conhecimento com instituições de formação universitária e científica, envolveu todo corpo funcional do museu na compreensão da proposta conceitual das conjunturas históricas, trazendo novos olhares e narrativas para a compreensão de um museu de história dedicado a ser um museu de e da república.

Apontamos aqui algumas instituições no âmbito da cultura, que já apresentavam, nos anos da década de 1980, espaços dedicados à pesquisa tais como a Fundação Casa de Rui Barbosa, que tinha sido instituído por meio do Artigo 2º, do Decreto nº 73.781, de 11 de março de 1974, que aprovava seu regimento.

Art. 2º. A Fundação tem como finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação da obra e vida de Rui Barbosa e o culto de sua memória, devendo, além de outras atividades:

- a) promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;
- b) manter o museu que foi sua residência aberto à visitação pública e tornar acessível a consulta e da pesquisa;
- c) promover estudos, conferências, cursos, reuniões ou prêmios que visem a difusão da cultura e da pesquisa;
- d) promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, históricos, filológicos, ou outros relacionados com a obra e vida de Rui Barbosa;
- e) colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua

- finalidade;
- f) colaborar, quando solicitada, com o Governo da União ou dos Estados, podendo, mediante convênio ou acordo, incumbir-se da prestação de serviços pertinentes às suas atividades;
- g) cultuar, a 5 de novembro de cada ano, data natalícia de Rui Barbosa, o Dia da Cultura e da Ciência.”

Também já contávamos com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas, que foi criado em 1973, com o objetivo de abrigar conjuntos documentais e desenvolver pesquisas em sua área de atuação. Mas é durante os anos da década de 80, que este Centro de Pesquisa lança, em 1988, seu primeiro número da revista *Estudos Históricos*, tendo por objetivo a publicação de trabalhos inéditos, com perspectiva histórica, de pesquisadores da comunidade acadêmica nacional e internacional das áreas de História, Ciências Sociais e afins.

Para afirmar ainda mais a ideia de fortalecimento e incremento de instituições voltadas para a guarda e pesquisa de acervos, podemos citar o Arquivo Nacional que, sob a direção da socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, no início do ano de 1982, promoveu uma renovação no quadro funcional e nas ações da instituição, iniciando um trabalho de identificação dos fundos e coleções de documentos até então desconhecidos, como também pela produção de estudos e instrumentos de pesquisa.

Esses exemplos servem para reforçar o fato de que este período representou uma retomada na produção dos estudos e das práticas voltadas para o campo da pesquisa nas instituições culturais, em que os museus começaram a atuar.

Aparecida Motta, em entrevista concedida para esse estudo, ratifica nossa hipótese de que o Centro de Estudos de História da República e a forma de pensar o museu e sua missão, naquele momento, representou um momento de inovação de conceito desses espaços de memória. O objetivo da equipe era inovar. E, complementa, que o Professor Werneck da Silva, em inúmeras reuniões com a equipe de trabalho, que realizava em sua casa no bairro carioca de Santa Teresa, tinha como referência o Museu Reichstag, situado em Berlim, como exemplo para o Plano de Trabalho do Museu da República. Segundo ele, aquele museu apresentava como conceito chave o compartilhamento dos objetos e seus significados, das ideias e conteúdos com os visitantes, criando uma interação entre público e acervo, distante, portanto, de um espaço unicamente de guarda e preservação de acervo.

Até então, as exposições que se apresentavam como resultado da filosofia de trabalho do MR eram de narrativa meramente cronológica e personalista, privilegiando os objetos na



sua forma silenciosa e distante de uma contextualização histórica. Transformar esse museu em um local “vivo” era uma meta a ser alcançada no Museu da República.

Por se tratar de um estudo no campo de construção de memórias, cabe aqui pontuar a participação de alguns dos protagonistas desse processo, que, de uma certa maneira, marcaram a trajetória institucional com contribuições que exigiram um repensar sobre o papel dos museus, e sua comunicação com os seus públicos. Novamente, atentamos para o dado de que estamos trabalhando prioritariamente com a equipe que estruturava a Divisão de Documentação e Pesquisa.

Trazer um pouco do perfil desses personagens, daqueles que marcaram a memória institucional do Museu da República no período de estudo desta tese, nos permite compreender o “pensamento” institucional e os avanços na gestão do museu. É um desafio sistematizar e pontuar o pensamento daqueles que contribuíram para novas bases do campo dos museus e da museologia.

Por outro lado, também significa falar dessa rede de relações e afinidades que se criou em torno de um projeto.

Os museus são espaços de encontros e esta tese permite estabelecer como referência esses protagonistas, profissionais que circulam pelas instituições criando redes de afetos e de estudos.

Com este sentimento, nos apropriamos, aqui, da palavra “Ubuntu”, que nas línguas zulu e xhosa, faladas na África do Sul, expressam a filosofia “Eu sou porque nós somos”. Ela nos dá o tom da construção do pensamento museológico iniciado com o movimento da Museologia Social. Somos redes de cumplicidade. Somos redes de resistência e de encontros. Criamos redes de pensamento e, assim, construímos os museus. Nesse momento especial da memória institucional do Museu da República, identificamos um pensamento coletivo, integrado, de sinergia com o fazer museu, em perceber o museu enquanto um agente social, inserido em um território. Nos sentimos parte desse processo e por isso a importância das memórias institucionais e tudo que representam na construção do pensamento museológico.

Iniciamos, portanto, pelo historiador José Luiz Werneck da Silva, e então chefe do Centro de Estudos da História da República, que foi quem liderou a equipe que trabalhou na definição do conceito de república que nortearia as ações do Museu da República, criando um contexto inovador na estrutura do museu, tanto na forma de olhar para um museu de história, entendendo ser um espaço de reflexão, mas também, de produção de conhecimento. A criação do Centro de Estudos da História da República representou um avanço na medida em que apresentava o museu com uma proposta estruturada de um Setor de Pesquisa voltado para o

estudo de acervo e todos os temas que estivessem inseridos nas linhas de pesquisas cujo objetivo seria o resgate, respectivamente, da história da Casa, do bairro e da República, esta última como ideia-representação e como prática político-institucional no processo histórico-social, tanto brasileiro quanto mundial.

O historiador José Luiz Werneck da Silva, que nasceu em 1932, na cidade de Varginha, em Minas Gerais foi, na verdade, um grande formador de gerações.

Antes de trabalhar no Museu da República, Werneck ou Werneckão, como era chamado carinhosamente por todos, já possuía uma larga experiência profissional, como pesquisador e professor.

Com formação em Direito (1955) e em História (1960) pela Universidade do Brasil, foi professor na rede de ensino do então Distrito Federal, diretor de colégios, de onde saiu para chefiar a Divisão de Arquivo, do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, que atualmente é o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, órgão ligado a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, onde encontramos seu acervo e sua biblioteca particular. Também foi professor no Colégio de Aplicação, na PUC-Rio, Faculdades Hélio Alonso e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ - IFCS, sofrendo cassação branca em 1964, acusado de pertencer à “célula comunista Anchieta”.<sup>121</sup> Depois da anistia, em 1979, voltou ao IFCS por concurso público, onde exerceu a chefia do Departamento de História. Werneck também preparou, através de aulas particulares, centenas de candidatos ao Instituto Rio Branco, ligado ao Itamaraty. Sua ligação com a história da diplomacia, além de lhe render uma homenagem do Itamaraty – a medalha Lauro Muller – desdobrou-se na publicação do livro póstumo *Relações Exteriores do Brasil*, complementado, após seu falecimento, pelo professor Williams Gonçalves e publicado pela editora Vozes.

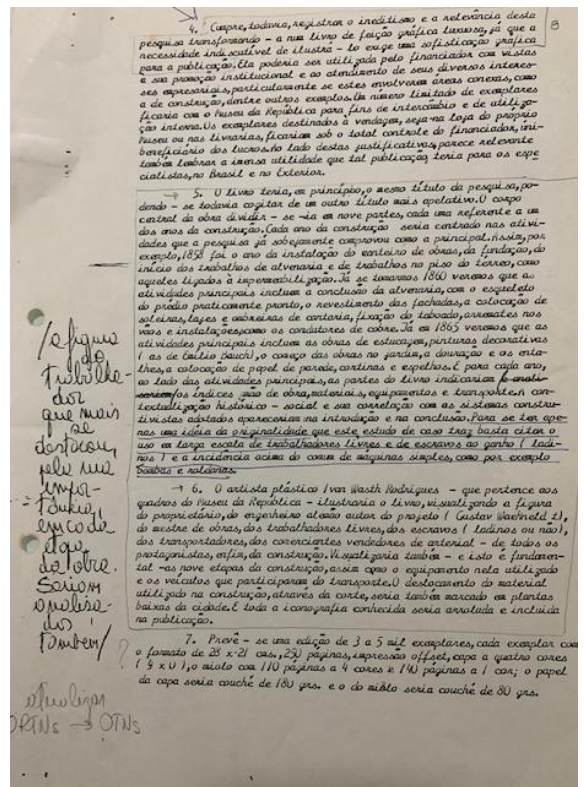
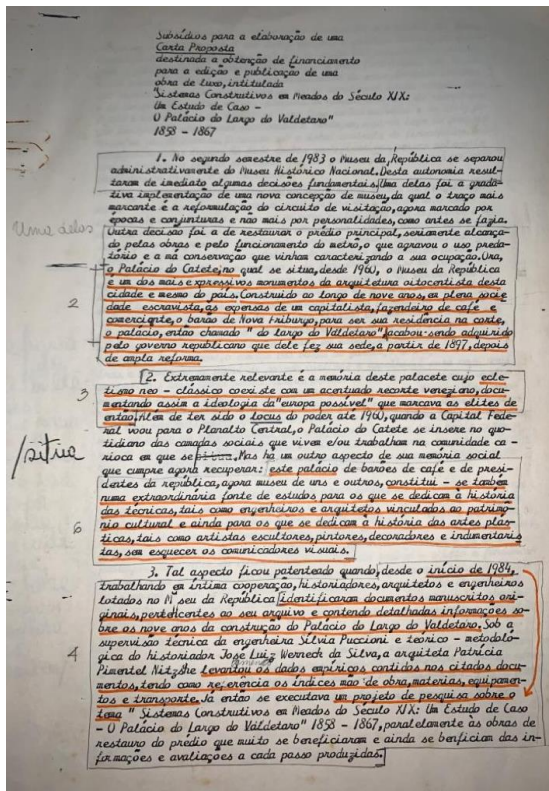
Entre seus trabalhos destacam-se: *A Deformação da História ou Para não esquecer* (Ed. Zahar, 1985), no qual registrou, por meio de depoimentos de professores e historiadores, a memória da repressão e da resistência à ditadura militar; *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo* (Ed. Zahar, 1991), organizado a partir de textos apresentados no Colóquio “Estado Novo e Autoritarismo no Brasil” (1987). Autor do livro didático: *Brasil: uma história dinâmica* (Cia Ed. Nacional, 1971-72), em co-autoria com Ilmar Rohloff de Mattos e Ella G. Dottori, obra de referência no ensino da História. Além dos trabalhos em história política e diplomática, Werneck foi pioneiro, entre os historiadores, no campo da história das ciências:

---

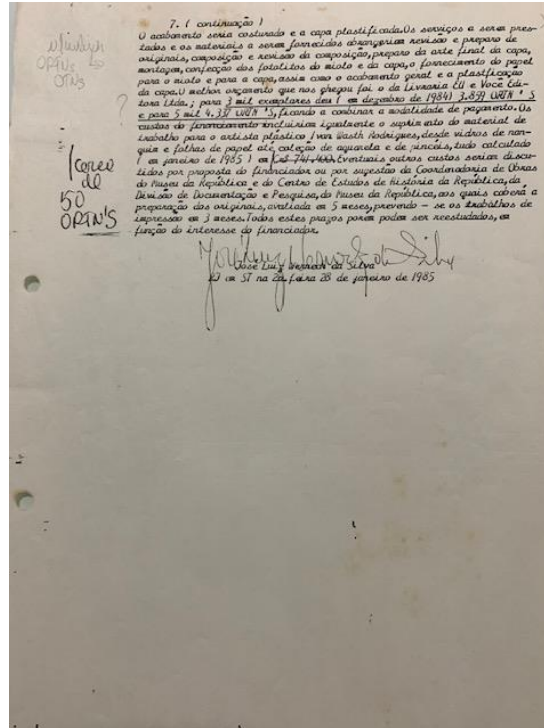
<sup>121</sup> A antiga Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro (FNFI), era considerada pelo regime um incômodo para a ditadura Segundo José Werneck da Silva (SILVA, 1985) a FNFI foi um dos espaços acadêmicos onde debates aconteciam e onde havia práticas de discussões paritárias entre professores e estudantes.

em 1981 publicou, em coautoria com o historiador Victor Vicent Valla, o livro *Ciência e Tecnologia no Brasil: História e Ideologia (1949-1976)*. Seu doutorado também versou sobre aquele campo, tendo sua tese, intitulada “As Arenas Pacíficas do Progresso – As Exposições Universais Internacionais no século XIX”, que não chegou a ser defendida em virtude de sua doença, o que não impediu a banca examinadora que a aprovasse com distinção e louvor, em 1996.<sup>122</sup>

Dono de um estilo próprio e de boa dose de generosidade no trato diário, Werneck da Silva redigia seus relatórios de forma diferenciada, usando uma fonte de escrita contínua da sua máquina de escrever portátil, conforme apresentado na Figura 18, abaixo, e com um texto leve que se diferenciava dos relatórios mais formais e burocráticos. Apontava em detalhes e com adjetivos as ações realizadas pelos seus funcionários e pesquisadores do Centro de Estudos de História da República, sendo quase sempre “repreendido” pela diretora da DIDOP, a Professora Maria Aparecida Rezende Motta.



<sup>122</sup> ANPUH. Nota biográfica. Disponível em [www.rj.anpuh.org/download/download?ID\\_DOWNLOAD=580](http://www.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=580)



**Figura18: Projeto de edição da pesquisa Sistemas Construtivos em meados do século XIX.**  
**Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.**

Suas observações nos relatórios eram objetivas e sua redação fugia ao estilo burocrático:

[...] O trabalho desenvolvido pelo CEHR assume, de acordo com nossa avaliação, uma dupla vertente: criar e socializar conhecimento original, sem deixar de atender às questões burocrático-administrativas que, frequentemente, retardam os processos de pesquisa. Nesse sentido, é necessário conciliar o mediatismo da produção científica com o imediatismo das necessidades institucionais.<sup>123</sup>

Sempre apontando que se tratava de uma nova proposta de concepção de museu, sua linha de trabalho privilegiava a produção de conhecimento e de integração com a comunidade, por meio dos estudos locais e/ou eventos de “chamamento” para o museu. E reforçava essa forma simples e direta em seus relatórios.

É importante lembrar que durante esses primeiros anos tempos, a preocupação com o convívio da comunidade do Catete foi uma constante. Embora com pouca gente e muito trabalho, o Centro de Estudos da História da República conseguiu estabelecer relações afetivas e respeitadas com pessoas como o Senhor Juquinha, velho morador e amante do bairro, e como o Professor Humberto Peregrino, cuja assistência e apoio tem sido uma constante para nós.<sup>124</sup>

Como intelectual, Werneck da Silva aprofundou a relação dos historiadores com o campo dos museus, trazendo o olhar desses profissionais para um trabalho de curadoria, buscando integrar a pesquisa e a produção de conhecimento às demais ações desses espaços.

<sup>123</sup> Relatório DIDOP. Fonte: Arquivo Institucional MR. S.d.

<sup>124</sup> Relatório DIDOP. Fonte: Arquivo Institucional MR. S.d.

Seu legado nos aproximou aos estudos da cultura material, refletindo os acervos e o que eles podem “falar e/ou representar” nas narrativas das exposições museológicas. Os objetos são carregados de significados, criam narrativas e passam a ter, assim, um olhar diferenciado nas construções das exposições.

Cada peça de um museu contém uma parcela da memória da sociedade que a produziu. Para que tal parcela seja recuperada não se deve identificar na peça apenas ou principalmente o seu valor material intrínseco, mas sim, e primordialmente, o seu valor histórico-social como traço significativo do processo do tempo-duração. Um museu assim concebido será realmente pró-memória.<sup>125</sup>

Em seu livro *A deformação da história ou Para não esquecer* (1985), podemos identificar a geração de historiadores a qual Werneck se integrava. Em sua maioria, tomados pelo silêncio da ditadura militar, reforçam em seus depoimentos a ideia da memória coletiva e da memória histórica, como ele cita “podemos tentar recuperar as memórias coletivas silenciadas ou deformadas, com elas escrevendo, de forma não linear, uma história na qual a emoção estará presente, em especial a dos depoimentos que recebemos, cujos trechos estão inseridos nos capítulos ou os entremeiam.” Ciência e emoção se confundem em muitos momentos do seu percurso, humanizando a memória dos intelectuais e dos militantes, dos professores e dos estudantes. O título do livro “A deformação da história”, apresentado na Figura 19, abaixo, parte da ideia de essencialmente tirar-lhe qualquer sentido crítico e conseqüentemente transformador da realidade. E “Para não esquecer” vem ao encontro de um sentimento de lutar pela realidade. Para essa geração, escrever história foi uma forma de resistir.

No primeiro capítulo do livro, intitulado “*Um dia depois do outro*”, ele se refere ao filme brasileiro *Cabra marcado para viver*, de autoria de Eduardo Coutinho (1984), sobre a passagem de um sofrido, mas consciente camponês nordestino que diz “não há nada como um dia depois do outro, a noite no meio e Deus lá em cima.” Werneck usava essa frase cotidianamente, como um mantra, sempre nos repetindo em momento de dúvida ou aperto, ainda que se referisse a nossa experiência pessoal, e repetia “não há nada como um dia após o outro e uma noite no meio”.

---

<sup>125</sup> Programa de Trabalho Museu da República. 1984. Arquivo Institucional MR.



**Figura 19:** Capa da obra *A Deformação da História ou para não esquecer*. J. L. Werneck da Silva, 1985.

No capítulo VI “*Um Belo dia o silêncio se rompe*”, o depoimento da historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, com o título “O Tortuoso caminho de volta”, fala sobre o ensino universitário de história no período da ditadura militar, no momento em que “o ensino universitário sofreu uma grave deterioração, por vários motivos, entre eles a expulsão sumária, sem processo ou direito à defesa, de professores universitários denunciados por espíões governamentais.” Com o período de redemocratização, podia-se, assim, perceber um renascimento da pesquisa, com vistas à recuperação da memória nacional, nos mestrados e doutorados das universidades públicas, além de uma produção inovadora, sob o ponto de vista teórico-metodológico e temático.

Com base nos estudos desenvolvidos e entrevistas realizadas, podemos afirmar que a atuação do historiador Werneck da Silva foi decisiva no processo de afirmação dos museus enquanto espaços de produção de conhecimento e de novas linguagens para as exposições dos museus de história, especialmente no âmbito da FNPM.

Sua contribuição deixou um legado importante quanto a importância da institucionalização de setores de pesquisas nos museus e no desafio de se pensar novos conceitos para a construção de circuitos expositivos.

A equipe do Centro de Estudos de História da República se completaria a partir de julho de 1984, quando houve uma nova etapa de contratações, por pesquisadores com formação em história, ciências sociais, literatura e artes plásticas.

Assim como Werneck, podemos destacar como protagonista da equipe, o artista plástico e ilustrador histórico Ivan Wasth Rodrigues, pela sua contribuição não só plástica, mas também por representar um olhar diferenciado na definição e de um novo conceito de pensar o Museu da República.

Nascido em São Paulo, no ano de 1927, teve como influência na sua formação artística, principalmente seus dois tios, o pintor e ilustrado José Wasth Rodrigues e Cid Afonso Rodrigues. Sem aprendizado teórico formal, Rodrigues relata em entrevista ao Programa de História Oral do Museu da Imagem e do Som, que se tornou desenhista por “inveja” do seu irmão Eurico que já desenhava e, por isso, ganhava presentes dos pais.<sup>126</sup> Autor de duas várias obras que marcaram sua trajetória como ilustrador histórico, destacamos o contrato firmado com Gustavo Barroso para desenhar a *História do Brasil em Quadrinhos*, volumes I e II (1959 e 1962), o *Atlas Histórico Escolar* do MEC (1959) e *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, Rodrigues também se destacou como um pesquisador de “tipos e modos” da sociedade brasileira. A Figura 20 ilustra as capas das publicações citadas.



**Figura 20: Capas de publicações com ilustração de Ivan Wasth Rodrigues.**

Fonte: <http://museudosgibis.blogspot.com/2010/08/ivan-wasth-rodrigues-historia-do-brasil.html>

<sup>126</sup> Programa de História Oral. MIS – SP. Coleção 00257ATP - Artes Plásticas. 30/07/1981. Disponível em <http://acervo.mis-sp.org.br/audio/entrevista-de-ivan-wasth-rodrigues#>

O Arquivo Histórico do Museu da República reúne um expressivo acervo de desenhos e ilustrações, além dos cadernos de pesquisas e anotações de Ivan Wasth Rodrigues, em sua maioria, resultado do seu trabalho como integrante da equipe do Centro de Estudos da História da República. Seus desenhos tiveram destaque nas pesquisas, nas exposições e demais ações do museu, como observado nas figuras 21, 22, 23 e 24, abaixo, representando Antonio Conselheiro, na Campanha de Canudos, estudos de tipos sociais e cenas de reprodução do acervo Coleção Pereira Passos, sobre a Batalha das Flores.



**Figura 21: Antonio Conselheiro. Aquarela de Ivan Wasth Rodrigues. Estudo a partir de acervo do MR.  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República**







**Figura 23: Batalha das Flores. Coleção Família Passos.  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República**



**Figura 24: Ilustração de Ivan Wash Rodrigues, a partir de estudos do acervo do MR.  
Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República**

Werneck da Silva ao convidá-lo para compor o quadro técnico do CEHR sabia da importância de seu trabalho, integrado a de outros profissionais da equipe, na pesquisa histórica voltada para a construção de uma narrativa museográfica de um museu de história que pretendia inovar não só nos conceitos, mas também na forma de comunicar com os seus públicos.

Manuel Salgado (2002) apresenta essa discussão apontando uma questão chave que é o lugar da representação como parte do exercício de escrita da História, seja ela em sua forma escrita ou imagética.

Wasth Rodrigues apresentava um estilo “próprio”, tímido e de uma extrema gentileza com os colegas. Acompanhava todos os projetos voltados para a construção dos espaços e conceitos a serem apresentados na exposição de longa duração, como também os demais projetos de pesquisa da DIDOP e de outros setores do museu.

A ideia de Werneck da Silva, ao trazer um profissional das artes visuais para compor a equipe, era de estabelecer uma relação de trabalho e de diálogo entre história e imagem, esta como forma de registro e de fonte de pesquisa dos trabalhos desenvolvidos no CEHR.

Dessa forma, Wasth Rodrigues se debruçou em pesquisas e registro sobre os tipos e usos da indumentária militar, no projeto “Visualização Gráfica da República”, que visava o levantamento, nas revistas de época, de personagens históricos, bem como os modos e costumes da sociedade de diferentes tempos históricos do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, como forma de complementar a pesquisa e a narrativa a ser construída para a exposição museológica.

A utilização dos registros de imagens por historiadores em suas pesquisas ganhava impulso no início dos anos da década de 80, quando o estudo da cultura se tornou central para as ciências humanas. Podemos apontar alguns autores que discutem o uso da imagem como evidência histórica e como fonte para a escrita da história, tornando essa abordagem um capítulo da historiografia da História como disciplina.

O interesse em utilizar a imagem como registro era resultado de um movimento de crescente interesse dos historiadores pelas fontes visuais como uma nova forma de registro dos processos sociais, ampliando a pesquisa histórica.

O texto do historiador Paulo Knauss, *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*,<sup>127</sup> apresenta um importante panorama do processo de institucionalização dos

---

<sup>127</sup> KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens. Arte e cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

estudos visuais a partir da afirmação do conceito de cultura visual, onde aborda a relação entre escrita e imagem, destacando que a convivência entre a expressão visual e expressão escrita sempre foi de proximidade.

O que antes era usada apenas como ilustração ou como forma de “ampliar” a perspectiva da escrita histórica, a partir da década de 80, a imagem é apresentada como a “invisibilidade do visual”, sendo utilizada como fonte de pesquisa científica.

Peter Burke apresenta essa reflexão em seu livro “O testemunho das imagens”, destacando que “as imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica”.

O trabalho desenvolvido por Wash Rodrigues permitia, conforme nos aponta Burke, a possibilidade de perceber uma reconstrução visual do passado a partir da cultura material, inatingíveis pela descrição textual.

Outra pesquisadora que integrava a equipe do CEHR e que destacamos neste estudo é a cientista social Isabel Idelzuite Lustosa da Costa, pelo trabalho desenvolvido com personagens do bairro, no contexto de construção de memórias sobre o território onde estava inserido o Museu da República e sua relação com o patrimônio, se materializando em uma das linhas de pesquisa do CEHR.

A partir do trabalho de coleta de depoimentos de antigos moradores, Lustosa desenvolveu estudos sobre a memória do bairro, seus personagens e situações do cotidiano, inserindo a comunidade como protagonista de seu tempo e de seu espaço, ao mesmo tempo em que desenvolvia narrativas identitárias.

Responsável pela linha de pesquisa *A história do bairro*, Lustosa integrou a equipe entre os anos de 1983-1985, tendo publicado o livro *Palácio do Catete: uma casa conta a história da República*, onde apresenta o cotidiano dos presidentes da República que passaram pelo Palácio do Catete, a partir de uma escrita que reúne humor e memória sobre os ilustres moradores, tendo utilizado como fonte charges, caricaturas e material publicado em jornais de época.

Isabel Lustosa integra atualmente o quadro de pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa com especial atenção para a história da imprensa e da caricatura brasileira.

A professora Maria Aparecida Rezende Motta, historiadora e diretora da DIDOP, chegou ao Museu da República por indicação da museóloga Solange Godoy, embora já tivesse trabalhado como consultora, especializada em história do Brasil, junto a Comissão constituída pela Fundação Nacional pró-Memória para o programa de revitalização do Museu da República, no período entre abril a dezembro de 1983.

Em 1983, Cida Motta, como era chamada pelos colegas, trabalhava no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com o historiador Afonso Marques dos Santos, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ e também como professora da disciplina de História do Brasil, na Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio, quando foi convidada pela diretora do Museu da República, Lilian Barretto, a integrar a equipe que tinha como missão repensar e “recriar” o Museu da República, que havia se tornado uma unidade autônoma, desvinculada do MHN.

Ao criar a Divisão de Documentação e Pesquisa, tinha como objetivo construir uma unidade técnica na nova estrutura do MR de preservação e guarda de acervo e produção de conhecimento, que desse ao Museu da República ferramentas para discussão e reflexão de estudos e ideias que pudessem transformar o museu em um espaço de convívio social e de práticas republicanas, de acordo com registros encontrados no arquivo institucional.

Ao nos conceder um depoimento, em sua sala no IFCS-UFRJ, onde atua como professora de Teoria e Metodologia, Cida Motta relatou como e quando surgiu a ideia de criação de um Centro de Estudos e Pesquisas, no âmbito do Museu da República, e de que maneira o professor José Luiz Werneck da Silva se integrou à equipe.

Acho que essa ideia já estava na cabeça de muitos de nós, era uma ideia que atravessava a minha própria geração. Estávamos em um processo recente de redemocratização, ela estava acontecendo e éramos protagonistas dela. O tempo histórico era um fator determinante. Então, na verdade, que a gente não pôde fazer nas décadas anteriores, a gente estava querendo fazer naquele momento. No intenso agora, para citar o cineasta João Moreira Salles.<sup>128</sup>

Com esse espírito de conquistas de espaço, de falas, de olhares, de formas de se expressar, surgiu a ideia de se criar um setor de pesquisa em um museu, com o propósito, entre outros, de se constituir em um espaço de pesquisa da história recente republicana do Brasil. Assim, convidou o historiador Werneck da Silva para chefiar o setor que abrigaria um Centro de Pesquisa da República Brasileira.

A importância da criação de um Setor de Pesquisa na estrutura do MR também foi ressaltada, em entrevista concedida pelo historiador Renato Lemos, que substituiu Werneck da Silva em sua saída do cargo em 1987, como chefe do Centro de Estudos de História da República. Em seu depoimento, ressaltou que a criação do CEHR, naquele momento, representou uma ação inovadora, trazendo o olhar e a escrita do historiador para os museus enquanto espaços de reflexão e produção de conhecimento.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Maria Aparecida Rezende Motta. Entrevista concedida em 16/04/2019.

<sup>129</sup> Entrevista concedida a autora.

A presença e a atuação de historiadores nos museus podem ser apontadas em várias instituições do país, e que fazem parte da historiografia e do patrimônio museológico. Mas o que podemos destacar de inovador e de relevante no caso do Museu da República foi papel do historiador na construção conceitual do museu, a institucionalização de um Centro de Pesquisa, com linhas de pesquisas definidas e seu diálogo com universidades e instituições de pesquisa.

Este período de efervescência de ideias e práticas no Museu da República permitiu, ainda, uma grande atividade interna nas áreas técnicas (com organização de acervo, pesquisa e planejamento) e externa, interagindo com a comunidade através de ações educativas e eventos no jardim, exposições itinerantes, colônia de férias para crianças, entre outros. Foram realizadas também várias parcerias com instituições culturais e centros de pesquisa, resultando em vários projetos, como apresentados nos cartazes nas Figura 25.



**Figura 25: Cartazes das parcerias do MR com a Fundação Calouste Gulbenkian e Aliança Francesa do Rio de Janeiro, respectivamente.**  
**Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.**

A década de 1980 representou um despertar das instituições de cultura no país, sendo também um período de mudanças, de pensamentos e práticas no campo dos museus e da museologia.

Ainda que não integrasse a equipe do CEHR, não podemos deixar de citar a historiadora Maria Inês Turazzi, chefe do Arquivo Histórico, da Divisão de Documentação e Pesquisa do Museu da República, que realizou um intenso trabalho de organização,

identificação e conservação do conjunto de documentos que estavam sob a guarda do Museu da República, e que se encontravam sem qualquer condição de consulta, dando sentido a proposta de se pensar a documentação como fonte de pesquisa e consulta por parte de pesquisadores e do público em geral.

Nessa perspectiva de unir documentação e pesquisa, foram elaborados vários instrumentos de pesquisa, onde destacamos os guias de acervo das coleções do ex-prefeito Pereira Passos, importante fonte de pesquisa para a história do Rio de Janeiro; da Igreja Positivista e do ex-presidente Getúlio Vargas.

Turazzi também foi autora da publicação “Flagrantes do Passado”, que contou com apoio do Hotel Novo Mundo e que reuniu imagens do Rio de Janeiro, pertencentes ao acervo do então Prefeito Pereira Passos (1902-1906), além de ilustrações de Ivan Wasth Rodrigues, apresentado nas Figuras 26, resultando em um trabalho de pesquisa nos acervos do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Museu da República, tendo como proposta o uso da imagem enquanto registro e perspectiva histórica.



**Figura 26: Detalhes da publicação “Flagrantes do Passado.”  
Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.**

O Plano de Trabalho do Museu da República apontava a importância da reestruturação dos locais de guarda de documentos e registros históricos, além da criação de uma biblioteca especializada que complementasse e fortalecesse a ideia de um centro de referência da história republicana brasileira.

A bibliotecária Maria Luiza Villela de Andrade desenvolveu um trabalho de expansão e de revitalização da Biblioteca do museu, transformando-a em um núcleo especializado sobre a história política e social republicana. Só no ano de 1984, de acordo com o relatório do Setor, houve uma ampliação de 775 livros, 905 periódicos, 200 folhetos e 55 textos inéditos.

Somado a esta ação de espaço de pesquisa e estudo, Andrade criou um setor de literatura infantil e juvenil e cuidou de seu registro no Conselho Regional de Biblioteconomia, abrindo mais um espaço de interação com a comunidade e integrando seu trabalho ao setor educativo.

Não podemos deixar de registrar o trabalho de estruturação do Programa de História Oral implementado pela historiadora Maria Helena Cabral de Almeida, resultando em um acervo expressivo de pesquisa e estudos de personagens e pensadores da história política republicana.

Finalizando, destacando a importância quanto a composição da equipe da DIDOP, dando o sentido de unir olhares e saberes das diversas áreas do conhecimento na construção de um conceito e um programa de trabalho para um museu de história, registramos a presença de profissionais na área de Literatura, formando, assim, o Núcleo de Estudos de Literatura e História. A equipe registrou seu papel no trabalho desenvolvido no Museu da República de forma clara e objetiva, revelando uma sinergia nos projetos a serem desenvolvidos:

Se a história auxilia a crítica literária a organizar em conjuntos seus textos-objeto, conforme visão diacrônica; o conceito de textualidade (literatura), desenvolvido pelos estudos literário, pode servir aos historiadores em sua tarefa de ler os documentos, organizando-os, recortando-os, distribuindo-os, repartindo-os em níveis, estabelecendo séries.<sup>130</sup>

Dentre os trabalhos realizados pela equipe composta por Isabel Margato, Marília Rothier Cardoso e Antônio Manoel Nunes, no que se refere a definição conceitual e ao desenvolvimento do projeto museográfico do museu, destacamos um projeto de pesquisa voltado para a produção literária da década de 50 sob o título “Elipse e redundância – dilemas do discurso dos anos 50 no contexto do populismo e da industrialização” e a participação na elaboração roteiro e texto dramatizado intitulado “ República: Ideias e práticas na História do Brasil”, a partir de uma extensa pesquisa em fontes documentais e textos literários, que serviu para a edição do Projeto Aquarius, apresentação realizada nos Jardins do Museu da República da Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência do maestro Isaac Karabtchevsky.

#### **4.3 Propostas e conceitos para um museu “da e de República”**

O Museu da República não pode se restringir no que ele foi, mas no que ele é. Para mim, o Museu é o exemplo mais importante que nós temos em termos de museu que pode se mostrar um museu participativo e atual. Não se fechar nas conjunturas passadas, mas pensar nessa conjuntura que nós vivemos, abrir ao diálogo com a

---

<sup>130</sup> Relatório Anual do Museu da República. 1984. Arquivo Institucional do Museu da República.



comunidade e pensar, dar chance à própria comunidade contextualizar que República é essa.<sup>131</sup>

Com a missão de reestruturação do museu após sua autonomia administrativa, a diretora Lilian Barretto, museóloga, iniciou sua gestão coordenando uma obra de restauração no edifício histórico e dos seus bens integrados.

A preocupação com o estado da edificação já havia sido atestada por meio de documento elaborado pelos arquitetos Julio Diniz Pinheiro, Eurico Antonio Calvente, Augusto da Costa Soares e pelo engenheiro Carlos Lafaiete Barcelos, após reunião realizada com o diretor do Museu Histórico Nacional e o Secretário do SPHAN, onde os profissionais ratificam a necessidade de imediata intervenção nos edifícios do MHN e do MR tendo em vista “a importância histórica e arquitetônica dos monumentos e a necessidade de sua preservação no contexto cultural da cidade e do país.”<sup>132</sup>

A obra teve início em fins de 1983, em caráter emergencial, iniciando o serviço de restauração do telhado principal, em péssimo estado de conservação, devido a ação do tempo e às intervenções sofridas no decorrer das suas diversas funções e à utilização de um heliponto sobre o telhado. A estrutura arquitetônica do Palácio encontrava-se abalada pelas obras da galeria do metrô, iniciadas a partir de 1975, o que fez com que o edifício “tombasse” para um dos lados, necessitando, assim, de reforço estrutural. Somado a isso foi realizado um programa de restauração das fachadas, elementos artísticos, marcenaria e toda serralheria do museu. Esta obra mobilizou uma equipe de arquitetos, restauradores e museólogos, como podemos verificar na Figura 27, exigindo profissionais qualificados em diversas áreas de conhecimento. Esse período também permitiu a realização de uma extensa pesquisa sobre os sistemas construtivos do Palácio do Catete, visando o estudo sobre os materiais utilizados na construção, procedências e elementos decorativos.

---

<sup>131</sup> Depoimento de Lilian Barreto, diretora do Museu da República no período de 1984-1989, ao Programa de História Oral do Arquivo Institucional do MR. 27/04/2015.



O Arquivo Institucional do Museu da República e o Arquivo Central do Iphan possuem sob sua guarda toda a documentação do período da obra, contendo relatórios, plantas e diagnósticos, revelando a complexidade e a importância de todo o processo de restauração, que desencadeou uma série de estudos e técnicas, além de ter representado um momento de reflexão quanto a preservação do monumento-edifício.

A equipe que reunia arquitetos e engenheiros brasileiros e estrangeiros, especialistas nas mais diversas técnicas de conservação e restauração, artistas e professores, liderados pelo IPHAN, se debruçou em estudos referentes aos procedimentos e técnicas de recuperação do edifício e de materiais artísticos que compunham os bens integrados da edificação, sua procedência e formas de recuperação.

Durante todo período de obra, a equipe do Setor de Exposições, da Divisão Técnica, acompanhou os profissionais que atuaram no processo de restauração com o objetivo de registrar e produzir material técnico referente a metodologia de preservação e conservação de elementos internos do edifício e acervos, gerando cadernos de conservação e preservação.

Reconstruir a memória e restaurar o Palácio-Museu se apresentou de extrema relevância, apontado pelos arquitetos responsáveis pelas obras de restauração, como um palacete cujo ecletismo coexiste com um acentuado recorte veneziano, documentando, assim, a ideologia da “Europa possível”, que marcava as elites da época.

Este edifício-monumento também se revelou em uma fonte de estudos para os profissionais da área de patrimônio, tamanha riqueza das técnicas construtivas e recursos artísticos empregados em sua construção.

O arquivo histórico da instituição possui sob sua guarda um acervo sobre o período de construção do Palácio, que se estende entre os anos de 1858-1866, revelando por meio de sua documentação, materiais utilizados na obra, formas de relações de trabalho, testemunhos de sistemas construtivos, tornando possível uma análise sobre as relações de poder da elite imperial, seus modos e sua relação com a cidade. Toda essa reflexão conceitual e a análise dos documentos produzidos se enquadravam na linha de pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos de História da República, definida como “Memória da Casa”, criando um olhar ampliado para o patrimônio e suas diversas formas de interação com o território, processos sociais e políticos. Sob a supervisão técnica da engenheira Silvia Puccioni, funcionária do Iphan, e orientação teórica-metodológica do historiador José Luiz Werneck da Silva, do CEHR, a arquiteta Patrícia Pimentel Nitzsche desenvolveu uma pesquisa onde foram levantados dados referentes a mão-de-obra empregada, equipamentos e tipos de transportes,

com vistas a publicação de pesquisa intitulada “Sistemas Construtivos em meados do século XIX: um estudo de caso – o Palácio do Largo do Valdetaro 1858-1867.

Embora, tenhamos pesquisado em vários conjuntos documentais do arquivo institucional do Museu, não conseguimos achar o material produzido pela equipe referente a este projeto. Encontramos apenas um documento se referindo ao projeto gráfico da pesquisa que se daria por meio de uma publicação, dividida em nove capítulos, referente a cada ano da construção, com ilustrações, a partir das pesquisas, elaboradas por Ivan Wasth Rodrigues.

Paralelo ao trabalho de recuperação arquitetônica do edifício havia todo um processo de se (re)pensar o Museu da República, uma vez que se tornara uma unidade administrativa autônoma e seria de extrema relevância construir uma identidade institucional que discutisse seu papel enquanto um museu nacional e sua inserção no campo da cultura.

Com um novo Regimento Interno aprovado por meio da Determinação n° 81, de 14 de setembro de 1983, o Museu da República passou a compreender a seguinte estrutura organizacional, conforme Quadro 8, abaixo:

**Quadro 8: Estrutura Organizacional do Museu da República (1983).**

|   |  |
|---|--|
| Diretoria   |  |
| Divisão Técnica (DITEC)                                 | Seção de Processamento de Acervo<br>Seção de Exposições<br>Laboratório de Conservação e Restauração        |
| Divisão de Documentação e Pesquisa (DIDOP)              | Centro de Estudos da História da República<br>Arquivo Histórico<br>Biblioteca                              |
| Divisão de Desenvolvimento Educativo e Cultural (DIDEC) | Seção de Atividades Educativas<br>Seção de Atividades Culturais<br>Seção de Integração Parque/Comunidade   |
| Divisão Administrativa (DIAFI)                          | Seção de Finanças<br>Seção de Pessoal<br>Seção de Material e Serviços Gerais<br>Seção de Segurança Interna |

**Fonte: Quadro elaborada pela autora.**

O Plano de Trabalho do Museu elaborado pela equipe que se traduziu no documento “Projeto de Revitalização do Museu da República” enfatizava o trabalho integrado entre as Divisões, tendo por objetivo a construção de uma identidade institucional e uma nova forma de pensar o museu como espaço representativo de cultura.

Podemos apontar resumidamente os objetivos traçados para cada uma das divisões da área técnica, no Quadro 9, abaixo, registro encontrado nas fontes pesquisadas:

**Quadro 9: Divisões da área técnica do Museu da República e seus objetivos.**

|       |   |
|-------|---|
| DITEC | Identificar o valor histórico-social do acervo buscando uma linguagem adequada à socialização pela comunidade, em seus diversos estratos, da memória que elas contêm, ampliando o acesso regular, o conhecimento e a compreensão do seu acervo. Laboratório de restauração. |
| DIDOP | Transformar efetivamente o MR em um núcleo, cuja função não se circunscreve apenas ao recolhimento e à guarda de documentos, como também à irradiação e convergência de conhecimento.   |
| DIDEC | A partir da compreensão da educação como um processo que leva à participação social e à transformação do indivíduo, o museu buscará na comunidade o seu principal objetivo na proposta educativa.   |

**Fonte: Quadro elaborado pela autora.**

Ainda como forma de conceituar e nortear o trabalho da equipe do Museu da República, destacamos as linhas de ação descritas em documento que trata da proposta conceitual do museu, resumidas nos seguintes enunciados:

1. Estabelecer múltiplas relações com a sociedade, visando ao exercício de uma gestão coparticipativa, em níveis crescentes, do Museu da República com a comunidade;
2. Integrar permanentemente as diversas áreas do museu, na concepção, execução, acompanhamento e avaliação de suas realizações;
3. Produzir conhecimentos e pesquisar a aplicação de novos métodos de trabalho e tecnologias avançadas, para utilização pela Casa e com vistas à socialização desses conhecimentos e dos resultados dos trabalhos realizados;
4. Promover as condições para a capacitação da equipe com o objetivo de otimizar o desempenho do Museu;
5. Captar recursos externos e gerar recursos próprios que complementem o orçamento do Museu da República, através da Associação com pessoas físicas e/ou jurídicas, bem como por meio da venda de produtos, tecnologias e da prestação de serviços;
6. Manter contatos com instituições nacionais e estrangeiras com o objetivo de estabelecer intercâmbio técnico, científico e cultural;
7. Avaliar o desempenho da instituição utilizando critérios relevantes que privilegiem os aspectos qualitativos.

A equipe possuía um desafio que se apresentava em redefinir o museu enquanto espaço expositivo, construindo uma narrativa histórica, discutindo e apresentando um conceito de república.

Tomando como inspiração a coluna “Que República é essa?”, do jornal O Malho, no início do século XX, esta era a pergunta que aparece em vários documentos de trabalho da equipe técnica, guardados no Arquivo Institucional do museu, e se apresentava como forma de instigar a discussão e a busca pela construção de sua meta institucional.

Formou-se uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas de museologia, história, literatura, arquitetura, engenharia, educação, artes, design e comunicação entre outros técnicos e estagiários, todos integrantes do quadro funcional do Museu. A meta definida pela nova direção era a de refletir sobre o papel do museu, sua missão e atuação junto à comunidade, cuja proposta se apresentava em documento com os seguintes enunciados: “O que éramos, o que somos e o que seremos.”

A diretora Lilian Barretto, em depoimento, destaca “saber ouvir uma comunidade é fazer com que ela participe.” E complementa, “O Museu da República pretende ser uma casa de cultura onde a educação formal ou informal apreenda propostas alternativas e a comunidade participe e vivencie suas experiências.”<sup>133</sup>

Lilian Barretto vinha de uma experiência profissional na área cultural da Fundação MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização para Adultos), trabalhando com Patrimônio Histórico, o que permitiu realizar diversas viagens pelo Brasil. Posteriormente, conforme relatou em entrevista concedida ao programa de História Oral do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República, passou a integrar a equipe inicial do Programa Nacional de Ação Comunitária, a levando para o interior do Mato Grosso, no município de Itaporã, lá permanecendo por 38 dias.

Só tinha para comer ovo, bolacha maisena e uma água, que a freira dizia ser limonada, o que me fez perder 12 quilos. Mas, à medida em que fui participando e convivendo com a comunidade, passei a me alimentar muitíssimo bem, pois a comunidade me chamava para comer nas suas casas.

Segundo Lilian Barretto, a experiência de trabalho se revelou em um aprendizado: “Comecei a aprender a conviver com a comunidade e saber ouvir uma comunidade. E, como o Mobreal trabalhava com analfabetos, convivi com analfabetos de culturas sensacionais. E aí marcou a minha trajetória em saber ouvir e respeitar uma comunidade.”<sup>134</sup>

Consideramos importante pontuar esse relato da diretora pois ao longo de sua gestão, a área educativa do Museu da República se mostra relevante em seu trabalho com a comunidade do Catete e arredores, se tornando uma marca de sua gestão.

Assim, a DIDEC era considerada estratégica e de ação inclusiva, de acordo com os documentos pesquisados, tinha o entendimento de que a educação é um processo de participação social visando a transformação do indivíduo e grupos dentro dos contextos culturais a que pertencem, extrapolando para outros indivíduos, outros grupos e outros contextos culturais. Nos documentos institucionais, a DIDEC se destaca como “responsável

<sup>133</sup> Programa de História Oral do Museu da República. Arquivo Institucional do MR.

<sup>134</sup> Depoimento de Lilian Barretto ao Programa de História Oral. Museu da República.

por todo processo de transformação da atual filosofia desta instituição em matéria que atinja os diversos graus do universo escolar. A proposta do Museu da República é a de funcionar como um centro de educação alternativa.”<sup>135</sup> A comunidade era convidada pela direção do Museu por meio de Carta Circular, conforme observamos na Figura 28 e envolvida com o intuito de fazer com que compreendessem o significado do patrimônio, do seu pertencimento e da importância de se apropriar dele. O contato com essa comunidade se referia a círculos concêntricos, envolvendo escolas, instituições e moradores do bairro do Catete, pesquisadores ou o público em geral, promovendo, assim, o encontro do indivíduo com a história.

A proposta da DIDEC se pautava em base teórica observação-percepção-extrapolação, desenvolvendo projetos e ações de vivências referentes às memórias da Casa.

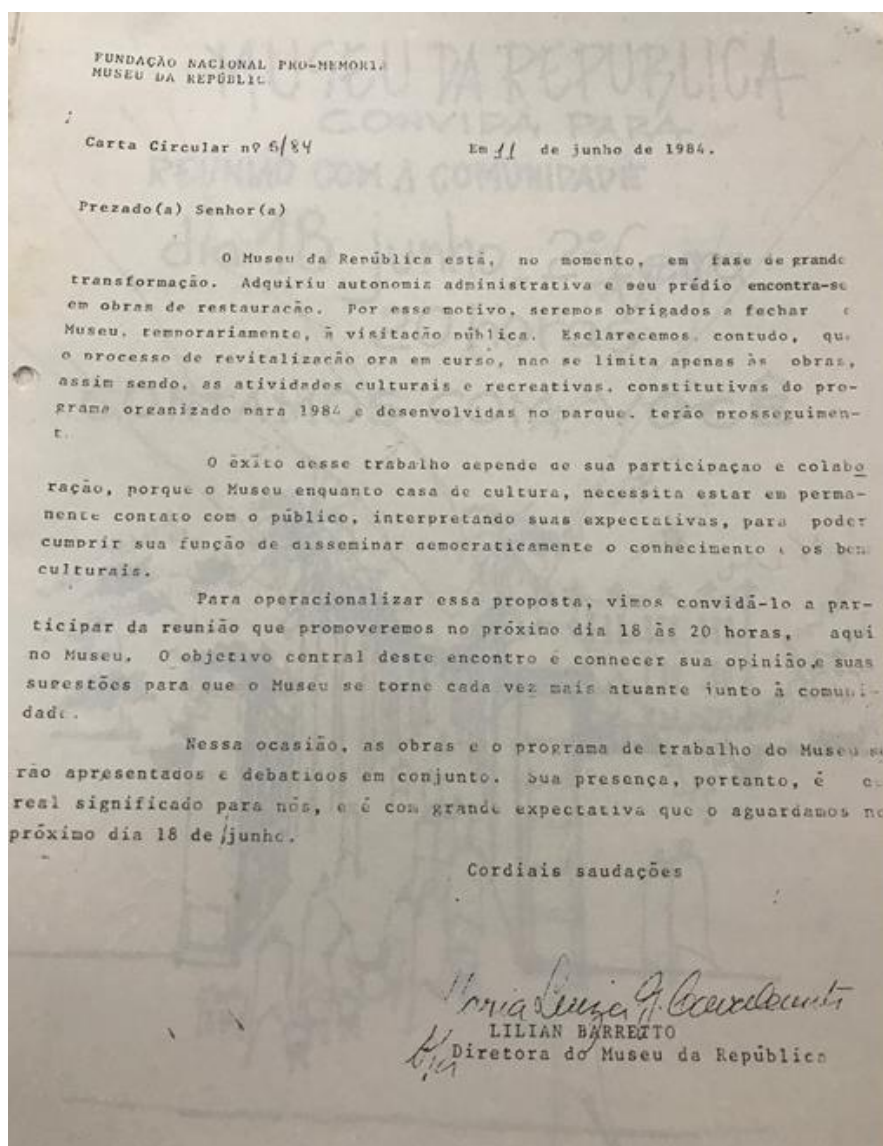


Figura 28: Carta circular do Museu da República para a comunidade.

<sup>135</sup> Documento “Palácio do Catete, a Casa da República que antes era a Casa do Barão torna-se a Casa da Memória. Elaborado por Antonio Manoel (Toninho). S.d.

**Fonte: Arquivo Histórico MR.**

O projeto institucional integrava uma série de ações que vinham ao encontro da ideia de reestruturação total do museu, em que se inseria redesenhar um organograma administrativo, redefinir conceitos e etapas de trabalho que pontuavam questões como desenvolvimento e gestão dos projetos que envolvessem a organização e conservação dos acervos, definição dos conceitos e projetos da exposição museológica, as ações educativas e de comunicação, além da criação de uma área de pesquisa.

Nosso estudo conclui que o projeto de reestruturação do Museu da República se revelou em uma nova forma de se pensar e apresentar uma narrativa para um museu de história, um museu nacional, que tinha como missão discutir o conceito de república e inserir as camadas da população até então “esquecidas” nos salões nobres do Palácio do Catete.

A experiência de trabalho no MR representou um processo alavancador de novas práticas no âmbito dos museus federais vinculados à Fundação Nacional pró-Memória. Para exemplificar, apontamos que, logo em seguida, com a nomeação da museóloga Solange Godoy, em outubro de 1984, para a direção do MHN, observamos também um movimento de repensar o circuito museológico e formas de comunicação com os seus públicos, quando foi instituído um circuito museológico com base em módulos históricos.

A reestruturação do quadro funcional, com a inserção na equipe de profissionais com formação em diversas áreas de conhecimento, permitiu uma ampla discussão na elaboração de um projeto que permitisse “implantar e implementar uma nova postura de atuação, desenvolvendo, a partir de uma concepção sócio-histórico-cultural, práticas de registro, preservação e difusão de parcela significativa da memória brasileira.”<sup>136</sup>

Apontava-se uma ideia de museu com a perspectiva de um centro cultural, vinculando este conceito a um espaço de dinâmica social, integrando a sociedade como categoria participante de todo o processo institucional.

A análise das fontes pesquisadas aponta para um momento de construção de um novo conceito de olhar os museus, de construção de uma narrativa que representasse uma nova proposta de comunicação com seus públicos.

Werneck da Silva costumava se referir a períodos em que os acontecimentos se davam com tamanha intensidade como períodos em que a história acelerava. Com base neste pensamento, nos permitimos apontar que esse “tempo histórico”, como nos aponta Koselleck,

---

<sup>136</sup> Documento “Museu da República. Palácio do Catete: a casa da República que antes era a casa do Barão torna-se a casa da memória. s.d. Acervo Institucional do MR.



não um tempo mensurável e natural, mas um tempo marcado por uma série de acontecimentos gerando, assim, um processo, uma geração que a partir da sua experiência construiu um horizonte de expectativas, caracterizando um tempo histórico. O tempo se dinamiza como uma força da própria história (KOSELLECK 2006, p. 283).

Até o início dos anos 80, o Museu da República apresentava um circuito museológico baseado em uma visão cronológica da história republicana, com uma museologia que podemos chamar de “tradicional”. As salas eram ligadas a personagens, fatos da história ou tipologias de objetos da vida republicana, no período que se estendia entre 1897-1960, época em que o Palácio do Catete era a “casa dos presidentes”, como podemos observar na Figura 29, onde aparece a legenda Sala das Pratas.



**Figura 29: Vitrine da Sala das Pratas, com objetos que decoraram os ambientes ou serviram aos presidentes.**

**Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República.**

Lilian Barretto, diretora entre os anos de 1984-1989, em entrevista ao Programa de História Oral do Arquivo Institucional do Museu, relatou que, ao chegar à direção do museu, tinha como objetivo “restaurar a República”: “As mudanças passavam pela edificação, mas também em como pensar a República. Não de forma tradicional, mas participativa, que abrangesse uma territorialidade maior que seu próprio espaço.”

A proposta dessa equipe de profissionais da década de 1980 era de que o museu se apresentasse como um polo irradiador e catalizador da memória da república, em nível local,

regional e nacional. O que se pretendia claramente no Plano de Trabalho do MR era exatamente desconstruir o discurso expositivo baseado em um pensamento cronológico. Neste documento, ao se referir como projeto institucional a construção da memória de república, se buscava um sentido mais amplo, de conjuntos e tempos históricos, ao contrário da construção da memória da república, que se referia ao sentido tradicional, linear.

Essa nova proposta de narrativa da história republicana passaria a orientar não só a comunicação com seus públicos por meio da exposição museológica, mas também em todas as linguagens que integravam o museu. O conceito de República se referia a todo e qualquer momento da História da Brasil em que a República aparecesse como ideia ou como realidade concreta, importando assim, comunicar nas exposições de longa duração, tanto as repúblicas que se concretizaram, após o ano de 1889, quanto aquelas repúblicas idealizadas, que não se efetivaram (antes e depois de 1889), ou mesmo as que tiveram efêmera duração.

O Museu da República deixaria de ser um local de recolhimento, guarda, preservação e exposição de objetos que retratassem fatos e personagens, passando a assumir o papel de um espaço de apreensão e compreensão de todo processo histórico. O fato e o personagem históricos seriam apresentados a partir do contexto em que estavam inseridos, o que resultou na criação de um projeto de exposição no qual o circuito museográfico seria definido por conjunturas históricas. Todo este trabalho foi criteriosamente documentado e apresentado em diversos encontros, seminários e congressos, e contou com a participação de historiadores, museólogos, educadores e demais técnicos da instituição na construção e no seu desenvolvimento conceitual.

O Plano de Trabalho apresentava como missão “o resgate da memória social através de círculos concêntricos.”

No primeiro círculo, o museu resgatava a sua própria história, a história da Casa.

No segundo círculo, o museu voltava-se para a comunidade a que pertence (o bairro do Catete).

No terceiro círculo, o resgate da República enquanto ideia-representação e enquanto prática político-institucional, não somente após 1889, mas em todo processo histórico-social brasileiro.

Finalizando no quarto círculo, o resgate da república contextualizada no processo histórico-social-mundial.

E em todos os círculos, o Museu deveria identificar fatos, personagens e contextos, sem a contemplação aos mitos e objetos, o intocável não existe nesta proposta. O invisível se torna visível.

E o documento complementa: “Na articulação destes círculos, reside o rigor crítico na análise de fatos, indivíduos e contextos, despojada da mitificação de personagens e da intocabilidade dos objetos.”

E essa ideia de olhar um objeto do passado, um objeto articulado com o seu tempo histórico, a forma de apreensão do tempo no centro da interpretação da história, é que podemos sublinhar o papel do historiador em estabelecer uma relação entre objeto histórico e documento histórico. O cerne da questão para o historiador, de acordo com Meneses (1998) é que os objetos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, tornando-os dotados de uma biografia, uma trajetória de significados e sentidos.

François Hartog nos chama atenção para possibilidade de um novo olhar e um novo sentido para determinado objeto, estabelecendo, assim, uma nova linguagem. Uma relação entre o visível do tempo presente e o invisível do passado. O objeto passa a carregar um significado do passado, mas também prevalecesse uma nova categoria de valor e de sentido do presente.

A proposta de “casa de memória da república” ia ao encontro dos conceitos do campo da museologia social, de olhar o museu de forma integral.

Sob a coordenação de Werneck da Silva, Chefe do Centro de Estudos da História da República, foi desenvolvido um conceito norteador para o estudo do projeto de exposição museológica, baseado em Conjunturas Históricas, definidas como “momentos delineados e delimitados do processo histórico republicano, não só a partir de sua prática concreta, em 1889, mas também enquanto idealização”, que reproduzimos em Quadro 10 abaixo:

**Quadro 10: Projeto de exposição museológica, baseado em Conjunturas Históricas.**

|               |  |
|---------------|--|
| 1º Conjuntura | As repúblicas que não foram                                  |
| 2º Conjuntura | A construção da República Oligárquica<br>1870-1902           |
| 3º Conjuntura | A República Oligárquica<br>1902-1922                         |
| 4º Conjuntura | A crise da República Oligárquica<br>1922-1937                |
| 5º Conjuntura | A República Totalitária e a<br>Redemocratização<br>1937-1951 |

|               |   |
|---------------|---|
| 6° Conjuntura | A República Populista<br>1951-1961                |
| 7° Conjuntura | A crise da República Populista<br>1961-1969       |
| 8° Conjuntura | A república Autoritária e a Abertura<br>1969-1988 |
| 9° Conjuntura | A Nova república                                  |

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora.

As Conjunturas Históricas, definidas em documento intitulado “Proposta Conceitual”<sup>137</sup>, assinalava que, sob o ponto de vista da matéria histórica, cada conjuntura será regida por uma ideia central que lhe dê unidade. “Oligarquia”, “Autoritarismo”, “Totalitarismo”, “Populismo” são estas ideias centrais, pelas quais o Museu irá organizar sua proposta de trabalho.”

O conceito de conjunturas históricas, de acordo com o depoimento de Maria Aparecida Rezende Motta, foi trazido dos fundamentos da história econômica, a partir de dois conceitos chaves: de estruturas e de conjunturas econômicas. Buscamos também o conceito de estruturas a partir das análises de Fernand Braudel, da Escola dos Annales. A equipe realizou, a partir de discussões e de um “toró de ideias”, uma adequação desse conceito para o campo da história política. As conjunturas foram definidas por constelações de eventos, não por um fato, mas por processos. Quem sistematizou foi o Werneck, a partir de discussões com a equipe, ressalta Cida Motta. Era uma geração formada por esses conceitos. Alguns historiadores influentes também estavam presentes, como o Professor do Departamento de História da PUC-RJ, Ilmar Rohloff de Mattos Ilmar, que também terá papel importante na definição do Programa de Trabalho do MHN.

É importante destacar que a presença do historiador nos museus, até então, não era comum. Os historiadores estavam nos arquivos, nos centros de pesquisas e documentação buscando suas fontes de pesquisas, mas não viam os museus como espaços de construção de conhecimento, como podemos avaliar na Tabela 8. Cabe uma observação na tabela de que o campo total é o somatório dos tipos de atividades administrativa e técnico-científica.

<sup>137</sup> Este documento foi elaborado por uma equipe que envolvia os historiadores Maria Aparecida Rezende Motta, Renato Lemos, Inez Turazzi, José Luiz Werneck da Silva, a museóloga Solange Godoy, as especialistas em literatura Izabel Margato, Marília Rothier Cardoso, a educadora Maria Estela Fonseca, o ilustrador histórico Ivan Wash Rodrigues. Sua leitura deixa claro o trabalho realizado pelas diversas áreas do museu e representa, para nossa pesquisa, um importante documento de resgate das memórias de um período da história institucional do Museu da República. Memórias de construção identitária do patrimônio cultural brasileiro. Proposta Conceitual para o Museu da República. Museu da República. 1985, p.26.

**Tabela 8: Pessoal ocupado nos museus, por tipo de atividade, segundo as Unidades da Federação (1984)**

|                       |        | TIPO DE ATIVIDADE |            |        |
|-----------------------|--------|-------------------|------------|--------|
| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | TOTAL  | ADMINISTRATIVA    |            |        |
|                       |        | DIRETOR           | ASSISTENTE | OUTROS |
| BRASIL                | 10.903 | 835               | 764        | 6.483  |
| RONDONIA              | 29     | 3                 | 10         | 15     |
| AMAZONAS              | 23     | 2                 | 3          | 13     |
| PARÁ                  | 270    | 4                 | 71         | 65     |
| AMAPÁ                 | 44     | 1                 | 2          | 11     |
| MARANHÃO              | 83     | 3                 | 3          | 47     |
| PIAUI                 | 168    | 11                | 19         | 124    |
| CEARÁ                 | 187    | 26                | 34         | 107    |
| RIO GRANDE DO NORTE   | 148    | 17                | 18         | 63     |
| PARAÍBA               | 81     | 9                 | 13         | 38     |
| PERNAMBUCO            | 227    | 32                | 22         | 123    |
| ALAGOAS               | 99     | 10                | 13         | 56     |
| SERGIPE               | 69     | 11                | 7          | 47     |
| BAHIA                 | 552    | 54                | 28         | 273    |
| MINAS GERAIS          | 929    | 62                | 40         | 681    |
| ESPÍRITO SANTO        | 53     | 6                 | 1          | 30     |
| RIO DE JANEIRO        | 1.737  | 104               | 86         | 877    |
| SÃO PAULO             | 4.298  | 268               | 193        | 3.033  |
| PARANÁ                | 395    | 58                | 53         | 156    |
| SANTA CATARINA        | 209    | 27                | 22         | 114    |
| RIO GRANDE DO SUL     | 844    | 85                | 79         | 344    |
| MATO GROSSO DO SUL    | 5      | 2                 | 1          | 2      |
| MATO GROSSO DO SUL    | 103    | 11                | 23         | 55     |
| GOIÁS                 | 90     | 9                 | 7          | 43     |
| DISTRITO FEDERAL      | 280    | 20                | 16         | 166    |

| UNIDADES DA<br>FEDERAÇÃO | TIPO DE ATIVIDADE         |             |                    |               |           |        |
|--------------------------|---------------------------|-------------|--------------------|---------------|-----------|--------|
|                          | TÉCNICO-CIENTÍFICA        |             |                    |               |           |        |
|                          | AUXILIAR<br>ESPECIALIZADO | RESTAURADOR | DOCUMENTA<br>LISTA | BIBLIOTECÁRIO | MUSEÓLOGO | OUTROS |
| BRASIL                   | 499                       | 121         | 81                 | 138           | 244       | 1.038  |
| RONDONIA                 |                           |             |                    |               |           | 1      |
| AMAZONAS                 |                           | 2           |                    |               | 2         | 1      |
| PARÁ                     | 24                        |             |                    | 4             |           | 50     |
| AMAPÁ                    | 5                         |             |                    | 1             |           | 14     |
| MARANHÃO                 |                           |             |                    | 2             | 3         | 2      |
| PIAUI                    | 1                         | 1           |                    | 3             | 3         | 4      |
| CEARÁ                    | 6                         |             |                    | 1             | 3         | 2      |
| RIO GRANDE DO NORTE      |                           | 4           |                    | 2             | 2         | 18     |
| PARAÍBA                  | 1                         |             |                    | 7             |           | 13     |
| PERNAMBUCO               | 5                         | 3           | 1                  |               | 9         | 19     |
| ALAGOAS                  | 11                        | 1           | 1                  |               | 2         | 1      |
| SERGIPE                  |                           | 1           |                    | 1             |           | 2      |
| BAHIA                    | 17                        | 15          | 2                  | 13            | 31        | 40     |
| MINAS GERAIS             | 5                         | 4           | 3                  | 2             | 10        | 69     |
| ESPÍRITO SANTO           | 2                         | 1           |                    | 1             | 1         | 3      |
| RIO DE JANEIRO           | 94                        | 41          | 14                 | 34            | 119       | 227    |
| SÃO PAULO                | 162                       | 23          | 28                 | 45            | 25        | 350    |
| PARANÁ                   | 13                        | 4           | 2                  | 4             | 3         | 53     |
| SANTA CATARINA           | 8                         | 4           | 2                  | 2             | 2         | 15     |
| RIO GRANDE DO SUL        | 92                        | 10          | 7                  | 10            | 25        | 125    |
| MATO GROSSO DO SUL       |                           |             |                    |               |           |        |
| MATO GROSSO DO SUL       |                           |             |                    |               | 1         | 7      |
| GOIÁS                    | 9                         | 3           |                    | 1             | 1         | 8      |
| DISTRITO FEDERAL         | 44                        | 4           | 1                  | 5             | 2         | 14     |

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Divisão de Análise e Disseminação. Estatística Século XX. Disponível em <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/cultura/643-museu.html>>

Construir um Plano de Trabalho a partir de abordagens de diferentes campos do conhecimento representava para aquela geração, como se refere Cida Motta, “a gente queria tudo ao mesmo tempo. A gente queria museologia, história, literatura, artes plásticas e o Museu da República era o lugar para essa experiência pela oportunidade e condições que estavam sendo dadas.”<sup>138</sup>

A diretora Lilian Barretto apoiou o Plano de Trabalho construído pela equipe, sem qualquer intervenção ou questionamento quanto aos conceitos apresentados para os projetos de exposição e demais ações.

O tempo de nosso estudo é marcado pela retomada da democracia no país, o desejo de inserção da sociedade nas questões políticas, de ocupação dos espaços e da participação dos

<sup>138</sup> Entrevista concedida a autora.

públicos. Dessa forma, quando da pesquisa nas fontes documentais sobre a proposta do museu, observamos a importância de envolver a comunidade local nas diversas etapas de implementação do Plano de Trabalho. No que se refere às exposições, sublinhamos a preocupação de se utilizar uma linguagem acessível aos públicos, ou seja, “seus graus de expectativa quanto ao processo republicano brasileiro.”

Nas entrevistas realizadas com os profissionais, todos afirmaram a importância de se criar protagonismo para as camadas populares nos espaços de cultura e nas instituições de guarda da memória nacional. A inserção do público na construção do Plano de Trabalho foi uma das iniciativas que a direção mais abraçou, e que se materializou nas diversas reuniões com a comunidade no planejamento de projetos e programas a serem realizados no museu e nos jardins do parque. Sinal dos tempos, ventos de tempos de conquistas, de retorno a participação e inserção das camadas populares nas instituições de arte e cultura.

Como resultado desta política de ocupação dos múltiplos espaços do museu e a inserção da comunidade no processo de decisão das ações propostas, podemos destacar a colocação do jardim à disposição dos moradores do bairro do Catete e entorno para realização de festas de aniversários, exposições, Colônia de Férias, encontro com as mães entre outras ações.

De acordo com o Relatório do MR, referente ao ano de 1986, foram realizadas quarenta e sete reuniões com a Associação de Moradores e Grupos comunitários da 4ª região Administrativa para apresentar a programação do museu e estabelecer trabalhos conjuntos. Além de vinte reuniões com as crianças da comunidade, chamadas de Vigilantes do Verde, para discutir questões sobre meio ambiente e patrimônio histórico.<sup>139</sup>

Pensar o museu sem fronteiras e sem muros, exigia olhar os diversos públicos e possibilidades de atuação na comunidade.

A proposta para o circuito museológico previa a reformulação da concepção de visitação, sempre que necessária, destacando a importância de uma crítica constante quanto ao acervo e temas a serem abordados, no sentido de se criar uma “arqueologia da memória social”.

Todo esforço de análise realizada neste estudo corrobora com a minha hipótese de pesquisa apresentada no início da nossa escrita, de que o Museu da República, no período que se estende de 1983 a 1989 se consolidou, a partir da construção de um Plano de Trabalho, como um museu de “história de república”, tendo sido responsável por uma ruptura no

---

<sup>139</sup> Relatório do Museu da República. 1986. Arquivo Institucional do Museu da República.

processo de se pensar essas instituições de construção e guarda da memória. A equipe que ali se instalou, a partir de 1983, foi protagonista de mudanças quanto a construção de narrativas para as exposições de longa duração e temporárias, bem como de unir diferentes olhares e saberes na elaboração de um Plano de Trabalho integral, que permeava os diversos setores do museu. Ainda como movimento de ruptura, apontamos a criação do Centro de Estudos da História da República, enquanto espaço de pesquisa e produção de conhecimento, extrapolando a ideia de pesquisa apenas para servir aos projetos da Casa. O papel desempenhado por esta equipe foi inspirador para tantos outros museus.

A visão utilizada nos documentos oficiais, partia de uma ideia de museu pautado em uma visão antropológica, onde “o homem para transcender sua própria extinção tem a necessidade de saber sempre. É saber para permanecer. Mas ao homem não cabe apenas saber. É preciso ir mais longe. É preciso fazer, agir sobre a realidade que nele interfere.”<sup>140</sup>

Muitos foram os avanços na definição desses locais de memória e, como prova do entendimento de que o museu deve ser um espaço de reflexão e de construção coletiva, tendo a educação como um de seus pilares, apontamos trecho de documento produzido pela equipe, “o museu, com a missão de devolver ao homem a sua criação, vê, em cada um dos seus profissionais, um educador, o museólogo, o pesquisador, o administrador, o programador visual, o especialista em segurança etc., são todos necessariamente educadores, na medida em que lidam com criações do ser humano.”<sup>141</sup>

Assim, o Museu da República assume sua atuação enquanto um espaço inovador, “não-tradicional, expressando uma nova museologia preocupada em ampliar o papel do Museu na sociedade, polo irradiador e catalizador das memórias da República e de República, em diversos níveis de atuação.”<sup>142</sup>

O papel de produzir conhecimento assumida pelo MR, o aproximou de tantas outras instituições de pesquisa, onde destacamos a criação de um grupo de trabalho sobre o Rio de Janeiro, organizado pelo Setor de História do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC/FGV), integrando representantes das seguintes instituições: CPDOC, Fundação Casa de Ruy Barbosa, Departamento de História da UFF, UFRJ, PUC, Planejamento Urbano da UFRJ, Solar Grandjean de Montiny, Museu Histórico da Cidade, Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, tendo como resultado a Revista do

---

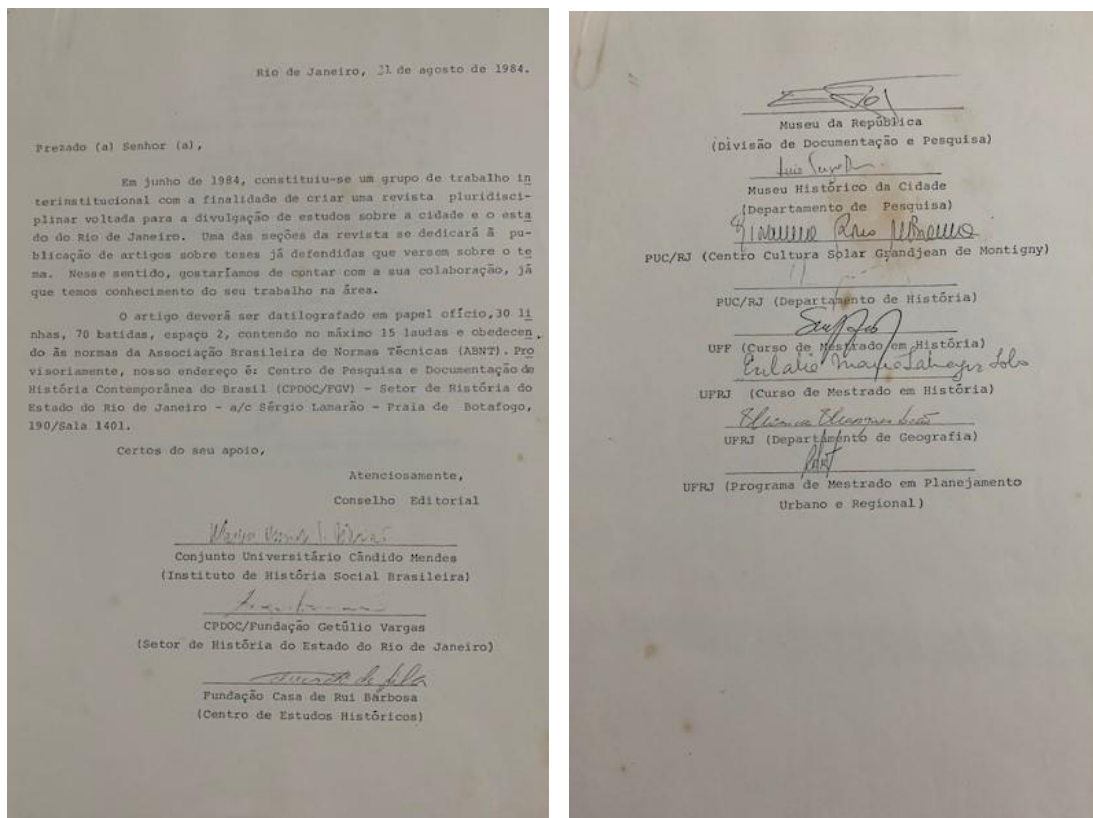
<sup>140</sup> Proposta Conceitual para o Museu da República. Museu da República. 1985, p.6.

<sup>141</sup> O Arquivo Institucional do MR contém diversos documentos que registram reuniões, cursos sobre a história da república e o conceito de exposição museológica envolvendo as equipes.

<sup>142</sup> O documento se refere ao museu não tradicional como aquele que valoriza o homem-sujeito.



Rio de Janeiro, que tinha como objetivo criar um grupo pluridisciplinar voltada para a divulgação de estudos sobre a cidade e o estado do Rio de Janeiro, conforme Figura 30 abaixo.<sup>143</sup>



**Figura 30: Carta Revista Rio de Janeiro.**  
**Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.**

Encontramos documentos que comprovavam parcerias com outras instituições de pesquisa e cultura, a partir das linhas de pesquisas do CEHR, como também do acervo do Arquivo Histórico do MR. Destacamos acordo assinado com a Rede de Televisão Manchete para a produção de um documentário sobre a Segunda Guerra Mundial a partir de acervo audiovisual do arquivo do ex-presidente Getúlio Vargas e de Acordo de Cooperação Técnica com o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda tendo como finalidade a preservação social dos metalúrgicos, conforme comprova a documentação reproduzida na Figura 31.

<sup>143</sup> A Revista do Rio de Janeiro representou uma referência para a divulgação dos estudos e pesquisas sobre o Rio de Janeiro. Foram editados três números da Revista, sob o patrocínio da IBM. Fonte: Relatório CEHR. 1984. Arquivo Institucional do MR.

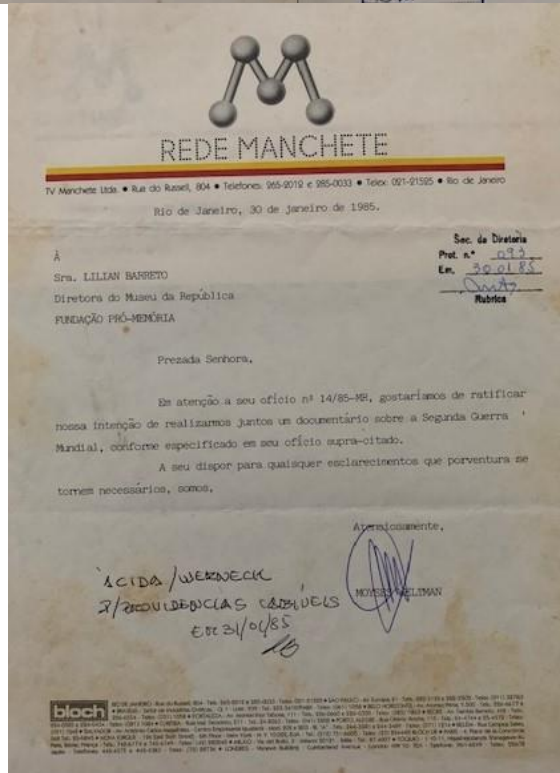
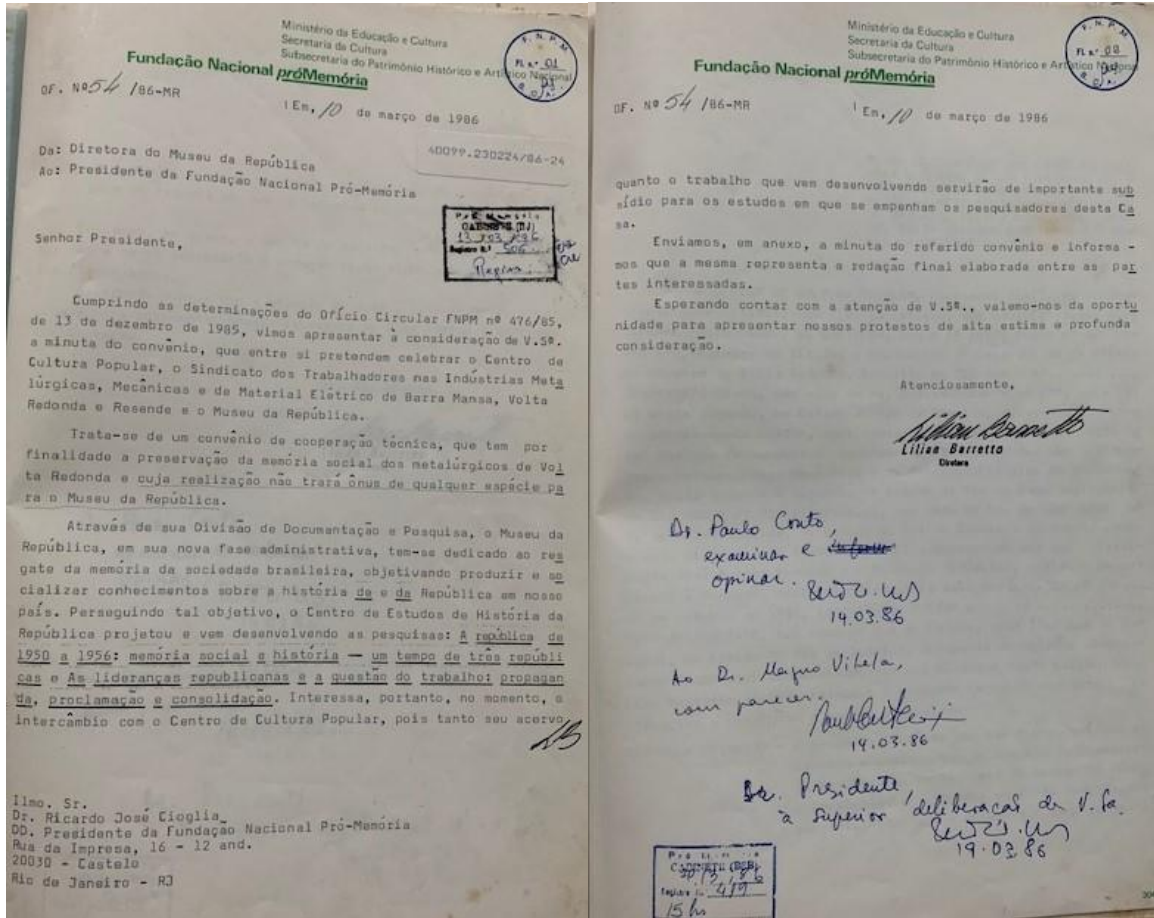


Figura 31: Parcerias estabelecidas pelo CEHR  
Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República

Toda essa construção de um novo olhar para os museus se alinhada aos conceitos que estavam sendo discutidos e incorporados aos estudos no campo de uma museologia social, comprometida com uma nova ética e uma nova política museológica, tendo por base a produção de novos saberes e fazeres museais, incluindo aí uma nova abordagem historiográfica, uma nova construção teórica e uma nova forma de inserção dos atores sociais nos museus. O museólogo Mario Chagas é autor de diversas obras sobre o tema e um dos pesquisadores que difundiu este novo conceito e olhar para os museus no Brasil.

#### **4.4 O desafio de transformar o conceito em prática: a nova exposição para o Museu da República**

Conceber a exposição de longa duração representava o resultado do processo de discussão de uma nova conceituação para o museu, tomando seu acervo como uma rede de sentidos e valores da sociedade, onde os objetos produzidos pelo homem deixam de representar apenas a sua materialidade e passam a adquirir significados, valores, sentidos.

Meneses (1994) sublinha que a exposição pressupõe a articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais. Ao desenvolver o discurso a ser apresentado no circuito expositivo do museu, garante ao visitante possibilidades de interpretações. E coloca a questão: O que é exposição: uma exibição que oferece ao olhar objetos, ou ideias?

O documento de reformulação da proposta conceitual para o Museu da República apontava a necessidade de se rever as técnicas de seleção e ordenação do acervo, já demonstrando conceitos alinhados com uma nova linguagem museológica, entendendo por acervo não apenas o conjunto de bens institucionais ou o patrimônio do museu, “mas todo e qualquer testemunho, tangível ou intangível, que reflita os acontecimentos, os cenários, os atores, as relações de força, as articulações entre estrutura e conjuntura na república brasileira.”<sup>144</sup>

A equipe apresentava como ideia central o fato de que o museu deveria trabalhar o seu acervo como “ideia-representação” e não com o sentido de “relicário da história”, instigando o seu público à reflexão e à descoberta de novas relações entre os objetos enquanto testemunhos de processos históricos.

---

<sup>144</sup> Proposta Conceitual do MR.

Não se buscava o entendimento de reprodução de fatos e acontecimentos, nem mesmo de reconstituir ambientes históricos, mas sua inserção num contexto amplo através da explicitação das diversas linhas de relação que convergem, divergem, tangenciam, envolvem ou passam por este mesmo testemunho.

Todas essas ações perseguiram os preceitos de uma museologia contemporânea, como referenciado no documento. Uma nova forma de fazer e pensar um museu, ou de fazer uso dessas instituições

A preocupação em interagir com o público também fica claro ao mencionar os recursos museográficos a serem usados e pensados, levando-se em conta as categorias da conservação e segurança, mas também de interferência e participação do público. O Plano de Trabalho detalha essa preocupação, criando um “caminho básico”, levando em conta o sentido e os caminhos de circulação, acessibilidade e conforto para o visitante, permitindo ao público eleger a melhor rota de visita, de acordo com a disponibilidade de tempo e com a sua área de interesse.

Para se ter a noção da sofisticação do detalhamento no projeto desenvolvido pela equipe, a programação visual aponta a importância das variações cromáticas e de tipologia alfanuméricas, inseridos dentro de uma unidade maior, para que o visitante percebesse as mudanças de assuntos e as variações de pavimento e alterações conjunturais.

Quatro seriam as etapas interrelacionadas para o cumprimento de desenvolvimento da metodologia referente a proposta museológica:

1. Estudos preparatórios, onde se destacam as ações de:
  - 1.1 Levantamento e pesquisa bibliográfica nas áreas de história, museologia e educação, com o objetivo de fornecer conteúdo para o detalhamento da proposta conceitual;
  - 1.2 Produção de textos conceituais e técnicos que pudessem subsidiar a elaboração de um roteiro básico;
  - 1.3 Repasse do conhecimento produzido no museu por meio de ciclos internos de conferências visando a capacitação do corpo de funcionários.
2. Levantamento e seleção do acervo.
3. Segurança e conservação do acervo.
4. Elaboração do projeto museográfico.

A proposta de circuito expositivo ocupava todos os andares do Palácio do Catete e se constituía em salas/espacos/conteúdos conforme descrito abaixo, e projetado, como demonstram os desenhos na Figura 32, extraídos de documento elaborado pela equipe:

1. Sala de Introdução – pontua a proposta conceitual do museu
2. Memória da Casa – em duas salas, com o propósito de resgatar a história do Palácio do Catete em seus distintos ciclos de ocupação, com três tempos, camadas de memória. A proposta tem como concepção a apresentação destes tempos, não

como marcos estáticos de época, mas como agente do tempo, capaz de retratar ou testemunhar hábitos, costumes, principalmente aqueles que se relacionam com o período republicano. Os documentos e objetos são pensados como expressão de uma época, extrapolam a sua materialidade.

3. Memória do Restauro – registrando as intervenções realizadas no edifício, identificando os materiais e técnicas utilizadas.

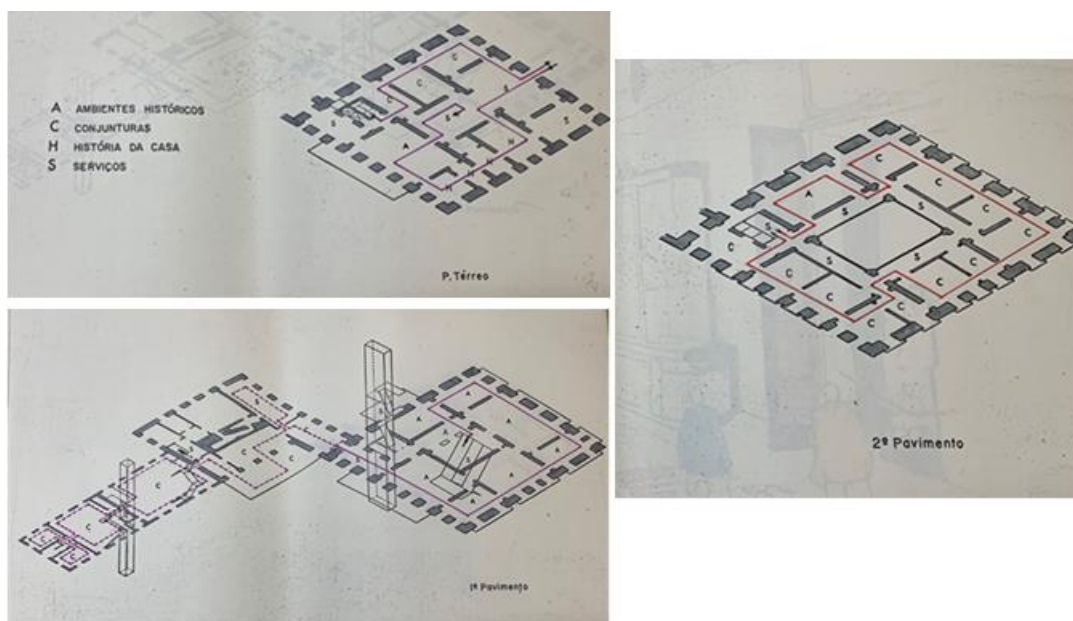
4. Salão Ministerial – cenário de poder

5. Repúblicas Idealizadas – tendo por objetivo retratar os movimentos político-sociais de caráter republicano, anterior ou posterior, relacionado ou não, com a República que se concretizou.

6. E como último espaço do circuito expositivo deste andar, a Sala da Primeira Bandeira da República, privilegiando o seu valor histórico e simbólico de testemunho. Nesta sala ainda teria o quadro A Pátria, do artista Pedro Bruno, criando um espaço simbólico, capaz de despertar a emoção do visitante e abrir caminhos para leituras e releituras do universo simbólico do povo brasileiro.

7. As salas do segundo andar ficariam preservadas em seus ambientes, remetendo à riqueza e aristocracia do Palácio enquanto residência;

8. No terceiro andar, o público acompanharia a trajetória republicana brasileira, por meio de sete conjunturas históricas: A construção da República Oligárquica, a República Oligárquica, A crise da República Oligárquica, A República Totalitária e a Redemocratização, A República Populista, A crise da República Populista, A República Autoritária e a Abertura.<sup>145</sup>



**Figura 32: Projeto esquemático para as salas do Museu da República.**

**Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República**

Diante de um conceito inovador de narrativa para uma exposição museológica, o desafio maior seria de materializar todo esse conteúdo conceitual ao espaço expositivo e levar o visitante a uma interação e reflexão quanto ao papel do museu e sua compreensão sobre a República.

<sup>145</sup> Dados extraídos do documento Proposta Conceitual para o Museu da República. Museu da República, 1985.

O acervo do museu da república formado por objetos oriundos do MHN e doações, conforme já mencionado, não se traduzia em todas as conjunturas históricas definidas pela equipe.

Podemos observar o Quadro 11, abaixo, no documento produzido pela equipe, as lacunas do acervo em cada uma das conjunturas existentes, refletindo um esforço em dar forma ao conceito elaborado para o museu. Cabe destacar a preocupação da equipe em pensar em uma política de aquisição de acervos com base em estudos do conceito que nortearia todo o processo estabelecido no Plano de Trabalho do MR.

**Quadro 11: Lacunas existentes nas conjunturas propostas pela equipe do MR.**

|                              |   |   |
|------------------------------|---|---|
| 1 <sup>a</sup><br>Conjuntura | A construção da República Oligárquica<br>1870-1902        | Trabalho escravo<br>Emancipacionismo<br>Estrutura agrária<br>Cotidiano da população.  |
| 2 <sup>a</sup><br>Conjuntura | A República Oligárquica<br>1902-1922                      | Atividades artístico-culturais<br>Negros “livres”<br>Bonde (transporte urbano)<br>Eletricidade<br>Estrutura agrária<br>Questão indígena<br>Imigrantes<br>Movimento operário<br>I guerra mundial<br>Cotidiano da população |
| 3 <sup>a</sup> Conjuntura    | A crise da República Oligárquica<br>1922-1937             | Revolução de 30<br>Tenentismo<br>Uniforme de tropa<br>Material de gaúcho<br>Cotidiano da população  |
| 4 <sup>a</sup> Conjuntura    | A República Totalitária e a Redemocratização<br>1937-1951 | As comunicações no Brasil<br>Fotografia<br>Humor<br>II Guerra Mundial   |

|               |  |  |
|---------------|--|--|
|               |  | Aliança Nacional Libertadora<br>Integralismo<br>Partidos Políticos   |
| 5ª Conjuntura | A República Populista<br>1951-1961                   | Transferência da Capital<br>Candangos<br>Partidos Políticos<br>Indústria automobilística<br>Desenvolvimentismo<br>Atividades artístico-culturais |
| 6ª Conjuntura | A crise da República<br>Populista<br>1961-1969       | Censura<br>Movimento estudantil<br>Movimento operário<br>Tortura<br>Exílio<br>Militarismo<br>Cotidiano da população                              |
| 7ª Conjuntura | A república Totalitária<br>e a Abertura<br>1969-1988 | Censura<br>Anistia Campanha Eleitoral<br>Diretas Já<br>Plano Cruzado<br>Novos partidos   |

**Fonte: Quadro elaborado pela autora.**

A equipe realizou uma intensa pesquisa em diversas instituições de documentação e acervos, buscando inventariar acervos que pudessem suprir as lacunas existentes no acervo do MR.<sup>146</sup>

Diante das lacunas apontadas no acervo, a equipe técnica preparou uma relação conforme Quadro 12 abaixo, onde constam aqueles objetos que deveriam estar como norteadores e prioritários para aquisição/empréstimo/doação, representativos da trajetória republicana do Brasil, evitando aquisições arbitrárias e aleatórias, com a observação de que não era definitiva:

<sup>146</sup> Foram feitas pesquisas de acervos no IHGB, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, CPDOC/FGV, Museu da Imagem e do Som, Igreja Positivista do Brasil (esta doou de grande número de suas publicações para a Biblioteca do Museu), o que contribuiu para a interarticulação institucional.

**Quadro 12: Levantamento dos objetos para aquisição, empréstimo e/ou doação.**

| Conjunturas   | Objetos   |
|---------------|---|
| 1ª Conjuntura | Bandeira do Império<br>Instrumentos de trabalho escravo<br>Artefatos domésticos<br>Artefatos agrários<br>Revistas, periódicos, jornais,<br>documentos emancipacionistas<br>Saca de café/máquina de moer café<br>Maquete do Palácio do Catete<br>Bandeira da Inconfidência Mineira               |
| 2ª Conjuntura | Artefatos agrários<br>Transporte urbano (bonde,<br>balaústre, bandeira, relógio, estribo)<br>Arte indígena<br>Luminária de rua<br>Postes de luz elétrica<br>Imigrantes (mala, indumentária,<br>fotografia, etc.)<br>Máquinas de fábrica<br>Máquina de costura<br>Rótulos<br>Gramofone<br>discos |
| 3ª Conjuntura | Artefatos agrários<br>Semana de arte moderna<br>Indumentária de tenente<br>Indumentária de gaúcho<br>Armas/telefone de parede/caixa<br>registradora<br>Revista, jornal e outros periódicos<br>Material relacionado com a Coluna<br>Prestes  |
| 4ª Conjuntura | Televisão<br>Rádio<br>Jornal<br>Material de campanha dos partidos<br>políticos<br>Charges<br>Material relacionado com o<br>integralismo<br>Cartazes<br>Rótulos de cigarro, doce, cachaça<br>etc.<br>Microfone<br>Relógio<br>Brinquedos de plástico  |



|               |   |
|---------------|---|
| 5ª Conjuntura | Logotipo de multinacional<br>Para-choque de fusca<br>Cartazes e rótulos<br>Campanha de partidos políticos<br>Eletrodomésticos<br>Fotos de Brasília<br>Cartazes de teatro/cinema<br>Discos/vitrola<br>Rádio, antena de TV<br>Maquete de Brasília |
| 6ª Conjuntura | Revistas, jornais e outros periódicos<br>Telefone<br>Instrumento musical(violão)<br>Fotos de Movimento estudantil<br>Literatura alternativa<br>Poesia   |
| 7ª Conjuntura | Artefatos agrários<br>Material Diretas Já<br>Novos partidos<br>Cabine TER<br>Urna do TER<br>Objeto de uso cotidiano<br>Camisetas<br>Bolsas e sacolas<br>Plástico de carro<br>Cartazes e rótulos<br>Botons/taça Jules Rimet                      |

**Fonte: Quadro elaborado pela autora.**

Paralelo a esse esforço de pesquisa de acervo nas instituições, as diretoras do Museu da República e Museu Histórico Nacional, Lilian Barreto e Solange Sampaio Godoy, respectivamente, assinam a Portaria de nº 5, em 17 de janeiro de 1985, criando uma Comissão Mista com servidores de ambos os museus para dar continuidade aos trabalhos de revisão de critérios de transferência de acervo e documentação quando da criação do Museu da República. Ao se tornar unidade autônoma, o MR criou uma Comissão com esta finalidade, que não concluiu o trabalho.

Faziam parte da referida Comissão, os seguintes funcionários, listados abaixo:

Presidente:

Celina Santos Barboza, museóloga (MHN)

Representantes do Museu da República:

Maria Aparecida Resende Mota, historiadora

Maria Inez Turazzi, historiadora

Fausto Henrique dos Santos, museólogo

Lia Silvia Peres Fernandes, museóloga

Manoel Fortunato Ribeiro de Azevedo, advogado

Representantes do Museu Histórico Nacional:

Helena Dodd Ferez, historiadora

Regina Helena dos Santos Timbo, historiadora e museóloga

Rejane Maria Lobo Vieira, museóloga

Em relatórios elaborado pela museóloga Celina Santos Barboza, Coordenadora do Tratamento Técnico de Acervo do Museu Histórico Nacional e presidente da Comissão, datados de 01/02/85 e 04/03/85, fica claro que as tratativas referentes a transferência de acervo entre os museus não haviam sido definidas até então e que precisaria de um esforço para a finalização dos trabalhos. E ressalta que após análise do processo original de transferência de acervo ocorrida por ocasião da criação do Museu da República, havia chegado a duas conclusões: “não houve um critério conceitual para a seleção do acervo e não houve um levantamento real do que ainda se encontrava nas reservas técnicas, em exposição e/ou restauro no MHN, do acervo do período republicano.

Por outro lado, reforçava a ideia de que era necessário aguardar que os técnicos do MHN, em decorrência da nova direção e de seus novos critérios, redefinissem a nova proposta conceitual da instituição e, conseqüentemente, o novo critério museológico de exposição a ser adotado para que pudessem discutir com base nas propostas conceituais dos dois museus, e , assim, definir o que deveria permanecer ou ser transferido para o Museu da República. A museóloga, ainda, ressalta que não se poderia deixar de registrar que o MHN era um museu de história nacional e, por isso, necessitaria de objetos do período republicano.

Os relatórios revelam uma discussão sobre temas e conceitos referentes à formação de coleções e acervo, definidas pelos dois museus.

Apresentamos aqui alguns trechos do documento: “O MHN é o depositário da História do Brasil, e deve documentá-la em todos os níveis, desde a pré-história até a data contemporânea. O Museu da República é um museu especializado e por isso deve ser minucioso e expor a fase republicana brasileira com minúcias.”

Além de pretender apontar o perfil institucional de cada um dos museus, a museóloga discorre sobre o conceito de museu aplicado a uma política de gestão de acervos.

Um museu não é um instante, não é o resultado da criação de um momento. Por isso, creio que a proposta de considerar acervo do MR os objetos que lá estavam no momento de sua criação parece-me discutível. Esse é um modo de ver meta-museológico e o museu não é, em si, uma peça museológica. O museu não é uma instituição estanque, seus conceitos e objetivos podem mudar, como de verdade está acontecendo com o MHN e o MR nesse instante.<sup>147</sup>

A década de 1980 representou um período de incremento nos estudos sobre os museus, seus acervos e seu papel social. Dessa forma, é nítido o conteúdo quanto a necessidade da equipe em discorrer sobre conceitos, sobre fronteiras entre as diversas áreas de conhecimento que implicam na construção conceitual do que é um museu.

Ao tratar de acervos de dois museus de história, um decorrente de outro, encontramos uma discussão sobre a “retomada da partilha” a partir de algumas contextualizações e conceitos.

A primeira delas é a importância do edifício como monumento e como acervo integrante do circuito expositivo. O Palácio e suas camadas de memórias fazem parte da proposta de conceituação e da narrativa proposta para a exposição de longa duração.

Dessa forma, um dos motivos de revisão do processo de transferência de acervo do MHN para o Museu da República na década de 60 era o pleito quanto a devolução dos objetos decorativos que pertenciam originalmente ao Palácio, bem como os demais que foram ao longo dos anos sendo incorporados à história do edifício.

Ainda como referência o relatório apresentado pelo MHN, a museóloga Celina Santos Barboza afirma que era “necessário analisar a essência do objeto e do documento e procurar encaixá-lo, na medida do possível, nas propostas conceituais dos dois museus.” E continua discorrendo sobre o conceito de coleção que, poderá partir do personagem ou entidade histórica aquele que, por exemplo: criou o objeto ou escreveu os documentos; usou os objetos ou recebeu os documentos; coletou os objetos ou coletou os documentos; doou os objetos ou doou os documentos. O que significa que a procedência do objeto pelo último possuidor nem sempre é o mais significativo historicamente. E conclui dizendo que os objetos/documentos não são senão a interpretação histórica que lhes dermos à luz do interesse que nos move, o que determina a multiplicidade significativa desses mesmos objetos/documentos dentro, evidentemente, da verdade histórica.

---

<sup>147</sup> Comunicado Interno MHN 65/85.02/03/85. Acervo institucional do MHN.

Ao tratar do acervo pertencente ao Arquivo Histórico, aponta a dificuldade em desmembrar as coleções, sob o desrespeito ao princípio da proveniência, que trata a Arquivologia.

Por sua vez, o Museu da República apresenta como princípio para a transferência de acervo, o critério cronológico-conceitual, isto é, aponta por meio de documento, “peças e documentos, posteriores a 1889, inclusive, caracterizam-se como acervo republicano; peças e documentos anteriores a 1889 seriam permutados ou emprestados pelo MHN, de acordo com a proposta pelo Museu da República. A mesma ação de permuta ou empréstimo seria encetada pelo Museu da República, caso peças e documentos do seu acervo fossem necessários à nova proposta conceitual do MHN.”

Os trabalhos da Comissão foram finalizados em 25 de abril de 1985, por meio do Comunicado Interno 100/85, onde ficam definidos os critérios para a transferência dos acervos, que destacamos abaixo alguns dos itens apontados:

1. A transferência dos objetos e documentos que já constavam na relação contida no documento da Comissão criada pela portaria n° 2, de 15/3/60, relativo ao processo 13/60 e que efetivamente tenham sido transferidos e retornados ao MHN em data posterior;
2. A transferência das peças e objetos constantes no processo 12/60 que ainda se encontrem no MHN. Aqui são os objetos que estavam no Palácio do Catete por ocasião da saída da Presidência da República;
3. Que em respeito ao princípio da proveniência, base teórica da Arquivologia, se transfira a documentação pertinente aos arquivos existentes no Arquivo Histórico do MR;
4. Que a assessoria Jurídica da Fundação Nacional pró-Memória seja consultada para quando houver necessidade quanto a dispositivos legais.

Assinam o documento a presidente da Comissão, Celina Santos Barboza, seguido das assinaturas de Maria Aparecida Rezende Mota, Maria Inez Turazzi, Fausto Henrique dos Santos e Lia Silvia Perres Fernandes, pelo Museu da República e Helena Dodd Ferrez, Regina Helena Timbó, Rejane Maria iro de Azevedo, pelo Museu Histórico Nacional.

Materializar a exposição de longa duração não era visto como uma etapa de fácil realização. Embora a equipe tivesse feito uma extensa pesquisa em outras instituições de acervos, não havia recursos para se efetivar todos os procedimentos necessários para cessão ou mesmo reprodução do objeto/documento. As vitrines e suportes desenhados para o circuito expositivo não haviam sido produzidos.

Foi realizada pela equipe alguns estudos e ensaios de organização dos espaços expositivos com os acervos pertencentes ao Museu e podemos citar o exemplo da 2ª Conjuntura – A construção da república Oligárquica (1870-1902), dividida nas salas denominadas como:

1ª Sala: Reforma ou Revolução

2ª Sala: Um bando de ideias novas

3ª Sala: A República dos Mandões e Coronéis

Os relatórios que seguem os anos de 1984 até proximamente do ano das comemorações do Centenário da República, dão conta de problemas que inviabilizaram a proposta original desenvolvida pela equipe. As obras ainda sem previsão de conclusão inviabilizavam a participação do Museu nas comemorações do Centenário da República.

Ao final de 1984, o chefe do CEHR apresenta um relatório com o relato dos problemas enfrentados, mas com a certeza de resultados alcançados, enfatizando o papel do historiador no museu:

“[...] Chegamos ao fim do ano, contudo, com a alegria de um trabalho concreto e bem realizado. Na nossa avaliação a nossa integração com os museólogos, com os arquitetos, com educadores, com os funcionários do museu, como um todo só tem nos enriquecido como historiadores e cremos, que no limite de nossas potencialidades, temos oferecido a troca esperada. Essa união concreta é razão de satisfação para todos nós. Temos a certeza de que demos o melhor de nós apesar de nossos defeitos e dos limites materiais impostos. Apesar da estrutura poder ser falha, o sistema injusto, o sentimento do interesse público superou as dificuldades.

Na nossa percepção, cumprimos o que de nós se esperava. Foi nos requisitado funcionalmente que oferecêssemos suporte histórico à edificação do novo circuito e que trabalhássemos no sentido da integração museu/comunidade. Por que foi exposto na introdução achamos não ser necessário repetir nossas ações. Nesse sentido, contudo, gostaríamos de ressaltar que avançamos para além, na medida em que estamos tentando contribuir, com trabalhos originais de pesquisa para a produção e socialização do conhecimento nesse pequeno mundo que habitamos. Almejamos ajudá-lo a crescer.”<sup>148</sup>

Às vésperas de comemorar os 100 anos de República no Brasil, não se tinha certeza da reabertura do MR. Uma Comissão havia se formado em 1987 com o intuito de organizar as ações e projetos e dar continuidade ao projeto das Conjunturas, elaborado pelo historiador Werneck da Silva e equipe<sup>149</sup>.

O Presidente da Fundação Nacional pró-memória cria um Grupo de Trabalho por meio da Determinação n° 326, de 01/10/1987, com o objetivo em definir a programação para as comemorações do Centenário da Proclamação da República, contando com a participação dos seguintes membros:

- Lilian Barretto (Museu da República – coordenação)

<sup>148</sup> Relatório do CEHR. 26/12/1984, Arquivo institucional do Museu da República.

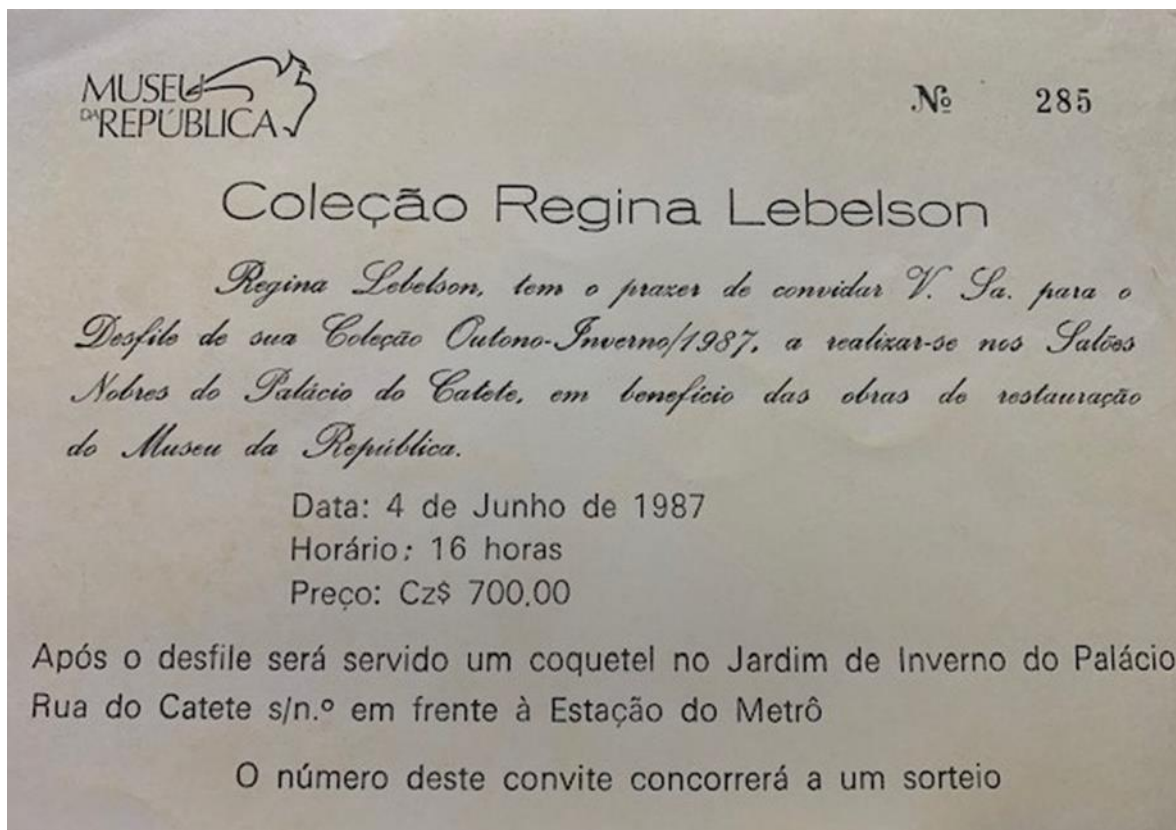
<sup>149</sup> O historiador José Luiz Werneck da Silva se desvinculou do museu em 1987, sendo substituído pelo historiador Renato Lemos.

- Eliana de Oliveira Queiroz (Cinemateca Brasileira)
- Maria de Fátima Gomes de Souza (Sítio Burle Marx)
- Ângela Abreu Caser (Museu de Biologia Mello Leitão)
- Lea de Oliveira Paula (Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais)
- Anaildo Bernardo Baraçal (Museu Raymundo Ottoni Castro Maya)
- Renato Lemos (Museu da República)
- Ana Lucia Niemeyer de Medeiros (Centro Nacional de Referência Cultural)
- Marcus Tadeu Daniel Ribeiro (Museu Nacional de Belas Artes)
- Ângela de Barros Sumaville (4ª Representação Regional – FNPM)
- Luiz Viana Queiroz (5ª Representação Regional – FNPM)
- Virginia Papaiz Alvarenga Prazeres (8ª Representação Regional – FNPM)
- Margarida Maria Galvão (Biblioteca Nacional)
- Lygia F.F. da Cunha (Biblioteca Nacional)
- Maria Celeste Garcia mendes (Biblioteca Nacional)

Já na primeira reunião do grupo fica claro a dificuldade em se obter recursos para os projetos, mas a diretora do Museu da República, juntamente com o então Chefe do Centro de Estudos de História da República, reafirmam o compromisso do Programa de Trabalho elaborado pela equipe, ressaltando a necessidade de formulação quanto a projetos que mobilizem a comunidade e viabilizem o seu acesso ao conhecimento sobre a história republicana. Chamou, ainda, a atenção para a importância de se focar os movimentos sociais de cunho republicano que não chegaram a se concretizar enquanto república.

Diante da crise econômica, as dificuldades quanto a finalização da obra de restauração e a reabertura do Museu da República se tornaram presentes, uma grande movimentação nos setores culturais e com repercussão na imprensa foi formada para que o governo investisse no final da obra de restauração e, assim, reabrisse o museu.

Foram realizados alguns eventos no museu, com o objetivo de arrecadar recursos para a finalização desta obra, como podemos demonstrar na Figura 33 abaixo:



**Figura 33: Convite Evento em benefício das obras de restauração do MR**

Fonte: Acervo particular da autora

O Plano de Trabalho elaborado em que previa a exposição de longa duração com base nas Conjunturas Históricas e todas as demais iniciativas que interagem com a nova conceituação se tornaram distantes da concretização.

Em Comunicado Interno s/nº, datado de 10/02/1988, da Coordenação Geral de Acervos ao Presidente da FNPM, Oswaldo Campos Melo, referente a elaboração de parecer sobre a proposta apresentada pelo Museu da República quanto a contratação de técnicos para a reabertura do Museu, onde se inseria a realização da exposição de longa duração, a então Coordenadora conclui:

[...] O tempo exíguo até o próximo dia 15 de novembro não me parece suficiente para mais do que a simples reabertura do Palácio do Catete, devidamente restaurado. Isto já seria uma grande realização, uma vez que o prédio está fechado há quatro anos. Se os recursos não forem suficientes para a instalação do circuito museológico e museográfico, que se ofereça ao público o maior objeto museológico do acervo da instituição: o próprio prédio, simbólico e significante. Uma mostra provisória das coleções, feita em módulos (como vem ocorrendo no Museu Histórico Nacional) já seria suficiente para, dentro da realidade em que vivemos, comemorarmos o centenário de nossa república.<sup>150</sup>

<sup>150</sup> Comunicado Interno s/nº de 10/02/1984. Coordenação Geral de Acervos. Assunto: Reabertura do Museu da República. Fundo FNPM. Arquivo Central do Iphan.

A Figura 34, abaixo, representa o contexto do Museu da República às vésperas do Centenário da República.



**Figura 34:** Museu da República fechado às vésperas do Centenário da República.  
**Fonte:** MUSEU à espera de verba. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Cidade, p. 3, 06 mar. 1989.

O Museu da República representou um celeiro de ideias e práticas para o campo museal. O documento “Assim éramos, assim seremos” demonstra o ideário de um grupo de profissionais de museus, das mais diversas áreas do conhecimento, que se viam no papel de protagonistas do desafio em construir uma nova conceituação e prática institucional que pretendia propiciar uma revisão de toda uma conceituação museológica e museográfica, entendendo o museu como um polo irradiador de conhecimento.<sup>151</sup>

Ao concluir nossa pesquisa, não podemos deixar de sublinhar a importância da trajetória dos profissionais dos museus. As comemorações do Centenário da República não tivemos a implementação do projeto idealizado pela equipe em sua conceituação inicial e com

<sup>151</sup> Programa de Trabalho do Museu da República. s.d. Fonte: Arquivo Institucional do MR.



o cuidadoso e trabalhoso conceito das conjunturas proposto nos documentos elaborados pelos profissionais. As ideias e conceitos que movimentaram o campo dos museus nos anos da década de 80 representaram, de fato, uma mudança nos museus da pró-Memória, mas na prática de sua implementação, vários obstáculos dificultaram sua plenitude. Lilian Barretto, diretora do Museu da República, foi demitida pouco antes do período das comemorações do Centenário da República, de forma arbitrária, em um contexto político que evoluiu no governo Fernando Collor (1990-1992) para um total desmonte da área cultural no país. O registro de falta de recursos necessários para o desenvolvimento dos projetos, a descontinuidade nas políticas públicas e a escassez de recursos humanos foram apontados nos documentos como dificuldades sempre presentes. Os museus são feitos de pessoas e ideias que movimentam um mundo de fazeres e saberes.

Retornamos ao tempo presente, com a certeza da importância em se recuperar e construir as memórias das nossas instituições de cultura e patrimônio. Estamos diante de um mundo mutante, em que a tecnologia nos desafia a rever nossas práticas, formas de comunicação e de se relacionar. Se partimos da ideia de que o patrimônio precisa construir laços de pertencimento com a sociedade, e que esta precisa se apropriar dos seus valores culturais, afirmando, assim, a nossa identidade, temos que estabelecer compromissos com as memórias dos fazeres, dos sentimentos, dos saberes que se interpõem a silêncios e esquecimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A museologia que não serve para a vida, não serve para nada”

XVIII Conferência Internacional de Minon, 2017.



**Figura 35: Museu da Maré.**

**Fonte: Foto da autora.**

Ao chegarmos na etapa de apresentação de considerações de nosso estudo, percebemos que as dúvidas são mais recorrentes que as certezas. E, como a vida, os desafios são colocados a todo instante. Vivemos em um mundo mutante, onde a tecnologia sobressai aos sentimentos. Relembramos aqui as palavras do filósofo francês Gilles Deleuze: o que nos força a pensar é o signo. O ato de pensar não decorre de uma simples possibilidade natural, é, ao contrário, a única criação verdadeira. A criação é a gênese do ato de pensar no próprio

pensamento. Ora, essa gênese implica alguma coisa que violenta o pensamento, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas (DELEUZE, 2006, p. 91). O pensamento deve ser provocativo. Assim são os museus neste contexto contemporâneo, desafiador e que nos coloca diante de questões que nos fazem rever conceitos, transformar relações e provocar reflexões.

Reflexões estas que nos levam a compreender o papel estratégico dos museus na contemporaneidade, como agentes sociais e espaços que transformam vidas. “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada”, ecoa a Carta de Bogotá, resultado da XIX Conferência Internacional de MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), ocorrida na Colômbia, em 2017.

É certo que o Museu da República tem muito a nos ensinar. A olhar para o passado, pensar o presente e refletir sobre o futuro. Ainda temos muito a estudar sobre os museus. A historiadora Letícia Julião (2008) em sua tese de doutorado “Enredos museais e intrigas da nacionalidade; museus e identidade nacional no Brasil” aponta a ausência de uma historiografia sobre os museus ainda que estes sejam reconhecidos no cenário das políticas simbólicas, especialmente os museus de história.

Dominique Poulot (2003), ao falar dos museus de história observa que, embora estes museus trabalhem com o repertório das fontes do historiador, situam-se à margem da escrita da história e, por isso, sua relação com a historiografia ou com o ensino da história são fracos:

O museu de história trabalha com o repertório das fontes do historiador, sanciona a emergência de novas curiosidades, tem seu próprio peso nas vicissitudes dos interesses sábios, enquanto vulgariza mais ou menos bem os conhecimentos eruditos junto aos visitantes [...]. Passa por momentos de maior intensidade ou de fervor, quando o sentimento nacional o exige [...]. O museu situa-se à margem da escrita da história: ao lado da compilação e da preservação de indícios do passado. Isolado da invenção intelectual dos escritos e dos reescritos, o museu também não constituiu uma matriz cultural, como a escola [...].<sup>152</sup>

Os museus modernos são uma invenção do processo de consolidação dos Estados-nação que se constituíram no continente europeu, representando seu poder e sua glória e ganhando o mundo com o seu papel de ilustrar a nação.

O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses destaca que “o Museu é o lugar por excelência da representação, assim como um espaço para reflexão e geração de conhecimento,

---

<sup>152</sup> POULOT, D. *Museu, nação, acervo*. In: BITTENCOURT, José Neves et al. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 43

que integra o cognitivo ao afetivo, onde o espírito crítico deve ser exercido. O Museu antes como espaço de questionamento e indagações do que de respostas e verdades absolutas.”<sup>153</sup>

Muito avançamos quanto ao que entendemos por museu. Em suas formas e proposições, sentidos e valores, práticas e usos.

Nos últimos vinte anos, os museus vêm sendo provocados a se reinventarem diante dos avanços de novas tecnologias, das mudanças impostas por novos padrões sociais, pela ampliação de saberes e expectativas dos seus públicos e também pelas dificuldades em se manterem sustentáveis, desafiando novas formas de gestão. Os museus não são mais a expressão de perpetuidade das tradições e heranças materiais e imateriais.

Nossa matéria é a memória. Tomados pelo desafio daquela geração de profissionais do Museu da República, quando ao redigir o documento “Assim éramos, assim seremos”, nos perguntamos, o que seremos diante de tantos desafios lançados aos museus, instituições que se tornaram protagonistas no campo da cultura e que ainda guardam traços de um período em que representavam repositórios de objetos e memórias.

O trabalho desenvolvido pela equipe que tomou como desafio “repensar e refundar” o Museu da República, ou mesmo “restaurar a República”, como nos disse Lilian Barretto em seu discurso de posse como diretora, nos trouxe o fôlego de uma geração de pesquisadores/técnicos e profissionais que rompeu com a ideia de museu enquanto um espaço expositivo, de uma narrativa linear, onde o fato e o personagem ocupavam as salas de exposição sem a preocupação de se criar dúvida ao visitante, uma reflexão, ou mesmo uma inspiração. Não havia espaço para o invisível.

Com base nas fontes pesquisadas e nas entrevistas realizadas com os profissionais, podemos, portanto, apresentar que nossa hipótese foi comprovada tomando este período de construção da memória institucional do Museu da República como um tempo de vanguarda e de avanços significativos quanto ao processo de se pensar um museu de história e enquanto um espaço que privilegia a compreensão dos processos de mudança das sociedades.

O trabalho desenvolvido pela equipe do Museu da República, entre os anos 1984-1989, representou uma ruptura na concepção tradicional de museus, no âmbito dos chamados museus nacionais, vinculados à então Fundação Nacional pró-Memória, do Ministério da Educação e Cultura. Uma ruptura no conceito, na forma de apresentar sua exposição de longa duração e na forma de gestão.

---

<sup>153</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra d. O Museu e o Problema do Conhecimento. In: Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas-Pesquisa e Documentação. Edições Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2002, p. 22.

Apontar e reconhecer esse tempo institucional como um momento de ruptura e de vanguarda nas propostas institucionais dos museus vinculados à FNPM no período definido nesta pesquisa, nos remete à reflexão quanto ao avanço nas políticas públicas empreendidas no presente. Ainda que tenhamos avançado em um conjunto de instrumentos legais que atestam uma política pública sólida, construída por meio da participação de diversos atores do campo museal, temos à frente o desafio de estabelecer diálogos mais abertos com os seus públicos, rever formas de comunicação, interação com o território e de transformar as ideias em ações capazes de despertar na sociedade um sentimento de identidade e de pertencimento.<sup>154</sup>

Ao elaborar um Programa de Trabalho integrando equipes em torno de um conceito norteador para os programas e projetos, rompendo formas tradicionais de comunicação com seus públicos, inserindo a comunidade enquanto agente direto nas decisões da gestão, compreendendo o museu como espaço de produção de conhecimento, concluímos que se tratou de um momento de um novo olhar para os museus resultando em um legado para tantos outros.

Não podemos deixar de ressaltar que um dos fatores que trouxe mudanças na concepção de se pensar os museus, e incluímos o Museu da República, foi o desenvolvimento da própria área da história, que a partir da primeira metade do século XX passou a privilegiar novos objetos de estudos e a se utilizar de novas fontes documentais. A chamada história factual, prática frequente nos museus, com destaque para os fatos e personagens ia deixando de influenciar as práticas das exposições e dos projetos desses espaços. Uma nova abordagem e um novo olhar para essas instituições permitiu mudanças significativas, da qual o Museu da República foi protagonista.

O campo da museologia e do patrimônio cultural também vinham em um processo de renovação nos seus conceitos e práticas, trazendo a preocupação em aproximar os museus dos seus públicos e de debates mais democráticos, compreendendo esses espaços como locais de experimentação e convívio social. O patrimônio deveria ser apropriado e reconhecido pela comunidade como um bem público, resultado da sua identidade cultural. E o Museu da República estava imbuído desta missão.

---

<sup>154</sup> Ao falar de vanguarda, me refiro à aplicação de conceitos que já vinham sendo construídos a partir dos anos de 1970, com uma série de discussões e redefinições dos papéis dos museus no campo da cultura. Destacamos aqui os conceitos da Nova Museologia, movimento que se fortalece a partir da realização do encontro internacional da “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, organizada pela UNESCO, no ano de 1972. Este encontro, reunindo teóricos, especialistas e profissionais de museu, aponta a ampliação do conceito de museu como espaço integral e integrado, pauta de reflexões, debates e construção de conhecimento em torno da museologia social.

A equipe se investiu de um desafio que era em dar voz e vez para aqueles que se encontravam esquecidos, em silêncio. Seu Programa de Trabalho e todos os registros que documentam os desdobramentos das ações revelam um projeto de estruturação integral, privilegiando um conceito chave que permeasse todas as ações desenvolvidas pelo museu. Embora não tenham elaborado uma publicação oficial de registro de todo o projeto e seus desdobramentos, encontramos uma farta documentação nos arquivos institucionais e referências em participações em vários encontros, seminários, colóquios e conferências, como também parcerias com instituições de pesquisa e ensino ratificando e revelando a amplitude de conhecimento da proposta.

No esforço de buscar documentos similares tal qual o produzido pelo Museu da República, que revelassem uma proposta/conceituação referente às ideias e práticas dos museus no período estudado, como forma de contextualizar esse movimento, encontramos o Plano Diretor do Museu Paulista<sup>155</sup>, elaborado em 1990, no período de direção do historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Neste documento, ficava definido como campo de atuação para o museu o direcionamento acadêmico no campo da história da cultura material, a partir da ideia de que o acervo seria o eixo em função do qual ele deveria se organizar.<sup>156</sup>

Fomos também buscar pontos de encontros de ideias/propostas com os Planos Museológicos elaborados, atualmente, por museus históricos, o que nos levou a identificar temas e propostas de ações similares descritas naquela ocasião, o que se revela em um modelo ainda atual na forma de se pensar os museus, como, por exemplo, a integração com o seu entorno, transformando o museu um espaço de curadoria da comunidade, formas de sustentabilidade e a preocupação em ser um espaço de produção de conhecimento, reforçando a ideia de que a equipe do Museu da República estava em sintonia com questões relevantes e que ainda se fazem atuais no campo dos museus.<sup>157</sup>

Ao entrevistar os profissionais que integraram a equipe da Divisão de Documentação e Pesquisa, do Museu da República, ficou explícito em seus depoimentos, a expressão do desejo em construir um projeto inovador, que apresentasse reflexões inerentes a construção do

---

<sup>155</sup> O plano diretor constitui um documento no qual estão explicitados, preferencialmente, a definição da missão do museu, o diagnóstico da situação atual, as metas estratégicas, os objetivos institucionais, os indicadores de desempenho e apêndices – quando necessários. Stuart Davies, o define como um instrumento para “Estabelecer uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá”. DAVIES, S. Plano Diretor. (Série Museologia, Roteiros Práticos, 1). São Paulo: Edusp; Fundação VITAE, 2001, p. 15.

<sup>156</sup> BARBUY, H.; ORNSTEIN, S. W. Museu Paulista: Contribuições Acadêmicas e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, J. (coord). USP 80 anos. São Paulo, Edusp, 2015.p. 266

<sup>157</sup> Foram consultados os Planos Museológicos dos seguintes museus: Museu da Imigração, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Portinari? Completar.

conceito de *res publica*, contemplando a inserção das camadas populares da sociedade no processo histórico, revelando, assim, um museu de todos e para todos. Representando o reflexo de uma geração que havia saído de um período de ditadura, de imposição do silêncio das suas instituições, de direitos cassados, e que estava se reconciliando com a democracia e o com o fortalecimento dos seus direitos civis. Romper com as ideias e práticas que vinham sendo desenvolvidas no Museu da República até então, representava uma forma de reconstrução de um novo país.

Assim, as entrevistas recuperaram os debates, temas e conceitos relevantes, outros que foram abandonados ao longo da elaboração de toda proposta conceitual e complementaram nosso entendimento e conclusões quanto aos objetivos traçados neste estudo.

Ainda tomando as entrevistas como fonte de estudo, assim como os documentos produzidos pela equipe, identificamos o sentimento e o compromisso desses profissionais em produzir uma reflexão e a construção de uma proposta de uma nova linguagem para o Museu da República, pautada na interdisciplinaridade, na inserção da comunidade no processo de discussão das novas ações e nos avanços do campo da museologia e demais áreas de conhecimento. A criação de um Centro de Estudos e Pesquisa inseria o papel do historiador nos museus, criando um protagonismo desses espaços enquanto local de construção de conhecimento. Uma nova concepção de museu pautava os documentos produzidos pela equipe:

O homem é criador da peça, do documento, da pesquisa, da obra de arte. O Museu, mediador entre o homem e sua criação. É nesse ponto – o homem criador e o homem beneficiado – que se localiza a ação do Museu da República. Qualquer proposta nos seus vários campos de ação, não perderá de vista esta premissa básica.

Destacamos a importância da história do Museu da República, mas chamamos a atenção também para as histórias das instituições museais, muitas vezes perdidas nos arquivos ou mesmo sem a preocupação do registro. Essas memórias nos revelam pensamentos e ações que nos permitem traçar a história das práticas e das políticas culturais no Brasil. Precisamos conhecer sua trajetória, dificuldades, realizações, ideias, projetos e sobretudo reconhecer as pessoas que atuam de forma, muitas vezes, anônimas, mas que são responsáveis por projetos de relevância para a instituição e que garantem a sua trajetória como espaços de reconhecimento da nossa identidade cultural e de cidadania.

Em 2022 estaremos comemorando os 200 anos da Independência do Brasil e 100 anos de criação do Museu Histórico Nacional. Mais uma efeméride nos levará a refletir sobre o futuro dos museus. Estamos diante de um novo tempo de reflexões, de desafios e de busca de

novos rumos. Que tipos de museu queremos construir? Os museus de história se colocam de que maneira aos seus públicos? E quais são as narrativas que queremos construir? O que seremos, nos apropriando da pergunta feita pela aquela geração que se encontrava também à frente de tantos desafios?

Tomo a pergunta do antropólogo Antonio Motta em sua comunicação no “Seminário 200 anos de museus: perfis e perspectivas”: Narrar a nação ou o direito à diferença? O que pretendemos buscar nos museus.

Para o antropólogo, os museus precisam descolonizar as construções discursivas do passado e, assim, tomar como desafio a construção de visões alternativas e críticas do passado, com a perspectiva de entender melhor o presente e o futuro. Estamos diante de uma nova retórica

“da identidade das minorias e das políticas de reconhecimento ou reparações [...], a compor e influenciar a agenda das políticas públicas no país, especialmente dos museus, que a partir de então passam frequentemente a ser entendidos, em sua extensão semântica, como “instituições sociais com agendas políticas”.<sup>158</sup>

O historiador Paulo Knauss, diretor do Museu Histórico Nacional, aponta no mesmo seminário, em sua palestra “Cartografia dos Museus de História no Brasil: uma escrita em movimento” o que podemos esperar dos museus de história no mundo contemporâneo. Estes, tendem a serem museus do tempo presente que operam mais no universo da história da memória e, portanto, das relações entre lembranças e esquecimentos, situando-se nos cruzamentos entre passados e presentes, continuidades e rupturas. [...] O pensamento histórico não está no documento de época, mas na capacidade que temos de ler os documentos e contextualizá-los historicamente.

Diante de incertezas e desafios, aprendemos com aqueles que romperam barreiras, transformaram discursos, realizaram sonhos e trilharam um caminho de cumplicidade com o conhecimento e com a democratização desses espaços de encontros e de vida: eles, os museus.

---

<sup>158</sup> MOTTA, Antonio. O narrador inconfiável: do museu como consagração ao museu como lugar de construções políticas e culturais para as diferenças. In: Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.p. 337-347.



## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Transbordamentos do nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Orgs.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v.1. p. 76-88, 2011.

\_\_\_\_\_. Síndrome de Museus? *Encontros e Estudos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 51-68, 1996.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.

ALMEIDA, Cícero Antonio Fonseca. *Catete: memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

BARBUY, H.; ORNSTEIN, S. W. Museu Paulista: Contribuições Acadêmicas e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, J. (coord). *USP 80 anos*. São Paulo, Edusp, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas*. 3. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembrança dos velhos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 20, n. 20, 2003.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: Bruno, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. v.2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 145- 154, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHAGAS, Mário. *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Brasília: IPHAN/MinC, 2005. Disponível em: <[http://www.museologia-portugal.net/files/museus\\_antropofagia\\_da\\_memoria\\_e\\_do\\_patrimonio.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/museus_antropofagia_da_memoria_e_do_patrimonio.pdf)>

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os museus na moldura da crise*. Musas (IPHAN), v. 5, p. 102-121, 2011

\_\_\_\_\_. *Museu, museologia e pensamento social brasileiro*. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 21, p. 13-43, 2005

\_\_\_\_\_. (org.) PIRES, V.S. (org.). *Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. 1. ed. Brasília: Ibram/MinC, 2018. v. 1. 308p

\_\_\_\_\_. ; SANTOS, M. S. *Museu e Políticas de Memória*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Entre vestígios do passado e interpretações da história: introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil*. In: CUREAU, Sandra et al.(coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n° 34, 2011.

CICERO, Antonio. *Guardar. Poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

COHN, G. *A concepção oficial de cultura nos anos 70*. In: MICELI, Sergio. *Estado e cultura no Brasil*, São Paulo: p. 85-96, 1984.

DESVALLEES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DOHMANN, Marcus. Coleções de objetos: memória tangível da cultura material. In: CAVALCANTI, A.; MALTA, M.; PEREIRA, S. Coleções de arte: formação, exibição, ensino. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015. p. 81-92. Disponível em: <[https://www.academia.edu/14450154/Cole%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_objetos\\_mem%C3%B3ria\\_tang%C3%ADvel\\_da\\_cultura\\_material](https://www.academia.edu/14450154/Cole%C3%A7%C3%B5es_de_objetos_mem%C3%B3ria_tang%C3%ADvel_da_cultura_material)>. Acesso em 18 abr. 2018

FERREIRA, Marieta de Moraes. *De Solar da Marquesa de Santos a Museu do Primeiro Reinado*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9942>>. Acesso em: 05/08/2017

FIGUEIREDO, Betania Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: UFRJ-Iphan, 1997.

GOMES, Ângela de Castro Gomes (coord.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Revista História*, Vol. 3, 27-46, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/index>> Acesso em: 02 mar. 2017

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, Museologia, Museólogos e Formação. *Revista de Museologia*, São Paulo, v. 1, ano 1, n. 1, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 15(2), 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142007000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142007000200002&script=sci_arttext)> Acesso em: 04 abr. 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ISOLAN, Fiorela Buggatti. *A formação em museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sobre a ótica da Museologia*. 2017.211f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Artcultura*, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006.

\_\_\_\_\_. Cartografia dos Museus de História no Brasil: uma escrita em movimento. In: *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.p.78-88. Acesso em 20 out. 2019

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. – 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes: a República no Catete*. Petrópolis: Vozes/Casa de Rui Barbosa, 1989.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1982.

MARQUES, Silene Torres. Memória e criação em bergson: Sobre o fenômeno da atenção e os planos de consciência. *Trans/Form/Ação*. Marília, v. 40, n. 2, p. 71-88, June 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732017000200071&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732017000200071&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 Nov. 2018.

MARTINS, Mariana Esteves. *A formação do Museu republicano “Convenção de Itu” (1921-1946)*. Dissertação (Mestrado em História Social). USP, 2012.

MATTOS, Marcelo; BRUNO, Cristina (Orgs.). *A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

MOTTA, Antonio. O narrador inconfiável: do museu como consagração ao museu como lugar de construções políticas e culturais para as diferenças. In: *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.p. 337-347. Acesso em 20 out 2019.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos, 2012. Disponível em:

<[http://www.ibermuseus.org/wpcontent/uploads/2014/09/Publicacion\\_Mesa\\_Redonda\\_VOL\\_1.pdf](http://www.ibermuseus.org/wpcontent/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_1.pdf)>

MENESES, Ulpiano T. B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In: *Anais do Museu Paulista*, N° 1, São Paulo, 1992: 207-222.

\_\_\_\_\_. *Do teatro da memória ao laboratório da história: A exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>>. Acesso em: 27 out. 2019.

\_\_\_\_\_. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal (Org.). Belo Horizonte, MG; Argvmentum; Brasília, DF: CNPq, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Museu e o Problema do Conhecimento*. In: *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas-Pesquisa e Documentação*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.

MICELI, Sérgio (org.) Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984

MOTTA, Antonio. O narrador inconfiável: do museu como consagração ao museu como lugar de construções políticas e culturais para as diferenças. In: *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Organizadoras, Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.p. 337-347.

MOUTINHO, Mário. *Museus e Sociedade*. Col. Cadernos do Patrimônio, n° 5. Monte Redondo (Portugal): Museu Etnológico, 1989.

MUSAS. *Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, n° 5, 2011.

MUSEU DA REPÚBLICA. Ministério da Educação e Cultura, MHN. Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

NORA, Pierre. *Entre a Memória e História: A problemática dos lugares*. Projeto História 10: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1993. p.12-13. Tradução de: Yara Aun Khoury.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10-11, n. 1, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142003000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142003000100007&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 05 jul. 2017

\_\_\_\_\_. Comentário II: entre história e memória - a visualização do passado em espaços museológicos. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142007000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200004)> Acesso em: 05 jul. 2017

\_\_\_\_\_. (org). O Museu Paulista e a gestão Afonso Taunay [recurso eletrônico]: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Discursos. Biblioteca da Presidência da República, 1961. p. 389. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/jk/jk-discursos-1960/view>>. Acesso em 26 ago. 2018.

PEREIRA, Ludmilla Gama. *A construção do saber histórico e projeto social: Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)*. XIII Encontro de História Anpuh RJ, Seropédica, 2008. Disponível em: <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212962424\\_ARQUIVO\\_ludmila\\_Gama\\_Pereira-\\_anpuh\\_rio.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212962424_ARQUIVO_ludmila_Gama_Pereira-_anpuh_rio.pdf)> Acesso em 21 fev. 2019.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Departamento de Museologia. Lisboa, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 18/04/2017

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Col. Ensaio Geral. São Paulo: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.

\_\_\_\_\_. Museu, nação, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves et al. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 127-134.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Agros, 2004.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri. *Um palácio quase romano. O Palácio do Catete e a invenção de uma tradição clássica nos trópicos*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2017.

SÁ, Ivan Coelho. *Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola de Museologia - UNIRIO, 2019. v. 1.

\_\_\_\_\_. Formação em Museologia no Brasil: rupturas e transformações nas décadas de 1960 e 1970. In: Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández; Alan Curcino;. (Org.). *Museologia e Patrimônio - Volume 2*. 1ed.Leiria - Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2019, v. 2, p. 246-276.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros Museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. *Políticas da memória na criação dos museus brasileiros*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 19, n. 19, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

\_\_\_\_\_. *Memória Coletiva e Teoria Social*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. *O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado*. Cadernos de Sociomuseologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 19, 2002, p. 121-145. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

SILVA, Frederico Barbosa da [et al.]. *Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI*. Brasília: Ibram, 2014. (Coleção Museu, economia e sustentabilidade, 1)

SOARES, Bruno Brulon. Pensar o Pensamento Museológico Brasileiro: Um Olhar Retrospecto Para a Museologia. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de (Orgs). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas* (2018). Brasília: Ibram, 2018. Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Anais-200anosMuseusBrasil\\_FINAL.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Anais-200anosMuseusBrasil_FINAL.pdf)> Acesso em out. 2019

VARINE. Hugues de. *As Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. São Paulo, Medianiz, 2010.

VERSIANI, Maria Helena. *A Respublica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010.

\_\_\_\_\_. Criar, ver e pensar: um acervo para a República. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018, Parte 2.

#### **Documentos disponíveis na internet:**

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91144-15-marco-1985-441406-norma-pe.html>>

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3589A4E7C1CACFA7473B1BC685DE6AD2.proposicoesWebExterno1?codteor=355911&filename=LegislacaoCitada+-INC+6879/2005](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3589A4E7C1CACFA7473B1BC685DE6AD2.proposicoesWebExterno1?codteor=355911&filename=LegislacaoCitada+-INC+6879/2005)>.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 8.124, de 17/10/2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65)>

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)>

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.757. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências*. 17 de dezembro de 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6757.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6757.htm)>



\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8029-12-abril-1990-363688-publicacaooriginal-1-pl.html>>

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.904, 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm)>

CARTA de Cabo Frio. Encontro de Civilizações nas Américas. 1989. Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Cabo%20Frio%201989.pdf>>

CARTA de Florença. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>>

CARTA Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>

CARTA de Washington. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>

COMPROMISSO de Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>

DECLARAÇÃO de Nairóbi. Organização das Nações para o Meio Ambiente. Maio de 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Nairobi%201982.pdf>>

DECLARAÇÃO de Salvador. Criação do Programa Ibermuseus. 2007. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/DeclaracaoSalvador.pdf>>

DECLARAÇÃO de Tlaxcala. 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações “. México. Outubro de 1982. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Tlaxcala%201982.pdf>>

DECLARAÇÃO de São Paulo. Jornada comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201989.pdf>>

DECLARAÇÃO do México. 1985. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.

Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. IBGE. Disponível em:

<<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/cultura/643-museu.html>>

MINC. *Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020*. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>

MINC. *Política Nacional de Museus*. 2007. Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica\\_nacional\\_museus.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf)>.

MINC. *Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania*. 2003. Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica\\_nacional\\_museus\\_2.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf)>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Departamento de Documentação e Divulgação Brasília, 1975. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7834/1/753%20Politica%20nacional%20de%20cultura%201975.pdf>>

PLANO Museológico da FCRB.2018-2021. Disponível em:

<<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7274/3/Plano%20museol%C3%B3gico%20-%202018-2021.pdf>>

PLANO Museológico do Museu da Imigração. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Plano-Museologico.pdf>>

PLANO Museológico do Museu da República. 2010. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Plano-Museologico-do-Museu-da-Republica.pdf>>

PLANO Museológico do Museu Histórico Nacional. 2008. Disponível em : <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/PlanoMuseologico\\_MuseuHistoricoNacional.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/PlanoMuseologico_MuseuHistoricoNacional.pdf)>.

POLÍTICA Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006 / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [Brasília]: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/relatorio\\_2003\\_2006\\_1.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/relatorio_2003_2006_1.pdf)>

PROTEÇÃO e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. MEC/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional pró-Memória. Brasília, 1980.

Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>

RECOMENDAÇÃO Paris. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>>

SERVIÇO de Estatística da Educação e Cultura. Divisão de Análise e Disseminação.

Estatística Século XX. Disponível em <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/cultura/643-museu.html>> Acesso em: 25 mar 2019.

UNESCO. *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*. Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela 38ª

Conferência Geral da UNESCO. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em:

<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>>

### **Fundos e Séries documentais pesquisados:**

Arquivo Central do Iphan (Seção Rio de Janeiro):

FUNDOS

IPHAN /Inventário: Museu da República

IPHAN/Obras: Museu da República

IPHAN/Arquitetura: Museu da República

IPHAN/ Técnico Administrativo: Museu da República

IPHAN/Processo de Tombamento: Museu da República

IPHAN/Programa Nacional de Museus

IPHAN/ FNPM

### **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

Coleção Particular José Luiz Werneck da Silva

### **Arquivo Institucional do Museu da República**

Série Área Meio:

Administração Geral: Modernização administrativa, Modernização administrativa, organização e funcionamento

Pessoal: Dossiê funcional

Comunicação: Clipping

Série Área Fim

Gestão de acervo: Estudo e política,

Preservação de acervo: Armazenamento, Estudo e política

Pesquisa: Pesquisa Institucional, Publicação da casa

Evento Cultural

Ações educativas: Estudo e política.

### **Arquivo Histórico do Museu da República**

Coleção Palácio do Catete

Coleção Recortes de Jornal

### **Programa de História Oral - Depoimentos**

Lilian Barretto

Mário Chagas

Ecyla Brandão

Cicero Antonio Almeida

### **Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional**

Séries:

Relatório numismática 1960

Correspondências Expedidas 1960

Correspondências Recebidas 1960

Guia de transferência de medalhas, cédulas e moedas para o MR – 1960

Ordem de Serviço 1963

Relatórios Mensais 1960-1980

Relatórios 1981

Relatórios 1980

Relatório anual 1979

Relatório anual 1978

Relatório anual 1960

Relatório anual 1961

Relatório anual 1962

Relatório anual 1964

Relatório anual 1968

Relatórios da década de 1970

Acervo de louças MHN-MR – 1978

Transferência de acervo

Inauguração 1960

Ordem de serviço 1963

Envelopes (fotografias)

Plantas

Vista aérea

Reabertura do Parque do Catete 1968

Cavalo da sala D. Pedro  
Inauguração MR 1960

Documentos do Arquivo Institucional disponíveis em:  
<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN>>

## PERIÓDICOS:

A COMUNIDADE do Catete denuncia amanhã a falta de verbas para a reabertura do Museu da República por ocasião das comemorações do centenário da República. *Jornal do Brasil*. Caderno Cidade, p. 1 28 jun. 1989.

A FESTA de Ante-Hontem. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 1, 26 fev. 1897.

A HORA de visitar museus. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Cidade, p. 4, 30 jul.1987.

AGOSTINE, Angelo. No dia 24 de fevereiro. *Dom Quixote*. Rio de Janeiro, nº81, 06 mar. 1897.

AULA de História. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, p.7, 21 jun. 1986.

BANDEIRA histórica está viva. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade, p.4, 29 dez. 1987.

BARÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p.1, 25 ago. 1865.

CARNEIRO, Luiz Orlando. Ministério em crise. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 11, 01 mar. 1983

CATETE com seus salões soberbos será agora o Museu da República. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 10 nov.1960.

CASTELLO. Cultura em meio à crise. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Coluna do Castello, p. 2, 25 abr. 1984.

COMEMORANDO 15/11 Museu da República será inaugurado hoje. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 1º Caderno, p. 2, 15 nov. 1960.

CORTE de verba para cultura ameaça fechar 33 museus. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º Caderno, p. 4, 09 mar. 1989.

COUTINHO, Wilson. A volátil memória nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno B, p.6, 17 jan. 1981.

DEFENDER os bens culturais. *Jornal do Brasil*. Caderno Especial, p.4, 19 fev. 1984..

EM BUSCA de uma saída. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno Cidade, p. 4, 30 abr. 1988.

FALCÃO, Roberto. Um museu (em restauração) conta a história da República. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, p.7, 02 jul. 1986.

GOBBI, Nelson & ALVARENGA, Tema. Mais da metade dos brasileiros acha os museus monótonos. Artistas e curadores dão ideias para 'espanar o pó' das instituições. *O Globo*. Rio de Janeiro, Caderno Cultura, p.1, 18 mai. 2019.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 21 fev. 1860.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 22 mar. 1860.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 29 mai. 1860.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 20 nov. 1860.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 20 fev. 1861.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 04 abr. 1860.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 08 nov. 1860.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 22 mar. 1862.

IMPORTAÇÃO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, p. 4, 27 fev. 1867.

INICIADA a operação Museu da República. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 2, 21 mai. 1960.

LEI obriga, mas ninguém preserva os casarões do Catete. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º Caderno, p. 30 26 out. 1980.

LUDWIG vem ao Rio visitar museus em péssimo estado. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º caderno, p.7, 15 mar. 1982.

MONTELLO, Josue. Como o Museu foi salvo. Opinião. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, p. 11, 19 out. 1982.

MONTELLO, Josue .A Louça da aristocracia. Opinião. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.11, 01 mar. 1983.

MONTELLO, Josue. A nova política de amparo à cultura. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Opinião, p. 11, 28 fev.1984.

MUSEÓLOGO americano pede responsabilidades com acervos culturais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º Caderno, p.20, 01 out. 1988.

MUSEU à espera de verba. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade, p. 3, 06 mar. 1989.

MUSEU da República volta a apresentar rachaduras. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 1 e 5, 02 fev.1984.

MUSEUS do Rio são difíceis de achar e ninguém sabe o total. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º Caderno, p.12, 08 jan. 1984.

MUSEU reserva espaço para Tancredo e Nova República. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 8, 27 abr.1985.

MUSEU se integra com a comunidade. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, p. 9, 04 jun.1984.

O MINISTÉRIO da Cultura do novo governo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 11, 29 jan. 1985.

ORÇAMENTO da cultura cresce 4 vezes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade, p.4 20 abr. 1989.

PALÁCIO do Catete abre em novembro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 10 a, 18 mai. 1988.

PALÁCIO do Catete será museu da República a partir de 15/11. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 1, 12 fev. 1960.

PALÁCIO do Catete transforma-se em Museu da República do Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 1º Caderno, p. 2, 16 nov.1960.

SOUZA, Maria Eduarda Alves de. Num Catete restaurado, lembranças de um Getúlio centenário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, p. 6, 14 nov. 1983.

UM tesouro roubado há 44 anos pode estar num fundo de quintal no Grajaú. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.2, 26/05/1981.

**Entrevistas realizadas:**

Lilian Barretto ( 12/2017)

Maria Aparecida Rezende Motta (27/04/2019)

Maria Inez Turrazzi (não concluída)

Renato Lemos(29/06/2018)



## ANEXO 1

### Figura 1 – Documento

#### Para Refletir

(O texto que se segue representa os pressupostos filosóficos estabelecidos pelo Conselho para a ação do Programa Nacional de Museus)

#### O museu hoje

O Museu, hoje, é um centro dinâmico de difusão cultural. Enquanto repositório do passado, ele tem, na pesquisa, o primeiro instrumento que o vincula ao presente; ao especular a significação do seu acervo, essa atividade visa descobrir a verdadeira contribuição dos documentos para a melhor definição de nossas raízes, quer dizer, , para melhor compreensão de nós mesmos e da nossa realidade. É claro que o museu é uma linguagem para a atualidade, pois do contrário não seria uma fonte de conhecimentos – seria um simples depósito de coisas, a merecer no máximo, a nossa reverência.

Nascido das coleções da nobreza europeias, portanto, muito comprometido nesse início com o diletantismo e a ostentação de glórias heráldicas, a instituição logo se converteu em poderoso instrumento de transmissão de conhecimentos, de formação de consciência, e o primeiro sinal de que ele acabara se convertendo numa conquista definitiva para a humanidade foi ter baixado dos palácios para ocupar a sua posição junto à casa do povo, desvinculando-se dos meros interesses de uma classe para se colocar a serviço da sociedade como um todo.

A sua força comunicativa vem da objetividade com quem nos fala. Cada elemento que o compõe constitui concretamente um signo e a mensagem geral que transmite é o resultado da relação que se possa estabelecer entre a totalidade das suas peças – o que define a sua condição de campo semiótico. Coerente com essa realidade e se apresentando como um complemento indispensável dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis regulares, onde o discurso abstrato nem sempre pode ser evitado, ele deve fazer uso cada vez mais abundante das artes sensoriais – mais particularmente das artes visuais – nos seus programas culturais e educativos.

A ambição de se democratizar, indo ao encontro do maior número possível de pessoas, faz com que ele se transforme estruturalmente, incorporando técnicas dinâmicas de atuação. A ideia de museu estático, comprometido apenas com uma pesquisa erudita de

sentido meramente acadêmica, dissociada da realidade do mundo contemporâneo, é coisa do passado. Principalmente num país como o nosso, onde o acesso à escolha continua sendo privilégio dos mais bem aquinhoados, a instituição com que trabalhamos não pode deixar de se apresentar como uma possibilidade de ensino alternativo.

## ANEXO 2

Programa de Trabalho Museu da República. 1984.

Fonte: Arquivo Institucional do Museu da República.



próMemória

PALÁCIO DO CATETE

ASSIM ÉRAMOS

O Palácio do Catete é o antigo Palácio Nova Friburgo, moradia de Antonio Clemente Pinto, 1º Barão de Nova Friburgo, construído de 1856 a 1866. O edifício é, no gênero, o mais suntuoso de toda a América, que com seu belo parque, constitui-se em um dos raros exemplares que restam das antigas mansões do Rio de Janeiro. A sobriedade de seu exterior contrasta com a riqueza e exuberância da decoração interna em que, entre outros, trabalharam os artistas Tassani, Bragaldi e Emilio Bauch para execução do projeto do arquiteto alemão Gustavo Waehneldt. A estes nomes cabe acrescentar os de Antonio Parreiras e Décio Villares, que integraram a equipe encarregada de reforma, projetada e dirigida pelo engenheiro Aarão de Carvalho Reis, para a instalação da sede do Governo Federal. Terminada a reforma, instala-se no Palácio do Catete, em 1897, o vice-presidente, então no exercício da presidência, Manoel Vitorino Pereira, substituindo o Presidente licenciado do Prudente de Moraes. Manoel Vitorino Pereira foi, portanto, o primeiro Chefe de Estado e de Governo a ocupar este prédio. O Palácio foi sede do Poder Executivo até 1960 quando, por ocasião da transferência da capital para Brasília, foi transformado em Museu da República pelo Decreto 47.883/60 e inaugurado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, funcionando até 1983 como Divisão do Museu Histórico Nacional. A partir de sua autonomia administrativa, o Museu da República vem desenvolvendo uma proposta moderna de trabalho, buscando montar uma infra-estrutura que atenda a esta proposta.

## ASSIM SEREMOS

Numa concepção moderna de Museu prevalece a idéia da dinâmica da instituição em suas múltiplas relações com a comunidade e com a sociedade de uma forma geral. O estático, o cristalizado, o passivo estão banidos desta formulação, enquanto que o dinâmico, o transformador, o ativo emergem como meios e fins.

Nesse sentido, o Museu da República se apresenta como um centro cultural que pretende resgatar a memória histórico-social em vários círculos concêntricos. Neste Programa de Trabalho estes círculos concêntricos reaparecerão outras vezes, implícita ou explicitamente.

Num primeiro círculo, o Museu resgata a sua própria história e a história da secular casa que o hospeda. Num segundo círculo, o Museu se integra na comunidade em que se insere (bairro do Catete), prestando-lhe inclusive serviços. Num terceiro círculo o Museu resgata a república enquanto idéia-representação e enquanto prática político-institucional, em todo o processo histórico-social brasileiro e não somente após 1889. E, por fim, num quarto círculo, o Museu resgata a república enquanto idéia-representação e enquanto prática político-institucional, no processo histórico-social mundial.

E em todos estes quatro círculos o Museu identifica fatos, personagens e contextos, sem a desconfiança própria de quem contempla seres "míticos" e seus objetos "intocáveis".

O Museu da República pretende ser uma casa de cultura onde a educação vá buscar propostas alternativas e a comunidade participe e vivencie suas experiências.

Consoante esta nova filosofia de trabalho para toda a instituição, acredita-se que o Museu da República, buscando interligar-se com outras instituições culturais e educativas, poderá sintetizar e promover a política e as diretrizes que presidem

## próMemória

a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura.

Assim, todas as atividades que envolvem o Museu estarão englobadas pelas quatro Divisões - Técnica; Documentação e Pesquisa; Desenvolvimento Educativo Cultural e Administrativa - que estando concebidas de forma inter-articulada deverão assegurar o funcionamento eficiente e harmonioso da instituição. Este Programa de Trabalho será a seguir detalhado na apresentação das Divisões.

### DIVISÃO TÉCNICA

Cada peça de um Museu contém uma parcela da memória da sociedade que a produziu. Para que tal parcela seja recuperada não se deve identificar na peça apenas ou principalmente o seu valor material intrínseco ou também o seu conteúdo estético, mas sim e primordialmente o seu valor histórico-social como traço significativo do processo do tempo-duração.

Um Museu assim concebido será realmente pró-memória.

Cabe, portanto, à Divisão Técnica delinear, com o uso da documentação textual ou não textual existente no acervo do Museu da República e com as indicações do registro de suas peças, a decodificação do valor histórico-social delas. Mas deve buscar sempre uma linguagem adequada à socialização pela comunidade, em seus diversos estratos, da memória que elas contêm, sem, todavia, prejudicar a sua utilização nos estudos e pesquisas do especialista.

Configura-se, pois, para esta Divisão Técnica um verdadeiro desafio, ela que é praticamente o epicentro do Museu da República: o de ampliar o acesso regular, o conhecimento e a compreensão, por parte da comunidade, do seu acervo, sem que se confunda essa nova linguagem com uma diminuição da qualidade profissional da atividade de seus especialistas.

.4

próMemória

Uma das formas presumíveis de enfrentar este desafio parece ser a de relacionar o acervo do Museu ao movimento do trabalho e do lazer da comunidade a que presta serviços.

Uma das outras formas presumíveis de enfrentar este desafio consiste certamente na correlação técnica e pragmática que a ação da Divisão Técnica deve manter com as outras Divisões. Com a Divisão de Documentação e Pesquisa, por exemplo, extremamente útil na reformulação da concepção de visita, na redefinição periódica do circuito, nas diretrizes da ampliação do acervo museográfico, por requisição ou doação, na discussão dos critérios de reclassificação e reprogramação das peças, na eleição dos temas que definirão a renovação periódica das mostras ou exposições, sempre levando em conta que por "república", não mais se entenderá apenas um período histórico: o posterior a 1889. Em suma: fica evidente que tal integração propiciará uma revisão de toda uma conceituação museológica e museográfica.

Por outro lado, dentro ainda da filosofia básica de trabalho no Museu da República, em que nenhuma Divisão é só, pois todas são também, a Divisão Técnica deve acompanhar o registro não apenas evidentemente das peças de seu acervo, mas igualmente o registro de toda a documentação textual ou não textual existente ou não no acervo do Museu. Só assim a Divisão Técnica poderá contextualizar as peças, recuperando a parcela da memória social que elas contêm, o que lhe permitirá pensar e repensar as mostras ou exposições permanentes, temporárias e/ou itinerantes periodicamente renovadas, através de atividades intra e extra-muros, fundamentando melhor os circuitos e até induzindo com mais segurança a complementação visual, gráfica e sonora na ambiência motivadora das salas a serem visitadas.

Um exemplo de um trabalho prático, concretizador desta concepção museográfica e museológica de fundo essencialmente histórico-social, será a recuperação da história da casa do Museu da República, o Palácio do Catete, história essa que já se mostrou de suma importância na atual etapa de reparação do prédio,

### próMemória

abalado pela construção e pelo funcionamento do Metrô. Na história da casa o subsídio do arquiteto, do engenheiro, do artista plástico e do museólogo se mescla ao subsídio do bibliotecário, do arquivista e do historiador, dentre outras especialidades, tu do centrado no objetivo de reconstituir um expressivo "monumento", símbolo plástico da memória legitimada desta comunidade.

Especial atenção a Divisão Técnica deve dar à sua Reserva Técnica, um repositório temporário de peças, permanentemente cuidadas e destinadas a serem conservadas, reconstituídas e restauradas, integrando posteriormente o circuito. Além da sua função específica, a Reserva Técnica servirá como permanente instrumento de capacitação dos técnicos museólogos que compõem esta Divisão, já que seus procedimentos em relação às peças que estão em "reserva" praticamente se repetem com as peças que estão em "mostra".

Se a Divisão Técnica trabalhar articuladamente com as outras Divisões do Museu da República, especialmente com a Divisão de Documentação e Pesquisa, ter-se-á obtido o núcleo de um verdadeiro banco de dados, no qual acervo museológico e documentação serão como que faces da mesma moeda. Será possível, então, fazer com que a 'peça', tal como o documento textual ou não textual "façam" de si e de sua ambiência, pois eles são "filhos do seu tempo". O Museu da República estará assim fazendo como que uma "arqueologia da memória social".

E nesta "arqueologia da memória social" a instituição-que já foi por alguns idealizada apenas como Casa dos Presidentes da República - tanto se preocupará em incluir em seu acervo traços da trajetória social das nossas elites quanto de todos os demais setores sociais, pois tudo está dialeticamente articulado. Com isto e gradativamente, o Museu da República, sem perder o seu característico acervo inicial, há de diversificá-lo e enriquecê-lo. Tornar-se-á, passo a passo, um polo irradiador e catalizador da memória da república (sentido tradicional) e da memória de república (sentido da gestão atual), em nível local, regional e nacional.



## próMemória

A Divisão Técnica deverá, ainda, acelerar o recolhimento ao acervo do Museu da República de peças atualmente localizadas em instituições semelhantes ou na posse ou propriedade de particulares. E quanto mais a própria comunidade doar peças significativas, mais a relação passado-presente se aprofundará, especialmente se os fichamentos-registros das peças procurarem sempre a relação originária entre personagem - fato - contexto, com o apoio constante da documentação textual e não-textual. Só desta forma o Museu da República deixará de ser um antiquário da República.

Complementarmente, a Divisão Técnica, sempre articulada às outras Divisões, especialmente a de Documentação e Pesquisa, há de preparar guias, catálogos descritivos e catálogos comentados, além de pequenas publicações - como por exemplo, a história desta casa - de feição gráfica atraente e linguagem acessível ao homem do povo que se quer atrair para o Museu da República. Guias, catálogos e pequenas publicações serão utilizados no essencial intercâmbio com outras instituições.

A concreção destas diretrizes programáticas para a Divisão Técnica do Museu da República ficará a cargo da Seção de Exposição, da Seção de Processamento Técnico e de um Laboratório de Conservação e Restauração. A Seção de Exposição está atenta, entre outras atribuições, à necessidade de montagem de exposições permanentes, temporárias e/ou itinerantes, que venham complementar a nova estrutura do circuito. Além disso, serão adotadas propostas modernas no campo da museografia a fim de compatibilizar peças, suportes e iluminação com o acervo e a ambiência em que a mostra for apresentada, para que não haja interferência na mensagem que se quer transmitir.

As atividades da Seção de Processamento Técnico deverão compreender, entre outras, todas as etapas do cadastramento do acervo, através da recuperação e investigação minuciosa de cada uma de suas peças, facilitando, inclusive, a sua utilização para fins didático-culturais, bem como o controle dos bens. Por

## próMemória

outro lado, a seção objetiva também, através da utilização de um "vocabulário controlado", a sistematização e indexação de fichários, para uma futura inserção num sistema de computação.

Justifica-se, por todos os motivos, a instalação adequada, no âmbito desta Divisão, de um Laboratório de Restauração e Conservação, em três níveis. O primeiro promovendo o diagnóstico e/ou socorro imediato de peças em avançado estado de deterioração, o segundo executando o projeto de recuperação e restauração final e o terceiro utilizando técnicas de manutenção e conservação. Desta forma, prestaria serviços tanto para o acervo museográfico - atendendo então prioritariamente às telas, peças de madeira, metal e tecidos - quanto para o acervo documental. O estado precário deste último foi recentemente constatado por um laudo técnico do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

### DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

O Programa de Trabalho da Divisão de Documentação e Pesquisa apresenta como objetivo primordial e básico a transformação efetiva do Museu da República em um núcleo, cuja função não se circunscreva apenas ao recolhimento e à guarda de documentos, como também à irradiação e convergência de conhecimento.

A preservação do acervo documental, sua ampliação e processamento, a viabilização do acesso do pesquisador, o desenvolvimento de linhas de pesquisa, a publicação de textos e a organização de um arquivo sonoro são os vários desdobramentos do programa de trabalho dessa Divisão que se justifica pela necessidade imperiosa de resgatar as diversas óticas e os diversos registros através dos quais a identidade de nossa formação social pode ser restaurada.

As atividades de organização do acervo do Arquivo His-

tórico compreenderão todas as etapas de processamento dos documentos segundo modernos critérios arquivísticos, o que deverá não só viabilizar sua efetiva utilização pela comunidade acadêmica e público em geral, como também impedir que a documentação continue se deteriorando, como resultado de instalações e manuseio inadequados, até então em vigor.

Por esse motivo, a microfilmagem de boa parte da documentação, através de convênios com instituições que prestam esse tipo de serviço, contribuirá para a preservação do nosso acervo e também para sua ampliação graças às possibilidades ilimitadas de intercâmbio com outras instituições.

Além disso, a nova estruturação do Arquivo Histórico permitirá o cumprimento de sua função maior que deve ser a prestação de um serviço eficiente como repositório de registros documentais (manuscritos, impressos, iconográficos, etc.) e espaço alimentador de pesquisas, trabalhos e atividades do próprio Museu da República e da comunidade em geral.

Duas são as úteis finalidades do Centro de Estudos da História da República, todas elas intimamente ligadas. De um lado, ele deve aprofundar e divulgar estudos e pesquisas originais que tenham como objeto de investigação as questões básicas, de caráter político, econômico, social e cultural, suscitadas pela idéia e pelas práticas republicanas, especialmente no processo histórico brasileiro. De outro lado, o Centro de Estudos de História da República deve complementar o trabalho das outras Divisões fornecendo-lhes subsídios. Para tanto, o Centro trabalhará, de forma crítica e sistemática a documentação textual e não-textual existente no acervo, divulgando-a o mais possível e permitindo seu uso no processo educativo, em qualquer grau. Em síntese, o Centro de Estudos de História da República prestará serviços em quatro círculos concêntricos: no primeiro, atenderá ao próprio Museu; no segundo, atenderá às relações entre o Museu e a comunidade, tanto aquela que lhe é adjacente como as demais; no terceiro, estudará a idéia e a prática republicanas em todo o

### próMemória

processo histórico brasileiro (e não somente desde 1889) e no último, estudará a idéia e a prática republicanas nas demais formações sociais.

Parte-se aqui do princípio de que o Museu da República deve-se constituir em centro convergente e irradiador do debate e da reflexão acerca da república no processo histórico brasileiro. E também de que os registros do acervo do Museu da República, qualquer que seja a sua modalidade, devem ser divulgados o mais amplamente possível, sempre acompanhados por um imprescindível trabalho crítico. Para que tais princípios se concretizem nas práticas do Centro de Estudos de História da República, deverão ser editados Cadernos, intitulados Memória da República, contendo pesquisas e estudos por ele produzidos. Paralelamente e no sentido de desenvolver a produção científico-cultural sobre a república, deverão ser editadas, dentro de uma postura crítica, séries documentais. E para que a comunidade adjacente ao Museu da República e também a sociedade em geral possam ter um conhecimento maior sobre tudo o que se referir, direta ou indiretamente, aos trabalhos desta instituição, publicar-se-á um jornal de linguagem dinâmica e feição gráfica atraente. Com tudo isto, o Centro de Estudos de História da República, da Divisão de Documentação e Pesquisa, sempre articulado às demais Divisões do Museu da República e às outras instituições de função assemelhada, estará contribuindo eficazmente para a ampla socialização do conhecimento histórico.

O registro documental que o Centro de Estudos de História da República se propõe produzir não se restringirá certamente aos documentos textuais: abrangerá também todas as demais modalidades de fontes. Neste sentido, trabalhará também com a técnica da chamada história oral. Serão gravados, transcritos, publicados e interpretados depoimentos de quaisquer pessoas que, direta ou indiretamente, vivenciaram significativamente momentos decisivos para a compreensão do processo histórico da república no Brasil, desde os que envolvem a comunidade imediatamente pró-

próMemória

xima ao Palácio do Catete, até os que se referem à própria sociedade global ou às articulações desta com as demais sociedades mundiais. Desta maneira, tanto o Arquivo Sonoro, quanto as entrevistas transcritas e as publicações delas resultantes poderão constituir em valioso recurso adicional para os pesquisadores da própria instituição ou para o público em geral.

Quanto à Biblioteca, que em conjunto com o Arquivo Histórico e o Centro de Estudos de História da República compõem a Divisão de Documentação e Pesquisa, a ampliação e o processamento de seu acervo bibliográfico e hemerográfico definem-se como tarefas básicas.

O fornecimento de subsídios às atividades empreendidas pelas outras Divisões do Museu da República, o atendimento ao pesquisador, a orientação de leitura às crianças da comunidade e/ou aos estudantes de 1º e 2º graus são os procedimentos que nortearão o programa de trabalho a ser executado pela equipe da Biblioteca.

Vale ressaltar a proposta de criação de uma Seção de Estudos e Divulgação de Textos Inéditos que virá suprir o Museu da República com teses de mestrado, doutoramento e livre-docência, monografias, ensaios e trabalhos resultantes de concursos promovidos pela própria instituição. O recebimento desses trabalhos, na área das Ciências Sociais e Humanas, se insere no objetivo maior do Programa de Trabalho da Divisão de Documentação e Pesquisa que é, em última análise, o de contribuir para transformar o Museu da República em centro de educação alternativa.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO E CULTURAL

A Divisão de Desenvolvimento Educativo e Cultural entende a educação como um processo que leve à participação social e à transformação de indivíduos e grupos dentro dos contextos

## próMemória

culturais a que pertencem, extrapolando para outros indivíduos, outros grupos e outros contextos culturais. Esse processo de transformação possibilitará o indivíduo e grupos a identificar e vivenciar sua cultura, seus valores e tradições, enfim, suas raízes. Assim, o homem vai construindo a sua história, através de processos educativos que busquem a informação, a formação e a transformação.

Nesse sentido, assume aspecto significativo a democratização dos espaços culturais e a compreensão dos diversos registros e contextos. Esse papel, sem dúvida, cabe a organismos cuja filosofia inclui a proposta de pesquisar e difundir aspectos relativos à formação de nossa identidade.

O Museu da República, com a legitimidade de instituições congêneres, no que diz respeito aos aspectos educativos e culturais, buscará na comunidade o motivo maior para sua proposta alternativa no campo da educação. O contato com essa comunidade deverá ampliar-se em círculos concêntricos, abarcando desde escolas, instituições e moradores do bairro do Catete, até cientistas ou pesquisadores do público em geral, procurando promover o encontro do indivíduo com a História. Também se insere no âmbito da proposta de trabalho desta Divisão a ampla participação do público, com a expressão de suas experiências e vivências, e a valorização da produção artística e cultural da comunidade, a fim de propiciar o surgimento de novos valores.

Em um trabalho integrado, a Divisão de Desenvolvimento Educativo e Cultural buscará e oferecerá subsídios às demais Divisões, visando atingir o objetivo maior do Museu da República: colocar em prática e transmitir sua proposta filosófica.

A Seção de Integração Parque-Comunidade, através de uma prática cotidiana de mobilização e conscientização da comunidade, pretende desenvolver atividades inspiradas na troca de experiências entre o usuário do parque e esta instituição. Essa prática, além de incentivar o desenvolvimento de conhecimentos,

## próMemória

atitudes e valores, buscará, através de uma reflexão conjunta, a resolução de problemas comuns e a possibilidade de melhores condições de usufruto e gestão do parque pela própria coletividade.

Enquanto parte integrante do conjunto tombado, o parque do Museu da República será, por sua vez, objeto de valorização, conservação e preservação, mediante um conjunto de medidas e atividades que informem e conscientizem os usuários desse patrimônio ecológico.

Estudando e enfocando aspectos de nossa história, respeitando as raízes culturais do povo brasileiro e suas etnias, a Seção de Atividades Culturais buscará a participação e o envolvimento da comunidade através de propostas de cursos, apresentação de autos religiosos e históricos, concertos de música popular e erudita, projeções de filmes e documentários, concursos de peças teatrais, mostras de fotografias, desfiles de trajes de época, etc, dentro de uma abordagem que valorize quer os aspectos sociais, quer os culturais, quer os econômicos de nossa formação. Buscando seguir o Calendário Cultural do MEC e o calendário do próprio Museu, as atividades culturais públicas representariam a culminância de um processo de interação entre o Museu e a comunidade.

A Seção de Atividades Educativas, através de uma reflexão contínua acerca do processo educativo, buscará funcionar na intermediação da ação transformadora do Museu da República com os vários graus e níveis que compõem o universo escolar. Nesse sentido, a seção pretende agir enquanto instrumento didático voltado para dentro e para fora da instituição. Junto ao público interno será a canalizadora da formação de recursos humanos do Museu implementando cursos, divulgando textos e preparando o treinamento específico das equipes. Voltada para o público externo, promoverá contatos com a comunidade em geral e as escolas, mobilizando alunos e professores e oferecendo oportunidades e opções que viabilizem o estudo de nossa formação neste espaço alternativo de educação, além de procurar ampliar estes contatos

próMemória

junto a instituições sócio-educativo-culturais, visando integrá-las à ação do Museu.

A proposta da Seção não pode perder de vista as demandas das demais Divisões e das Seções de sua Divisão, bem como as expectativas da comunidade e o contato com instituições congêneres.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa - constituída das Seções de Finanças; Pessoal; Segurança Interna; Material e Serviços Gerais e Almojarifado - tem como compromisso precípua dotar as diversas Divisões que compõem o Museu da República de recursos humanos, financeiros e materiais.

Considerando que o Museu da República foi até bem pouco tempo um apêndice do Museu Histórico Nacional, torna-se imperativa a montagem de uma estrutura de apoio logístico que suporte as atividades das Divisões, contribuindo, em última instância, para o desenvolvimento harmônico do programa de trabalho desta instituição.

A busca permanente da integração com as demais Divisões, a flexibilidade administrativa tão necessária - respeitada a legislação em vigor - e a eficiência em prol da eficácia da área fim, constituem-se nos pontos básicos da proposta administrativa do Museu da República.



## próMemória

### SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Sabe-se que poucos Museus têm um serviço de captação de recursos, fato que torna difícil a busca de modelos levando à adoção de metodologia, senão inédita, pelo menos, pouco usual.

A metodologia mais empregada atualmente é aquela que busca ajuda, através de patrocínio ou financiamento, para a realização de algum projeto ou evento programado. Essa forma, embora válida, tem como desvantagem o fato de que os recursos obtidos limitam-se à realização do evento, ou projeto, nele se consumindo, não havendo, portanto, uma continuidade que beneficie o Museu como um todo.

Propõe-se um sistema de captação de recursos exógenos, tendo como base um tripé constituído dos seguintes elementos:

- 1- um quadro de entidades mantenedoras, que contribuiriam de forma sistemática e substancial para a criação e manutenção de um fundo, cujos recursos seriam usados na complementação orçamentária para os projetos do Museu.
- 2- um quadro de entidades patrocinadoras, formado por empresas, bancos, instituições, pessoas físicas, etc., que apoiaria projetos específicos, tais como: projeto de revitalização do Museu da República e/ou restauração arquitetônica, através de doação ou patrocínio.
- 3- um conselho, constituído por pessoas de alta representatividade dos vários segmentos da sociedade, tais como políticos, empresários, banqueiros, artistas, historiadores, intelectuais, representantes dos patrocinadores ou mantenedores etc., como força auxiliar e relevante na obtenção de recursos para o Museu.

Ainda como fonte de captação de recursos e divulgação, propõe-se a dinamização da loja do Museu da República, a exemplo das existentes nos mais importantes museus, no plano internacional.

## próMemória

Ela deverá ter basicamente as seguintes funções: possibilitar aos visitantes a aquisição de publicações; reproduções (em diversos materiais) do acervo; cartões-postais; conjuntos de slides, etc.; gerar recursos que propiciem sua auto-sustentação e que apresentem resultados financeiros que possam ser alocados, direta ou indiretamente, na implementação de projetos do próprio Museu.

A institucionalização da imagem dinâmica do Museu da República e a promoção de suas produções culturais, nos âmbitos local, nacional e internacional, são, em síntese, os objetivos principais do programa de captação de recursos.

Finalmente, acredita-se que as proposições apresentadas no presente documento constituir-se-ão em linha básica para a atuação do Museu da República. O desdobramento dessa proposta será buscado através de projetos nas diferentes áreas, de acordo com as necessidades detectadas, com as pesquisas feitas, com os trabalhos concluídos e com o próprio amadurecimento administrativo-organizacional desta Casa.

### NOSSOS PROBLEMAS

Para que este Programa de Trabalho seja concretizado, torna-se necessário e urgente um suporte físico adequado. Este suporte físico - o prédio do Palácio do Catete, anexos e parque - encontra-se, atualmente, em estado lastimável de deterioração, o que impede o pleno desenvolvimento das atividades do Museu da República.

As obras de restauração e recuperação do acervo museográfico estão sendo desenvolvidas com o apoio do Programa Nacional de Museus da Fundação Nacional Pró-Memória, através do Projeto de Revitalização de Museus; contratou consultoria e assistência para restauração e composição de ambiente; elaborou diagnóstico e projeto de detecção de incêndio; contratou técnicos para restauração da parte mais urgente dos móveis históricos danificados

próMemória

e adquiriu os tecidos para substituição e recomposição de cortinas e estofados dos salões do Museu. Além disso, estão previstos, para este ano, entre outros itens, a recuperação de interiores, compreendendo conservação, restauro, compra e confecção de equipamento para o Museu e a implantação de sistema de alarme (roubo e incêndio). Este empreendimento pressupõe, para sua concretização, recursos bastante substanciais.

Por outro lado, as obras de construção do METRÔ, realizadas de 1975 a 1979, causaram danos à estrutura do prédio. Estes danos estruturais estão prosseguindo, fato esse que, possivelmente, acarretará obras de grande porte, cuja realização não era suposta quando se iniciou a restauração do telhado, em 1983. Tenta-se, atualmente, detectar as origens desses abalos estruturais, através de prospecções no exterior, interior e na estrutura do edifício, além de sondagem no solo e de medições das alterações pelas quais vem passando a estrutura. Tais pesquisas deverão fundamentar o projeto de estabilização do prédio, que, efetivamente terá nas condições do solo e das fundações seu objeto principal.

Enquanto esses estudos estão sendo processados, efetuam-se intervenções nas partes mais críticas da edificação, tais como fixação de camadas em desprendimento, notadamente nos painéis pintados e nos forros com trabalhos em gesso; recuperação da serralheria artística, em adiantado estado de oxidação e recuperação de esquadrias de madeira - obra de fina marcenaria, ameaçada de perda pelo adiantado estado de desagregação, principalmente nas fachadas.

Paralelamente vem sendo completada a documentação técnica, através do levantamento minucioso dos aspectos arquitetônicos, e montados todos os projetos complementares de instalações prediais que adequarão o prédio à nova estrutura de funcionamento do Museu. Esta nova estrutura de funcionamento se reflete inclusive na necessidade de ampliar as próprias instalações prediais como espaço museográfico. O aumento do espaço físico para as mostras permitirá, então, ao acervo atender à concepção mais abrangente de república que se quer agora concretizar: tanto os re

próMemória

gistros que se referem ao mais contemporâneo, quase sempre abandonado, quanto os registros sobre a idéia-representação e as práticas de república anteriores a 1889.

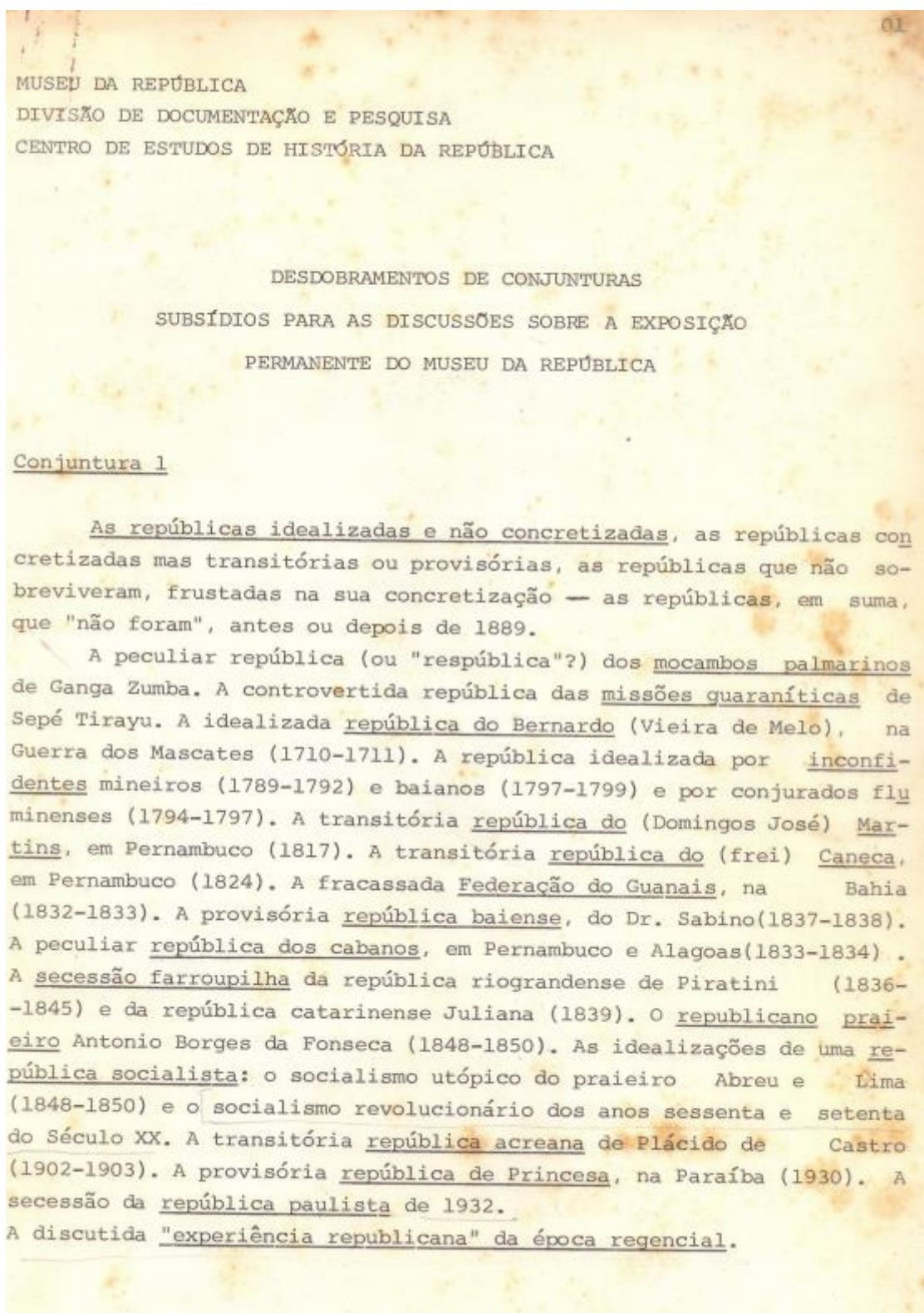
Uma vez completada a obra de consolidação, que se deseja de grande porte e de custo elevado, poder-se-ã, então, proceder ao embrechamento das fissuras e, em seguida, passar às obras de adequação das instalações prediais: recuperação do vigamento de madeira, das estruturas metálicas, das esquadrias; limpeza e recuperação do mármore das fachadas e recomposição da pintura mural, do acabamento e dos vitrais. Para que se possa realizar estes serviços, com a brevidade que se faz necessária, há que se contar, com uma estrutura gerencial, com uma equipe capaz de enfrentar as tarefas de restauração e recuperação da parte artística e com recursos.

Para que se atinja a plenitude de atuação do Museu torna-se, ainda, indispensável a recuperação do anexo e do parque cujas construções e patrimônio paisagístico compõem, com o prédio principal, o conjunto arquitetônico do Museu da República.

## ANEXO 3:

## Desdobramentos de Conjunturas

Subsídios para as Discussões sobre a Exposição Permanente do Museu da República.



## Conjuntura 2

A república que se concretizou, ao longo de um processo que se estendeu desde a crise do estado nacional monárquico legitimista, unitário, escravista e agrário-exportador, evidenciada nos Manifestos Liberal - Radical (1869) e Republicano (1870) até a consolidação do estado nacional republicano liberal, federativo, capitalista, ainda agrário-exportador, evidenciada na presidência de Campos Sales(1898-1902).

### a. questões econômico-sociais

A "descravização" da força de trabalho, através do emancipacionismo gradual e depois do abolicionismo total da mão-de-obra escrava, paralelamente ao incremento da imigração europeia, com vistas ao maior assalariamento ou à difusão restrita da pequena propriedade; a sobrevivência de formas disfarçadas de trabalho compulsório e a incidência de mecanismos não-capitalista de acumulação capitalista; as pressões da economia capitalista liberal — concorrencial internacional para o fim do escravismo, aceleradas pelos efeitos da grande depressão capitalista, na passagem do Século XIX para o XX; a decadência da economia cafeeira tradicional do vale do médio rio Paraíba do Sul, a ascensão da cafeicultura capitalista, especialmente no oeste novo paulista, a modernização da agro-indústria do açúcar no nordeste e no norte fluminense, a diversificação do extrativismo (borracha, fumo, cacau) e o surto industrial, mormente no setor têxtil e no Município Neutro, depois Distrito Federal, levando os empresários do setor secundário a se organizarem, primordialmente com a criação do Centro Industrial do Brasil; a crescente diversificação dos setores empresariais, intermediários e proletários nos principais centros urbanos, enquanto nas áreas rurais marginalizadas ou economicamente críticas ocorrem movimentos sócio-religiosos: os dos Muckers (Rio Grande do Sul), dos seguidores do beato Antonio Conselheiro (Canudos) e dos seguidores do "padim Ciço" (Joazeiro); a inflação, a dívida interna, a dívida externa, o "crescimento para fora" e as políticas econômico-financeiras de Rui Barbosa("o Encilhamento") e de Joaquim Murinho (Campos Sales).

### b. questões político-culturais

O desgaste material e ideológico da monarquia, em face da guerra do Paraguai e a crise militar — parlamentar de

1868. O Manifesto Liberal - Radical ("reforma ou revolução") de 1869 e o alcance do federalismo do Manifesto Republicano de 1870, contemporâneo ao livro A Província de Ta vares Bastos. O "bando de idéias novas" que critica sistematicamente as instituições monárquicas, depois da guerra do Paraguai. As diversas tendências identificadas na campanha republicana: o florescimento das idéias positivistas. O conflito entre regalistas e ultramontanos, na questão religiosa de 1872-1875. A tentativa do gabinete do visconde do Rio Branco, de 1871 a 1875, de realizar "reformas" que adiassem ou impedissem "a revolução" (a república). A crescente desafeição, dos políticos liberais e mesmo conservadores mais progressistas, pela monarquia imobilista e o descaso da dinastia em preservar-se. A emergência de segmentos militares, após a guerra do Paraguai e as suas sucessivas questões com os monarquistas contrários a sua participação política; o pensamento político-ideológico militar, desde a defesa de uma ditadura militar positivista até o "florianismo jacobinista". As facções político-ideológicas envolvidas nas transformações de 1888-1889: os militares anti-monarquistas, basicamente positivistas (Benjamin Constant), os liberais-progressistas, mitificando o modelo institucional dos EUA (Rui Barbosa), apoiados pelos setores burgueses ligados ao surto industrial e os latifundiários que defendiam, apoiados nos setores burgueses mercantis e financeiros a economia agrário-exportadora, uma república descentralizada (Prudente de Moraes). A presença destas facções no Governo Provisório de 1889 a 1891 e nas características da Carta Liberal de 1891. A importância dos "cidadãos fardados" na consolidação da república e da unidade territorial, ameaçadas nas duas Revoltas da Armada (1891 e 1893/1894), a segunda articulada com a Revolução Federalista, com a participação de monarquistas, no Rio Grande do Sul (1893-1895), e no esmagamento do movimento sócio-religioso de Canudos (1896-1897). A gradativa assunção do poder político de fato e de direito pelos "casacas", ligados fundamentalmente ao empresariado cafeicultor paulista, com suas conexões no grande comércio e os grandes banqueiros: a política dos Estados (ou "dos governadores"), hegemônica pela oligarquia paulista e definida por Campos Sales. As camadas populares urbanas e o movimento operário

anarco-sindicalista ou socialista: os recortes autoritários da república liberal — o estado de sítio e o Código Penal. A frustrada república idealizada por Lopes Trovão e Silva Jardim. As novas visões de Brasil produzidas por Euclides da Cunha e Sílvio Romero, na mesma Capital Federal em que Machado de Assis instalava a sua Casa (Academia Brasileira de Letras).

As manifestações de insatisfação das camadas populares: os levantes dos "quebra-quilos", especialmente no Nordeste, em 1874 e os motins "do vintém", na Corte, em 1878-1879.

As principais questões das relações exteriores: o reconhecimento internacional da república, os problemas diplomáticos decorrentes da 2ª Revolta da Armada e da colocação pelos ingleses de um cabo submarino na ilha da Trindade e a atuação do barão do Rio Branco como plenipotenciário nas questões de limites com a Argentina e com a Guiana Francesa.



### Conjuntura 3

A república oligárquica ou dos "bacharéis e coronéis-fazendeiros", a qual teve o seu apogeu ao longo de um processo que se estendeu desde a presidência de Campos Sales (1898-1902) até a campanha político-eleitoral em torno da sucessão de Epitácio Pessoa (1922); neste Estado Republicano Liberal, Federativo, Capitalista e ainda agrário-exportador a construção da nação passa pelos Estados.

#### a. questões econômico-sociais

A ampliação das bases capitalistas da economia agrário-exportadora, basicamente mas não exclusivamente cafeeira, cujas articulações internacionais haviam-se redefinido com a política econômico-financeira de Campos Sales; o Convênio de Taubaté (1906) e a Caixa de Conversão. As sucessivas valorizações do café e a "socialização das perdas" pelos diversos setores sociais, especialmente urbanos, quando fracassavam. A inflação, a dívida interna, a dívida externa, o "crescimento para fora" e os sucessivos "funding-loans". O ritmo sincopado dos surtos industriais; os efeitos da Primeira Guerra Mundial na economia brasileira. A crescente participação de capitais de investimento direto estrangeiro, especialmente ingleses, alemães (até 1917), franceses e norte-americanos, na economia brasileira, particularmente em serviços público. A diversificação da pauta primário-exportadora: a borracha amazônica. O retrocesso na imigração européia e a questão do "trabalhador nacional": o problema do indígena e a ação de Rondon. A menor oferta de terras férteis e o problema das frentes pioneiras: o movimento sócio-religioso do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina (1912-1916). O agravamento da seca e da pauperização do trabalhador e do posseiro nordestinos; o cangaço e suas articulações com o coronelismo: o "santo coronel" Cícero, do Cariri (1872-1934). A modernização europeizante dos principais portos de exportação e a baixa qualidade de vida das camadas populares urbanas: a revolta contra a vacina obrigatória (1904), na Capital Federal e as greves no final da Primeira Guerra Mundial. A significação da Exposição do Centenário da Abertura dos Portos (1908) como indicativo da ampliação da economia de mercado, especialmente nos principais centros urbanos do sudeste: a europeização da Capital Federal (cujas contradições a literatura de Lima Barreto descreveu) e de São Paulo. A hegemonia

do eixo São Paulo-Minas, através de suas oligarco-burguesias, na decisão da política econômico-financeira nacional: a "república café-com leite".

b. questões político-culturais

As bases sócio-econômicas do poder político das oligarquias estaduais; as oligarquias "da situação" e as oligarquias "de oposição" (ou dissidentes) ao Catete. As dissidências dentro de um Estado, contra a oligarquia dominante. Mandonismo local, coronelismo regional e "PRs" estaduais: bases do funcionamento da Política dos Estados. Os vícios do sistema eleitoral: "voto de cabresto, curral eleitoral, atas falsas e a bico de pena; verificação de poderes (mandatos) e a "degola". A inexistência de partidos de oposição e de candidatos de oposição (até 1910): a significação das candidaturas oposicionistas de Rui Barbosa e de Nilo Peçanha. O Hermismo e o Pinheirismo, como fundamentação ideológica para "as salvaçãoes", entre 1910 e 1914; o Castilhismo, desdobrado no Borgismo e a posição do Rio Grande do Sul como "terceira força" na República Oligárquica, ameaçando a coesão do eixo São Paulo-Minas. A significação do "tertius" Epitácio Pessoa, em 1919. A Reação Republicana, em 1922, inspirando-se no "espírito renovador da democracia", absorve as forças sociais urbanas intermediárias e populares emergentes e as oligarquias dissidentes do Catete e do "imperialismo interno" de São Paulo. O movimento político-ideológico militar tenentista e suas ligações com o "jacobinismo florianista" e com o Hermismo. Os efeitos da vitória soviética na Revolução Russa, em 1917, sobre o movimento social operário brasileiro: comunistas e anarco-sindicalistas lutam pela hegemonia. Um novo "bando de idéias novas" tenta redescobrir o Brasil: a Semana de Arte Moderna, em São Paulo (1922). A Exposição do Centenário da Independência, na Capital Federal, em 1922: os surtos industriais agora tendem a se transformar num processo de industrialização, por substituição de importações, cada vez mais nucleado em São Paulo. O confronto entre o pensamento da "ordem" e o da "transformação". As visões de Brasil de Alberto Torres Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo e Manoel Bonfim. As diretrizes da política externa brasileira, durante a chancelaria do barão do Rio Branco. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

#### Conjuntura 4

A crise da república oligárquica, ao longo de um processo que se estendeu desde a campanha político-eleitoral na sucessão de Epitácio Pessoa, em 1922 até o golpe de estado de 1937 que instituiu a república totalitária ou o Estado Novo.

##### a. questões econômico-sociais

A coexistência não conflitante entre a economia tradicional latifundiária e agrário-exportadora, basicamente cafeeira e a economia moderna urbano-industrial, hegemônica pela oligarco-burguesia paulista: a política econômico-financeira de Washington Luiz e a reação da oligarco-burguesia mineira. A importância relativa crescente dos grupos urbanos emergentes, especialmente no sudeste, no nordeste e no Rio Grande do Sul: setores industriais da burguesia, setores intermediários e proletariado. A implantação do Centro Industrial do Brasil e a criação de Centros ou Federações Industriais estaduais, ao lado das tradicionais Associações Comerciais. A hegemonia do Partido Comunista do Brasil sobre o movimento operário. A crescente penetração dos EUA na economia brasileira, particularmente ao longo dos anos trinta, superando gradativamente o capitalismo inglês. A grande depressão capitalista, identificada em 1929 e seus efeitos na economia nacional, tanto a tradicional quanto a moderna: o Estado liberal, da república velha ou primeira república, cede lugar a um Estado regulador da economia e intervencionista, necessário para a superação nacional da crise, no início da república nova ou segunda república. As diretrizes sócio-econômicas do Governo Provisório de Vargas e da Carta de 1934, neo-capitalista: o Estado como mediador dos conflitos entre o capital e o trabalho, e como principal agente na disseminação de uma economia de mercado nacional. A política econômico-financeira internacional de Vargas: ambivalência entre sucessivos acordos com os EUA e a diversificação dos compradores dos nossos produtos primários, inclusive com Estados mais tarde do Eixo.

##### b. questões político-culturais

A cisão no eixo São Paulo-Minas, prenunciada na presidência de Artur Bernardes mas definida na de Washington

Luiz acusado de cortar política e economicamente "a vez de Minas". A pacificação e unificação política no Rio Grande do Sul, entre chimangos e maragatos: o acordo de Pedras Altas (1923) e a eleição do castilhistaborgista Getúlio Vargas (1928) que ergue "a voz do Rio Grande do Sul". Outra "voz anti São Paulo": a da Paraíba; o modernismo realista e social dos intelectuais do nordeste. O sentido anti-oligárquico dos movimentos tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes - Miguel Costa (1924-1927). Os grandes temas nacionais: democracia, industrialização, revolução e cultura brasileira; as diversas leituras que deles faziam os grupos "da situação" (os Prs.), "da oposição" (os Pds.) e "da contestação" (o BOC, do PC do B). As forças sociais que apoiaram a Aliança Liberal e a Concentração Republicana, nas eleições de 1930 e os fatores que precipitaram o movimento político-militar que os vencedores chamaram de Revolução de 1930. O caráter anti-São Paulo deste movimento, completado pelo fracasso da secessão da república paulista, em 1932. Os efeitos sociais da grande depressão nos principais centros urbanos e o caráter anti-popular deste movimento: o enfrentamento da questão social ou pela repressão (1935: Intentona da Aliança Nacional Libertadora) ou pela cooptação (política social e legislação trabalhista, previdenciária e assistencial). Getúlio Vargas como fiador de um Estado de Compromisso entre os vencedores de 1930 e 1932 e até alguns vencidos de 1932. A utilização da vez maior do rádio e do cinema na implantação de uma economia de mercado-consumista e na propaganda política da "situação" e da "oposição". O confronto político-ideológico entre a extrema esquerda comunista e a extrema direita integralista. A influência crescente do fascismo italiano, do nazismo alemão e salazarismo português na direitização do pensamento político brasileiro. A influência crescente da 3ª Internacional (Komintern) nas diretrizes da esquerda no Brasil. A eclética Carta de 1934 como referência institucional do Estado de Compromisso arbitrado por Vargas; a relação entre esta Carta e a reforma constitucional de 1926 e a constituição weimariana. O Estado construtor da nação substitui a nação construída pelos Estados. O corte cada vez mais autoritário, a partir da Lei de Segurança Nacional, de 1935 se superpondo ao ecletismo da Carta de 1934; o golpe de 1937 como otimização deste recorte autoritário, antiliberal e anticomunista. O esmagamento das oligarco-burguesias paulista e gaúcha e a interrupção da campanha eleitoral para a sucessão de Vargas, prevista para 1938.

## Conjuntura 5

A república totalitária e a redemocratização, ao longo de um processo que se estendeu desde o golpe de estado de 1937 que instituiu o Estado Novo até a posse de Getúlio Vargas, em 1951.

### a. questões sócio-econômicas

Os fatores da política industrialista do Estado Novo: a ameaça de uma guerra mundial que desequilibrasse a pauta de importações, a modernização do Exército com vistas à defesa nacional, a fragilidade da burguesia industrial em termos de capital e tecnologia, para a implantação de uma infra-estrutura e de indústrias de base. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. A nacionalização da indústria de refinação de petróleo importado ou de produção nacional. A estatização das jazidas de petróleo descobertas em território nacional. A criação do Conselho Nacional de Petróleo (1938). As diversas alternativas para a solução da "grande indústria do aço" e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940): a usina de Volta Redonda e o Eximbank. O Código de Minas, nacionalizando a mineração e a siderurgia. As sociedades de economia mista: associação do capital estatal com o capital privado nacional: a Companhia Siderúrgica Nacional. A Companhia do Vale do Rio Doce e o porto de Vitória. As corporações da burguesia: as Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio. O apoio do Estado Novo ao setor tradicional agrário-exportador: o apoio à exportação do café e os institutos de apoio aos produtores primário-exportadores; o imobilismo das estruturas da propriedade e da produção do setor latifundiário como fator de estímulo ao êxodo rural, fornecedor do protegido "trabalhador nacional". A guerra final ao cangaço; a morte de Lampião e de Corisco. O Estado Novo como programador da economia: o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Conselho Técnico de Economia e Finanças que, junto ao Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda, formam o "centro decisório" em torno do ditador. O Plano Quinzenal Souza Costa (1939-1940), viabilizado pelos sucessivos acordos de Washington. O aumento da burocracia e a racionalização do serviço público através do DASP (1938). A encampa

ção da Rádio Nacional e a utilização dos meios de comunicação de massa (controlados pelo Código de Imprensa, 1937) para fins de propaganda. O nacionalismo cultural do Ministro Gustavo Capanema: Villa Lobos, Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer. A centralização da educação através da Reforma Capanema (1943); a Comissão Nacional do Livro Didático (1938). A definição dos mecanismos e das instituições que, sob a ideologia populista, vão apoiar o trabalhismo: a regulamentação do salário mínimo em 1938 e sua implantação em 1940; a regulamentação da Justiça do Trabalho em 1939 e a CLT em 1943; a regulamentação do sindicato único, em 1939; o fortalecimento dos Institutos de Previdência e Assistência Social; a ideologia do consenso. A diversificação dos nossos parceiros comerciais externos, especialmente a Alemanha (os marcos de compensação). Os efeitos da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira: a hegemonia definitiva do capitalismo dos EUA sobre o da Inglaterra, a ampla penetração do capital e da tecnologia dos EUA no Brasil, associado ou não à burguesia nacional, a aceleração no processo de industrialização, moderado porém pelas limitações da infra-estrutura e do mercado interno; os saldos na balança de pagamentos, a acumulação de divisas no exterior, o controle na remessa de lucros e na alta do juro, o controle na remessa de lucros. A pressão do capitalismo internacional para que a política econômica de Vargas, no imediato pós-guerra, fosse menos nacionalista e estatizante: o golpe de estado de 1945 e a adoção, nos governos José Linhares e especialmente Dutra de uma política econômica mais liberal, menos nacionalista e estatizante; o retorno à "tese da vocação agrarista" no governo Dutra, apesar da criação do CNPq. e da FRONAPE. As missões Cooke e Abbink e o Plano SALTE, assessorado pela Comissão Mista-Brasil-Estados Unidos.

b. questões político-culturais

Os fundamentos político-jurídicos da Carta Totalitária outorgada em 1937, originários dos estados direitistas do período entre guerras: o ante-projeto de Francisco Campos. Azevedo Amaral e a tentativa de um pensamento autoritário original; a marca do integralismo no pensamento e na prática do Estado Novo, apesar do fechamento da AIB e do fracasso do putsch de 1938. A resistência de Vargas em se identificar com a política nazi-fascista: a recusa de entrar no Pacto Anti-Komintern e a repressão aos quistos e aos agentes estrangeiros no sul do Brasil. A repressão policial violenta anticomunista e antiliberal: a coerção como instrumento do Estado. O aperfeiçoamento do seu aparelho ideológico, como instrumento de cooptação, inclusive da intelligentsia: as revistas Cultura Política e Ciência Política. A manipulação da cultura popular, na (re)construção da Nação pelo Estado, "Novo" porque negava a democracia política e implantava a democracia social e econômica, porque negava a luta de classes e implantava gradativamente o corporativismo, porque negava o federalismo oligárquico e implantava a "federação" ou "união" em torno do Estado, personificado pelo trabalho carisma do Chefe da Nação e não só do Estado. Os rituais: as concentrações estudantis e operárias, as feiras de amostras, os almoços com altas patentes militares e a presença em manobras. A eficácia dos ministérios "novos" que vinham do Governo Provisório: Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio. O sentido político da criação do Ministério da Aeronáutica. A recuperação da memória nacional, administrada pelo Estado: o Patrimônio Histórico Nacional (Rodrigo de Melo Franco). A ampliação dos "museus nacionais". A incorporação da Rádio Nacional.

O primeiro presidente que "voa" por toda a nação: a "marcha para o oeste" e a "batalha da borracha". A categoria social dos militares ("tenentismo" sem poder aos "tenentes") como contestável desta "modernização (econômica) conservadora (social e politicamente)". A doutrina militar da defesa e da segurança nacionais, contra inimigos internos (o comunismo) e externos (Goes Monteiro). A "política externa pendular" ou de "autonomia na dependência", do Estado Novo e os fatores do seu alinhamento com os EUA e depois com as Nações Unidas, em 1942. Os efeitos da participação do Estado Novo na 2ª Guerra Mundial: o papel político da FEB, na irreversibilidade da redemocratização, após 1942/1943 e as tentativas de Vargas preservar no possí

vel a Carta de 1937, da qual só cumprira alguns artigos das Disposições Transitórias. As pressões dos setores liberais (intelectuais, empresários), de setores militares "convertidos" a democracia política, de setores estudantis progressistas (a UNE) e do capitalismo internacional (especialmente, dos EUA) para que Vargas não retardasse a redemocratização (ou reliberalização). A arregimentação "queremista" (PTB): o trabalhismo populista, aliado conjuntamente ao PCB ("constituente"). A frente anti-getulista, de centro-esquerda: a UDN (E. Gomes). A frente "getulista" sem Vargas: o PSD (E.G. Dutra). Os fatores que precipitaram o golpe de estado de outubro de 1945, para garantir a plenitude da redemocratização (sem Vargas). As eleições de 1945 (gerais) e 1947 (estaduais, municipais): o PSD, a UDN, o PTB e o PCB, como os maiores partidos nacionais. A Assembléia Constituinte de 1946 e a Carta neo-capitalista, liberal progressista. O caráter anti-Estado Novo do governo Dutra e a reação anticomunista, identificada com o alinhamento automático do Brasil aos EUA, nos pródomos da guerra fria. O governo de "união nacional" (excluído o PTB) concretizado por Dutra e o reagrupamento das forças populares e nacionalistas, em torno da candidatura Getúlio Vargas. A revitalização do movimento sindical, dividido entre "a esfera trabalhista" e a "esfera comunista", apesar da repressão do governo Dutra aos movimentos populares .



## Conjuntura 6

A república populista, ao longo de um processo que se estendeu desde a posse de Getúlio Vargas, em 1951 até 1964, mas que teve o início de sua crise em 1961, com o governo e a renúncia de Jânio Quadros.

### a. questões sócio-econômicas

Os compromissos herdados do governo Dutra: a Comissão Mista Brasil - EUA (Missão Abbimh), com base no Ponto IV de Truman e a superação do não concretizado Plano SALTE pelo PLANO LAFER, apoiado em flexível controle cambial e de remessa de lucros. Os efeitos da Assessoria Econômica, nacionalista, criada por Getúlio Vargas (Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel), reformulando as diretrizes do BNDE, controlando o câmbio (Plano Aranha) e a remessa de lucros, acelerando a aprovação da Petrobrás, propondo uma Eletrobrás, manipulando demagogicamente a inflação de salários que se pretendia reprodutiva (elevação do salário mínimo), estimulando as sociedades de economia mista, iniciando a valorização sistemática das regiões mais subdesenvolvidas (SPVEA e Banco do Nordeste), defendendo no exterior os preços dos nossos produtos primários (IBC) e colocando decisivamente o Estado na indução do processo de industrialização, mesmo com a redução e afinal a suspensão de toda a ajuda do capitalismo dos EUA, não interessado em se submeter ao "projeto nacional-desenvolvimentista" de Vargas, para a solução da questão nacional (extinção da Comissão Mista Brasil-EUA). A perda crescente do prestígio de Vargas na condução da questão social, apesar da ação de João Goulart como ministro do trabalho (1953), revitalizando o sindicalismo trabalhista, ameaçado pelo fenômeno janista em São Paulo e pelos sindicatos controlados pelo PCB. As primeiras decisões de estimular estudos para um projeto de Reforma Agrária e para a extensão dos benefícios da política social capitalista ao campo, inclusive os sindicatos rurais. As lições da "greve dos trezentos mil em São Paulo", em 1953. A cisão na burguesia entre setores que defendiam a participação do Estado, associado ou não ao capital privado nacional, para resolver os impasses na superação do subdesenvolvimento, com maior controle do capital e da tecnologia estrangeiros e setores que pregavam maior abertura para este capital e esta tecnologia e menor participação do Estado na economia. O sentido econômico da queda

de Getúlio Vargas em 1954 e o governo antinacionalista e antipopulista de Café Filho. A transformação das funções do CNPq, como fora idealizado por Álvaro Alberto. O desenvolvimentismo do governo JK como utilização mais racional e politicamente mais sólida da infraestrutura econômica e administrativa implantada por Vargas e como solução de política econômica mais aberta ao capital e a tecnologia estrangeiros; o Plano de Metas e a concepção da CEPAL sobre a construção de uma economia "não voltada para fora". O arranco no setor urbano-industrial, basicamente do Sudeste e o empobrecimento de outras regiões. A significação da criação da SUDENE; a importância do economista Celso Furtado no Planejamento Econômico do governo JK. Os diversos motivos políticos e econômicos da Fundação de Brasília; a "descatetização" do poder decisório. O incremento na associação do capital privado nacional com o capital privado estrangeiro: as multinacionais e a satelitização da economia brasileira aos oligo-monopólios internacionais. A coexistência de duas administrações, inclusive econômicas, como forma de agilizar o desenvolvimentismo: os grupos executivos (GEIA, por exemplo) e os Ministérios da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio. O aburguesamento da alta classe média e a proletarização da baixa classe média; o fortalecimento e diversificação da burguesia e a pauperização do proletariado menos qualificado (a inflação de salários, menor embora que a inflação de capital monetário, corroendo o salário real, apesar dos aumentos no salário nominal). O sentido econômico da operação Panamericana. O imobilismo da economia tradicional, fundamentalmente latifundiária e primário-exportadora, como uma das formas de sustentar a dinamização da economia urbano-industrial. A ampliação da infra-estrutura de comunicações, transportes e energia; a indústria automobilística como "ponta da transformação econômica". As diretrizes moralizadoras anti-inflacionárias, anti-populistas e anti-nacionalistas do programa econômico proposto pelo contraditório Jânio Quadros.

#### b. questões político-culturais

As bases nacionalistas e populistas da plataforma eleitoral e de governo de Getúlio Vargas, em 1950-1951: as dificuldades em concretizá-las, face as transformações nas forças sociais e aos mecanismos da democracia representa -

tiva, minorando muito os efeitos do carisma Vargas. Os outros populismos: o ademarismo e o janismo. A força sindical do PCB e as palavras de ordem do Kominform, extinto pela "desestalinização". As disputas de liderança no interior do PTB (Danton X Ivete Vargas) e as discordâncias sobre as diretrizes do trabalhismo brasileiro (a contribuição das idéias de Alberto Pasqualini). O permanente recorte autoritário no pensamento liberal brasileiro: as ligações da UDN com os militares "cruzadistas" (Etchegoyen), em propostas de golpes que impedissem a posse de eleitos (Vargas em 1951 e JK em 1956). A contrapartida: as ligações dos nacional-desenvolvimentistas, nacionalistas e populistas, com os "aliancistas" do Clube Militar (Estillac), acusados de comunistas. O populismo de Carlos Lacerda e o efeito de sua liderança no combate sistemático da corrente de centro-direita à corrente de centro-esquerda. A Escola Superior de Guerra e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros como "oficinas doutrinárias" destas duas correntes, respectivamente, depois de 1956. O Acordo Militar Brasil - Estados Unidos (1952) como forma do governo Vargas ultrapassar as pressões dos EUA para a participação militar brasileira na Guerra da Coréia; as interpretações diferentes deste acordo por "aliancistas" e "cruzadistas". A pressão destes sobre João Goulart (Manifestos dos Coronéis, em 1954), acusado de pretender impor no Brasil uma república sindicalista similar à da Argentina de Peron, deposto em 1955. O papel da imprensa (Tribuna da Imprensa lacerdista X Última Hora, getulista) no acirramento da oposição civil-militar a Vargas, especialmente depois de substituir (1953) o seu "ministério de experiência"; o uso crescente do rádio e da televisão para propaganda eleitoral ou mesmo para a discussão política. A denúncia de um pacto ABC anti-EUA, o aumento de 100% do SM e o discurso aos trabalhadores em 1º de maio de 1954 ("hoje estais com o governo, amanhã se-reis o governo") e a conspiração parlamentar e civil-militar para declarar impedido ou depor Getúlio Vargas; o atentado de Toneleros, como precipitador desta conspiração. O golpe de Estado de 23/24 de agosto, a deposição e o suicídio de Getúlio Vargas: a amplitude da Carta Testamento. O caráter anti-getulista do governo Café Filho, apoiado

basicamente pela UDN, embora fosse do PSP de Ademar, ex-aliado de Vargas. A derrota de Ademar, de Plínio Salgado (PRP, travesti da AIB) e de Juarez Távora, nas eleições diretas de 1955, vencidas por JK, "herdeiro de Vargas", apoiado pelo PTB e pelo PSD. A conspiração civil-militar de centro-direita, para impedir a posse de JK e o contra-golpe de novembro de 1955, de centro-esquerda. A base política do "nacional-desenvolvimentismo" de JK: um acordo do PSD-PTB, aceito pelo PCB ("ilegalidade oficiosa"); uma aliança de classes, entre setores nacionalistas da burguesia, coniventes com o intervencionismo do Estado, e setores intermediários e subalternos, mobilizados pelo nacionalismo e pelo populismo. A permanência todavia do recorte autoritário: a continuidade da Lei de Segurança Nacional, reformada por Vargas em 1954. Os fracassados levantes de militares "cruzadistas", especialmente da Aeronáutica, em Aragarças e Jacareacanga, simpáticos à "banda de música da UDN"; a anistia como instrumento de consenso. A importância do Marechal Lott no equilíbrio entre "cruzadistas" e "aliancistas", essencial a implementação do Plano de Metas. A ambiguidade do desenvolvimentismo de JK em face do capitalismo internacional: da demagógica atitude anti-FMI no tocante à inflação à manutenção da Instrução 113 da SUMOC que vinha do governo Café Filho (Gudin). O neo-ufanismo da descoberta do "novo" no Brasil: NOVACAP, Cinema Novo, Teatro Novo, Bossa Nova, especialmente envolvendo amplos setores da classe média urbana ascendente. As discussões no seio do pensamento de esquerda e os seus reflexos no movimento estudantil, no movimento operário, no iniciante movimento camponês e do trabalhador rural. "Cincoenta anos de desenvolvimento em cinco de um governo" que se gabava de ser "sócio privilegiado do ocidente". O fracasso da Operação Panamericana, proposta por JK e Eisenhower para preservar de forma progressista o capitalismo e a liderança dos EUA na América Latina. Os motivos da eleição de Jânio Quadros em 1960: os adversários do nacional desenvolvimentismo se unem aos deserdados desiludidos do desenvolvimentismo. A UDN pela primeira vez no poder, por eleição direta; prejudicada nesta curta passagem pelo Planalto pelas dúvidas de Jânio Quadros. As razões e os objetivos da renúncia de JQ em 1961. O sentido de sua política externa dita independente.

O desajuste entre o país real e o país legal: a necessidade de reformas de base. Os possíveis caminhos: o nacional reformismo (Goulart) ou segurança para o desenvolvimento (1964).

Divisão de Documentação e Pesquisa  
Centro de Estudos de História da República